

Segunda parte - Apropriações e repercussões

5 - A historiografia brasileira entre Thompson e Foucault

Igor Guedes Ramos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RAMOS, IG. A historiografia brasileira entre Thompson e Foucault. In: *Genealogia de uma operação historiográfica: Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e os historiadores brasileiros da década de 1980* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 291-560. ISBN 978-85-7983-701-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

5

A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA ENTRE THOMPSON E FOUCAULT

Depois deste longo percurso podemos, enfim, examinar os modos como os pensamentos de Thompson e de Foucault foram utilizados pelos historiadores brasileiros entre 1980 e 1990. Quais os novos temas ou objetos que foram vislumbrados? Permitiram novas formas de tratar temas antigos? Ou novos modelos explicativos? Que procedimentos e conceitos favoreceram? Que novas formas de tratar a documentação? Ou que novas formas de escrita historiográfica? Contra que *práticas historiográficas* foram mobilizados?

Para discutirmos essas questões organizamos as obras/fontes em quatro conjuntos temáticos, a saber: “Escravidão e trabalho livre: da colônia à república”, em que discutimos a produção historiográfica que estudou a escravidão e o trabalho livre no Brasil até proclamação da República; os debates sobre os modos de produção e o processo de transição. “Conflito social e desenvolvimento capitalista na Primeira República”, neste tópico examinamos os textos sobre os mecanismos (jurídico, repressivo, político etc.) de constituição/manutenção da Primeira República, o processo de industrialização, os movimentos sociais, sobretudo dos operários urbanos, entre 1889 e 1930. “Estado e sociedade: revolução e populismo”, que diz respeito às obras/fontes que estudaram a Revolução de 30, os movimentos político-sociais posteriores e o tema do “populismo”. Finalmente,

“Os ausentes da história: gênero, saberes científicos e cultura”, em que discutimos os temas e os objetos até então pouco pensados pela historiografia brasileira.

Essa organização é arbitrária, pois é violenta, despótica, eventual, poderá ser contrariada de diversas formas, até por nós mesmos. Porém, tenta seguir certa lógica e, o mais importante, permite definirmos com maior clareza transformações que os pensamentos de Thompson e de Foucault favoreceram ou permitiram na historiografia. Em cada um desses “eixos temáticos” faremos uma exposição do “estado da arte” pré-1980, seguida da discussão de algumas das obras/fontes levantadas em nossa pesquisa, destacando as formas como foram *utilizados* os pensamentos de Thompson e de Foucault, e, enfim, tentaremos fazer uma síntese dessas formas de *apropriação* e sua repercussão no contexto historiográfico.

Observamos que neste capítulo, sempre que iniciarmos a discussão de uma obra/fonte, iremos identificar a monografia no corpo do texto (autor, título, data de defesa, instituição, nível e orientador). As referências bibliográficas presentes nas notas de rodapé e referentes às citações que faremos dessas monografias, irão variar de acordo com nossas necessidades (original, primeira edição, segunda edição etc.). No quarto item da “Bibliografia” deste estudo constam todas as obras/fontes levantadas ao longo da pesquisa com as seguintes informações: referência da versão original, referência da primeira publicação e a lista de textos de Thompson e de Foucault citados nela.

Escavidão e trabalho livre: da colônia à república

[...] este trabalho inseriu-se num momento particular em que as discussões sobre o tema da escravidão brasileira e o da transição entre trabalho escravo e o trabalho livre foram dinamizadas pelas comemorações do Centenário da Abolição, em 1988.

(Wissenbach, 1989, p.11)

Em 18 de fevereiro de 1988, o jornal *Folha de S. Paulo* destacou o investimento de um milhão de dólares do governo em um conjunto de programas que buscavam “repensar a escravidão”, incentivo associado às comemorações do Centenário da Abolição. Na lista das pesquisas aprovadas pelo CNPq para o financiamento, constavam nomes como Célia Maria Marinho de Azevedo, Maria Lucia Lamounier, Silvia Hunold Lara e Sidney Chalhoub (Nobre, 1988, p.A-31), todos historiadores que já haviam produzido ou estavam produzindo estudos utilizando também as reflexões de Thompson e/ou de Foucault para (re)pensar a escravidão.

Ao contrário do que sugere a matéria do jornal, segundo João José Reis, o incentivo financeiro específico ao tema, embora tenha facilitado a pesquisa, não foi pretexto para sua geração (re)pensar a escravidão: “Creio que a nossa geração, e outras mais novas, responderam ao chamado das mudanças sociais em nosso país, em particular ao ressurgimento dos movimentos negros, que colocaram a questão racial no centro das reflexões sobre o presente e o passado” (Reis, 2002, p.326).

Desde 1970, diversas manifestações e a atuação de militantes negros colocaram em pauta a profunda discriminação sociocultural que os negros ainda estavam submetidos, as repercussões dessas manifestações foram muitas: Em 7 de julho de 1978, um ato público ocorrido na cidade de São Paulo deu origem ao Movimento Negro Unificado (MNU); a ação desse movimento levou à constituição, em 1984, do órgão de Estado denominado Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e da Comissão Arinos, ambos foram fundamentais para que o racismo fosse considerado crime na Constituição brasileira de 1988 e tipificado na Lei Caó, promulgada em 1989.

Se no campo da política-formal o avanço é significativo, a percepção da sociedade é múltipla. Jacob Gorender, ao analisar a efervescência em torno do Centenário da Abolição, constatou que ocorreu um grande repúdio à comemoração por diversos setores da sociedade, resultante da percepção de que um século depois pouco ou nada havia mudado. A partir dessa percepção se concluía, para grande decepção de Gorender, que a Abolição havia sido um engodo! Essa sensação estava muito enraizada, pelo menos é o que sugere a repercussão de um boato absurdo,

a saber: as Leis do Império caducavam com cem anos de vigência, desse modo, em 1988, os negros se tornariam novamente escravos! O pior não é o mau gosto da anedota, é existirem relatos, como da historiadora Suely Robles Reis de Queiroz, de que existiam pessoas temerosas da possibilidade de serem escravizadas (Gorender, 1990a, p.5-11).

Não é fácil avaliar como essa “agitação” influenciou a historiografia da época. Por enquanto, podemos dizer que desde o início da década de 1980 – como sugere a fala de Reis –, os próprios historiadores associaram os movimentos negros a uma necessidade de repensar a escravidão para – retomando um fala já citada de Decca – “que se resgatasse a imensa dívida social do país”. Ou, dito de outro modo, ocorreu um processo – que não é novo¹ – de transmutar os problemas de racismo da sociedade brasileira, na questão historiográfica do papel e da situação dos negros ao longo da história do Brasil, com a intenção de criar possibilidades políticas na atualidade:

Espero que o repensar a condição do negro no período colonial permita avaliar exatamente o grau de sua atuação na sociedade brasileira, e também leve a criar um projeto político e efetivo de participação das minorias sociais e raciais em nosso país. (Algranti, 1989, p.16)

Além do considerável financiamento específico ao tema e das agitações socioculturais do período, ocorreu um movimento “interno” à *operação historiográfica* que favoreceu o (re)pensar da escravidão, um depoimento recente de Silvia Hunold Lara é profundamente esclarecedor:

Toda a minha formação vinha da bibliografia clássica sobre a escravidão e eu tentava lidar com essas questões; aquela ideia do Fernando Henrique

1 Pelo menos desde Caio Prado Junior e, principalmente, Florestan Fernandes o problema da discriminação racial foi *transmutado* para a “reflexão científica”, com a intenção explícita de influenciar os projetos políticos do país. Nossa questão é *como* foi feita essa transmutação. Ao longo do texto, tentaremos demonstrar a relação entre postura ético-política e *práticas historiográficas*, bem como as diferenças entre a geração de 1980 e as anteriores.

Cardoso, por exemplo, de que o crime era o ato humano do escravo, que o escravo não tinha outra alternativa a não ser o crime, matar a si mesmo ou fugir como alternativa à escravidão. Eu comecei a ler processos crimes e para mim foi uma surpresa fantástica! Porque eu via os escravos fazendo coisas, colhendo informações nos processos criminais, que eu jamais imaginava que eles poderiam fazer. Então, havia uma festa na cidade e os escravos saíam da fazenda e iam à festa. Primeiro, isso é extraordinário; eu tinha a imagem de uma senzala completamente fechada, grillhões nas pernas, tronco, açoite, etc. E eles iam até a festa... Mais surpreendente ainda, eles voltavam para a fazenda! (risos) E essa dinâmica então, eu comecei a querer entender essa dinâmica da escravidão, a relação de domínio entre senhores e escravos. Então, não era mais a escravidão ou a criminalidade, mas entrando por esse tipo de fonte, entender como é que se exercia o domínio do senhor sobre os escravos [...]. (Lara, 2011)

A “aquisição” de outras fontes e outro olhar sobre estas – certamente associados ao já referido processo de profissionalização da produção historiográfica e a crítica ao ensaísmo – foram fundamentais para a colocação de outros problemas, outras questões. Para entendermos as “novas” repostas que foram dadas nos anos 1980, a respeito da escravidão e do trabalho livre, da colônia até a proclamação da República, é preciso discutir a produção acadêmica anterior sobre o tema e algumas batalhas em torno dela.

Como era difícil ser historiador da escravidão no Brasil;² as representações acadêmicas dos escravos e do modo de produção

Na década de 1980, os estudos sobre escravidão geraram uma volumosa produção e muita polêmica. Essa produção específica pode ser compreendida por meio de uma comparação/contraste com outros dois momentos da produção historiográfica brasileira sobre o tema,

2 Este título é uma versão bastante corrompida de *Como era bom ser escravo no Brasil*, artigo de jornal de autoria de Jacob Gorender que inflamou e tornou público o debate dos historiadores sobre o tema – retornaremos a este texto mais adiante.

acompanhando o que foi estabelecido por autores como Laura de Mello e Souza (1989, p.133-52), Jacob Gorender (1990a, p.12-18), Suely Robles Reis de Queiróz (2003, p.103-8), Sidney Chalhoub (Chalhoub; Silva, 2009, p.13-47), entre outros. Apesar de muitos autores definirem de forma semelhante os “três momentos” dos estudos sobre escravidão, discordam na classificação de algumas pesquisas e no caráter de cada momento, o que evidencia a complexidade do debate.

O “primeiro momento” correspondeu às repercussões do livro *Casa grande e senzala* (1933) de Gilberto Freyre, que adotaria uma representação “paternalista” do escravismo. O livro, por um lado, contribuiu para a percepção da importância da escravidão na constituição das relações sociais no país, bem como manifesta uma perspectiva positiva da mestiçagem, em oposição aos discursos de branqueamento e inferioridade da raça negra que permeavam a mentalidade pseudo-científica da elite brasileira. Por outro lado, é imprecisa histórica e geograficamente e, para muitos intelectuais, Freyre faz apologia ao escravismo, pela sua representação “branda” da escravidão no Brasil (Souza, 1989, p.134; Queiroz, 2003, p.103-5).

O “segundo momento” é iniciado por volta de 1950 com as análises de sociólogos como Florestan Fernandes (*A integração do negro na sociedade de classes*, 1964), Fernando Henrique Cardoso (*Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, 1962) e Otávio Ianni (*Escravidão e racismo*, 1978) e de alguns historiadores, como Cloves Moura (*Rebeliões da senzala*, 1958), Décio Freitas (*Palmares - A guerra dos escravos*, 1971; *Insurreições escravas*, 1975; *Escravos e senhores de escravos*, 1977), Emília Viotti da Costa (*Da senzala à colônia*, tese defendida em 1964 e publicada em 1966) e Jacob Gorender (*O escravismo colonial*, 1978). Em linhas gerais, essa perspectiva interpretativa, em oposição ferrenha a Freyre, destaca a extrema violência e crueldade da escravidão. Pois, na relação social de produção escravista – fundamental para acumulação de capital na fase do capitalismo comercial –, os mecanismos essenciais de controle da mão de obra escrava eram coerção física e terrorização psicológica constantes. Legalmente equiparados à mercadoria (*coisificação objetiva*), os próprios escravos acreditavam ser mercadorias (*coisificação subjetiva*), por isso aceitavam suas condições subumanas

(Queiroz, 2003, p.106-7). Porém, alguns escaparam da *reificação* e se tornaram quilombolas (*rebeldes primitivos*) ou criminosos (assassinos, suicidas etc.).³

Em meados da década de 1970 surgem as primeiras críticas à produção desse “segundo momento”, principalmente à noção de *coisificação subjetiva*, que produziria a seguinte dicotomia: uma massa enorme de escravos apáticos (coisificados) e uma minoria insurgente, tal rebeldia se expressaria no crime (assassinato, suicídio etc.) ou em grandes ações “libertárias” fadadas ao fracasso devido à inconsciência inerente à condição de escravo, como o quilombo de Palmares. Para a geração de historiadores dos anos 1980, como Chalhoub, esses intelectuais esvaziaram a importância das ações dos negros na abolição da escravatura, pois retomariam as representações feitas pela “elite” abolicionista, como Joaquim Nabuco e José de Alencar (Chalhoub; Silva, 2009, p.18).⁴

Nem todos da “nova geração”, porém, concordam com o diagnóstico de Chalhoub; para Reis (2002, p.324) existem ressalvas: “A exceção é exatamente o trabalho da historiadora do ‘grupo’, se podemos considerá-los como tal. Emilia Viotti da Costa, em seu clássico *Da senzala à Colônia*, introduz a luta escrava como um fator decisivo, embora não suficiente, na derrocada da escravidão”. Ainda, para Reis

3 Como retornaremos com frequência a essa questão, é importante esclarecer desde já: até a dissertação *Mundo do crime*: a ordem pelo avesso de José Ricardo Garcia Pereira Ramalho, defendida em 1979; o crime não foi objeto específico de análise dos intelectuais brasileiros, ou seja, era um “apêndice” de estudos sobre a escravidão, o operariado etc. E era explicado, em geral, a partir de duas perspectivas: marxista-durkheimiana, em que o crime é uma patologia (anômia) social resultante de condições de vida extremas e/ou de incapacidade de alguns indivíduos se adaptarem as regras de determinadas sociedades; e freudo-marxista, em que o crime é um problema da psique de alguns indivíduos, algumas vezes resultante da exposição a condições extremas de vida (cf. Zaluar, 1999); Ramalho (2008); Fausto (2001).

4 É importante notar que essa forma de crítica historiográfica tinha sido utilizada pela própria Emilia Viotti da Costa (1999, p.387-96), isto é, associar determinadas análises historiográficas à perspectiva de um dos grupos socioculturais envolvidos no processo analisado, revelando então a fraqueza da análise devido a sua vinculação com uma das posições do período estudado.

(2002, p.325), Clovis Moura e Décio Freitas fizeram interessantes análises do papel dos escravos nas revoltas do século XVIII; porém, “o esquematismo termina sendo desapontador. É do tipo: os escravos não venceram porque não tinham consciência de classe e não tinham consciência de classe por que eram escravos”.

Além disso, a respeito do “segundo momento” da historiografia sobre a escravidão, é preciso destacar os embates em torno das características do *modo de produção*, em que participaram Fernando Antonio Novais (*Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*, 1974), Ciro Flamarion Cardoso (*Agricultura escravidão e capitalismo*, 1979 e *Escravo ou camponês*, 1987) e Gorender.

Novais entende que o *modo de produção colonial* possuía três características que o especificavam, a saber: a produção mercantil dominante, a compulsão do trabalho e, fundamentalmente, a externalidade da acumulação; portanto, é preciso pensá-lo por meio do recorte espacial Brasil/Portugal. Ao contrário de Novais, Cardoso e Gorender caracterizam o *modo de produção escravista colonial* pelas relações de produção internas: utilização da mão de obra escrava e produção mercantil. Para Novais (2002, p.136-8), essa linha de análise não especifica a diferença em relação ao *modo de produção antigo* (Cardoso, 2002, p.222-3; Figueiredo, 2004, p.501-10).

Entre Cardoso e Gorender o debate é outro, o primeiro desenvolveu a noção de “brecha camponesa”, a saber: com frequência os escravos cultivavam terras cedidas pelos senhores para sua subsistência, o excedente podia ser vendido e o lucro “acumulado” pelo escravo, possibilitando também a compra de sua alforria. Esse mecanismo ao mesmo tempo favorecia a “docilidade” do escravo e lhe possibilitava alguma liberdade, fundamental para a manutenção do *modo de produção escravista colonial* (Cardoso, 2002, p.221-3; 1997, p.110-14; Figueiredo, 2004, p.525-32). Para Gorender (1990a, p.75), a noção de “brecha camponesa” é equivocada, pois, por um lado, adquire pouca repercussão no *modo de produção*, “o sistema de economia própria do escravo não adquiriu no Brasil natureza estrutural”, e, por outro lado, ameniza a violência inerente ao sistema escravista colonial. Desse modo, para alguns historiadores as análises de Cardoso participariam

do que se denominou “terceiro momento” da historiografia sobre a escravidão (Queiroz, 2003, p.111). Para o próprio autor, suas análises são um meio-termo: “[...] o que eu quero dizer é que nunca aceitei essas linhas radicais do escravo-rebelde [representação atribuída ao ‘terceiro momento’, anos 80] ou do escravo-vítima [representação atribuída ao ‘segundo momento’, anos 50-70], massacrado pelo sistema e sem qualquer autonomia; aliás, não acredito que isso aconteça em regime algum [...]” (Cardoso, 2002, p.222).

Na nossa perspectiva, o essencial desse embate é que ele ocorre no plano teórico-formal, isto é, na tentativa de constituição de um *modelo formal* de explicação adequado para esse momento da história do Brasil. Por exemplo, Cardoso sintetizou e refutou umas das críticas de Gorender à sua noção de “brecha camponesa” da seguinte forma:

[Para Gorender] *um conceito como “brecha camponesa” constitui, então, um erro teórico*, pois não existe brecha alguma, nem existia um setor camponês distinto da *plantation*: quando o escravo cultivava seu lote, estava submetido às mesmas relações de produção e ao mesmo dono, tal como, por exemplo, ao trabalhar nos canaviais (Gorender, a partir de sua posição monolítica e abstratamente classificatória e estática, acha que a opinião contrária conduziria inevitavelmente a substituir o conceito de modo de produção escravista colonial por uma espécie de servidão medieval com alguns aspectos de escravidão – o que é absurdo, já que a relação entre a *plantation*, em suas modalidades bem como nas proporções, nada tem a ver com aquela que se estabelecia entre a parcela camponesa medieval e a economia senhorial) [...]. (Cardoso, 1987, p.120, grifo nosso)

Novais participou do embate com a seguinte posição:

[...] tanto o Ciro como o Gorender insistiram na análise do modo de produção escravista nas suas articulações internas e com isso acusam-nos de insistir nas articulações externas. Isso envolve a negação do sistema colonial. Esses autores estão nessa linha. Muito bem, o que eu quero dizer não é que essa linha esteja errada, ela é uma análise marxista do ponto de vista classificatório que eu não gosto. Partem do modo de produção escravista colonial, no qual a articulação externa passa ser menos importante. [...]

se a externalidade da acumulação não é uma característica intrínseca da economia colonial, o que distingue economia colonial de outras formações econômicas? O fato de ser escravista? Mas havia colônias em que não havia escravismo. Se é o fato de ser escravista, o que distingue o escravismo antigo do colonial? Ou a economia colonial não tem nenhuma característica que distingue de outras formações econômicas? Se é assim, qual é a peculiaridade da história do Brasil? Ou não tem peculiaridade nenhuma ou não há história? (Novais, 2002, p.141-2)

Esse tipo de embate, a respeito do *modelo formal* mais adequado para explicar a sociedade brasileira do período – ou, como diria Novais, o que fornece maior inteligibilidade ao objeto –, perde relevância na década de 1980; já que para a “nova geração” a preocupação com a construção/aplicação de *modelos formais* conduz a um “esquematismo exacerbado”, a uma leitura muitas vezes “fatalista da história”.

Gorender talvez tenha sido o historiador da geração 1960/1970 mais preocupado com o *modelo formal* ou, em suas palavras, em “estudar o escravismo colonial ao nível de um estudo categorial-sistemático do conhecimento histórico”. Esse empreendimento, que não recusa a investigação empírica e nem dissocia categoria ou conceito de seu conteúdo real evita obstinadamente a exposição cronológica, a narrativa e a descrição de fatos, acontecimentos, cotidiano de vida etc. reconstituídos por meio da citação e interpretação de “depoimentos” da época – ou seja, evita a “narrativa sincrônica cerrada entre as fontes”. Por isso, encontramos uma “análise de categorias e das relações categoriais, ou seja, a estrutura e a dinâmica do sistema considerado em sua totalidade orgânica” (Gorender, 1988, p.23-36, 44-5).⁵

5 A partir dessas passagens e de muitas outras, como demonstrou Décio Saes, não seria difícil concluir que essa postura é resultado de uma apropriação do pensamento althusseriano. Afinal, como vimos, muitos depoimentos afirmam a grande influência dessa vertente do marxismo entre os historiadores brasileiros do período. Ao contrário, Gorender é um crítico dos althusserianos e se posiciona explicitamente ao lado de Hobsbawm – e, podemos incluir, Anderson. Décio Saes, ao rastrear a recepção do pensamento althusseriano no Brasil, constatou que pelo menos desde 1968, com o ensaio *Contra Althusser* de José Artur Giannotti, emerge uma crítica basilar a esse pensamento, a saber: “rejeitar a distinção althusseriana

A *formalização* é tão importante para a geração dos anos 1960/1970, que no “prefácio à segunda edição” de *Da senzala a colônia* Emília V. da Costa teve que se defender de acusações de leniência teórica e empirismo,⁶ por meio da retomada de premissas do “materialismo histórico e dialético” nos seguintes termos:

Partindo do pressuposto de que são os homens (e não as estruturas) que fazem a história, se bem que a façam dentro de condições determinadas, procurei analisar o processo nos vários níveis: o econômico, o social, o político e o ideológico, reconhecendo que, embora esses níveis tenham uma relativa autonomia e uma dinâmica que lhes é própria (não sendo possível, por exemplo, reduzir o ideológico ou o político ao econômico), todos eles estão profundamente inter-relacionados. Transformações na economia implicam transformações sociais que eventualmente se traduzem em posições ideológicas e gestos políticos: por outro lado, as lutas pelo poder que resultam do confronto de diferentes grupos ou classes sociais etc. Portanto, essa perspectiva pareceu-me a melhor maneira de compreender o processo histórico e apanhá-lo em suas múltiplas dimensões, isto é, apresentá-lo na sua dialética. (Costa, 1998, p.31)

Em suma, temos um *modelo formal* em que abolição da escravatura, a constituição da República etc. seriam resultantes da relação (dialética materialista) entre certas categorias: o desenvolvimento socioeconômico

de ‘objetos formais abstratos’ (como o modo de produção em geral, ou os modos de produção particulares) e ‘objetos concretos’ (como as formações sociais singulares)”. Esta “postura epistemológica consistente” – como denominou Saes – foi adota por intelectuais brasileiros que pensaram o modo de produção escravista, como Fernando H. Cardoso, Ciro F. Cardoso e Gorende. Nesse sentido, não foi preciso aguardar a repercussão de *A miséria da teoria* no Brasil, para ocorrer uma rejeição aos althusserianos. Porém, as críticas dos brasileiros se dirigem, em geral, as “exacerbações do trabalho teórico”, não a construção de *modelos formais* de explicação histórica, ou seja, – acompanhando as discussões da primeira parte deste trabalho – se alinham à concepção teórico-metodológica de Hobsbawm e de Anderson, não a de Thompson. (cf. Saes, 1995, p.83-4).

6 Vale lembrar que Costa foi um dos intelectuais dessa época que menos se preocuparam com a definição dos *modelos formais*, criticando o excesso de ensaísmo; e mais atenção deu a narração e descrição da *luta de classes* por meio de uma ampla fundamentação empírica.

mico (infraestrutura) implica o surgimento de novas classes sociais, que lutam em torno de questões político-ideológicas (superestrutura) e permitem um novo desenvolvimento das relações de produção etc. Isso explica a distância da autora em relação a Thompson, manifesta em suas falas que discutimos antes. Por um lado, Costa – e também Ciro F. Cardoso, Gorender, Novais, entre outros – parte de uma *formalização* (de categorias e relações entre categorias, mais ou menos predefinidas) para operar a investigação histórica; assim, para a autora, a *prática historiográfica* ideal deve articular um modelo teórico de desenvolvimento (para evitar a fragmentação da história e o apoliticismo) e uma pesquisa empírica (para evitar o ensaísmo) expostos por meio de uma *escrita* que combina *lógica formal* e *narrativa sintética*. E, por outro lado, Thompson parte de um princípio *hermenêutico*, o sentido profundo da *luta de classes* que está expresso nos múltiplos aspectos da vida humana, para empreender a sua investigação empírica; portanto, resguarda a *narrativa sincrônica* e “cerrada entre as fontes” como forma ideal de *escrita historiográfica*. Um dos principais efeitos dessa distinção é que, no primeiro caso, a *luta de classes* está determinada pelo desenvolvimento socioeconômico e certas relações lógicas com a *superestrutura*; no segundo caso, é o desenvolvimento que está determinado pela *luta de classes*. Essa distinção é importante para compreendermos os efeitos da *apropriação* de Thompson nos embates historiográficos no Brasil.

A coletânea de artigos *Da monarquia à república* de Costa, publicado pela primeira vez em 1977, pode nos ajudar a especificar melhor essa forma de explicação histórica. No texto denominado “Da escravidão ao trabalho livre” encontramos uma síntese das posições da autora sobre o processo que levou a abolição da escravidão no Brasil e suas peculiaridades em relação aos Estados Unidos. Após uma longa análise dos aspectos ideológicos e econômicos que organizaram a escravidão no Brasil, Costa concluiu:

Os fazendeiros reagiram diferentemente nas distintas áreas, mas, por volta de 1880, a maioria deles estava convencida de que a escravidão era uma causa perdida. Além disso, outros tipos de investimento tinham se aberto a eles: estradas de ferro, bancos e indústrias. Diante dessas novas possibilidades,

a imobilização do capital, característica do sistema escravagista, não era mais racional. Parecia haver maior oportunidade para diversificar o investimento de capital. O sistema de crédito havia se expandido, criando novas possibilidades de financiamento de trabalhador livre; a revolução tecnológica nos transportes e as crescentes demandas do mercado internacional haviam criado novas possibilidades para a expansão da produção e para a especialização. Os métodos de processamento do café e do açúcar também tinham melhorado, permitindo uma melhor divisão do trabalho. Após a interrupção do tráfico, o preço dos escravos aumentou vertiginosamente. O custo de manutenção dos escravos parecia, em algumas áreas, igualizar-se ou mesmo exceder o nível salarial local. O rápido crescimento das plantações de café fez do trabalho o problema mais urgente. Como podiam os fazendeiros satisfazer suas necessidades de trabalho após a interrupção do tráfico de escravos? O tráfico interno ofereceu uma solução temporária, mas a autorreprodução dos escravos não podia satisfazer a demanda imediata. Os fazendeiros das áreas em expansão haviam encontrado a resposta na imigração. Provavelmente, não teriam procurado alternativas para o trabalho escravo se não estivessem ante múltiplas pressões. Além disso, se tivessem mais confiança nas possibilidades de sobrevivência da escravidão ou não tivessem encontrado alternativas, teriam lutado para manter a instituição. Teriam tentado usar os mecanismos de repressão disponíveis para interromper os abolicionistas e as fugas de escravos. Como eles não se organizaram para defender a instituição, a escravidão foi abolida por um ato do Parlamento sob os aplausos das galerias. *Promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte.* (Costa, 1999, p.363-4, grifos nossos)⁷

Em suma, não existia no plano ideológico e político condições para sustentar a escravidão, considerando as fortes pressões socioeconômicas; daí a opção pela abolição feita pela elite, devido aos seus próprios

7 O leitor poderá questionar que o principal texto da autora sobre escravidão é *Da senzala à colônia*. Em ambos os livros a autora chega às mesmas conclusões – ver, por exemplo, *Da senzala à colônia* (Costa, 1998, p.499-500). O destaque que damos ao livro *Da monarquia à república* é por ter sido organizado e, em parte, escrito posteriormente; e, portanto, abarcou, corrigiu e ampliou as análises anteriores, inclusive tratando da questão da proclamação da República.

interesses (ou desinteresse). O “protesto do escravizado”⁸ (fuga, assassinatos e revoltas) pressionou a favor da abolição incutindo medo na elite branca. Porém, não foi decisivo uma vez que eram *reações primitivas* as condições da escravidão. As insurreições mais efetivas dos escravos teriam sido permeadas por princípios religiosos (islamismo) e ideologias (abolicionismo) inculcados “de fora”, isto é, por si só os escravos não teriam condições concretas de criar laços de solidariedade e propostas políticas capazes de desestruturar o *sistema*.

Nos dois últimos textos desse livro, Costa faz um levantamento bastante volumoso das leituras a respeito da constituição da República, desde seus contemporâneos até aquele momento (década de 1960). A autora constata que a partir de Caio Prado Junior surge a primeira *interpretação* objetiva do processo – não uma crônica superficial –, “que, desde então, grande número de sociólogos e historiadores nada mais fez do que desenvolver e testar suas premissas” (Costa, 1999, p.425). Em suma, sem desenvolver, Prado Jr. estabeleceu a seguinte hipótese pioneira:

Caio Prado Jr. rejeitou as explicações tradicionais. A República não foi uma reação contra os excessos do Poder Pessoal, como se afirmou muitas vezes. A política do imperador sempre fora o reflexo das “forças que atuavam no seio da sociedade”. A principal razão da queda da Monarquia foi a inadequação das instituições imperiais ao progresso do país. [...] A luta contra essas instituições conduziria à República. Uma simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar o último suspiro. As instituições primitivas como a escravidão, herdadas da antiga colônia, foram varridas pelas novas forças produtivas que se desenvolveram no decorrer do século XIX. (ibidem, p.462)

Para Costa, faltavam estudos que caracterizassem melhor as classes envolvidas no processo, sua posição nas relações de produção, a ideologia que professavam, estilo de vida, interesses e aspirações, seu grau de participação etc. (ibidem, p.444, 463). Em suma, era preciso

8 Sobre esse tema, ver o capítulo, sob mesmo título, de *Da senzala à colônia* (Costa, 1998, p.290-2).

definir com maior rigor esses personagens/categorias que “fizeram” o processo histórico. Nesse sentido, a autora propõe “dados para uma revisão”, que seriam os seguintes. No reinado de Pedro II ocorreram profundas mudanças socioeconômicas, com desenvolvimento técnico e infraestrutural da produção e do comércio, inclusive com os primeiros esboços de desenvolvimento industrial. Sendo assim, o...

[...] sistema escravista entrou em crise, solapado pelas novas condições econômicas, que a Revolução Industrial criara no campo internacional, e pelas mudanças ocorridas na economia brasileira. O trabalhador livre começou a substituir o escravo. Nas áreas cafeeiras mais dinâmicas encontrou-se na imigração a solução para o problema da mão de obra. (ibidem, p.464)

Desde o início da análise, portanto, o *modelo formal* explicativo (as categorias e suas relações) já estava pontuado, mas era preciso aperfeiçoá-lo. Prossegue, então, a autora, considerando que daquele desenvolvimento das forças produtivas surgem novas relações sociais, novas classes...

Ao lado das categorias ligadas aos empreendimentos industriais, surgiam outros grupos representantes do que se poderia chamar a pequena e média burguesia. Tratava-se de elementos ligados às atividades mercantis, às profissões liberais, à administração pública, aos meios de transporte, aos bancos etc. cujo número crescia progressivamente dando origem a uma população urbana. A maioria gravitava na órbita dos senhores rurais, aos quais não só se ligava por interesses econômicos, como frequentemente se unia por laços familiares. Possuíam, no entanto, a propósito de algumas questões, uma perspectiva que lhes era própria, diversa da visão senhorial, que de resto procuravam imitar. (ibidem, p.465)

Ao mesmo tempo, os grupos tradicionais (fazendeiros do Vale do Paraíba) perdem força:

A situação crítica em que se encontravam impedia-os de melhorar a produtividade. Não conseguiam acompanhar o nível salarial de outras áreas mais prósperas, por isso dificilmente conseguiam imigrantes. Apegavam-se ao

trabalho escravo. Não podiam melhorar o sistema de produção porque não dispunham de capitais e não dispunham de capitais porque era baixa a produtividade de seus cafezais. (ibidem, p.468)

Daí, a autora explica os confrontos/convergências das diferentes classes sociais no plano político e ideológico, para resolver os problemas colocados pelas transformações econômicas. Podemos dizer que, bem definida inicialmente a “essência” da transformação (desenvolvimento das relações de produção), era preciso uma explicação da “forma” como se deu a Proclamação da República (as lutas político-ideológicas); concluindo com um aperfeiçoamento/preenchimento da hipótese inicial:

O movimento resultou da conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. Momentaneamente unidas em torno do ideal republicano, conservavam, entretanto, profundas divergências, que desde logo se evidenciaram na organização do novo regime, quando as contradições eclodiram em numerosos conflitos, abalando a estabilidade dos primeiros anos da República.

A debilidade das classes médias e do proletariado urbano propiciou a preponderância das oligarquias rurais até 1930.

O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros.

O crescimento da população, o desenvolvimento industrial, a urbanização, a formação do proletariado e a ampliação da classe média, a crise que atingiu a economia cafeeira, a crise internacional de 1929, as contradições entre os vários setores de produção e o aparecimento de novas ideologias propiciaram a revolução de 1930, que inaugurou um novo período na história do Brasil. (ibidem, p.489-90)

Então, o esforço da autora é para tornar aquele *modelo formal* já presente em Prado Jr. mais complexo, rigoroso, capaz de explicar as

peculiaridades do processo histórico que desembocou na abolição, na República e, posteriormente, na Revolução de 30.

A crítica a esse modo de explicação histórica foi severa a partir de meados da década de 1970, mais recentemente Maria de Lourdes Mônaco Janotti (2003, p.134-5) sintetizou a questão:

Para Caio Prado Jr. [em *Evolução política do Brasil e outros estudos de 1933*] “as instituições imperiais representavam um passado incompatível com o progresso do país, e que por isso tinham de ser, mais dia, menos dia, por ele varridas. A questão servil é disto o mais frisante exemplo. Na sua solução não fez o Império outra coisa que protelar...”. As decorrências econômicas da extinção do tráfico, em 1850, seriam o motor progressista que levaria o Império ao seu fim e não os sucessos políticos dos gabinetes. Nesse momento foram dados os primeiros passos para a “modernização” do país e sua inclusão no sistema capitalista internacional surgindo, então, “uma parte progressista da burguesia nacional, ávida de reformas, e cujos interesses se vinculavam à transformação econômica do país”.

Nessa perspectiva, a política monárquica (superestrutura) não era compatível com as transformações nas relações de produção (infraestrutura) do país; assim sendo, estava fadada à decadência e substituição. Segundo a autora, essa interpretação fundamentou o revisionismo marxista a partir da década de 1960 – o que inclui os textos de Costa acima discutidos – que opera pelo princípio da “fatalidade histórica”:

Tanto os contemporâneos como a maioria dos historiadores viram o advento da República como uma fatalidade histórica. A percepção fatalista, utilizada como categoria para a compreensão do passado, baseia-se na inevitabilidade da evolução dos acontecimentos. De modo geral e esquemático, esse discurso articula-se em torno de avaliações conjunturais do final do Império, concluindo que as instituições monárquicas haviam a tal ponto se esclerosado que, dentro dos antigos moldes do poder, não seria possível absorver quaisquer mudanças provenientes da rearticulação das forças econômico-político-sociais. *O mundo transformara-se, modernizara-se e o velho regime estava, pelas leis da natureza, ou da ciência – depen-*

dendo da formação teórica do autor –, fadado a ser substituído pelo novo, a República. (ibidem, p. 141-2, grifo nosso)

Nesse movimento irremediável, apesar dos possíveis avanços e retrocessos, as diferentes classes ou grupos sociais estariam muito limitados em suas ações. Por exemplo: os escravos, portadores de uma consciência anômica (doente ou ilusória) devido às condições de vida impostas pelo *sistema*, pouco ou nada influenciaram em sua libertação; os monarquistas defensores das instituições carcomidas pelo desenvolvimento capitalista cedo ou tarde estavam fadados ao fracasso; bem como os oligarcas rurais, cedo (1889) ou tarde (1930).⁹

Enfim, por volta de 1980, pelo incentivo financeiro a “novas” pesquisas, pela outra atmosfera sociocultural, pela confrontação das representações clássicas da escravidão com outras fontes e/ou por uma crítica teórico-filosófica à produção anterior, emergiu o “terceiro momento” de estudos sobre a escravidão. É nesse momento que ocorrem as *apropriações* de Thompson e de Foucault; porém, os livros constantemente referenciados como “propulsores” são de outros intelectuais, a saber: *Roll, Jordan, Roll* (1974) de Eugene Dominic Genovese e *Ser escravo no Brasil* (1982) de Kátia Mattoso.

Para os partidários do “segundo momento”, o que surge nesses estudos é um “neopatriarcalismo” (Queiroz, 2003, p.108) ou, nas palavras de Gorender (1990a, p.16), essas “visões conduzem à mesma conclusão acerca da escravidão como instituição capaz de tratar os escravos com critérios de *justiça* por eles aceitáveis. Uma escravidão muito mais consensual do que coercitiva”. Para outros intelectuais, esses livros são as primeiras análises que escapam do determinismo econômico e consideram os escravos como “agentes da história”, percebendo as relações entre senhor e escravo como um acordo tácito

9 Janotti e Queiroz em dois excelentes estudos procuraram reconstituir a *luta* dos monarquistas e dos jacobinos nos primeiros anos da República. Apesar do esforço para escaparem do “fatalismo”, acreditamos que as autoras recaem em um problema correlato, isto é, julgar esses grupos por possuírem uma consciência inadequada às suas situações reais, o que os levou a derrota (cf. Janotti, 1986; Queiroz, 1986).

(des)obedecido por ambos ou como uma relação de forças (Souza, 2002, p.135).

No artigo “Cativeiro e alforria” que compõe um *Folhetim* especial sobre escravidão do jornal *Folha de S. Paulo*, de maio de 1987, Silvia Hunold Lara define o que é essa “renovação” da historiografia brasileira sobre a escravidão:

Nos últimos trinta anos, a maior parte da historiografia sobre o tema, para enfatizar a violência da escravidão, costuma reduzi-la à presença constante dos castigos e alienação do escravo. A humanidade do escravo aflorava apenas quando este cometia uma ação criminosa, quando fugia ou se aquilombava, ou dependia de iniciativas senhoriais de ensinar ofícios ao trabalhador cativo. Nestes três casos, seja pela determinação legal de ser punido como criminoso, seja pela consciência manifesta numa ação de resistência explícita, seja pelo reconhecimento senhorial de suas habilidades intelectuais e manuais, manifestava-se a contradição da coisificação de seres humanos, comprados e vendidos como coisas, para serem submetidos, explorados, castigados e punidos de forma brutal pelos senhores. [...] Posta nestes termos, tal caracterização da figura do escravo anula a possibilidade de entender que escravos eram seres que agenciavam suas vidas enquanto escravos, resistindo e se acomodando, e que a relação senhor-escravo era fruto desta dinâmica, entre dois polos, e não uma construção imposta de cima para baixo, unicamente pela vontade senhorial. Devemos, pois, deixar de trabalhar com categorias abstratas do que seja coisa ou pessoa, ser senhor ou escravo, para podermos recuperar o modo como aqueles homens e mulheres construíram e acionavam essas noções cujos limites e atributos eram determinados pelas relações cotidianas de resistência e acomodação que mantinham entre si. (Lara, 1987, p.B-9)

Entre críticas, replicas e trélicas, acusações de leniência ou autoritarismo político e teórico, o debate entre essas vertentes se estende pela década de 1990. Parece ter seu ápice (inclusive descambando para ofensas pessoais) com Gorender (1990b, p.F-2) e Chalhoub (1990, p.H-7). Em síntese, Lara (1991, p.F-2) explica que o debate girava em torno de: “se os escravos eram, afinal, ‘coisas’ ou sujeitos de sua própria história”. Para Gorender (1990a, p.43), a questão era se a escravidão era

benemerente, paternal, legalistas etc., conforme defendeu o “falatório tumultuoso” dos anos 1980; ou violenta e coercitiva, como defenderam os intelectuais de sua geração.

Em meio a todas essas acusações, o certo é que ser historiador da escravidão no Brasil era (ou é) desgastante. Não obstante, o que nos interessa agora é examinar como os pensamentos de Thompson e de Foucault compuseram as “novas” abordagens.

Luta de classes sem classes ou a escravidão no Brasil

Discutiremos agora, por ordem cronológica, alguns estudos produzidos na década de 1980, com a preocupação em destacar os modos como em cada um deles foram utilizados os pensamentos de Thompson e de Foucault. Neste momento não existe a preocupação de estabelecer generalizações, deixamos essa tarefa para o próximo subitem.

Logo de início um estudo contestador, um estudo que referencia Thompson (*Tradicón, revuelta e conciencia de clase*) e Foucault (*Microfísica do poder e Vigiar e punir*) simultaneamente e que trata o problema da transição do escravismo para o trabalho livre é *O negro livre no imaginário das elites: racismo, imigrantismo e abolicionismo* em São Paulo, de Celia Maria Marinho de Azevedo. Dissertação de mestrado defendida no departamento de História da Unicamp, em 1985, sob orientação de Peter Louis Eisenberg e publicada pela primeira vez em 1987, sob o título *Onda negra, medo branco*.

Eisenberg (1987, p.12), no prefácio da versão publicada, sintetiza a preocupação que fundamenta o estudo, a saber: Refutar a historiografia da década de 1960/1970, que “atualizou viesses racistas da década de 1870 e 1880” e negava a participação do negro na luta contra a escravidão, pois as condições materiais ou “estruturas” impossibilitavam a “agência humana”, a consciência e a ação. Ainda, prossegue Eisenberg:

Uma boa parte desta geração de historiadores [dos anos 80] entende que não foi nem a ação filantrópica de grupos “modernos” de consciência mais elevada, nem a lógica inexorável de um modo de produção cuja hora vinha chegando, que dava a direção e a velocidade aos acontecimentos do século

XIX. Fundamentalmente, foi a luta de classe, como afirmaram Marx e Engels no início do Manifesto Comunista. (ibidem, p.12-13)

Desse modo, para refutar a historiografia anterior Azevedo recorreu às noções de *luta de classes* e *classes* discutidas por Thompson no texto *La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?* Isso significa, em suma, retomando o que foi discutido na Primeira Parte deste estudo, que mesmo em um modo de produção pré-capitalista, é possível perceber as polarizações sociais e as lutas que formam as classes. Com a noção de *luta de classes* a autora busca resguardar a importância da “agência humana”, dos homens e mulheres que vivem essas relações de produção e agem sobre seus limites e pressões, dando forma ao processo histórico. Nas palavras de Azevedo (1985, p.11):

Refiro-me à faceta esquecida de uma história desumanizada, ou seja, à multidão de indivíduos que anonimamente fazem à história vivendo em seus cotidianos diferenciados social e culturalmente, relações de amizade e de conflito e construindo num processo de tensões, embates e acomodações os próprios resultados históricos que nos anos depois serão tomados como ponto de partida pelos pesquisadores de sua época.

A noção de *história como luta* permeia toda a interpretação da autora que procura. Em primeiro lugar, demonstrar os discursos e os debates ao longo do século XIX, a respeito do lugar do negro livre – Azevedo divide esses discursos em três propostas, a saber; incorporação do negro no mercado de trabalho livre, a introdução de imigrantes para compor o mercado de trabalho livre e, por fim, a conversão do negro em cidadão e trabalhador livre. Em segundo lugar, a autora discute a “presença” do negro em meio a esses embates. E, em terceiro lugar, procurou demonstrar como a proposta “imigrantista” foi vitoriosa. Vejamos agora apenas os fragmentos do texto que interessam aos nossos objetivos.

Ao contrapor os discursos da elite sobre a constituição da mão de obra livre no Brasil, Azevedo percebe que os reformistas “propunham a repressão pura e simples para obrigar a população a trabalhar” (ibi-

dem, p. 53). Enquanto, por exemplo, o visconde de Beaurepaire-Rohan defendia que pouco importava a raça, a etnia etc., todos os homens aspiram a se tornar proprietários. Por isso, para o visconde e seu grupo a questão era oferecer aos negros, brancos, pardos ou a qualquer outro a possibilidade (ainda que ilusória) de se tornarem proprietários por meio do trabalho assalariado e treiná-los por meio de uma educação moralizadora recusando, assim, o recurso da repressão física (ibidem, p.53-4). Para explicar a perspectiva de Beaurepaire-Rohan, Azevedo aponta as análises de Thompson a respeito do processo histórico de disciplinarização do trabalhador à produção industrial:

O processo histórico da transformação do *tempo natural em tempo burguês* é o tema de E. P. Thompson em “Tiempo, Disciplina de Trabajo y Capitalismo Industrial”, in *Tradicción, Revuelta y Conciencia de Clase*, Barcelona. E. Critica, 1979. Parece-me que no Brasil, naquele período, as populações livres e pobres viviam ainda regidas pelo tempo natural; sua submissão ao tempo burguês, isto é, o tempo produtivo em termos de lucro capitalista, só seria possível na medida de sua internalização de uma disciplina de trabalho, justamente o que Beaurepaire-Rohan tinha em mente. (ibidem, p.81)

De outro modo, ao tratar os discursos dos chefes de polícia da cidade de São Paulo, na década de 1870, Azevedo percebe uma constante denúncia por parte deles da “pena de galés”. Essa pena perpétua substituiu a pena de morte durante o processo de abolição e consistia em trabalhos públicos forçados, inclusive no comércio, com os escravos agrilhoados. Segundo a autora, por mais estranho que pareça, essa pena atraía os escravos, muitos cometiam crimes ou mesmo assumiam crimes que não cometeram para recebê-la. Dessa forma, ainda permanecendo em condições materiais deploráveis, tinham “a possibilidade de comunicar-se com os não condenados numa posição paradoxalmente privilegiada, bem como a possibilidade de escapar à disciplina e ao isolamento das fazendas” (ibidem, p.326). Privilegiada, pois os escravos causavam desconforto aos “homens livres” com suas ruidosas correntes, hábitos imorais etc.

Isso suscitou uma crescente cobrança dos delegados e chefes de polícia para a substituição da “pena de galés”, por uma de isolamento, que separasse os indivíduos de acordo com os crimes cometidos, obrigando todos a um trabalho moralizador etc. Daí, Azevedo recorre a Foucault para compreender o caráter desse discurso:

O problema da punição que passa a ser apropriada pelo prisioneiro, sofrendo até mesmo uma transformação de conteúdo, não foi algo específico de um país em que ainda vigorava a escravidão. Também os países de trabalho livre enfrentavam problemas semelhantes. Durante os séculos XVIII e XIX os juristas europeus discutiram intensamente a necessidade de reformas nos sistemas de penalidades, convergindo para o que Michel Foucault denominou de “supressão do espetáculo punitivo” e estabelecimento de uma nova “economia do poder de castigar”, com maior eficácia e constância no controle dos seus efeitos.

Da mesma forma que os reformadores europeus e norte-americanos tenderam cada vez mais para o encarceramento e isolamento dos prisioneiros, bem como para o seu tratamento individualizado, também aqui clamava-se pela extinção do “hediondo espetáculo” das galés e pela remessa dos prisioneiros para a longínqua ilha de Fernando de Noronha, bem longe das vistas de um público considerado facilmente influenciável pelo exemplo do crime. E tanto uns como outros moveram-se nesta direção pela necessidade de melhor dominar e controlar o poder de punir, que em um dado momento, por questões específicas de cada sociedade, deixava de surtir os efeitos esperados. (ibidem, p.327, grifo nosso)

É para compreender a vitória de determinadas práticas de punição e a derrota de outras que a autora utiliza as reflexões de *Vigiar e punir*. É possível notar que não existe nessa *apropriação* necessariamente uma adoção da concepção teórico-metodológica de Foucault, com exceção das noções de *história como luta e poder como relação* que compõem a *microfísica do poder*, elementos que também estão presentes no pensamento de Thompson. O que temos – e fica muito evidente na parte grifada da citação anterior – é uma *apropriação* de um conteúdo do livro de Foucault como hipótese explicativa, isto é, da mesma forma que aconteceu na Europa a substituição do suplício público pela

prisão e pelo disciplinamento aconteceu no Brasil, mas com algumas especificidades inerentes à nossa sociedade.

Levando em consideração apenas o volume das referências, seria possível concluir que os pensamentos de Thompson e de Foucault embasam igualmente as análises de Azevedo. Contudo, a autora não adota a “história sem sujeito”, a análise arqui genealógica do discurso e, conseqüentemente, a recusa de procedimentos hermenêuticos característicos da perspectiva foucaultiana. Desse modo, aproxima-se muito mais do materialismo histórico e cultural. Isso fica evidente, por exemplo, quando a autora explica a dissolução dos antagonismos da elite e a vitória do “imigrantismo/abolicionismo”, por meio do interesse de classe e da *luta de classes* – não de fatores “objetivamente constatáveis”, como o desenvolvimento “natural” das relações de produção:

Deste modo, por caminhos diversos e por vezes conflitantes, as ações, políticas de imigrantistas e abolicionistas acabaram por se complementar, os primeiros substituindo negros por brancos em atividades rurais e urbanas (ao menos, as mais valorizadas socialmente e melhor remuneradas), e os segundos contribuindo para concretizar em parte as antigas proposições emancipacionistas, tanto ao nível mais repressivo como paternalista, de controle social e sujeição do negro livre aos interesses dos grandes-proprietários.

Assim, se é preciso reconhecer a existência sempre renovada de “heranças” dos tempos escravistas, é preciso buscá-las sobretudo no profundo racismo herdado do imigrantismo – hoje subjacente nos costumes e na mentalidade em geral –, além da concepção emancipacionista e abolicionista (neste último caso, algo camuflada) de que o negro, embora cidadão, devia continuar sujeito aos interesses da elite branca, justamente devido ao seu passado ou “sangue escravo”. (ibidem, p.420, grifos nossos)

É evidente que essa discussão não dá conta de todos os aspectos desse longo e – se o leitor permite um juízo de valor – excepcional estudo, nem é o nosso interesse. Para a nossa discussão bastava especificar a *apropriação* de Foucault e de Thompson por Azevedo. Em suma, podemos dizer que a autora utiliza a noção de que o processo histórico só pode ser explicado pela *luta de classes* presente, como afirmou seu orientador, nos textos de Marx e Engels – principalmente no *Manifesto*

comunista, no 18 de *Brumário de Louis Bonaparte* e em *A ideologia alemã* – e “hipertrofiada” pelos estudos de Thompson.

Além disso, tal como na *escrita* do historiador inglês, predomina uma *narrativa sincrônica* “cerrada entre as fontes” – fundamentada em frequentes citações e interpretações de relatórios policiais e Atas das Câmaras, livros, cartas e textos diversos produzidos na época; recusando uma *analítica* (definição de categorias e suas relações) ou procedimentos quantitativos. O pensamento de Foucault é utilizado nos pontos, em que se *aproxima* do de Thompson, para agregar capacidade explicativa em um discurso predominantemente marxista.

Assim, a autora pôde questionar a produção acadêmica anterior por seu *formalismo*, bem como propor outra explicação para o processo histórico. A Abolição não foi simplesmente resultante do desenvolvimento capitalista, nem da decisão de uma elite esclarecida. Pois, apesar de os “dirigentes abolicionistas” se esforçarem para atribuir alto grau de racionalidade a suas propostas ditas progressistas, na verdade respondiam principalmente as pressões populares e ao interesse da elite econômica, suas ações eram estratégias para controlar as massas:

Foi portanto em reação às fugas e rebeliões de escravos nas fazendas, revoltas e manifestações cidadinas de negros e abolicionistas populares, que os dirigentes abolicionistas assumem uma postura decisivamente pró-libertação, sem prazo e sem condições, combinada com projetos de integração do negro no mercado de trabalho livre e de conciliação socioracial. (ibidem, p.405)

Assim, a Abolição foi uma contramanobra da classe dominante em resposta as manobras dos dominados em meio à *luta de classes*. É possível imaginar que essa análise encontrou grande ressonância com os movimentos negros da década de 80, bem como provocou a irritação de alguns intelectuais da modernização, como Gorender.

Estudos sobre escravidão no Brasil, que adotam Foucault e/ou Thompson como referencial, não são exclusividade da pós-graduação da Unicamp. Como já mencionamos, Silvia Hunold Lara em sua tese de doutorado – apresentada ao Departamento de História da USP, em

1986, e publicada pela primeira vez em 1988, sob orientação de Fernando Novais, intitulada *Campos da violência: estudo sobre a relação senhor-escravo na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808* – recorreu aos textos *Vigiar e punir* do filósofo francês e *The poverty of theory & other essays* e *La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?*¹⁰ do historiador inglês.

Os poucos textos referenciados não repercutem em uma insignificante *apropriação*. Ao contrário, a influência desses autores é fundamental para esta pesquisa, Lara explicita isso em relação a Foucault, em 1985, um ano antes da defesa da tese, em texto apresentado no Colóquio Foucault, intitulado “O castigo exemplar dos escravos no Brasil Colonial”, em que também constam referências a *Microfísica do poder* e *Eu, Pierre Rivière...* Por isso, faremos a análise de seu estudo a partir desse texto e da versão publicada de sua tese.

A partir de fontes até então não utilizadas, os processos judiciais, Lara (1988) procurou compreender a “prática cotidiana da relação senhor-escravo no mundo colonial”, focando na região dos Campos dos Goitacazes (RJ), em um período de tensões do sistema colonial e “de maior presença do Estado metropolitano na Capitania”. Seguindo a abordagem de seu orientador, “única concessão” que faz a concepção teórico-metodológica de Novais, afirma a necessidade de pensar a Colônia a partir da relação de exploração da MetrÓpole. Porém, essa exploração só é possível e está imbricada com outra que é seu objeto específico de análise, a saber: a exploração oriunda da relação senhor-escravo.¹¹

Segundo Lara, muitos estudos sobre o escravismo procuraram compreender as formas de justificativa do sistema ou a chamada “ideologia da escravidão”. Em uma perspectiva antagonônica a esses estudos, desenvolvida a partir das reflexões de autores como Thompson, Raymond Williams, Claude Lefort e Marx e Engels de *A ideologia alemã*, Lara questiona a noção de ideologia como algo imposto, como reflexo da

10 Texto que integra a coletânea *Tradición, revuelta y conciencia de clase*.

11 São poucas as concessões que Lara dá às teses de seu orientador. Isso, sem dúvida, está associado à prática democrática operada na relação de Novais com seus alunos, conforme vimos anteriormente em uma fala de Laura de Mello e Souza.

infraestrutura ou como representação falsa da *práxis real*; para pensá-la como ideias imbricadas na exploração e na *luta de classes*, em termos emprestados de Thompson, a autora concluiu:

Isto significa não só que há noções admitidas como “naturais”, “inquestionáveis”, que “sempre foram assim”, por todos os membros da sociedade e, portanto, presentes nos dois polos das relações de produção; como também que diferenças de discursos, ou leituras, se produzem nos embates cotidianos e perpassam a sociedade em todos os seus níveis. (Lara, 1988, p.44)

Daí Lara passa a analisar as ideias que perpassaram o escravismo e forneceram condições para manutenção das relações de produção. O que surge disso e nos interessa aqui é – nas palavras da autora – “*grosso modo*, uma análise que caminha paralela à análise foucaultiana do suplício penal” (Lara, 1985, p.235). Lara começa descrevendo o discurso de membros da Igreja evitando, porém, uma explicação deste discurso por meio do sustentáculo socioeconômico; o que a autora destaca é “a elaboração de uma verdadeira ciência da dominação senhorial” (Lara, 1988, p.53) ou – retomando termos da época – uma governo econômico dos escravos. O que está sendo problematizado nessa “ciência” é a *prática do castigo* em vários aspectos: tempo, justificativa, qualidade, quantidade, modo etc. Assim, não se trata de qualquer castigo, pois deve ser pedagógico, disciplinador, produtor:

[...] em todos os autores citados há longas recomendações sobre as características, modo e métodos que transformavam o ato de castigar em verdadeiro exercício do poder senhorial, instrumento de dominação.

[...] Exercício de dominação, instrumento de controle da massa escrava, preventivo de rebeldias, o castigo era também disciplinador. Não só mantinha os escravos na sua condição de escravos mas também se constituía no meio de organizar o trabalho, de dividi-lo, regulá-lo.

[...] Assim, enquanto disciplina, o castigo não permanecia apenas a nível da dominação do escravo. Estava presente também no âmbito da produção e da continuidade da produção. O trabalho escravo, assegurada na sua continuidade pelo castigo, era por ele também controlado e disciplinado. (ibidem, p.49, 54, 55)

Entendendo a prática discursiva e a prática não discursiva do castigo, quase nos mesmos termos de uma genealogia foucaultiana, Lara demonstra que, primeiro, existe uma relação de reforço entre saber-poder, ou seja, entre o “governo econômico dos escravos” e a *prática do castigo*, e, segundo, esse “*saber*” estava disposto em diferentes falas: da Coroa, dos senhores e, até mesmo, dos escravos. Assim, se tivesse de acordo com certos preceitos o castigo era reconhecido socialmente como justo e corretivo, bem como era eficaz em seus objetivos (ibidem, p.57-72, 83).

Por fim, a partir da argumentação a respeito do suplício no Antigo Regime, presente no pensamento de Foucault,¹² Lara demonstra que o castigo do escravo é também *exemplar* com o objetivo de inculcar medo e respeito, entretanto,

Não é um castigo exemplar público, que punisse os furtos dos escravos como qualquer outro furto, executado pelos funcionários da Justiça Real e cuja exemplaridade estivesse dirigida à população, à plebe como um todo. Mas sim um castigo que fosse executado por aquele que controla o trabalho, no local de trabalho e cuja exemplaridade estivesse voltada para aqueles escravos que aí trabalhassem, e exclusivamente para eles. (ibidem, p.85)

O *castigo exemplar particular* é a “reativação do poder senhorial”, tanto no momento do suplício, para o público específico que o assiste, quanto posteriormente para todos conhecerem, a partir dos signos (as marcas físicas deixadas no corpo dos escravos) “que traduziam o ato de poder envolvido na escravização e diziam da qualidade e propriedade do africano tornado mercadoria” (ibidem, p.86-7).

Apesar dessas grandes identificações, ou melhor, da utilização de métodos de análise da genealogia foucaultiana e da retomada de *conteúdos*¹³ presentes em *Vigiar e punir*, Lara assinala três “limites”

12 Para operar um “redimensionamento” da prática do suplício para toda a Europa e as Colônias, Lara se fundamenta nas pesquisas de diversos outros historiadores, como Suzanne Chantal, Francisco J. C. Falcon, Daniel Sueiro, Robert Mandrou, Douglas Hay, Thompson, entre outros (cf. Lara, 1988, p.90-6).

13 Como destacamos no Capítulo 3, com o termo *apropriação de conteúdos* queremos identificar certos argumentos, informações e descrições de processos históricos;

no pensamento de Foucault e, portanto, opera também a partir do que denominamos de hermenêutica marxista, apreendida, mormente do pensamento thompsoniano.

Para Lara, em primeiro lugar, a verificação do sujeito que “*prática*” o discurso ou o ato é fundamental para compreendermos certas especificações e funções dessas *práticas*;¹⁴ por exemplo, ajudaria a compreender por que o castigo exemplar do Rei é público e o do senhor de escravos é privado. Em segundo lugar, o pensamento do filósofo francês contribuiu para “romper com certas noções de verdade, ao tratar da multiplicidade de sujeitos, da pulverização, densidade e difusão do poder”; contudo, em geral, “a análise foucaultiana se preocupou com as pessoas que estavam fora dos circuitos do trabalho produtivo”; então, seria preciso uma análise mais específica e deslocada para tratar da “conexão entre estas estratégias e dispositivos e a reprodução da exploração do trabalho” (Lara, 1985, p.235-7).

Finalmente, a relação de poder estabelecida a partir da *prática do castigo* deve ser entendida como uma *luta*; portanto, deve existir uma resistência informada pelo o que a autora denominou de “saber escravo” retomando a noção de *saberes sujeitos* de Foucault. Nesse sentido, não seriam saberes autônomos, são produzidos na relação e tendem a ser desqualificados e submetidos. Segundo a autora, o historiador da escravidão tem a função e dever de reconstituir os *saberes sujeitos*, essa tarefa é duramente tolhida pela qualidade e

por exemplo, que o suplício foi uma forma de incutir medo e respeito na população. Esses *conteúdos* independem da concepção teórico-metodológica, ou seja, podemos encontrar argumentos e descrições do suplício equivalentes nos textos de Thompson e de Foucault, apesar de não partirem da mesma concepção ou chegarem à mesma conclusão político-histórico: forma de poder do Antigo Regime, substituído pelo poder disciplinar a partir do século XVIII, para o filósofo; e meio de dominação da aristocracia até o século XIX, resultante da *luta de classes*, para o historiador.

14 Ver, por exemplo, a conclusão do capítulo “O castigo incontestado” (Lara, 1988, p.72), em que a autora especifica a partir das intenções de cada sujeito (Coroa, senhor, escravo etc.) a função do discurso sobre o castigo. Ainda, ao analisar o suplício dos Távora, ocorrido em 1759 em Portugal, Lara assinala suas duas funções: Primeira, a reativação do poder soberano, tal como descreve Foucault; e, segunda, repressão física e simbólica do Primeiro-Ministro (Marquês de Pombal) aos seus inimigos (entre os quais estavam os Távora) (cf. *ibidem*, p.91-4).

quantidade de documentação; porém, é possível superar os obstáculos “por uma série de recursos, pelo cruzamento de fontes diversas, por um certo tipo de leitura dos documentos disponíveis, por buscas em muitas direções”. Daí, a autora denuncia a “surdez” de Foucault e de seus discípulos em *Eu, Pierre Rivière...* como sendo também um dispositivo de poder que recusa dar voz aos dominados – é uma crítica muito próxima à de Ginzburg que já discutimos antes, contudo menos violenta (ibidem, p.238).

Não importa se concordamos ou não com as três proposições da autora (retomada dos sujeitos, especificação da associação entre *relação de poder* e *relação de produção* e resgate da luta dos escravos), o essencial é que a segunda parte da tese é dedicada à “recuperação da visão escrava da escravidão”. Nesse sentido, para Lara, se deixa “o nível das práticas discursivas e penetra no cotidiano de luta e acomodação entre senhores e escravos” (Lara, 1988, p.123). Para nós, ocorre um deslocamento de uma *prática historiográfica* em débito com a genealogia foucaultiana, para outra marcada por uma forma de análise documental (hermenêutica) e noções (*luta de classes* e *paternalismo*) de Thompson.

A segunda parte do livro começa com uma narrativa – em formato bastante tradicional – da fundação da vila de Campos dos Goitacazes, acompanhada por uma descrição geográfica, econômica (tipos de produção, volume, comércio etc.) e da demográfica (crescimento da população, número de escravos etc.) da região desde sua fundação até início do século XVIII, fundamentada em dados estatísticos. Esse foi o modo de a autora ambientar o leitor para, então, iniciar sua análise das relações entre senhor e escravo, que é feita em sete capítulos, cada um tratando um aspecto dessa relação. Para não nos alongarmos, vejamos apenas um desses capítulos para exemplificarmos a forma de análise da autora e retornamos ao que é essencial nessa tese.

A partir da interpretação dos processos criminais, Lara discute as formas do comércio de escravos e seus conflitos (ibidem, p.147-63). Esse comércio era feito por tráfico proveniente principalmente do Rio de Janeiro, leilões públicos de escravos hipotecados e fugitivos, e de contratos particulares de compra e venda. Pois bem, além das mediações comuns que envolvem mercadorias em geral (barganha de preço,

avaliação do produto, oferta e procura etc.), a autora destaca diversas outras decorrentes das relações socioculturais que existiam nessa sociedade; por exemplo: alguns compradores incitavam a fuga, pois o escravo fugido tinha seu preço reduzido, pelas custas da captura e/ou pelo seu caráter rebelde. Apesar de existirem mecanismos formais de compra e venda de escravos (registro em cartório), em um mundo de relações pessoais muitos compromissos se concretizavam verbalmente, o que dava uma grande margem de manobras e, também, de conflitos. Esses conflitos entre senhores muitas vezes davam brechas para os escravos imporem alguns de seus interesses, como a escolha de seu senhor.

Esse é o ponto considerado inovador, resultante dessa análise das relações senhor-escravo: O escravo tinha possibilidade de agenciar seus interesses. Por exemplo, durante uma venda, o escravo podia – algumas vezes pelo menos – pedir “a faculdade de procurar senhor” caso o comprador lhe desagradasse. Não interferiam diretamente no preço, mas suas ações e vontades influíam no trato senhorial. Portanto,

Queremos deixar marcado que, assim como esteve presente no discurso oficial metropolitano, a *contradição* entre “coisa” e “pessoa” se manifesta na prática das relações entre senhores e seus cativos. Mais ainda: tais atributos e os limites desta contradição, desde ser coisa não o sendo, estavam determinados pelas relações (pelos embates, resistências e acomodações) entre senhores e escravos, cotidianamente. (ibidem, p.163)

A autora prossegue analisando, mais ou menos a partir desse padrão, outros aspectos das relações socioculturais dessa sociedade, mediações entre feitores e escravos, capitães-do-mato e senhores, escravos e escravos etc. No geral, o estudo é pautado pela interpretação de depoimentos extraídos dos processos criminais e em uma *escrita* “narrativa cerrada entre as fontes”; contudo, Lara utiliza também instrumentos quantitativos, elabora e analisa dados estatísticos sobre demografia, economia, volume e tipo de crimes etc.¹⁵

15 Além das descrições econômicas e demográficas da região, referidas anteriormente; esta *prática historiográfica* se destaca no capítulo denominado “Criminosos e suspeitos” (cf. Lara, 1988, p.269-93).

É preciso confessar: até agora ocultamos do leitor a preocupação que perpassa toda a tese, que é essencial, pois o passeio aos Campos dos Goitacazes “não foi feito sem intenções” (ibidem, p.341). Anteriormente vimos que Lara, ao confrontar suas fontes com as interpretações correntes sobre a escravidão, verificou uma incompatibilidade. Esse estudo foi um esforço de elaborar/aplicar uma concepção teórico-metodológica eficaz para lidar com as fontes, nesse processo a produção anterior foi duramente contestada em diversas passagens (ibidem, p.17-26, 115-27, 139-45, 162-3, 341-55 passim).

No último capítulo da primeira parte do livro, Lara elabora uma análise historiográfica em que identifica aqueles três momentos dos estudos sobre a escravidão que apontamos anteriormente. Para a autora, todos os estudos anteriores “não deixam de insistir, mesmo à revelia, na velha oposição entre ‘violência’ e ‘paternalismo’” (ibidem, p.111), isto é, preocupado em última instância em qualificar o sistema escravista brasileiro como violento ou paternalista. Para a autora, essa preocupação não “dá conta das fontes”, não amplia o conhecimento histórico e está pautada exclusivamente por uma implicação política da atualidade, a saber: “uma escravidão amena e suave no passado, onde o cativo tivesse certos direitos assegurados ou a miscigenação quebrasse a rigidez social, correspondia e engendrava a harmonia racial do presente” (ibidem, p.99). Em suma, restringir o debate às classificações universalizantes possibilita “mais um ‘julgamento’ apoiado em valores pretensamente universais [do] que análise e conhecimento de uma forma de exploração e dominação específica e historicamente determinada” (ibidem, p.344).

Então, para constituição de uma *prática historiográfica* “mais eficiente”, que não parte de *modelos formais*, a autora recorre às discussões de Thompson a respeito do *paternalismo* na sociedade inglesa do século XVIII. Como vimos, essas discussões levam o historiador inglês a adotar o termo como um componente das relações dessa sociedade, não mais como uma categoria de classificação de uma dada sociedade.

Assim, mais que decidir, definir e classificar o caráter da sociedade ou das relações entre senhores e escravos, é preciso, portanto, recuperar a complexidade das suas relações, enquanto formas de dominação e exploração *constituídas nas relações* entre agentes históricos concretos em seu perpétuo tecer e destecer de equilíbrios, alianças e enfrentamentos. (ibidem, p.112)

Nessa perspectiva, a *violência* e o *paternalismo* deixam de ser uma “categoria explicativa” e se tornam um elemento das relações senhor-escravo; recuperando, então, a sua historicidade ou o seu significado dentro das relações sociais do período. Ainda, é questionada a relação lógica “de que a resposta escrava a uma dominação essencialmente violenta [castigo físico do senhor] era, também, e necessariamente, violenta [crime do escravo]” (ibidem, p.344) e, conseqüentemente, seu desdobramento de que o social é “produto da vontade de apenas alguns homens de natureza dominadora e violenta” (ibidem, p.345).

Outro elemento que é *apropriado* – implicitamente – do pensamento de Thompson – utilizado na análise e na contestação da produção anterior – é a noção de que as classes não são categorias estáticas, são resultado das relações historicamente localizadas:

Assim, mais que encerrar esses homens e mulheres em mente que seus “lugares” sociais estavam definidos pelas relações de dominação e exploração que mantinham entre si, nas práticas e confrontos cotidianos, e não apenas por aspectos formais como o título de propriedade ou a identificação aparente de sua condição social. (ibidem, p.347)

Enfim, para se defender de possíveis acusações de empirismo, Lara esclarece a partir de Thompson:

Isso não significa que tenhamos que permanecer no nível dos casos particulares, incapazes de elaborar generalizações a respeito das relações sociais existentes nessa sociedade. Ao contrário, tais conclusões evidenciam apenas que os conceitos e regras gerais devem ser suficientemente elástico para abarcar essa dinâmica e esse movimentos. Nesse sentido, se podemos falar em classes sociais, ou na clivagem geral que separava senhores e escravos, é porque estes conteúdos brotam do modo múltiplo e variado

com que homens e mulheres coloniais experimentavam e vivenciavam suas condições objetivas de existência e as relações de exploração e dominação que estabeleciam entre si, cotidianamente. (ibidem, p.351)

Tal, portanto, como outros estudos da década de 1980, ao contrário de uma investigação histórica que tem por preocupação complexificar e adequar um *modelo formal* de explicação histórica, temos uma investigação histórica que organiza os “casos particulares” por meio de um nexos explicativo – uma regularidade verificável como diria Thompson – que é a *luta de classes*. Todavia, diferente da maioria dos estudos e das falas que discutiremos aqui, encontramos não somente uma *utilização* dos pontos em que os pensamentos de Thompson e de Foucault *convergem* ou se *aproximam* (concepção de história como *luta* e poder como relação), mas também um esforço explícito de *utilizar* a genealogia foucaultiana e a hermenêutica thompsoniana como *complementares*, em razão do que a autora considera os limites da primeira. Isso ocorreu em meados da década de 1980, um momento em que as *divergências* entre o pensamento de Thompson e de Foucault começaram a ser destacadas no Brasil por diversos intelectuais – como vimos anteriormente. Assim, esse esforço pode ser entendido como mais um sintoma de uma transição no processo de *apropriação* dos pensamentos desses intelectuais, pelos historiadores brasileiros. Se em geral o pensamento de Foucault *agrega* elementos ao materialismo histórico, nesse caso, aquele deve ser *complementado* por este.

No mesmo ano da defesa da tese de Lara (1986), é defendida no Departamento de História da Unicamp a dissertação de mestrado de Maria Lucia Lamounier (1986), intitulada *Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*, orientada Michael McDonald Hall, e publicada em 1988. Esse estudo não faz referências a textos de Foucault e apenas ao livro *Whigs and Hunters* de Thompson. Destacamos essa dissertação, apesar da escassez de referências, porque é uma espécie de reflexo do referido texto de Thompson.

Trata-se de um estudo da “lei de locação de serviços” de 1878, também conhecida como Lei Sinimbu. Segundo a autora, essa Lei foi

extremamente importante, “quase um código rural” somente comparável, na história do Brasil sobre as relações de trabalho, às Leis de 1960. Apesar disso, a historiografia lhe deu pouca atenção uma vez que, em razão de sua pouca aplicação prática, considerou essa Lei uma forma falha de a classe dominante resolver alguns de seus problemas, por meio de um mecanismo jurídico que permitia punir os trabalhadores indisciplinados. Outro debate da historiografia sobre o tema, segundo Lamounier, era se a Lei Sinimbu era liberal ou repressiva (Lamounier, 1986, p.1-5).

Para a autora, essa Lei se insere em uma política “mais geral implementada para a extinção da escravatura em 1871” (ibidem, p.4), por isso a efervescência das décadas que antecedem a Lei Sinimbu podem explicar seu significado e implicações. Desde 1850 surgiu uma série de novos fatores: a “abolição gradual e segura”, as experiências de imigração europeia, em geral, fracassadas, a generalização dos crimes e das fugas de escravos, divergências entre províncias etc. dos quais emerge um “quadro” que demarcou “os modos possíveis e alternativas de organização das relações de trabalho” (ibidem, p.9). Essa Lei específica é uma entre as possíveis formas de organização do trabalho na época, uma vez que a Lei em geral é um espaço de enfrentamento entre formas de organização da sociedade (ibidem, p.9-10).

Nesse sentido, Lamounier retoma as reflexões de diversos intelectuais para constituir sua concepção de Lei e o método para analisá-la. Entre as referências temos Cornelius Castoriadis, Raymond Williams, Eugene Genovese e, destacadamente, Thompson:

Ora, entendemos que as condições de estruturação e regulamentação de um mercado de trabalho livre se constituem no embate de relações de exploração e ação e resistência dos trabalhadores a esta exploração. E que neste espaço de conflito a lei deve ser vista não como algo passivo e reflexivo, mas como uma força ativa e parcialmente autônoma. O papel das leis deve ser analisado para além de uma função meramente instrumental de um poder de classe. Ou antes, pensamos, a lei deve ser vista, e aqui concordamos com Thompson, como agenciando as relações entre as classes, como mediação e reforço destas relações e, ideologicamente, como aquilo

que lhes fornece legitimação: a lei mediatiza as relações entre as classes ou as classes não se expressam aleatoriamente, mas através das formas da lei. Enquanto ideologia, a lei é referida à ação dos homens e aparece como constitutiva do social – espaço onde se constituem as relações entre os homens, e através das quais e constituído – o campo onde adquire um caráter de concretude e movimento. A lei, ao agenciar as relações entre as classes, definindo um campo (também simbólico) – de ação dos homens não pode ser de forma evidente parcial e injusta. Na sua forma de ideologia o direito não se apresenta como um corpo de regras e normas que paira sobre o conjunto do social, ou mesmo como uma instância separada e “dominante” a que os homens estariam submetidos. O direito – instituindo formas de relações entre as classes e sendo aí, ao mesmo tempo (no mesmo lance) instituído, exercendo sua função de legitimação – não pode ser pensado em termos de uma “ilusão”, “mistificação” ou “maniqueísmo” de grupos. As leis definindo e sendo definidas neste espaço de relações entre os homens têm de ser vistas neste mundo “vivido” de significados e valores e “experimentado” na prática. Evidentemente estas considerações sobre o papel da lei não pretendem esgotar o complexo debate que aí se sustenta. Porém, figuram inicialmente um farol a nortear o nosso mergulho na história. (ibidem, p.9-11)

Assim, a partir da interpretação, sobretudo, das atas e relatórios das Câmaras (dos deputados e dos senadores) e de inquéritos policiais de greves de trabalhadores e outros conflitos entre esses e os patrões, a autora constrói uma narrativa das relações conflituosas – entre trabalhadores e senhores/patrões e no interior da própria classe dominante – e descreve a forma como vão se inscrevendo na construção da Lei Sinimbu e, posteriormente, em seu abandono.

Em suma, segundo Lamounier, em meados do século XIX, por causa dos movimentos nacionais e internacionais, já havia uma ampla percepção de que a escravidão teria que desaparecer; desse modo, fazendeiros de todo o país começaram a experimentar outras formas de relação de trabalho. Essas experimentações foram bastante conflituosas, da luta entre fazendeiros e trabalhadores emergiu a percepção de que as leis (de 1830 e 1837) de locação de serviço em vigor não eram adequadas às atuais relações de trabalho. Ao mesmo tempo, as

tentativas de incentivar a imigração fracassavam e ganhavam força os grupos que defendiam a abolição gradual, inclusive como forma de constituir um mercado de trabalho. Foi desse espaço de experiência, de luta entre trabalhadores e fazendeiros e entre propostas divergentes de formação do mercado de trabalho e abolição da escravidão, que se impôs a Lei Sinimbu em 1879.

Logo no início da década de 1880, porém, antes mesmo de a lei ser efetivamente aplicada, o quadro geral se transforma: a imigração subvencionada e o sistema de colonato se mostraram um sucesso, principalmente na Província de São Paulo cujos representantes se tornaram cada vez mais influentes no governo do Império. Ora, a Lei Sinimbu, fundada em experiências passadas, atrapalhava as novas relações de trabalho que, principalmente, os paulistas implantavam. Com as vitórias destes na política nacional e nas estratégias de construção de mercado de trabalho, tanto a Lei quanto o processo gradual de abolição foram derrotados (ibidem, p.30-50, 145-6, 161-5, passim).

Desse modo, esse estudo foi também uma tentativa de escapar do que denominamos anteriormente de “princípio da fatalidade”. Para essa tarefa, Lamounier procurou explicar o processo histórico não por meio das relações lógicas entre categorias, mas sim pelo acaso da *luta de classes* da forma como concebe Thompson ou, em suas palavras:

O modo pelo qual se passou da escravidão ao trabalho livre no Brasil, usualmente referido em termos de um “período de transição”, é tema constante em nossa historiografia. Tal acontecimento por vezes é analisado ora encarnando o caráter de uma linearidade através da qual se reduzem a diversidade e a complexidade das relações que o compõem, ora sob o jugo de determinações econômicas às quais escapa a dinâmica atividade dos homens. Tentando privilegiar neste período de transformação as ações dos homens, suas motivações e suas lutas, o presente estudo dos projetos e leis referentes aos contratos de serviços para trabalhadores nacionais e estrangeiros buscou revelar que, nas relações de força entre os vários atores em cena, forjam-se e delinham-se diversas possibilidades de transição. (ibidem, p.163)

Houve, portanto, um grande esforço de Lamounier para mostrar que o processo histórico, tal como conhecemos hoje, é resultado da luta e não do desenvolvimento sistêmico, lógico, natural, óbvio etc.; entre os diversos interesses, um deles venceu a batalha, simplesmente porque escolheu a melhor estratégia dentro de determinadas condições.

A tese de doutorado de José Carlos Barreiro, intitulada *O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX*, apresentada ao Departamento de História da USP em 1988, orientada por José Jobson de Andrade Arruda, aborda o tema da escravidão e do trabalho livre. O autor analisou o discurso classista dos viajantes estrangeiros (principalmente europeus) do século XIX, a respeito da propriedade e do trabalho, bem como analisou as práticas disciplinares organizadas por esse discurso modernizante. Segundo o autor, os discursos dos viajantes procuravam impor uma determinada representação de mundo às classes subalternas brasileiras (que incluem os escravos e os trabalhadores livres do período), produzindo um “esvaziamento da memória” desses grupos sociais. Dessa forma, o objetivo central da tese é reconstituir os “traços gerais da modernidade” e, em um segundo “nível de análise”, a “história das classes subalternas”.

Nesse estudo, surgem com muita frequência referências aos textos de Thompson, *The making of the English working class*, *A miséria da teoria*, *La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?* e *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*.¹⁶ Com menos frequência encontramos referências aos seguintes textos de Foucault: *Vigiar e punir*, *O que é iluminismo?*¹⁷ e *Sobre a justiça popular*.¹⁸ A tese está dividida em duas partes: na primeira, Barreiro apresenta as representações em oposição, dos viajantes e das classes subalternas; na segunda parte do trabalho, o autor se dedica à análise das práticas utilizadas para introjetar as representações liberais/modernizantes nas classes subalternas.

16 Os dois últimos textos integram a coletânea *Tradición, revuelta y conciencia de clase*.

17 Retirado de Escobar (1984).

18 Retirado de *Microfísica do poder* (Foucault, 1979).

Segundo Barreiro, no discurso dos viajantes do século XIX o Brasil já não é mais a “terra da Cocanha”, uma terra maravilhosa de fartura e/ou mistérios, o paraíso na terra. Muito pelo contrário, emerge entre os viajantes desde o final do século XVIII um discurso modernizante: o Brasil é o lugar da barbárie que deve ser modernizado à imagem da Europa. Para Barreiro, recorrendo a argumentações de Foucault e Walter Benjamin (Barreiro, 1988, p.16-17, 476-7), esse discurso modernizante tem como característica “estabelecer uma ruptura radical com a tradição” (ibidem, p.17), isto é, desvalorizar a memória e as práticas das classes subalternas, sempre associadas pelos viajantes a uma tradição arcaica e bárbara que deveria ser superada.

Quando discute a questão da disciplinarização dos trabalhadores, que emerge nos discursos dos viajantes e orienta práticas de controle social, Barreiro utiliza a discussão de Thompson sobre o rompimento do “tempo natural”, que será “elemento decisivo da disciplina do trabalho”:

Ao lado da introdução da divisão do trabalho, o controle do tempo, desde meados do século XVIII, será um dos elementos fundamentais da disciplina no mundo moderno. O tempo tem que ser medido e, na atividade produtiva, o seu controle ininterrupto deverá ser aferido através da pressão dos fiscais. A exatidão e a regularidade passam a ser virtudes fundamentais do tempo disciplinar. (ibidem, p.87-8)

E também de Foucault:

As ruas estreitas, tortuosas, inclinadas e irregulares em todos os sentidos, são objeto de insistentes observações dos viajantes estrangeiros e parecem constituir importante mecanismo de projeção da miragem da visibilidade total, típica do século XIX, cuja idealização mais acabada encontra-se consubstanciada no panóptico. (ibidem, p.88)

Assim, passagens de textos de Thompson e de Foucault são operacionalizadas por Barreiro para analisar a fala dos viajantes como um discurso modernizante que tem como característica organizar uma prá-

tica de vigilância e disciplina no espaço do trabalho e fora dele (ibidem, p.136-7, 324-5 passim). Desse modo, até aqui não ocorre exatamente uma *apropriação* da concepção teórico-metodológica de nenhum desses intelectuais, o que ocorre é a *apropriação de conteúdo*, isto é, o uso de seus textos como fonte secundária: nas sociedades europeias modernas existe todo um conjunto de práticas de disciplinamento e vigilância conforme demonstraram Foucault, Thompson, Benjamin etc., que não existe no Brasil, o que fica constatado pelos discursos dos viajantes europeus sobre o país.

Não obstante, mais adiante percebemos que o debate teórico-metodológico principal da tese é o mesmo do materialismo histórico e cultural. Barreiro interpreta suas fontes por meio do nexos explicativo da *luta de classes*, e o século XIX no Brasil, só pode ser compreendido nesses termos a partir do conceito heurístico de classe desenvolvido por Thompson. Pois, “a inexistência de partidos e demais instituições de classe torna possível apenas de forma indireta o estabelecimento de uma correspondência entre o conceito de classe e as evidências históricas” (ibidem, p.20-1).

É um momento em que o trabalho livre é embrionário, pelo menos no Brasil as classes não se reconhecem como classes no sentido moderno. Contudo, considerando o princípio que é “a partir da *luta de classes* que os indivíduos descobrem-se como classe e não o contrário” (ibidem, p.22), Barreiro busca organizar as evidências por meio da noção de polarização social induzida pelas relações de produção, percebendo então as lutas que processualmente formam as classes. Daí a utilização do conceito heurístico de classe de Thompson, fundado na noção de conceitos/categorias como “expectativas” e não como “modelos”, noção *apropriada* – conforme o próprio autor afirma – do livro *A miséria da teoria* (ibidem, p.21-2, 30).

Ao considerar a *luta de classes* no interior do sistema escravista, Barreiro se posiciona explicitamente ao lado de Silvia Hunold Lara e em oposição a Caio Prado Junior e Fernando Henrique Cardoso:

A análise, ainda, bastante difundida, do escravo sob o ponto de vista de que ele é *coisa* e, nessa condição, impossibilitado de expressar a sua

consciência social de formas variadas, tem obstaculizado o tratamento da questão sob a óptica do conceito de classes. Nessa medida, considerá-lo como classes, tanto quanto os grupos sociais livres, foi a forma encontrada aqui para testar a hipóteses de que o escravo vivenciava relações dinâmicas e complexas, os quais impossibilitavam enquadrá-lo dentro de noções passivas. (ibidem, p.22, ver p.34)

Para entender como as classes subalternas introjetavam de forma ativa ou contraditória, por meio de suas próprias referências, os “valores da modernidade”, o autor recorre mais uma vez a Thompson, especificamente ao conceito de *experiência* que articula as tradições populares (ou cultura) e as determinações materiais decorrentes das relações de produção:

Através da tradição como componente básica da experiência, pudemos perceber como as classes subalternas experimentaram, na forma de exploração, as tentativas de racionalização da modernidade, vividas na especificidade com que se apresentaram na sociedade brasileira do período estudado. Sob esta óptica, pudemos reinterpretar certos elementos integrantes das práticas sociais e culturais complexas das classes subalternas, no interior do seu próprio quadro referencial.

[...]

Esta perspectiva permitiu-nos descobrir, ao indagar as evidências históricas do período, a existência de um saber das classes subalternas, que, embora fragmentário e ambíguo, orientava a sua ação no interior das relações sociais existentes. Pôde-se perceber então que as classes subalternas não se limitavam a descobrir uma realidade já dada, mas a construíam e educavam-se através dela. (ibidem, p.477)

Incluindo Foucault na conversa, Barreiro coloca a questão da existência de um *saber sujeito* próprio das classes subalternas, mas, diferente de Foucault, entende que esse *saber* é originado na *experiência* de classe, que possibilitou que esses indivíduos contornassem ou resistissem de algumas maneiras à dominação (ibidem, p.40, 77, 357 passim). Essas maneiras de resistência, segundo o autor, devem ser pensadas não por meio de “critérios de eficácia” provenientes de outras

realidades históricas, por exemplo a resistência política por meio dos partidos e sindicatos.¹⁹ Devem ser analisadas nas “manifestações culturais em geral (teatro, danças dramáticas, festas populares) [em que] as classes subalternas externavam também sua oposição à estrutura de dominação vigente” (ibidem, p.480-1).

Em suma, é uma tese fundamentalmente marcada pela concepção teórico-metodológica de Thompson, os textos de Foucault agregam valor a essa forma de explicação histórica, suas noções e argumentos são utilizados fora de sua lógica interna. E, enfim, é um estudo contestador da produção acadêmica anterior, considerada pelo autor excessivamente *formalista*.

Outra pesquisa tem por tema específico a escravidão ou, mais precisamente, o *processo histórico* de abolição da escravidão. É a tese de doutorado de Sidney Chalhoub apresentada ao Departamento de História da Unicamp em 1989, sob orientação de Robert Wayne Andrew Slenes, intitulada *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, publicada pela primeira vez sob o mesmo título em 1990. Nesse estudo, o processo de abolição é analisado a partir das lutas cotidianas em torno das visões de liberdade e de cativo dos escravos.

Diferente de sua dissertação de mestrado – que discutiremos no próximo eixo temático –, esse estudo já não faz referências a textos de Foucault, entretanto as reflexões de Thompson estão no núcleo da preocupação de Chalhoub, sendo retomadas a partir dos seguintes textos: *Time, work-discipline, and industrial capitalism*, *The moral economy of the English crowd in the eighteenth century*, *Folklore, anthropology and the discipline of historical context*, *A miséria da teoria e Senhores e caçadores*.

Antes de tudo é preciso notar que, como vimos antes, Chalhoub é um crítico da “formação de igrejinhas”, isto é, do fechamento dos

19 Nesse ponto, Barreiro (1988) inclusive entra no debate sobre o movimento operário. Apesar de não citar explicitamente, posiciona-se no mesmo horizonte de trabalhos que discutiremos adiante, como de Cristina Hebling Campos (1988) e de Luzia Margareth Rago (1985), bem como de Thompson (ver Barreiro, 1988, p.479-81).

historiadores em determinado campo teórico-metodológico-temático, impedindo o diálogo com outros campos e pensamentos. Ora, a não utilização do pensamento de Foucault em sua tese é uma delimitação que não existia em sua dissertação. Porém, o essencial nesse caso é que essa “exclusão” diz respeito a problemas internos à sua *operação historiográfica* (delimitação temática, forma de análise, conceitos utilizados etc.) e não a uma intenção de recusar e lançar à margem da história-disciplina o pensamento de Foucault. De qualquer modo, intencionalmente ou não, o autor reforça o movimento de separar os pensamentos de Thompson e de Foucault, ocorrido na historiografia brasileira a partir de meados da década de 1980.

Dito isso, a questão é: o que queria Chalhoub (1989) com esse estudo? Segundo o autor, sua intenção era propor “uma teoria explicativa das mudanças históricas” (ibidem, p.10). Para isso, recorreu ao método de “investigação de rastros” de Carlo Ginzburg e Robert Darnton, ou seja, procurou interpretar os vestígios existentes nas fontes para construir os fatos por meio da “imaginação controlada característica da disciplina histórica” (ibidem, p.9). Contudo, para Chalhoub, faltaria nesse método a explicação para o *processo histórico*.

É explicitamente a ideia de *processo histórico* de Thompson, exposta em *A miséria da teoria*, que Chalhoub (1989, p.12, 27) defende. Processo limitado e pressionado, mas com desfecho indeterminado em razão da *luta de classe*, dos embates que irão constituir a “genética” desse processo e dar forma ao próximo e sempre efêmero “momento”²⁰ histórico.

Em uma autocrítica – que retomaremos em detalhe adiante – o autor afirmou que em sua dissertação de mestrado não conseguiu explicar o *processo histórico*, uma vez que nos pontos onde essa explicação deveria emergir foram aplicadas fórmulas consagradas pela historiografia como “implantação de uma ordem burguesa na cidade do Rio de Janeiro” (ibidem, p.11). Desse modo, a questão de sua tese seria: Qual é a “genética” das fórmulas? Onde está a “agência humana” que, na perspectiva de Chalhoub emprestada de Thompson, transmuta *estrutura* (condições materiais e regras simbólicas de uma época) em *processo*?

20 Pois não é exatamente um momento (estado de algo), mas sempre processo.

A *apropriação* de Thompson compõe ou “organiza” outras duas intenções correlatas do autor, a saber: explicar o conteúdo encontrado nas fontes e criticar uma determinada produção acadêmica, que ele denominou historiografia do escravo-coisa – que corresponde aos livros que compõem o que denominamos “segundo momento” de estudos sobre a escravidão no Brasil. Em suas palavras:

A ênfase na chamada “transição” da escravidão (ou do escravismo, ou do modo de produção escravista) ao trabalho livre (ou à ordem burguesa) é problemática porque passa a noção de linearidade e de previsibilidade de sentido no movimento da história. Ou seja, postulando uma teoria do reflexo mais ou menos ornamentada pelo político e pelo ideológico, o que se diz é que a decadência e a extinção da escravidão se explicam em última análise a partir da lógica da produção e do mercado. Trata-se, portanto, por mais variadas que sejam as nuances, da vigência da metáfora base/superestrutura, da ideia, frequentemente geradora de reducionismos grotescos, de “determinação em última instância pelo econômico”. Em outras palavras, trata-se da postulação de uma espécie de exterioridade determinante dos rumos da história, demiurga de seu destino – como se houvesse um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais. (ibidem, p.12)

Em suma, Chalhoub procurou substituir a explicação histórica do *modelo formal*, pelo modelo mais fluído da *luta de classes* ou da “agência humana” em que “entram em cena”: Genuíno, Adão Africano, Tomé, Bonifácio, Francelina, Maria de São Pedro entre outros homens e mulheres que tinham suas próprias visões de liberdade e lutaram por elas, ainda que limitados e pressionados pelas condições históricas. Esses homens e mulheres estão presentes nas fontes do autor e o “obrigaram a contar a sua história” (ibidem, p.14).

Tal como assinalou Lara em relação à sua pesquisa, a questão das fontes, isto é, da utilização de outros tipos de fonte e outro “olhar” (método de interpretação) sobre essas, foi crucial para o desenvolvimento dessa tese. A utilização de uma “hermenêutica” emprestada de Thompson e Ginzburg possibilitou o “resgate” dessas “micro-histórias” que são as formas de pensar e agir dos dominados e seus

significados. Todas essas micro-histórias foram, então, organizadas por meio de uma regularidade que as atravessa, a *luta de classes*. Para o autor, os personagens que “emergem” em suas fontes não podiam ser “deduzidos filosoficamente” como teria ocorrido na produção acadêmica anterior sobre o tema (ibidem, p.397).

A questão é que esse “novo olhar” do historiador compõe uma determinada *prática historiográfica* que tem como característica resgatar uma multiplicidade de personagens e organizá-los em torno da *luta de classes*, foi o resultado dessa luta que determinou o processo histórico. De outro modo, o “olhar anterior” organizava esses personagens em categorias (burguesia agrária, burguesia industrial, rebeldes primitivos etc.) e os colocava em relação a outras categorias (forças produtivas, ideologia, luta de classes etc.), formando um conjunto de relações com determinações, hierarquias, classificações etc. Todavia, é preciso esclarecer: como essa diferença afeta a análise e seu resultado? Ora, a Abolição, em última análise, deixa de ser resultado do desenvolvimento do capitalismo e da ação de uma elite esclarecida, para se tornar resultado da luta dos escravos e de seus partidários, como assinalaram Azevedo e Lara.

Chalhoub (1989, p.17-19) também recorre a Thompson para resolver outro debate em que a historiografia do período estava envolvida, a saber: o diálogo com a antropologia ou, mais especificamente, a importância da luta em torna das normas e dos valores. Vimos que Thompson insistiu que a *luta de classes* ocorre também no campo da cultura – nas discussões sobre *hegemonia cultural* – e que os embates nesse campo são tão fundamentais quanto aqueles na Lei e na política. O que isso significa para Chalhoub?

[...] numa sociedade escravista, a carta de alforria que um senhor concede a seu cativo deve ser também analisada como o resultado dos esforços bem-sucedidos de um negro no sentido de arrancar a liberdade a seu senhor; no Brasil do século XIX, o fato de que senhores e escravos pautavam sua conduta a partir da noção de que cabia unicamente a cada senhor particular a decisão sobre a alforria ou não de qualquer um de seus escravos precisa ser entendida em termos de uma “hegemonia de classe”; e os castigos físicos na escravidão precisavam se afigurar como moderadores e aplicados por

motivo justo, do contrário, os senhores estariam colocando em risco sua própria segurança. (ibidem, p.18)

Isto é, tal como em outros estudos dessa geração, principalmente na tese de Lara, Chalhoub afirma a existência de regras culturais dentro das quais os escravos operavam suas estratégias de resistência. Com isso, evidentemente, o autor quer questionar a produção acadêmica que representa o escravo como um ser determinado pelas violentas condições históricas e, portanto, sem *consciência* ou capacidade de resistir à dominação, a não ser por atos extremados de desespero ou pelo crime.

Ao contrário, Chalhoub quer demonstrar a resistência sutil, os deslocamentos que os escravos produziram cotidianamente nas malhas do poder. Vejamos um exemplo extremo – e mesmo cômico – desse antagonismo de métodos interpretativos. Em Pernambuco os escravos eram assassinados por inimigos de seu senhor como forma de vingança. Numa dada ocasião, um escravo acompanhando um viajante francês não quis se aproximar de um povoado, pois seus moradores estavam em conflito com seu senhor. Quando questionado por sua atitude, o escravo disse que “não podia ser morto para não desonrar seu senhor”. Ao analisar esse *caso*, Gorender afirmou que a cultura dominante foi interiorizada pelos cativos a ponto de ele se preocupar mais com a ofensa ao padrão do que com sua própria vida. Ao contrário, para Chalhoub essa foi uma estratégia viável (dentro das condições estabelecidas) do escravo para sobreviver, foi uma atitude de ressignificação e não de interiorização (ibidem, p.395-8).

É preciso perguntar o que determinou essas perspectivas antagônicas? Além dos métodos de análise documental, analítico (ou formalista) *versus* hermenêutico, existiu também um fator ético-político.²¹ Para esclarecer esse fator, vejamos duas longas passagens. A primeira, da tese de Chalhoub:

21 Relembrando que com esse termo queremos descrever a representação dos historiadores a respeito de sua posição em relação aos outros grupos socioculturais e suas percepções em relação à gestão da sociedade.

O processo histórico que resultou no 13 de maio foi significativo para uma massa enorme de negros que procurou cavar seu caminho em direção à liberdade explorando as vias mais ou menos institucionalizadas na escravidão dos brasis no século XIX – penso aqui, é claro, no pecúlio, na alforria por indenização, nas autorizações para “viver sobre si”, e em tudo o mais que procurei reconstituir neste texto. O fato de muitos escravos terem seguido este caminho não significa que eles tenham simplesmente “espelhado” ou “refletido” as representações de seus “outros” sociais. Os cativos agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais. E isto ocorria mesmo quando escolhiam buscar a liberdade dentro do campo de possibilidades existente na própria instituição da escravidão – e lutam então para alargar, quiçá transformar, este campo de possibilidades.

Algumas pessoas ficarão decepcionadas com as escolhas destes escravos que lutaram pela liberdade, resolutamente por certo, mas sem nunca terem se tornado abertamente rebeldes como Zumbi. Essa é uma decepção que temos de absorver, e refletir sobre ela, pois para cada Zumbi com certeza existiram um sem número de escravos que, longe de estarem passivos ou conformados com sua situação, procuraram mudar sua condições através de estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam. Mais do que isto, pressionaram pela mudança, em seu benefício, de aspectos institucionais daquela sociedade. E que os defensores da teoria do escravo-coisa não me venham com a afirmação de que tais opções de luta não são importantes: afinal, combater no campo de possibilidades largamente mapeado pelos adversários é exatamente o que fazem ao insistirem em Zumbi e na rebeldia negra. A inversão de mitos resulta antes de tudo em mitos invertidos, e estes repetem os originais em aspectos essenciais. Não sei se há, ou mesmo se pode haver, uma alternativa a isto. O fato, porém, é que não cabe se embriagar com o alcance das próprias ideias. Seria trágico se não conseguíssemos entender o quanto nossas disputas historiográficas aparentemente mais banais – como uma simples querela de datas – explicitam os limites do nosso próprio “fazer” político. Mas, se aqui não há lugar para delírios de grandeza ou ilusões de novidade revolucionária, também não é preciso pensar em rendição: afinal, o que acabamos de ver foram exemplos seguidos de sujeitos históricos que conseguiram politizar a rotina e, assim, transformá-la. O resultado se revelou aos poucos algo

muito diferente daquilo com o que haviam sonhado, e a transformação do sonho em pesadelo tomou logo a forma de golpe militar e, paradoxalmente, de República. Isto, porém, é uma outra história, e ainda é a nossa história. (Chalhoub, 1989, p.400-1)

A segunda passagem é do livro *A escravidão reabilitada* de Gorender (1990a, p.204-6):

A ideia da Abolição como revolução já se encontra em Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes. Procurei desenvolver esta ideia básica dentro da concepção de que a revolução abolicionista foi a revolução burguesa no Brasil. Por conseguinte, a revolução burguesa já ficou para trás. Não cabe mais projetá-la para o futuro.

[...]

Há cerca de vinte anos, o tema da escravidão era considerado assunto resolvido nos meios universitários. Constatou-se que esse juízo não impediu novas pesquisas e uma produção avultada de teses, artigos e livros. Por mais que a produção tenha sido de qualidade desigual, dela resultaram conhecimentos novos e revelação de pistas para pesquisas posteriores. A apreciação feita até aqui procurou ressaltar aspectos do avanço inegável. Mas o trabalho historiográfico nunca é inocente. A apreciação também mostrou como, na maioria dos autores, a confluência de certas linhas ideológicas conduziu ao redesenho do perfil da escravidão. Juntando os pedaços às vezes díspares e sem aparente conexão, obtém-se a “nova face da escravidão brasileira” com os seguintes traços esquematizados:

- a) responsabilidade dos africanos – e não do sistema escravista colonial – pela composição sexual da população escrava negativa para a autoreprodução;
- b) frequência relevante de famílias escravas estáveis;
- c) escravos com direitos protetores registrados em lei e respeitados pelo aparelho judiciário, dispendo de espaço social e legal para “negociar” com o senhor;
- d) escravidão como contrato que recebe o consenso de ambas as partes, do senhor e do escravo;
- e) hegemonia dos senhores através de lei equitativa e de incentivos diversificados que fazem funcionar o sistema escravista com a minimização da violência;

- f) escravo-camponês, escravo-assalariado, escravo indiferenciado do operariado do regime capitalista;
- g) escravo como sujeito autônomo que resiste para se acomodar à escravidão;
- h) o regime escravista sem preconceitos e discriminação racistas;
- j) abolição lenta, gradual e segura, planejada e conduzida pelos estadistas escravocratas e pela classe dominante escravista interessada no trabalho livre;
- l) o movimento abolicionista depreciado pelo racismo e pelo objetivo de reprimir as ações autônomas dos escravos rebelados.

Esforcei-me por fazer uma demonstração inicial da falsidade de tais teses. Não duvido de que muito mais há para dizer. Se não promover o avanço do conhecimento através de novos caminhos de pesquisa, então a crítica se esgotará em si mesma.

A historiografia não é neutra ocupação acadêmica. Ela serve de matriz a concepções incorporadas à ideologia difundida através dos mecanismos sociais de educação formal e informal e dos meios de comunicação de massa. A historiografia implica opção ideológica, e minha opção se resume na convicção de que a verdade histórica é revolucionária, mesmo quando — que tantas vezes sucede — é amarga.

Este livro visa a contribuir para o autoconhecimento dos brasileiros sem distinção de raça. Muitíssimo em especial, espero ter contribuído para o autoconhecimento dos brasileiros de ascendência africana. Sua história é a história de todos nós. Seja qual for a origem ancestral, somos todos, pela cultura comum, afro-brasileiros.

Essas duas passagens contêm duas leituras antagônicas da escravidão no Brasil, cada uma assinala sistematicamente as virtudes de sua leitura e os vícios da rival. Porém, as duas leituras encerram a premissa de que a história da humanidade é uma história de luta, em última análise, entre explorados e exploradores. Essa luta não é apenas dos indivíduos que são representados na produção historiográfica, envolve os próprios historiadores e sua produção. Pois bem, a semelhança entre essas duas leituras se encerra aí.

Gorender tem “convicção de que a verdade histórica é revolucionária”. Porém, revolucionária como? Ora, se a “revolução abolicionista

foi a revolução burguesa no Brasil” e “não cabe mais projetá-la pra o futuro”, fica implícito que a história é revolucionária e obedece a um processo universal, a um modelo ideal/possível. Nesse sentido, nem toda a luta é revolucionária, é preciso estar de acordo com esse modelo ideal/possível. Por isso a luta dos escravos deve ser *codificada* por esse modelo, por mais “amargas” que sejam as implicações. Além disso, a “historiografia não é neutra ocupação acadêmica”, tem a função política de, por meio do materialismo histórico dialético, “contribuir para o autoconhecimento dos brasileiros”; e, conseqüentemente, contribuir para o fim da “contradição principal” ou da *luta codificada*.

Chalhoub, por sua vez, não *codifica* a luta dos escravos, apenas a resgata em sua integridade, sem ajuizar sobre o que é revolucionário e o que é passividade nessas lutas. Entretanto, isso não é uma “rendição”, é colocar uma possibilidade/necessidade de “politizarmos a rotina”. Para ele e sua geração, não cabe ao historiador se “embriagar com o alcance das próprias ideais”, não existe um modelo de luta, um modelo de revolução, um modelo de liberdade; mas podemos sonhar e lutar pela liberdade, ao lado de muitos outros sujeitos da nossa história. Teríamos então um embate entre uma história total e outra em migalhas? Entre uma história totalitária e outra democrática? Ou simplesmente entre o *intelectual vanguardista* e o *militante de base*? Mais adiante talvez possamos aprofundar essas questões, agora precisamos concluir sobre a tese de Chalhoub e seu uso de Thompson.

Em suma, portanto, para alcançar seu objetivo de “tentar recuperar alguns aspectos da experiência dos escravos da Corte, de seus modos de pensar o mundo e atuar sobre ele”, o autor operacionaliza as noções de thompsonianas de *processo histórico* explicado pela *luta de classes*, de *hegemonia cultural* em que a cultura, os costumes, as regras simbólicas etc. se tornam um campo de luta; bem como uma *escrita* “narrativa sincrônica e cerrada entre as fontes” (Chalhoub, 1989, p.397-8). Nesse processo, Chalhoub se posiciona contra determinada historiografia, e um dos principais pensamentos que fundamentam e legitimam sua postura contestadora no interior de um campo em que marxismo ainda é a “linguagem universal” foi exatamente o “marxismo não ortodoxo” de Thompson.

Em 1998, Zilda M. G. Iokoi (1988) escreveu uma curta apresentação para publicação da dissertação de mestrado de Maria Cristina Cortez Wissenbach, intitulada *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros no município de São Paulo (1850-1880)*, defendida em 1989, no Departamento de História da USP, sob orientação de José Carlos Sebe Bom Meihy. Dessa apresentação, destacamos o seguinte:

Numa linhagem de estudos preocupados com a recuperação do sujeito em suas dimensões mais próprias, a autora analisa a vida dos escravos em São Paulo, procurando resgatar suas vozes num mundo branco que insistiu em ocultá-los, reproduzindo estereótipos e desqualificando sua ação. A autora ainda tem o mérito de se debruçar sobre a complexa documentação do Poder Judiciário, para encontrar as pistas de uma vontade de potência e de rebeldias presentes no vivido desses homens e mulheres paulistas, nos Processos Crimes. (Iokoi, 1988, p.9)

Essa passagem, ao mesmo tempo, sintetiza os pontos mais significativos do estudo de Wissenbach e o insere em uma linhagem específica de estudos sobre a escravidão, o objetivo geral dessa “linhagem de estudos” é resgatar a história dos dominados, o que se manifesta da seguinte forma no estudo de Wissenbach (1988, p.18): “reconstituir aspectos da vivência social dos escravos, libertos e homens negros livres na cidade de São Paulo, da segunda metade do século XIX, a partir das evidências contidas nos autos judiciários que investigaram os crimes praticados por estes setores”.

Segundo a autora, um dos problemas principais para esse tipo de estudo é como pensar o crime? Nesse ponto, Wissenbach faz um longo balanço historiográfico para fundamentar sua análise sobre o “sentido social do crime”. A autora inicia em Marx, Engels e Hobsbawm que analisam o crime como um revide infantil do operariado à dominação, uma rebeldia primitiva. A partir dessa base marxista “a problemática do crime vem sendo alargada pelas novas produções historiográficas” (ibidem, p.21), das quais Wissenbach destaca os estudos de Thompson, em especial um livro pouco referenciado pelos historiadores brasileiros da época, *Senhores e caçadores* – ainda, na bibliografia

desse estudo constam os seguintes textos de Thompson: *A formação da classe operária inglesa*, *Patrician society, plebeian culture* e *Albion's fatal tree*; e *Microfísica do poder*, *Vigiar e punir* e *Eu, Pierre Rivière...* de Foucault que não foram citados diretamente ou deixaram marcas ao longo do texto.

De Thompson, a autora destaca a ideia de que o campo jurídico e a Lei são um local da *luta de classes*, sendo a criminalização e o crime as duas expressões antagônicas dessa luta nesse local:

[...] os infratores contrapunham aos dispositivos legais a noção de seus justos direitos como ingleses nascidos livres; ao terror institucionalizado e à despersonalização das relações de dominação respondiam com o anonimato de seus ataques e as ameaças simbolicamente dirigidas aos prepostos locais da aristocracia *whig*. (ibidem, p.24)

Além de instrumentalizar Thompson para o estudo da escravidão e do crime no Brasil, Wissenbach procurou reconstituir as “contribuições” dadas ao tema por diversos intelectuais, como Emília V. da Costa, Robert Conrad, Maria H. P. T. Machado, Eugene Genovese, Herbert Gutman, Ciro F. Cardoso, entre outros. Ora, sabemos que muitos desses autores implícita e, frequentemente, explicitamente contestaram um ao outro. Esse esforço “dialético” de conciliação de teses antagônicas perpassa todo o texto Wissenbach. Dessa forma, se trata de um estudo conciliador e complementar, diferente dos textos que discutimos até agora não pretende afirmar grandes rupturas historiográficas.

Isso não significa que Wissenbach não perceba as diferenças, uma passagem ajuda a esclarecer a questão. Ao discutir os traços gerais da escravidão nas cidades, retoma o livro *Sobrados e mocambos* de Freyre, destacando que o autor já assinala a “erosão do tradicional patriarcalismo nordestino” (ibidem, p.66) na transferência dos senhores e escravos para cidade, pois a aproximação física decorrente da transferência acentuou o conflito social. A partir dos anos 1960, surge a crítica à *democracia racial* de Freyre, isso abre “flancos e diretrizes de análise úteis para um entendimento mais profundo da escravidão, tal como

essa se apresentava nos centros urbanos” (ibidem, p.68). Porém, as análises são muito gerais ou periféricas, por isso, para compreender as implicações do trabalho escravo na cidade eram necessárias “investigações minuciosas, historicamente localizadas”, o que ocorre a partir de meados dos anos 1970, com estudos – entre os quais a autora parece inserir sua pesquisa – “atentos a realidades específicas” (ibidem, p.68).

Esse esforço “dialético” ocorre também nos métodos empregados. A maior parte do primeiro capítulo trata de uma análise quantitativa dos crimes, verificando ao longo do período estudado as variações numéricas referentes ao local (campo e cidade de São Paulo), aos tipos de crime (homicídio, roubo, indisciplina etc.), aos criminosos (brancos, escravos, negros libertos etc.) e às vítimas (brancos, negros, pobres etc.). Algumas conclusões são significativas. Ao analisar os homicídios e constatar que os escravos assassinavam com a mesma frequência seus iguais e seus opressores, a autora concluiu que os dados “deixam transparecer a violência incorporada como regularidade do meio social, expressando a ubiquidade do regime dilacerando expectativas e anseios, ou, ainda, padrões de afirmação social e de conduta nos quais a violência era igualmente norma condutora” (ibidem, p.50).

Ao contrário, com a análise quantitativa dos crimes contra o patri-mônio, Wissenbach concluiu que “tais ações envolviam aspectos da sobrevivência dos escravos uma vez que se apresentavam relacionadas à apropriação de pequenos produtos ou quantidade, sem a intermediação de uma violência explícita ou premeditada” (ibidem, p.51). Até aqui a autora aplicou as análises “clássicas” (Florestan Fernandes, Fernando H. Cardoso, Emilia V. da Costa etc.) sobre os crimes dos escravos aos seus dados quantitativos, isto é, partiu de um modelo ideal do que é um crime “justo” e o que é puramente violento. No final do capítulo, por meio da interpretação do testemunho de alguns escravos, surge uma análise idêntica àquela recuperada pela própria autora dos textos de Thompson:

A análise das peças criminais revelou que, muitas vezes os escravos e forros traziam suas próprias acepções do que era o crime, da natureza justa ou injusta de seus atos e de suas consequências: de uma valentia socialmente

sancionada aos meios de obtenção da sobrevivência, adquiriam conteúdos e significados distintos dos estipulados pelas normas judiciais. Ao anotar tal organicidade na vivência dos escravos e forros, os autos criminais permitem a reconstituição de aspectos de suas vidas na São Paulo da metade do século. (ibidem, p.59)

Assim como Thompson relativizou o crime e a violência praticados pelos Negros, a partir do significado que eles próprios atribuíam aos seus atos, Wissenbach relativizou dos escravos. Interpretando os testemunhos que irrompem (emergem) nos autos criminais (construção discursiva da elite) resgata (reconstrói) a luta dos indivíduos subalternos.

Essa análise de “tipo thompsoniana”, contudo, é inexistente no segundo capítulo, onde a autora analisa o mercado de trabalho ou, dito de outra forma, a nebulosa relação entre trabalho livre, posse e usufruto dos escravos na cidade de São Paulo. Mais uma vez, Wissenbach discute a historiografia sobre o assunto e a corrige/complementa a partir da análise de sua documentação, predomina uma análise formal das categorias e de suas relações lógicas. Vejamos um exemplo com todas essas características.

Segundo a autora, a partir da segunda metade do século XIX, ocorreu uma “distensão” na “condição escrava”, o mercado se conformava muito gradativamente ao trabalho livre:

Nos termos da disciplina social do trabalho, tal conformação sugeria uma crise latente que, percorrendo todo o século XIX, teria de aguardar o século subsequente para encontrar vias de superação. *Como se encontra indicado na documentação da época, os meios de controle da mão de obra variavam na medida exata da irregularidade apresentada pelas relações de trabalho e, por vezes, mostravam-se dúbios e indecisos.* Ian da violência física, passando pelas táticas paternalistas subjacentes às relações pessoais, para atingir, em determinadas circunstâncias, as primeiras tentativas de despersonalização das relações sociais de trabalho, por meio, por exemplo, da cobrança de multas estipuladas às irregularidades e indisciplinas dos trabalhadores. Os historiadores das origens da industrialização brasileira foram unânimes em apontar a existência das indústrias do século XIX num quadro bastante

diverso do que seria configurado no século seguinte. *O pano de fundo das primeiras experiências era, sem dúvida, a sociedade escravista e a seus contornos tiveram de subordinar-se os empresários.* (ibidem, p.75, grifos nossos).

Desse modo, temos um “pano de fundo” (uma estrutura, um conjunto de “macrorrelações” etc.) que é o sistema escravista. “Ao lado do grande ciclo de negócios que interligava as zonas urbanas com as áreas de produção exportadora, desenvolvia-se um movimento econômico em escala menor” (ibidem, p.73), relacionado ao desenvolvimento do capitalismo, que produzia nas cidades uma irregularidade nas relações de trabalho (nas relações sociais de produção). Nesse caso, a “disciplina social”²² se encontrava dúbia e indecisa, entre o conjunto violência-paternalismo próprio do sistema escravista e a “despersonalização das relações sociais de trabalho” própria do capitalismo.

Assim, tendo estabelecido o “processo macro”, quase nos mesmos termos da historiografia anterior, a autora pôde se deter em produzir uma contribuição em uma investigação “atenta às realidades específicas”. Daí, temos mais quatro capítulos e as considerações finais onde Wissenbach empreende, a partir da interpretação dos depoimentos e testemunhos presentes nos autos criminais, um “resgate histórico, um remontar de histórias de homens e mulheres, escravos e forros, que improvisaram, em estratégias ordinárias, a sobrevivência no mundo marcado pela escravidão” (ibidem, p.263).

Ao analisar, por exemplo, os “arranjos da sobrevivência escrava” (sexto capítulo), a autora entende que nas relações diárias, por um lado, as normas sociais de conduta, as regras de polidez etc. são fundamentais para organizar a dominação dos senhores ou brancos em geral, e, por outro lado, a rebeldia/deferência “modula e seletiva” a essas normas organizam a resistência dos escravos ou negros libertos. É um jogo cotidiano em que diversas táticas e estratégias são utilizadas pelos subalternos para atingir seus objetivos. Tal concepção de *luta* é característica da *apropriação* dos textos de Thompson – nesse caso,

22 Aqui estamos muito distantes de Foucault, considerando que nele a “disciplina” não é antecedida pelas “relações de trabalho”, tal como dá a entender Wissenbach.

conforme referência da autora, especificamente de *Patrician Society, Plebeian Culture*:

Imaginar a estrutura de dominação num compasso unívoco e ignorar os movimentos diretos ou sub-reptícios dos dominados é subtrair da dinâmica dos relacionamentos multivariadas. Thompson, ao analisar as relações sociais na Inglaterra do século XVIII, já havia sublinhado o papel da reciprocidade, da moderação contínua, subjacente ao teatro da dominação e da contradominação, que sobrepujava o próprio uso da força e as respostas violentas dos dominados. A escravidão, cadenciada pela transformação do homem em mercadoria, foi permeada por resistência viva ou surda dos escravos, resistência que agiu pontualmente nos relacionamentos sociais. Com isso, a deferência social, porque mediava o uso explícito da força, permitia acesso ao canal para eclosão da insurgência contra o rígido código das convenções sociais. (ibidem, p.217)

Considerando as discussões e os métodos empregados ao longo do estudo, a “linhagem de estudos” a que Iokoi se referiu na apresentação e na qual a pesquisa de Wissenbach se insere é muito mais ampla do que aqueles estudos referentes ao que denominamos “terceiro momento” da escravidão. Ainda, o essencial é que nessa pesquisa o marxismo de Thompson compôs com marxismos estranhos a sua *operação historiográfica*. Ora, isso só foi possível pelo esforço da autora em busca um equilíbrio entre as diferentes vertentes e uma possibilidade de complementação entre essas. Sintomático desse esforço é a definição da própria autora de sua análise sobre as relações familiares dos libertos, que partiu de “um prisma *relativamente distinto* do que conduziu, por exemplo, a conhecida abordagem de Florestan Fernandes” (ibidem, 259 –grifo nosso), enquanto outros autores, como Chalhoub, partiram de um prisma absolutamente distinto para analisar o mesmo tema.²³

23 Ver, por exemplo, Wissenbach (1988, p.217-18), onde a autora procura coincidir as análises de Fernandes e Bastide com as suas. No Capítulo 5 discutiremos a dissertação de Chalhoub que faz uma análise absolutamente distinta a de Fernandes sobre o tema das relações familiares.

Até aqui discutimos muitos estudos que utilizaram Foucault e, mormente, Thompson para fundar uma *operação historiográfica* capaz de resgatar as diferentes formas de agir e pensar que constituíram a *luta de classes* no Brasil no período da escravidão. Com exceção do estudo de Wissenbach, esses estudos em intensidades diversas procuraram não apenas fundar outra historiográfica, mas “afundar” a produção anterior. Parte da argumentação crítica da geração de historiadores dos anos 1980 consistiu em afirmar a necessidade de fazer “uma história vista de baixo”, recusada pela produção anterior. Isso não significou que a “nova” produção recusou a “história vista de cima”, se o enfoque principal era nas formas de pensar e agir dos escravos e trabalhadores pobres, também se discutiu muito o pensamento e as ações dos senhores; nesse sentido, podemos destacar os estudos de Azevedo, Lara e Lamounier. E, significou menos ainda que a *apropriação* do pensamento de Thompson conduziu a historiografia a uma “perspectiva exclusivamente de baixo”; para demonstrar isso podemos retomar brevemente o maior exemplo, a saber: a tese de doutorado de Ilmar Rohloff de Mattos intitulada *O tempo Saquarema*, apresentada ao Departamento de História da USP, em 1985, produzida sob orientação de Eduardo d’Oliveira França.

Diferente dos trabalhos discutidos anteriormente, o foco principal de Mattos (1985) foi a análise da *formação da classe senhorial* no período do Império. O peculiar é que para esse empreendimento o texto *La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases?* de Thompson foi fundamental. O texto procura demonstrar como gradativamente um grupo de pessoas diversas (agentes públicos e privados, magistrados, literatos, médicos, jornalistas, alta burocracia, dirigentes políticos, professores, clérigos etc.) passa a agir e pensar em comum, sob os princípios da “Ordem e da Civilização”, levando à constituição do Estado imperial.

[...] quando operamos com o conceito de classe senhorial estamos operando com uma categoria histórica, e não com uma mera classificação que leva em consideração o lugar ocupado por um conjunto de indivíduos no mundo da produção e a relação que mantêm com uma outra classe fundamental.

Estamos considerando, antes de mais nada, uma trajetória assinalada por inúmeras lutas, trajetória essa à qual não é estranha a direção saquarema. Assim, a natureza da classe e seus elementos de coesão – sua identidade, em suma – aparecem como resultados de experiências comuns vividas por determinados homens, experiências essas que possibilitam aos mesmos sentir e identificar seus interesses como algo que lhes é comum, e desta forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses são diferentes e mesmo antagônicos aos seus, conforme nos ensina E. P. Thompson. (Mattos, 1985, p.VIII)

Assim, do mesmo modo que a classe operária se formou na Inglaterra, para Mattos, formaram-se os Saquaremas (a classe senhorial) no Brasil, ou seja, no compartilhamento de *experiências*, na constituição de uma cultura comum e na *luta de classes*.

Seria possível discutirmos detalhadamente essa e outras monografias²⁴ dos anos 1980 que utilizaram Thompson e/ou Foucault para pensar esse “eixo temático”, contudo o texto ficaria ainda mais repetitivo. É mais importante agora darmos um sentido de conjunto para os *modos de usar* e os embates que destacamos.

24 Por possuírem características análogas às monografias já expostas e para pouparmos espaço, os outros textos que levantamos e estudamos na pesquisa, mas não apresentamos, são: Algranti (1989, dissertação de mestrado); Suely Gomes Costa (1988, dissertação de mestrado); Claudete M. M. Dias (1985, dissertação de mestrado); Vera Lucia do Amaral Ferlini (1986, tese de doutorado); Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (1990, dissertação de mestrado); Glacyra Lazzari Leite (1987, tese de livre-docência); Douglas Cole Libby (1987, tese de doutorado); Eduardo Spiller Pena (1990, dissertação de mestrado); Flávia Rodrigues Borges Pereira (1988, dissertação de mestrado); Magnus Roberto de Mello Pereira (1990, dissertação de mestrado); Francisco Medeiros Soeiros (1985, dissertação de mestrado); Laura de Mello e Souza (1980, dissertação de mestrado); Luíza Rios Ricci Volpato (1990, tese de doutorado); Celeste Maria Baitellis Zenha (Guimarães) (1984, dissertação de mestrado).

Será que a história social da casa grande é a história de quase todo o brasileiro? A historiografia da nação, da dialética e da luta

Em entrevista de abril de 2000, Emília Viotti da Costa afirmou que Gilberto Freyre deveria ser lido, não imitado. Especificou o motivo dessa afirmação a partir de uma breve análise de *Casa grande & senzala*:

Gilberto Freyre, dada a natureza do seu estudo, dedica maior atenção à “cultura negra”, mas no prefácio de *Casa-grande & Senzala* comete um ato falho revelador: anuncia que “a História Social da casa grande é a história de quase todo brasileiro”, revelando dessa forma a verdadeira natureza de sua interpretação do Brasil, que vê o país do ponto de vista da casa grande, não da senzala. (Costa, 2002, p.78)

Em julho de 2003, Fernando Henrique Cardoso assinou sua apresentação para a quadragésima oitava edição do livro de Freyre. Nessa apresentação, foi, como Costa, um crítico do livro; contudo, muito mais generoso em atribuir qualidades a esse “estudo perene”:

No fundo, a história que ele conta era a história que os brasileiros, ou pelos menos a elite que lia e escrevia sobre o Brasil, queriam ouvir.

[...] Esta, por certo, não é toda a verdade da nossa alma. Mas como negar que exprime algo dela? Assim também Gilberto Freyre descreveu um Brasil que, se era imaginário em certo nível, em outro, era real. Mas, como seria gostoso se fosse verdade por inteiro, à condição de todos terem sido senhores...

[...] Basta isso para demonstrar a importância de uma obra que formula um mito nacional e ao mesmo tempo o desvenda e assim explica, interpreta, mais que a nossa história, a formação de um esdrúxulo “ser nacional”. Mas, cuidado! Essa “explicação” é toda própria. Nesse ponto, a exegese de Ricardo Benzaquen de Araújo em *Guerra e paz* é preciosa. Gilberto Freyre seria o mestre do equilíbrio dos contrários. Sua obra está perpassada por antagonismos. Mas dessas contradições não nasce uma dialética, não há a superação dos contrários, nem por consequência se vislumbra qualquer

sentido da História. Os contrários se justapõem, frequentemente de forma ambígua, e convivem em harmonia. (Cardoso, 2003, p.23)

Na crítica de Costa, de Cardoso e de muitos outros historiadores o que se destaca é a constante percepção de que esse livro de Freyre é uma tentativa de definir o que é, em seus vícios e virtudes, diferenças e identidades, a nação brasileira, construída a partir de uma miscigenação de homens e de culturas na época da escravidão. É a história de uma comunidade de indivíduos unidos por costumes, práticas, religião etc. O próprio Freyre (2003, p.36) poderia endossar essa leitura, afinal:

A casa grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao paterfamilias, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos.

A função política do estudo de Freyre foi resgatar as virtudes e a identidade brasileira construída na miscigenação, contra os “novos tempos” que produz, entre outros vícios, “um proletariado de condições menos favoráveis de vida do que a massa escrava” (ibidem, p.51). É um ritual de fortalecimento da soberania daquele “ser nacional”. É um tipo de história do Império, do Império Romano!

Indignado o leitor esbraveja: *De todos os absurdos deste texto, sem dúvida este é o maior!* Pedimos paciência, tentaremos a partir da *apropriação* de uma “tipologia” das formas da História descrita por Foucault, (re)especificar aqueles “três momentos” da historiografia brasileira sobre a escravidão, bem como estabelecer algumas generalizações a partir dos múltiplos *modos de usar* os pensamentos de Thompson e de Foucault descritos anteriormente.

Entre 7 de janeiro e 17 de março de 1976, Foucault ministrou um curso no Collège de France posteriormente denominado “Em defesa da sociedade”. Seu conteúdo é resultado de uma pesquisa histórica sobre a concepção de “história como luta”, isto é, quando surge e quais as mudanças e implicações dessa *prática discursiva* que afirma a história como luta entre indivíduos ou grupos. Essa pesquisa, por um lado, esclareceu um dos elementos que compõe a *biopolítica*, e, por outro lado, estabeleceu um problema para as futuras análises de Foucault, pois a história da “concepção da história como luta” colocou em “xeque” a *hipótese Nietzsche* que, como vimos no Capítulo 2, era base do “eixo do poder”. Assim, a transição para o “eixo da ética” não foi por acaso, foi uma *problematização* de seu próprio pensamento que levou a um deslocamento da *luta* para o *governo de si e dos outros*.

Dito isso, o que nos importa agora é apenas a referida “tipologia”. Segundo Foucault, até o século XVI predominou a forma de história “político legendária dos romanos” que operava ao lado de um “sistema filosófico-jurídico” (universalizante). Isto é, desde Tito Lívio até o final da Idade Média a história operava na dimensão da soberania com a função política de legitimá-la, as relações de poder existentes eram fortalecidas por meio de sua antiguidade e genealogia. Nessa *operação historiográfica*, a “história dos fortes traz consigo a história dos fracos”, o “discurso histórico de tipo romano pacifica a sociedade, justifica o poder, fundamenta a ordem – ou a ordem das três ordens – que constitui o corpo social” (Foucault, 1999b, p.79-85).

A partir do século XVII, emerge em diferentes lugares da Europa, na fala dos mais díspares indivíduos e grupos, como Edward Coke, Lilburne (líder dos Levellers²⁵), Boulainvilliers, Sieyès, Augustin Thierry, Michelet, Marx e Engels, os eugenistas do século XIX, entre outros, um discurso de caráter histórico-político que descreve as sociedades como perpassadas pela *luta* (de raça ou de classe) ao longo da história. Esse discurso compõe outra *operação historiográfica*, diversa

25 Em outro lugar, tivemos a oportunidade de discutir como os diversos discursos que emergem nas *Revoluções Inglesas* do século XVII estabelecem um contradiscurso soberano (cf. Joasilho et al., 2010).

daquela “político legendária dos romanos”. Foucault dedica a maior parte desse curso a explicar como esse discurso (fragmento *tático*) é articulado por diferentes *estratégias*, por exemplo compondo no final do século XIX o *biopoder*, que conheceu seu “máximo histórico” na Alemanha nazista.

Para o objetivo de nossa análise destacaremos apenas as características mais gerais – ou mais nebulosas, como denominou Foucault – dessa concepção de história como *luta* e da “codificação” que sofreu a partir da época da Revolução Francesa. Segundo Foucault, o indivíduo que pronuncia esse discurso não fala como filósofo ou jurista, não ocupa a “posição do sujeito universal, totalizador ou neutro”; sua explicação inverte a inteligibilidade tradicional, pois é produzida por baixo, pelo mais desordenado, mais condenado ao acaso, pelas “circunstâncias miúdas que produzem as derrotas e garantem as vitórias”; e, enfim, é um discurso que não retoma a “monotonia da história como um dado superficial que se deveria reordenar em alguns princípios estáveis e fundamentais; não se trata de julgar os governos injustos, os abusos e as violências, reportando-os a certo esquema ideal (que seria a lei natural, a vontade de deus, os princípios fundamentais, etc.)”; é, ao contrário, retomar contra o que é justo e certo, “o passado esquecido das lutas reais, das vitórias efetivas, das derrotas que talvez tenham sido disfarçadas, mas que continuam profundamente inseridas”. Nesse sentido, é tanto uma história da aristocracia submetida quanto dos súditos, do povo, da plebe (Foucault, 1999b, p.60-6, 199-200).

Esse discurso histórico-político é articulado, entre outros, por Thierry, Guizot e Wade ou, ainda, por Walter Scott como *luta de raças*, e pelo marxismo como *luta de classes*. Segundo Foucault, a história e a *práxis* revolucionária do marxismo é indissociável desse tipo de história que Marx encontrou naqueles escritores (ibidem, p.92-3, 116). Porém, Thierry e Marx codificaram a *luta* por meio de uma “autodialetização do discurso histórico” levada a cabo, pela primeira vez, na época da Revolução Francesa. A questão histórica e filosófica desse momento era: “O que, no presente, é a verdade do universal?” (ibidem, p.258-84). Com isso, o passado é a *luta*, o presente é um de seus momentos

basilares e o futuro é seu fim, pois nele o universal que visualizamos agora estará instituído. Desse modo, nasceu a dialética que codificou a *história como luta*:

No fundo, a dialética codifica a luta, a guerra e os enfrentamentos dentro de uma lógica, ou pretensa lógica, da contradição; ela os retoma no duplo processo da totalização e da atualização de uma racionalidade que é a um só tempo final, mas fundamental, e em todo caso irreversível. Enfim, a dialética assegura a constituição, através da história, de um sujeito universal, de uma verdade reconciliada, de um direito em que todas as particularidades teriam enfim seu lugar ordenado. A dialética hegeliana e todas aquelas, penso eu, que a seguiram devem ser compreendidas – o que tentarei lhes mostrar – como a colonização e a pacificação autoritária, pela filosofia e pelo direito, de um discurso histórico-político que foi ao mesmo tempo uma constatação, uma proclamação e uma prática da guerra social. A dialética colonizou esse discurso histórico-político que fazia, às vezes com estardalhaço, em geral na penumbra, às vezes na erudição e às vezes no sangue, seu caminho durante séculos na Europa. A dialética é a pacificação, pela ordem filosófica e talvez pela ordem política, desse discurso amargo e partidário da guerra fundamental. (ibidem, p.69)

Podemos dizer com Foucault que o discurso filosófico-jurídico de Hobbes tentou brechar a politização do discurso histórico ou a historicização da política pela *luta de raças* no século XVII; e o “materialismo dialético” fez o mesmo a partir do século XIX (ibidem, p.133). Contudo, e agora falamos sem Foucault, isso não implicou o fim do “materialismo histórico”, aquele em que o barulho das batalhas passadas é amplificado, em que o indivíduo que o pronuncia recusa a posição universal, em que as lutas miúdas são resgatadas e lançadas contra os modelos ideais/possíveis; aquele que é mais “rústico” e menos “científico”.

O materialismo ao longo do século XX tendeu mais à “dialética” (por exemplo, com Althusser) ou mais à “história” (por exemplo, com Thompson); entretanto, do mesmo modo que não existe formalismo sem hermenêutica e vice-versa, não existe materialismo dialético sem materialismo histórico e vice-versa. Em Thompson, por exemplo,

mesmo que não se tenha um modelo ideal/possível de *classe operária*, uma vez que todos os modelos foram destruídos pelo resgate das *lutas* que os “ingleses livres de nascimento” empreenderam desde o século XVII; ainda existe a expectativa de uma sociedade sem classes, um estado de sociedade livre da *luta*. Em Althusser, por sua vez, ainda que a história possa ser explicada por meio dos *modos de produção particulares* que emergem sucessivamente, em seu interior ocorre à *luta de classes* que reintroduz a ação política e o acaso nos desdobramentos desses *modos de produção*.

Antes de retornarmos ao nosso objeto, um último apontamento. Na primeira aula do curso que discutimos, bem como em seu resumo, publicado na coletânea *Microfísica do poder* e citado por muitos historiadores brasileiros na década de 1980, Foucault afirma – isto é fundamental – que seu empreendimento também articula esse discurso *tático da história como luta*, isto é, a genealogia é uma reativação dos *saberes sujeitados* ao longo da história, para lançá-los contra a instância teórica unitária que organiza a atualidade composta pelos elementos vitoriosos das lutas do passado. O marxismo como “ciência”, como discurso filosófico-jurídico, tem pretensão de se tornar essa instância teórica unitária, daí a oposição do filósofo francês a essa forma de marxismo.²⁶

26 O que não estava (totalmente) acessível aos historiadores brasileiros da década de 1980 é o problema colocado por Foucault nos últimos momentos do curso de 1976. Para o filósofo francês, o marxismo como discurso político-histórico, permeado pela *luta de classes*, é um problema tão grave quanto o marxismo como discurso filosófico-jurídico: “O que me parece interessante também, e que faz tempo me é problemático, é que, mais uma vez, não é simplesmente no plano do Estado socialista que se encontra esse mesmo funcionamento do racismo, mas também nas diferentes formas de análise ou de projeto socialista, ao longo de todo o século XIX e, parece-me, em torno do seguinte: cada vez que um socialismo insistiu, no fundo, sobretudo na transformação das condições econômicas como princípio de transformação e de passagem do Estado capitalista para o Estado socialista (em outras palavras, cada vez que ele buscou o princípio da transformação no plano dos processos econômicos), ele não necessitou, pelo menos imediatamente, de racismo. Em compensação, em todos os momentos em que o socialismo foi obrigado a insistir no problema da luta, da luta contra o inimigo, da eliminação do adversário no próprio interior da sociedade capita-

Percebe-se aí como Thompson e Foucault podem ser articulados simultaneamente, por exemplo, na *operação historiográfica* de Lara para desconstruir um discurso filosófico-jurídico sobre a escravidão no Brasil. O que queremos dizer é o seguinte: há algumas linhas atrás,

lista; quando se tratou, por conseguinte, de pensar o enfrentamento físico com o adversário de classe na sociedade capitalista, o racismo ressurgiu, por que foi a única maneira, para um pensamento socialista que apesar de tudo era muito ligado aos temas do biopoder, de pensar a razão de matar o adversário. Quando se trata simplesmente de eliminá-lo economicamente, de fazê-lo perder seus privilégios, não se necessita de racismo. Mas, quando se trata de pensar que se vai ficar frente a frente com ele e que vai ser preciso brigar fisicamente com ele, arriscar a própria vida e procurar matá-lo, foi preciso racismo” (Foucault, 1999b, p.313-14). Nesse sentido, nem o modelo *formal*, nem o modelo da *luta de classes* e nem o modelo da *luta* são adequados ética-politicamente para a análise da história. Não por serem *em si* racistas, mas por servirem de *fragmento tático* para uma política racista. Foi também pela percepção dessa tendência dos socialismos que Leszek Kolakowski criticou veementemente Thompson. Pois, existindo um inimigo (a burguesia), no momento que o enfrentamento é direto, surgem “padrões duplos de avaliação”, justificativas para práticas até então recriminadas como, por exemplo, a tortura: “Citarei (de cabeça) uma conversa que tive com um revolucionário latino-americano que me contava sobre a tortura no Brasil. Perguntei-lhe: ‘O que há de errado com a tortura?’, e ele disse: ‘Como assim? Você está sugerindo que ela seja aceitável? Está justificando a tortura?’. E eu lhe disse: ‘Ao contrário, estou perguntando apenas se você pensa que a tortura é uma monstruosidade moralmente inadmissível’. ‘É claro’, disse ele. ‘E isto vale também para a tortura em Cuba?’, perguntei. ‘Bem’, respondeu ele, ‘aquilo é outra coisa. Cuba é um país pequeno que está constantemente sob ameaça dos imperialistas americanos. Eles têm de usar todos os meios de defesa, mesmo que lamentáveis’. Então eu disse: ‘Espere, não se pode ter as duas coisas. Se você acredita, como eu, que a tortura é abominável e inadmissível por razões morais, ela o é, por definição, em todas as circunstâncias. Se, no entanto, há circunstâncias em que a tortura é tolerável, não se pode condenar nenhum regime apenas pelo fato de fazer uso da tortura, já que se pressupõe que não haja nada de errado com a tortura em si. Ou você condena a tortura em Cuba exatamente da mesma forma que a condena no Brasil, ou deixa de condenar a polícia brasileira pelo fato específico de torturar pessoas. Aliás, você não pode condenar a tortura por razões políticas, pois na maior parte dos casos ela é perfeitamente eficiente, e os torturadores conseguem o que querem. Você só pode condená-la por razões morais e, então, necessariamente de modo igual em todos os lugares, na Cuba de Batista ou na Cuba de Castro, no norte do Vietnã e no sul do Vietnã” (Kolakowski, 2011).

sugerimos que a história de Freyre é a história da constituição do “ser nacional” brasileiro, uma legitimação da soberania desse ser, em que a história dos fracos (senzala) “complementa” a dos fortes (casa grande) – como o próprio autor sugeriu. Esse tipo de história articula, portanto, de modo específico um discurso político legendário, mais ou menos como ocorreu, segundo a “tipologia” de Foucault, no Império Romano e na Idade Média.

A esse discurso de Freyre não se contrapôs aquele da *luta de raças* – afinal não tratamos do mesmo processo histórico descrito por Foucault –, se contrapôs o “materialismo dialético”, um discurso filosófico-jurídico em que, como vimos há muitas linhas atrás, estabelece modelos ideais/possíveis, a partir dos quais pode se afirmar que a escravidão foi violenta, que o escravo era tão inconsciente quanto o seu senhor; todos esses homens eram, em última análise, violentos e inconscientes em razão das condições materiais que os determinavam. Tal conclusão, tal tipo de discurso, só pode surgir de um *lugar* específico em que o intelectual, aquele munido do método científico, é capaz de ultrapassar a névoa que cega os outros grupos socioculturais e enxergar a “verdade histórica”. Esse é o *lugar* da *operação historiográfica* brasileira dos anos 1960/1970 sobre a escravidão.

Nos anos 1980 temos outro *discurso*, temos outro *lugar*, como evidenciam as seguintes passagens da tese de Lara publicada em livro de 1988:

Deixamos de trabalhar com categorias abstratas, construídas a partir de conceitos preestabelecidos do que seja ser coisa ou pessoa, ser cruel ou benevolente, ser senhor ou escravo, para recuperarmos o modo como aqueles homens e mulheres construíram e acionavam essas noções. Noções e práticas cujos limites e atributos eram determinados pelas relações cotidianas de resistência e acomodação, de confrontos e solidariedades que eles mantinham entre si. (Lara, 1988, p.353)

É um *discurso* sem universais, sem categorias e conceitos preestabelecidos, não procura classificar; apenas recuperar as relações cotidianas, as lutas miúdas que formaram a sociedade em uma determinada época.

Assim, mais que insistir na renúncia da violência, não seria melhor recuperar os escravos como sujeitos históricos, como agenciadores de suas vidas mesmo em condições adversas, não apenas como vítimas? Sobre vítimas é possível somente um discurso de pena, proteção, discurso que tira desses homens e mulheres sua capacidade de criar, de agenciar e ter consciência políticas diferenciadas. O discurso da vitimização é o discurso da denúncia, mas não é, também, a fala do intelectual insensível ao potencial político do outro, do *diferente*? (ibidem, p.355)

Não se trata mais de reivindicar uma situação ideal, sem violência, a partir da denúncia das lutas, dos racismos, das inconsciências do passado. O intelectual é aquele que recupera o potencial político do outro, a inteireza das lutas do passado, para deixá-las “agitarem” o presente, no campo da história-disciplina ou no campo da política. Esse intelectual em geral toma o partido dos vencidos, mas evita pronunciar sua posição como Verdade definitiva. É um *utopista* que não conhece o caminho e nem como será, mas como intelectual tem a função de publicar e fazer agir as “visões de liberdade”, as visões de um Brasil mais justo e igualitário, enfim, um país melhor para os vencidos. A oposição entre o *intelectual vanguardista* e esse *intelectual militante de base* é exatamente o que emergiu ao contrapor-mos as falas de Gorender e de Chalhoub algumas linhas atrás.

Assim, o discurso histórico-político que emerge entre os historiadores dos anos 1980 que estudaram a escravidão opera uma *prática do desvio* em relação àquele filosófico-jurídico dos anos anteriores. No mínimo procura complementá-lo (como Wissenbach), afinal a dialética codifica a *luta de classes*, mas não a elimina totalmente, e no limite esclerosa sua explicação histórica (como em Azevedo, Chalhoub e Lamounier); a abolição não é de forma alguma a consequência de um processo lógico, natural; é resultado exclusivo do acaso da *luta de classes*.

A noção de *processo histórico como luta* é exatamente um dos elementos mais *apropriados* dos pensamentos de Thompson (fundamento de seu “marxismo não ortodoxo”) e de Foucault (elemento da *microfísica do poder*) pelos estudos dos anos 1980 que levantamos em nossa pesquisa. Além disso, retoma-se de ambos os autores a noção de

poder como relação, ou seja, a dominação dos escravos pelos senhores não é algo que se tenha conquistado, mas um processo constante de aplicação de estratégias e contraestratégias nos mais diferentes aspectos da vida (da cultura até a Lei), bem como adota-se como “hipótese explicativa” a descrição do “disciplinamento” ocorrido nas sociedades europeias modernas. Nesse sentido, a descrição do que aparece nos textos de Thompson e de Foucault são aglutinadas em uma só – independentemente de emergirem de concepções teórico-metodológicas e resultarem em conclusões antagônicas.

Com exceção do estudo de Lara, que se esforça para delimitar o pensamento desses autores e usá-los em *complementação*, em geral, esses historiadores brasileiros se *apropriam* dos pontos em que os pensamentos de Foucault e de Thompson se *aproximam*; ou, ainda, retomam alguns “conteúdos” dos textos do filósofo para reforçar alguma argumentação ou como “fonte secundária”. Em suma, se fosse colocada entre Thompson e Foucault, a historiografia brasileira dos anos 1980 sobre a escravidão escolheria o historiador inglês, já que diluir os sujeitos e recusar a explicação pelas *classes sociais* é uma *prática historiográfica* inconcebível nesse momento.

Conflito social e desenvolvimento capitalista na Primeira República

Conforme indica Leandro Konder (2003, p.355-74), quando se iniciou a década de 1950 não existiam indícios, ou mesmo expectativas, de grandes mudanças no Brasil. O passado parecia se repetir e as poucas mudanças eram lentas e nada substanciais: Getúlio Vargas voltava ao poder pela via democrática, 64% da população permaneciam no campo, mesmo nas grandes cidades não existiam supermercados, o rádio não temia a concorrência da televisão, os raros automóveis eram importados dos Estados Unidos, muitos colégios recusavam o sistema misto; enfim, a modernidade parecia distante.

Segundo o autor, contudo, ao longo da década as expectativas mudaram. Os operários questionaram a liderança getulista e introduziram

direções comunistas nos sindicatos “estatizados”, foram organizadas as primeiras Ligas Camponesas, tanto os setores de direita quanto os de esquerda se radicalizaram. Após o polêmico suicídio de Vargas, Juscelino Kubitschek (eleito democraticamente) promoveu o desenvolvimento de “cinquenta anos em cinco”: foram criadas a Petrobras e a indústria automobilística, foram concedidos aumentos significativos ao salário mínimo, ascendeu a participação das mulheres no mercado de trabalho, o consumo em geral e de eletrodomésticos cresceu enormemente, surgiram o “cinema novo” e a “bossa nova”, Brasília foi criada e se tornou capital da República. Terminada a década de 1950, 45% da população estavam nas cidades. Em dez anos, a modernidade já não estava tão distante.

Tais fatos não passaram despercebidos aos olhos dos intelectuais brasileiros, que logo se preocuparam em compreender e, até mesmo, conduzir as rápidas e amplas mudanças ocorridas na sociedade brasileira durante os anos 1950, como assinala Maria Célia Paoli e seus colegas de pesquisa:

Nos anos 50, constituiu-se uma corrente teórica que aborda a dinâmica da sociedade brasileira vista com um processo de modernização, como passagem do mundo rural tradicional para o urbano-industrial. Tratava-se da formulação acadêmica de um momento vivido como transição. A sociologia dava forma à percepção de um Brasil que havia ficado para trás após o reinado getulista, onde a industrialização e a urbanização aceleradas já eram visíveis e a mudança social aparecia como inevitável. [...] A evidência de um Brasil moderno conduzia este esforço de pensar as condições de implantação desta modernidade e o conjunto de processos que adaptariam as populações a elas. (Paoli et al., 1984, p.133-4)

A classe operária, ao lado da burguesia industrial, era parte fundamental desse processo de modernização do país. Assim, era preciso compreender sua história, principalmente considerando sua “apatia” perante o regime civil-militar; como destacou Boris Fausto:

Havia um mito na esquerda, sob influência do marxismo, de que a classe operária, por definição, tinha uma missão revolucionária a cumprir

como portadora da história. Enquanto isso não ocorresse ela seria, por exemplo, o setor social básico capaz de derrubar o regime militar. Mas a classe operária estava tratando dela mesma, com muita dificuldade, coisa que eu acho normal... Se a classe média trata de si, se o individualismo cresceu, por que diabo a classe operária teria de transformar o mundo? Mas na época, em 1968, falando mais sério, a “apatia” da classe operária realmente causava estranheza, espanto, decepção e, ao mesmo tempo, surgia uma necessidade: “Vamos entender melhor essa história da tão decantada classe operária”. (Fausto, 2008, p.199)

Em suma, o “problema” dos intelectuais brasileiros – em parte colocado pela sociedade, em parte produzido por eles próprios – era explicar o processo de desenvolvimento (industrial, urbano, socioeconômico, cultural etc.) do Brasil e o papel das classes sociais nesse processo. A intenção de muitos desses intelectuais era controlar/conduzir esse desenvolvimento, uma vez que se consideravam os únicos capazes de escapar das limitações cotidianas, como explica Daniel Pécaut (1990, p.241):

[...] o cientista social brasileiro conserva o privilégio de escapar às delimitações sociais que afetam as classes sociais. Quer estas pareçam, como depois do golpe de Estado, inferiores à sua vocação em virtude de sua constituição empírica, ou que pareçam, como quer a teoria da dependência, estruturalmente divididas e condenadas a apoiar-se no Estado, isso só faz ressaltar a posição dos intelectuais que não estão submetidos aos efeitos de desarticulação e que, ao contrário, detêm a compreensão de seus mecanismos.

O “eixo temático” que denominamos aqui de estudos sobre o conflito social e o desenvolvimento capitalista no Brasil, no período de 1889 até a década de 1930, engloba uma série de trabalhos acadêmicos produzidos nos anos 1980, que trataram de assuntos correlatos ao referido problema, como formação da classe operária, movimento operário, formas de trabalho, desenvolvimento industrial, processo

de urbanização, criminalidade,²⁷ entre outros. Antes de analisarmos a produção da década de 1980, é preciso retomar suas bases, seus interlocutores, isto é, a produção acadêmica anterior que tratou dessa temática. Assim como fizemos em relação ao eixo temático da escravidão, esperamos que essa retomada permita demonstrar como os pensamentos de Thompson e de Foucault foram utilizados, também, para complementar ou refutar o conhecimento histórico estabelecido.

A sociedade brasileira no laboratório-tribunal da ciência: uma forma de análise

Suely Robles Reis de Queiroz (1986), no livro *Os radicais da República*, publicado pela primeira vez em 1986, estudou o movimento jacobino ocorrido no início da Primeira República. Ao fazer o balanço bibliográfico dos estudos sobre o período, a autora constata a escassez de estudos específicos e a explica, em parte, pela crença na necessidade de afastamento temporal para a análise histórica (Queiroz, 1986). Uma anedota sobre os professores da USP da década de 1960/1970, contada por Boris Fausto, menciona essa crença:

Havia professores que diziam que, após o Império, passávamos para o mundo de hoje, e o mundo de hoje não era aberto à História. Isso era Política. E havia um professor que, por exemplo, quando você falava “latifúndio”, ele dizia: “Isso é conceito importado da Sociologia. Na História isso não existe”. (Fausto, 2008, p.186)

Levantamentos bibliográficos apontam que até 1973 os estudos do período republicano representavam 15,2% da produção historiográfica nacional, entre 1973 e 1979 esse valor subiu vertiginosamente para 46,0% e chegou a 59,2% entre 1980 e 1989 (Fico; Polito, 1992, p.53-4). Acreditamos que esse interesse súbito pela República se explica menos pelo “afastamento temporal” efeti-

27 Aparentemente o assunto criminalidade pode destoar dos demais, porém veremos que os estudos sobre o assunto, no período da Primeira República, sempre o vincula ao processo de desenvolvimento do capitalismo e/ou a *luta de classes*.

vo do que pelo fim da crença da necessidade deste. De qualquer modo, como já vimos neste capítulo, desde Caio Prado Junior a instituição desse momento da História do Brasil era, em geral,²⁸ explicada pelo processo mais fundamental de desenvolvimento das relações de produção capitalistas decorrendo, então, as disputas por uma organização política e jurídica adequada as novas condições.

“Esclarecida”, daquele modo, a instituição da República, era preciso compreender a dinâmica desse “primeiro momento” do capitalismo industrial e o conflito social dele decorrente. Os sociólogos e cientistas políticos da USP foram os primeiros a produzir trabalhos acadêmicos sobre o assunto, alguns exemplos são: *Sociedade industrial no Brasil*²⁹ de Juarez Rubens Brandão Lopes; *Situação e composição social do proletariado brasileiro*³⁰ de Fernando Henrique Cardoso; *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*³¹ de

28 Segundo Janotti (2003), em oposição à interpretação marxista predominante estão as análises inspiradas em Max Weber, por exemplo: de Raymundo Faoro em *Os donos do poder* de 1957, que entende o exército como integrado aos quadros do poder (ao estamento condutor) e sua postura como contraditória por conjugar mecanismos coloniais com ideias de vanguarda do capitalismo, em favor da manutenção do sistema. E, em outra perspectiva, o livro *O Brasil monárquico* (1972), de Sérgio Buarque de Holanda, indica que a relação conflituosa entre o exército e os sucessivos gabinetes, desde a Guerra do Paraguai, levou os oficiais a agirem em seu próprio favor; foram as circunstâncias do período que colocaram as aspirações do exército lado a lado com os anseios populares, mas aqueles não são representantes ou componentes destes. Nesse sentido, os cafeicultores paulistas não têm qualquer participação no processo, pois só adquiriram poder posteriormente. Portanto, até por volta de 1980, ruptura ou continuidade, revolução ou conciliação foram os temas explorados pelos historiadores para compreender o processo de mudança da monarquia para a república no Brasil (cf. Janotti, 2003, p.137-41).

29 O livro é composto pelos seguintes textos anteriormente publicados: de Juarez Rubens Brandão Lopes, “Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação” (in Bertam Hutchinson (org.), *Trabalho e mobilidade*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960; e Juarez Rubens Brandão Lopes, “Relações industriais em duas comunidades brasileiras” (in *Sociologie du Travail*, n.4, p.330-44, 1961). Referência da primeira publicação do livro: Lopes (1964).

30 Referência da primeira publicação: Cardoso (1961).

31 Referência da primeira publicação: Leôncio Martins Rodrigues (1966). Ainda, é importante nota, que Rodrigues publicou outros textos sobre o tema, seguindo o mesmo modelo interpretativo, como Leôncio Martins Rodrigues (1970; 1974).

Leôncio Martins Rodrigues; *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*³² de José Albertino Rodrigues; *Sindicato e Estado*³³ de Azis Simão; enfim, *Participação e conflito: Contagem e Osasco, 1968* e *Sindicato e Política*³⁴, ambos de Francisco Correa Weffort.

Segundo Paoli, em linhas gerais, a classe operária brasileira aparece no pensamento desses acadêmicos, da seguinte forma:

[...] são trabalhadores heterogêneos que passam por um processo de mudança de vida abrupto [mundo rural para mundo urbano], tomam consciência de si como indivíduos em mobilidade e tiveram a má sorte de se formarem como classe no interior de uma estrutura sindical tutelada pelo Estado. (Paoli et al., 1984, p.141)

Segundo Cláudio Batalha (2003, p.148), essa produção foi responsável por introduzir e cristalizar noções como: “a origem estrangeira da classe operária; o vínculo entre a introdução do anarquismo e essa origem; a hegemonia do anarquismo no movimento sindical da Primeira República”. Podemos ainda acrescentar a recuperação – com exceção do estudo de José Albertino Rodrigues – da ideia de que 1930 foi um marco de divisão, entre uma classe operária politicamente desarticulada e outra tutelada pelo Estado brasileiro.

Em um primeiro momento, a classe operária brasileira é compreendida por meio da análise da estrutura socioeconômica do país; suas práticas, consciência, condições materiais, organização, movimentos sociais, reivindicações etc. variam de acordo com as mudanças na estrutura socioeconômica e, conseqüentemente, na “superestrutura” política. O baixo desenvolvimento industrial, a ausência de uma burguesia articulada, Estado autoritário, origem rural etc. são algumas das variáveis que, segundo essa produção, determinam a impotência e a inconsciência da classe operária brasileira.

Posteriormente, por volta de 1970, principalmente a partir dos estudos de Weffort, o modelo interpretativo da classe operária brasileira

32 Referência da primeira publicação: José Albertino Rodrigues (1967).

33 Referência da primeira publicação: Azis Simão (1981).

34 Referência das primeiras publicações: Francisco Correa Weffort (1971; 1975).

sofre um desvio, a saber: as práticas operárias ganham importância em relação às determinações estruturais, ou seja, entende-se que os operários possuem alguma consciência, constroem suas próprias práticas políticas, exercem alguma resistência em relação à dominação burguesa e possuem alguma mobilidade em relação à estrutura socioeconômica do país. Contudo, é uma classe desarticulada, dividida, e ainda incapaz de compreender a realidade do Brasil, conhecida apenas pelos intelectuais, único grupo sociocultural capaz de transcender os limites da sociedade brasileira e capaz de julgá-la a partir de critérios científicos, racionais e universais.

Ainda, a produção acadêmica desse segundo momento estabeleceu como indispensáveis *práticas historiográficas* de caráter “empirista”, isto é, as interpretações são ampla e rigorosamente fundamentadas em fontes jornalísticas, relatórios de empresas, arquivos de militantes etc. (ibidem, p.151). Os “brasilianistas” muito contribuíram para essa postura “empirista” dos pesquisadores a partir de meados da década 1970. Em primeiro lugar, por criticarem diretamente as pesquisas que não se fundamentaram em fontes (crítica ao ensaísmo). Em segundo lugar, por ajudarem na organização de arquivos, como é o caso de Michael McDonald Hall, membro do conselho diretivo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), desde 1975. E, em terceiro lugar, por produzirem textos fundamentados em fontes jornalísticas e arquivos pessoais, ainda que alguns desses textos estejam no campo de estudos sobre imigração, favoreceram a compreensão dos grupos socioculturais da Primeira República, como *The origins of mass immigration in Brazil*³⁵ de Michael McDonald Hall; *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*³⁶ de Sheldon Leslie Maram; e *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*³⁷ de John W. F. Dulles.

35 Referência da tese: Michael McDonald Hall, *The Origins of Mass Immigration in Brazil*. Tese Ph.D, New York, Columbia University, 1969.

36 Referência da primeira publicação: Sheldon Leslie Maram, *Anarchists, immigrants, and the Brazilian labor movements: 1890-1920*. Berkeley, 1974. Referência da primeira publicação brasileira: Maram (1979).

37 Referência da primeira publicação: John W. F. Dulles, *Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935*. Austin: University of Texas Press, 1973. Referência da primeira publicação brasileira: Dulles (1977).

Apesar de alguns desvios, a produção acadêmica brasileira da década de 1970 está intimamente ligada à produção acadêmica anterior, herdando muito de suas *práticas*, como avaliar a consciência e as ações dos movimentos sociais da Primeira República por meio de um modelo ideal/possível ou, como a geração posterior de historiadores definiu pejorativamente: mantiveram a “tendência de julgar negativamente o movimento operário do início do século” (Batalha, 2003, p.151). O formalismo ou o uso de um modelo ideal/possível é bastante perceptível nos estudos de Boris Fausto (1976), Francisco Foot Hardman (Hardman; Leonardi, 1991) e Edgard Carone (1979; 1981; 1984; 1989).

Certamente esses estudos apresentam diferentes características, sobretudo em relação à delimitação temporal/espacial. Porém, todos aplicam um modelo explicativo semelhante que podemos exemplificar por meio do livro *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)* de Fausto, provavelmente o segundo texto produzido por um “historiador de ofício” sobre a classe operária brasileira;³⁸ é referência privilegiada – para o bem ou para o mal – e foi considerado por Leôncio Martins Rodrigues uma “obra final”: “Com a publicação deste trabalho, creio que pouca coisa de importante ainda sobra para ser dita sobre o movimento operário em São Paulo e no Rio no período considerado”.³⁹

O foco do livro é a análise da formação e da ação da classe operária brasileira entre 1890 e 1920, sua perspectiva teórico-metodológica é informada pelo marxismo-leninismo, mais especificamente pelo livro *Rebeldes primitivos* de Hobsbawm. Nesse sentido, antes de analisar a classe operária, é preciso que ela exista objetivamente, é preciso que exista algum desenvolvimento industrial no Brasil. Para o autor esse processo ocorreu da seguinte forma: a economia exportadora de café proporcionou, por um lado, o acúmulo de capital, necessário ao

38 O artigo de Maria Cecília Baeta Neves, denominado “Greve dos sapateiros de 1906: Notas de pesquisa”, publicado pela primeira vez na *Revista de Administração de Empresas*, em junho de 1973, é, provavelmente, o primeiro estudo a respeito da classe operária da produção historiográfica brasileira.

39 Essa fala, escrita por Leôncio Martins Rodrigues, foi extraída da “orelha” do livro de Fausto (1976).

desenvolvimento industrial e, por outro lado, o desenvolvimento do sistema de transporte e serviços portuários – necessários para escoar a produção cafeeira – que concentraram o movimento comercial nas cidades do Rio de Janeiro e Santos, favorecendo a expansão desses centros urbanos.

O avanço da economia capitalista de exportação gerou assim diretamente as condições para que se constituísse um núcleo de trabalhadores no setor de serviços. Indiretamente, preencheu os requisitos para o surgimento do proletariado fabril, concentrando em algumas poucas cidades. (Fausto, 1976, p.13-14)

Um núcleo de trabalhadores assalariados no setor de serviços é, também, um mercado consumidor de produtos fabris. Mercado de consumo e capital acumulado são requisitos para o desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, a constituição do proletariado fabril. Ainda, o gradativo deslocamento e centralização da indústria para região cafeeira, a partir do final do século XIX, possibilitaram o surgimento de um número considerável de indivíduos em um mesmo local que compartilham a mesma situação em relação à propriedade dos meios de produção, ao capital e às outras classes, atendendo, dessa maneira, as condições objetivas necessárias à formação da classe operária.

Ora, o que temos aí é aquela forma de explicação do desenvolvimento do capitalismo, característica da produção historiográfica brasileira dos anos 1960/1970, que retoma Caio Prado Jr., também localizável em autores de todo o mundo e duramente criticada por Thompson como economicista, mecanicista, estruturalista etc. Nesse período, essa forma *de explicação histórica* é considerada correta, pois porta as virtudes do conhecimento científico. De qualquer forma, essa análise das estruturas objetivas da sociedade brasileira é apenas para fundamentar a problema principal do livro de Fausto, ou seja, as ações e formas de pensar dos trabalhadores urbanos.

O autor procura relacionar as condições socioeconômicas e políticas, com as práticas dos trabalhadores brasileiros, e aquelas determinam estas, permitido aos operários somente uma pequena “margem

de manobra”. Nesse sentido, o Estado autoritário e excludente, o baixo desenvolvimento industrial, as condições econômicas e políticas internacionais etc., ao mesmo tempo que impulsionam o movimento operário, desarticulam a organização dos operários em classe consciente (ou classe *para* si). Os operários, por sua vez, não amadurecem para a luta na instância política formal (sindical-partidária), fator que desarticula ainda mais a organização da classe e reduz a combatividade do movimento operário, resultando em sua derrota e a manutenção do Estado autoritário.

Nessa perspectiva, apesar das condições históricas difíceis, era *possível* que os trabalhadores urbanos conquistassem avanços mais significativos no período da Primeira República. Porém, suas opções foram equivocadas levando-os a derrotas importantes; evidentemente essa avaliação se fundamenta em um modelo ideal/possível de ação operária naquele momento histórico:

O conflito de classes tendeu a reduzir-se ao nível econômico, ao enfrentamento classe a classe, preservando-se a ‘pureza repressiva’ do Estado gendarme. Negar-se a exercer pressão sobre ele, nos longos combates pela cidadania social, negar-se a forçar a adoção normativa de conquistas significava condenar embates e conquistas, mais cedo ou mais tarde, a um doloroso fracasso.

Do ponto de vista organizatório, a óbvia consequência da recusa da instância política consistiu em não se formular o problema do partido como núcleo agregador de interesses. No plano sindical, as concepções espontaneístas tiveram efeito particularmente desorganizador, nas condições de um país que oferecia enormes dificuldades a qualquer tipo de organização.

A orientação da vanguarda anarquista teve assim um peso que não pode ser ignorado ao longo da história do movimento operário do período e na conjuntura de 1917-1920. Aí se atualizam as debilidades de uma teoria, às quais se poderiam acrescentar as oscilações entre uma estratégia insurrecional utópica e a mera identificação com as lutas espontâneas, os erros táticos dos quais o mais flagrante (sic) – nascido de uma dificuldade de avaliar as relações de força – foi o de tentar organizar greves gerais contra a repressão, em um momento já de refluxo. (ibidem, p.247-8, grifos nossos)

Em suma, esse é um estudo das grandes organizações sociais de dominação e resistência – o Estado, os sindicatos e os partidos –, pois são considerados os lugares legítimos de luta política, conforme o modelo marxista-leninista. Indica que o Brasil, no início do século XX, possuía um baixo desenvolvimento industrial, uma vez que a base da economia residia na agroexportação; e um Estado repressor, que não fornecia vias institucionais de representação política aos trabalhadores. O movimento operário – onde predominava a ideologia anarcossindicalista em razão do baixo desenvolvimento industrial – reivindicava a destruição do Estado e não reconhecia a luta político-partidária, dessa forma excluía a possibilidade de uma transformação social.

Enfim, até o início dos anos 1980, os estudos sobre a Primeira República se fundamentam em métodos analíticos, constituindo *modelos formais* de explicação como o de Fausto; recorrem frequentemente a dados estatísticos sobre economia e demografia para provar esses *modelos* e têm uma *escrita* em que predomina a *lógica formal* ou a *narrativa sintética*. Tudo isso está presente nos referidos estudos sobre o trabalhador urbano e também em estudos como o de Suely Robles Reis de Queiroz (1986, p.266-8 *passim*) sobre o movimento jacobino, que utiliza as noções de *consciência real* e *consciência possível* de Lucien Goldmann. Ao destacarmos esse modelo explicativo que permeia diversos estudos, não pretendemos desqualificá-lo, nossa intenção é apenas caracterizar essa *operação historiografia* que utiliza – como qualquer outra – certas noções, métodos, estilo de *escrita*, formas de provação etc.

Nesse eixo temático, aquela “atmosfera utópica” que favoreceu certas transformações nas *práticas historiográficas* nos anos 1980 foi informada principalmente pelas repercussões das greves do ABC paulista, que levaram os intelectuais a questionar aquele *modelo formal* de explicar a história dos trabalhadores. Nesse momento,

[...] os trabalhadores apareceram de modo novo em nossa História. Vistos tradicionalmente como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, eles irrompem na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social

que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para sua cooptação, enquadramento e controle. (Paoli et al., 1984, p.130)

O leitor já deve imaginar que principalmente o pensamento de Thompson serviu de ferramenta para a construção de uma “nova história do operariado”, que resgata e valoriza suas lutas. Afinal, se são tão importantes nas transformações do presente, provavelmente o foram nas transformações do passado!

Sonhando com os libertários e o estudo das práticas: outras formas de análise

Discutiremos agora, seguindo a ordem cronológica, alguns estudos produzidos por historiadores brasileiros na década de 1980, levantados em nossa pesquisa e que tratam do tema “desenvolvimento do capitalismo e conflito social na Primeira República”. Tentaremos destacar os *modos de usar* o pensamento de Thompson e de Foucault em cada um desses trabalhos. No próximo subitem faremos algumas generalizações sobre essa *apropriação* e seus efeitos na historiografia brasileira.

Em dezembro de 1983 é defendido o estudo denominado *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921* de Cristina Hebling Campos, dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Unicamp, sob orientação de Michael Hall e publicada sem alterações em 1988. Constam na bibliografia os seguintes textos de Thompson: *La formación histórica de la clase obrera* e *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. E os seguintes de Foucault: *História da sexualidade I: a vontade de saber* e *Microfísica do poder*.

De acordo com Campos (1988, p.17-22), entre os anos de 1917 e 1921, os trabalhadores do Rio de Janeiro e de São Paulo sonharam com a liberdade, organizaram-se e lutaram para tentar conquistá-la. Esse momento só pode ser compreendido por meio de um estudo das diversas formas de dominação exercidas pelo patronato e pelo Estado, bem como pelas diversas formas de resistência empregadas pelos operários.

Desde o início do texto, Campos se coloca em oposição à produção acadêmica anterior que, segundo a autora, só se interessou por essa conjuntura (as greves em massa organizadas pelos sindicatos) por se tratar de uma “forma válida de resistência”, de acordo com um “modelo de comportamento político e de classe operária visivelmente alienígena e historicamente dúbio ou absolutamente teórico”. Porém, por se fundamentarem nesse “modelo”, os intelectuais concluíam que naquele momento a classe operária foi mal conduzida por uma liderança iludida pela ideologia pequeno-burguesa; contra isso a autora assevera emocionada:

O meu horror era ver que com esses pressupostos – composição da classe e orientação ideológica – subtraía-se da classe operária a sua própria identidade. Ora, a classe só se constituiu no processo de luta, quando, ao criarem-se laços de solidariedade entre indivíduos, enfrenta o patronato e o Estado. A consciência que é produzida nesse momento é registrável, às vezes comparável, mas não existem “desajustes” na história, nem atrasos, nem falsa consciência. (ibidem, p.12)

Dessa passagem, duas questões. Primeira, o termo “horror” – e também “estupefação” que aparece algumas linhas antes – é uma expressão forte para uma dissertação, evidencia o quanto o embate com a produção anterior estava aflorado: era preciso outra historiografia.⁴⁰ Para isso, Campos recorre à noção de *classe* de Thompson:

Para Thompson classe não é uma categoria analítica ou estática e nem mesmo uma estrutura social. “Por classe eu entendo um fenômeno histórico que une um número de acontecimentos disparatados e aparentemente sem conexão, ambos na crueza da experiência e na consciência”. Seu surgimento reflete esta historicidade; a classe surge como resultado da articulação de interesses semelhantes, contra os interesses normalmente opostos de outros homens. Ocorre como resultado de experiências comuns, herdadas ou compartilhadas.

40 Frequentemente a autora retoma a produção anterior – principalmente o estudo de Fausto – para fazer críticas severas, ver Campos (1988, p.12-13, 17, 21-2, 25-6, 60, 65-6, 110-15, 160, 166, 176, 177-80, passim).

Foi fundamental perceber, contradizendo a maioria das leituras feitas sobre o movimento operário organizado sobre base anarquista e sindicalista revolucionária que, com a orientação destas vanguardas, os trabalhadores dos grandes centros industriais do país (nestes anos que permeiam o final da Primeira Guerra e principalmente o pós-guerra), experimentando a exploração, identificando pontos de interesse comuns entre si e antagônicos a outros homens, lutam por estas questões e neste processo de luta chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. Entendemos esta como “a maneira como se traduzem estas experiências em termos culturais, encarnando-se em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”. (ibidem, p.13)

Contra uma lei histórica, contra a história teleológica ou lógica a autora recorre, ainda em sua introdução, a Foucault/Nietzsche:

A tentativa revolucionária dos anos de 1917 a 1920, além de ter sido esquecida pela historiografia oficial, foi “malvista” pela historiografia marxista (leninista). Esta postura ligou-se essencialmente ao fato dos libertários terem se negado a criar o partido revolucionário e por não participarem do processo político-eleitoral, estabelecendo alianças com outras camadas sociais. Teoricamente isto é insustentável, a tarefa do historiador é a de fazer da história um uso que a liberte para sempre de qualquer absoluto. Não se pode permitir que a história se deixe levar por nenhuma obstinação e tampouco que se deixe obstinar pela ideia de continuidade. [...] Não existe nada imortal no homem, nada escapa a ter uma história. A história não é um *continuum*, com um sentido estabelecido, as forças que se encontram em jogo obedecem ao acaso da luta. (ibidem, p.23)

O que surge nessas passagens é o entendimento da história como *luta* ou, dito de outra forma, a partir da composição Nietzsche-Foucault-Thompson, Campos concebe que a história deve ser explicada pela *luta*: forças se enfrentam, disso emergem vencedores e vencidos, cabe ao historiador contar a história dessas lutas. Não existe uma lógica irremediável de evolução, com fases a serem cumpridas – o que não exclui a possibilidade de resolução da *luta de classes*, apenas não define *a priori* o seu caminho.

Com essa premissa em mente, Campos – nos capítulos II e III – conta a história das lutas empreendidas pelos trabalhadores contra a dominação entre os anos 1917 e 1920, em um estilo muito próximo daquele de Thompson, a saber: com longas narrativas de diversas perspectivas e minuciosas, repletas de citações e pontuadas por interpretações que procuram destacar o surgimento da solidariedade (da consciência de classe) por meio das *experiências* compartilhadas por esses trabalhadores. Um exemplo marcante é o caso do funeral de Antonio Martinez, morto em um confronto com a polícia, em uma manifestação em São Paulo, em 9 de julho de 1917; o funeral do sapaiteiro marcou a “passagem de uma grande greve para uma paralisação total da cidade” (ibidem, p.47-52). Para a autora, a *experiência* em si e a forma como os operários lidaram com esta gerou um aumento de solidariedade entre os eles, demonstrável por suas atitudes e discursos.

Para compreender o fenômeno de descenso do movimento operário no período, Campos se utiliza da concepção de poder de Foucault, buscando pensar os múltiplos locais de dominação e resistência, desde a fábrica e o processo de produção até a vida privada e os sentimentos conjugais, parentais e filiais (ibidem, p.17-21, 114-16). Em vez de explicar a derrota dos anarquistas pela incapacidade de se organizarem em partido e lutarem na instância político formal, a autora explica a vitória da burguesia pelas estratégias bem-sucedidas, empreendidas por esta:

Dois conjuntos de questões, que no fundo são faces de uma mesma moeda, pressionavam os operários: de um lado, as estratégias que a sociedade lançou mão para isolar o movimento sindicalista revolucionária que tinha na Igreja, nas indústrias/CIFT nas ligas nacionalistas, na imprensa e em algumas figuras policiais os seus principais agentes; de outro, o medo e o desânimo (descrença) que ficou impregnado também nas pessoas que sofreram a violência oficial e patronal e sentiram sobre si a mácula do pecado que a Igreja impingiu com seu discurso político-religioso. Não podemos esquecer da terrível objeção que foi construída ao movimento operário organizado, ligando-o à ideia de conspiração estrangeira, por todos aqueles setores sociais. E mais que isto toda uma construção de alternativas de participação política e existencial que no seu conjunto vão

desembocar numa política claramente dirigida pelo Estado (mas não só por ele) no pós-trinta. Era o controle das vontades e dos corpos de modo não necessariamente repressivo. Constrói-se o pragmatismo operário, a semelhança do burguês. (ibidem, p.115)

Além dessa preocupação com as estratégias e as táticas (noções retiradas da *microfísica do poder*), o mais curioso e significativo é que Campos adota a concepção de poder de Foucault como parâmetro para a crítica da vanguarda anarquista, não apenas como uma “lente” para leitura das fontes. Segundo a autora, as lideranças anarquistas – assim como a comunista e mesmo as lideranças em geral – admitem o poder como *coisa*, adotam a concepção jurídica de poder; quando, na Verdade, o poder seria relação, como explicou/provoviu Foucault. Dessa forma, “o movimento teria que dar conta das várias instâncias de poder e de sua inerente multiplicidade, à despeito do fato de concentrar suas forças numa arma pouco flexível como o sindicato” (Campos, 1988, p.115). Ora, desse modo, Campos apenas inverteu a explicação da produção historiográfica anterior: os anarquistas perderam por ainda considerarem demasiadamente a política formal. Porém, como na perspectiva da autora, não se pode julgar aqueles homens e mulheres, foi preciso atenuar a afirmação: “se o movimento radical pagou um preço caro por essa centralização, ele foi um movimento também incrivelmente dinâmico [...]” (ibidem, p.116).

Apesar das referências a Foucault, entendemos que a perspectiva de análise de Campos está muito próxima àquela de Thompson, já que a autora se propõe a resgatar as formas organizativas e de resistência do movimento operário, restituindo-lhes o significado que tinham em sua época, por meio da descrição detalhada da *luta de classes* e, conseqüentemente, do processo de constituição das *classes*. Desse modo, as referências às argumentações e reflexões de Foucault – sempre no interior “eixo do poder” – funcionam para agregar valor explicativo, tanto para análise dos mecanismos e estratégias que levaram ao descenso do movimento operário quanto para autorizar/reforçar a noção de *história como luta* contra as Leis históricas ou *modelos formais*.

Sem fé, sem lei, sem rei: Liberalismo e experiência anarquista na República, de Luzia Margareth Rago (1984), foi explicitamente articulado por meio da combinação dos pensamentos de Thompson e de Foucault. Esse estudo é uma dissertação de mestrado orientada por Edgar Salvadori de Decca, apresentada ao departamento de História da Unicamp em 1984; foi publicado sob o título *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*, em 1985, com pequenas modificações, sobretudo na “apresentação”. Na bibliografia encontramos os seguintes textos de Thompson: *La formación histórica de la clase obrera* e *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. E os seguintes textos de Foucault: *Vigiar e punir*, *Microfísica do poder* e *História da Sexualidade I: a vontade de saber*.

Uma das intenções desse estudo de Rago é contestar o “mito do apoliticismo dos anarquistas” estabelecido pela produção acadêmica anterior; presente, pelo exemplo da própria autora, no já referido estudo de Fausto. O efeito desse mito foi a...

[...] ausência de estudos que procurem recuperar as práticas cotidianas criadas pelo proletariado e incentivadas pelos anarquistas e anarco-sindicalistas desde os inícios da industrialização no Brasil [...].

Penso que este silenciamento pode ser explicado à luz da *concepção da política* que informa as análises sobre formação da classe operária. Ao trabalharem com uma representação exclusivamente jurídica do poder, só se consideram como política as ações que se realizam através dos canais institucionais e o Estado aparece como foco exclusivo que estaria na origem de todo tipo de poder. (Rago, 1984, p.7)

Assim, para acabar com essa ausência é preciso outra concepção de política. Daí, a autora apreende da *Microfísica do poder* de Foucault o seguinte: não basta existir um contrato social que define o Estado (aparelho repressivo/ideológico) como gestor da sociedade e, então, uma determinada classe controlar esse Estado para impor sua dominação aos outros. É preciso uma série de mecanismo que operam no cotidiano e em larga escala para a manutenção da dominação de classe:

A análise do poder em sua positividade, como rede de relações que se exerce molecular, ininterrupta e ramificadamente, em todos os domínios da vida social, produzindo individualidades, adestrando os gestos, elevando a rentabilidade do trabalho – como aponta Michel Foucault –, abre toda uma perspectiva metodológica que permite repensar a atuação dos anarquistas a partir de outros parâmetros. (Rago, 1987, p.14)

Nesse estudo, a *apropriação* de Foucault permitiu exatamente “abrir toda uma perspectiva” e fundar “outros parâmetros”, isto é, sua concepção de poder possibilitou rever os “locais” e os mecanismos da *luta de classes*. Foram nos pontos de *convergência* (ou *aproximação*) entre a noção de *microfísica do poder* de Foucault e o pensamento de Thompson que Rago fundou sua análise da luta entre a burguesia e os trabalhadores brasileiros na Primeira República.

A autora adota a concepção de *classe thompsoniana*, ou seja, é a partir da análise das *experiências* comuns, das lutas empreendidas e da constituição das solidariedades que é possível compreender a formação de uma classe e de sua consciência; não a partir de um modelo e de dados objetivos:

Assim entendo, recorrendo aos ensinamentos do historiador inglês E. P. Thompson, a atuação da classe operária no seu processo de constituição enquanto classe, seja lutando contra as imposições autoritárias dos dominantes, seja propondo suas formas de vida, definindo seu modo cultural e construindo suas entidades de resistência política. (ibidem, p.13)

A partir desses pressupostos, Rago opera de forma similar a Campos. Isto é, analisa diversas fontes, jornais, relatórios de fábrica, da polícia, dos médicos, fotografias, revistas etc., tentando reconstituir as múltiplas formas de conflito de classe presentes na sociedade brasileira da época. A grande mudança, em relação à produção acadêmica dos anos 1970, é menos nas fontes utilizadas, pois Fausto, Carone e Hardman utilizaram muitas dessas fontes,⁴¹ e muito mais na forma de utilizá-las

41 Fausto, inclusive, foi um dos primeiros historiadores a utilizar o importante arquivo de Edgard Leuenroth, autorizado pelos familiares de Leuenroth, pois o

e no “olhar” que “enxerga” outras coisas e na possibilidade “dizê-las”, uma vez que ganham relevância por meio desse outro modelo interpretativo. Assim, foi possível – de acordo com essa geração de historiadores – trazer à presença o que era ausência na produção anterior:

Portanto, para a historiografia político-institucional não só deixam de ser perceptíveis outros momentos de exercício do poder que se manifestam no cotidiano em todas as esferas da vida social e principalmente na produção, quanto as novas formas de resistência criadas pelos produtores diretos e que não se viabilizam através das vias institucionais. (Rago, 1984, p.8)

Para expor essa “nova presença” ao leitor, Rago divide seu estudo em quatro capítulos. No primeiro é descrito o conflito em torno da fábrica, bastante fundamentado nas descrições de Foucault na parte *Disciplina de Vigiar e punir* sobre a organização espaçotemporal da fábrica. A autora procura demonstrar que ao longo da Primeira República ocorreu uma transformação na forma do conflito entre patrões e trabalhadores: de um conflito manifesto e violento (direto) para um conflito mais minucioso (operando na organização processo de trabalho) e disfarçado (fundado no discurso científico de médicos, engenheiros, sanitaristas etc.):

Progressivamente, os industriais procuraram fazer com que os operários introjetem a disciplina panóptica do trabalho industrial, prescindindo do recurso à utilização da força bruta e mascarando o exercício do poder por um discurso que se apresentou como científico, racional e moderno. (ibidem)

Ora, onde é possível ver a dominação operando, deve ser possível ver resistência:

Contra as estratégias de enquadramento do proletariado ao modelo disciplinar imaginado pelos dominantes, a criatividade operária opôs inúmeras formas de resistência, surdas, difusas, organizadas ou não, mas permanentes, efetivadas no interior do espaço da produção. O questionamento

prático da lógica da organização capitalista do trabalho assumiu expressões diferenciadas, como o roubo de peças, a destruição de equipamentos, a sabotagem, o boicote, além das greves e foram positivamente valorizadas pelos anarquistas e anarcossindicalistas como “manifestação da ação direta [...] que trazem em si caráter revolucionário no sentido de transformação da sociedade”. (Rago, 1985, p.18)

No segundo capítulo,⁴² Rago discute as tentativas de impor à mulher o modelo burguês de “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”, os agentes e os meios dessa imposição são muitos: desde os médicos que reforçam o “mito do amor materno” por meio de comprovação “científica” da necessidade da amamentação feita pela mãe e da necessidade de controle do desejo sexual feminino – ou estratégia de “histerização do corpo da mulher” conforme designa Foucault em *A vontade de saber* – até o próprio movimento operário que reforça o mito da mulher frágil. Em contrapartida, apesar de não ser unanimidade, as anarquistas procuram estabelecer outro modelo de mulher, a saber: a rebelde-educada, favorável ao amor livre e contestadora dos vícios (carnaval, baile, álcool, fumo, futebol).⁴³

42 O texto *De Eva a Santa, a dessexualização da mulher no Brasil* apresentado no Colóquio Foucault de 1985 e publicado em *Recordar Foucault* é, em grande parte, um resumo desse capítulo da dissertação de Rago (1984).

43 É interessante notar que Rago enxerga uma contradição entre ser “favorável ao amor livre” e ser “contestadora dos vícios”; daí, duas questões: primeira, no nosso entender, essa contradição só existe e só precisa ser explicada aos olhos do historiador. segunda, a autora procura explicar essa contradição a partir da noção de *hegemonia cultural* de Thompson, conforme expresso no texto *Lucha de clases sin clases?* Ou seja, a contestação dos vícios seria uma reapropriação da cultura dominante, um contrateatro; já que essa contestação nos mesmos termos da burguesia “poderia ser uma maneira de escapar da penalidade do Estado e da violenta repressão policial”, bem como uma forma dos trabalhadores destruírem “a imagem operária fabricada pelo adversário, segundo a qual os elementos das classes sociais inferiores são seres pré-civilizados, irresponsáveis [...]”. Diferente de Rago, que também faz referência a *La verdad y las formas jurídicas* nessa passagem, entendemos que aos “olhos” de Foucault a “contestação dos vícios” pelas anarquistas não marca uma resistência, mas sim manifesta a reprodução das relações de poder na sociedade. De qualquer forma, isto apenas revela mais um *modo de usar* o filósofo francês (cf. Rago, 1985, p.115, 62-116).

No terceiro capítulo, discute as instituições que procuram determinar a forma correta de tratar as crianças, desautorizando o saber tradicional dos pais. Ao mesmo tempo, em uma argumentação fundada também nas reflexões de Foucault, Rago assinala que esse controle da criança tem efeito sobre organização familiar, ou seja, “a criança foi percebida pelo olhar disciplinar, atento e intransigente, como elemento de integração, de socialização e de fixação indireta das famílias pobres, e isto antes mesmo de afirmar-se como necessidade econômica e produtiva da nação” (ibidem, p.118).

Enfim, no quarto capítulo, a autora analisa a organização urbana como forma de disciplinar o trabalhador. A todas as formas de dominação burguesa descritas, a autora estabelece as formas de resistência dos anarquistas, concluindo:

A este conjunto de procedimentos disciplinares, os anarquistas e operários em geral se opuseram numa luta ferrenha, buscando realizar sua utopia de construção de um novo mundo, mais humano, mais justo, mais livre, onde todos teriam seus direitos de vida assegurados. No campo da educação, no âmbito da produção, na redefinição dos papéis sociais atribuídos a homens, mulheres, crianças, na reestruturação das relações familiares afetivas, na composição de uma nova paisagem espacial, os anarquistas acenaram com propostas que, de certo modo, refletiram os anseios e as esperanças de uma classe negada em todos os momentos de sua vida cotidiana, do trabalho ao lazer e que sem dúvida se fez num processo de luta cujas marcas se mantiveram profundas, a despeito de toda tentativa de silenciamento. (ibidem, p.206)

Ao longo do texto, Rago utiliza elementos da noção de *microfísica do poder* (*poder como relação*, descentralização dos mecanismos de poder e *história como luta*) e “conteúdos” (informações sobre os procedimentos que operam no interior da fábrica, hipóteses explicativas sobre a histerização do corpo femininos etc.) dos livros de Foucault com maior frequência que elementos do pensamento de Thompson. Porém, por conservar uma explicação histórica que recorre aos *sujeitos* (patrão e trabalhador), ao sentido profundo da *luta de classes* (“choque de duas

vontades, embate de desejos contraditórios” (Rago, 1985, p.18)) e a uma “hermenêutica” que procura – por meio das fontes – “recuperar as práticas cotidianas” criadas pelo proletariado, Rago se manteve no horizonte teórico-metodológico do materialismo histórico e cultural, o pensamento de Foucault somente *agregou* capacidade explicativa a esse horizonte.

Na versão publicada da dissertação, a autora – e também seu orientador, conforme discutimos antes – reconheceram com precisão as diferenças entre Thompson e Foucault:

Embora situados em campos teóricos e metodológicos diferenciados, Thompson e Foucault chamam a atenção para outros momentos do exercício da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas “não organizadas” do proletariado e desfazer o generalizado mito do atraso e do apoliticismo dos libertários. (Rago, 1987, p.14).

Esse reconhecimento soa como um pedido de licença, pois o que importa nesse momento – a primeira metade da década de 1980 – é que os pensamentos desses intelectuais fazem ver o ausente da historiografia; as reflexões e as argumentações *apropriadas* permitem ler e explicar as fontes de acordo com as “novas” preocupações do *lugar da operação historiográfica*. A diferença entre o historiador inglês e o filósofo francês é apenas ruído passível de ser abafado pela necessidade de uma “nova historiografia”, pela necessidade de “resgatar os vencidos” e, talvez, pela possibilidade de responder a uma urgência ético-política dos anos 1980, a saber: (re)descobrir outras formas de resistência e outros mundos.

Numa trajetória bastante pessoal, mas certamente coletiva, cheia, de encontros intensos e de perdas desesperadas, o contato com a doutrina anarquista marcou, sem dúvida, um momento muito especial. [...] Pela primeira vez, encontrava-me com aqueles que muitas décadas atrás questionaram todos estes modelos sociais e comportamentos [que a autora afirma ainda estarem em vigor]. Se não foram “vitoriosos” como não se cansa de repetir uma determinada tradição acadêmica, não há

como negar a atualidade das questões que os libertários colocaram desde meados do século XIX na Europa e nos começos do século XX no Brasil. (Rago, 1984, p.3)

Considerando que, em geral, é aceito que as *apropriações* dos pensamentos de Thompson e de Foucault como instrumento de análise dos trabalhadores no período da Primeira República têm como “berço” a Unicamp, é instigante localizar estudos vinculados a outras instituições, que logo no início dos anos 1980 recorriam aos textos desses intelectuais para fundamentar suas análises. Um desses casos, paradoxalmente, é muito conhecido: a dissertação de mestrado de Sidney Chalhoub, intitulada *Trabalho, lar e botequim*, defendida em 1984, no Departamento de História da UFF, e publicada pela primeira vez sob o mesmo título em 1986.

É preciso afirmar, correndo o risco de agradar contra nossa vontade os defensores da tese “das ideias fora do lugar”, que a *operação historiográfica* empreendida por Chalhoub nesse estudo é composta por quase exatamente as mesmas *práticas* utilizadas por Thompson. A bibliografia já evidencia o quanto o estudo está informado pelo materialismo histórico e cultural, por meio dos livros *The making of the English working class, Tradición, revuelta y conciencia de clase, A miséria da teoria e*, em uma rara referência para época, *Whigs and hunters*, além dos artigos originais “Eighteenth century English society: class struggle without class” e “The moral economy of the English crowd in the eighteenth century”. Assim como os autores anteriores, mesmo que firmemente estabelecido “na sólida tradição da história social marxista”, Chalhoub (2001, p.VIII) não deixa de recorrer ao pensamento de Foucault, exposto em *Vigiar e punir e Eu, Pierre Rivière...*

Chalhoub analisa os “mecanismos [em seus aspectos práticos e discursivos] de controle social da classe trabalhadora típicos de uma sociedade capitalista” (ibidem, p.51), como é o caso da cidade do Rio de Janeiro no período da Primeira República, porém procurando compreender como esses mecanismos são absorvidos e/ou efetivados concretamente nos trabalhadores. Se aplicarmos a distinção elaborada por Foucault, referida anteriormente, Chalhoub está menos preocu-

pado com o conjunto de esforços racionais, técnicas, programas etc. que procuram “disciplinar” os múltiplos aspectos de uma sociedade, e mais preocupado em resgatar a “realidade vivente”, isto é, os resultados efetivos desses mecanismos no cotidiano do trabalhador carioca e as lutas provenientes desses esforços.⁴⁴

O primeiro empreendimento historiográfico, de acordo com a fala do próprio autor, está presente tanto em *Vigiar e punir* quanto nos textos reunidos em *Tradicón, revuelta y conciencia de clase* (Chalhoub, 2001, p.49-50, 57 (nota 18)). Como vimos, esse é um aspecto em que os pensamentos de Foucault e de Thompson se *aproximam*, isto é, ambos procuram compreender as *estratégias* ou *meios* utilizados para disciplinar os indivíduos, dentro de um ambiente de *luta*. O segundo empreendimento, sem dúvida, está distante dos estudos de Foucault e bastante próximo daquele presente nos livros de Thompson citados pelo autor. Vejamos nas palavras do próprio Chalhoub qual é o seu empreendimento:

A opção por abordar a questão do controle social do ponto de vista da experiência cotidiana da classe trabalhadora procura ressaltar o fato de que as relações de vida dos agentes sociais expropriados *são sempre relações de luta*,

44 Em entrevista de 2008, o próprio Chalhoub (2008, p.313) estabelece esse duplo empreendimento historiográfico: “Desde *Trabalho, Lar e Botequim*, escrito nos anos 80, o que me interessa são questões de política de domínio na sociedade o modo de as pessoas lidarem com essa dominação: por história social eu entendo a necessidade de que as pesquisas históricas incluam a questão do que as pessoas fazem com o que fazem delas. Por um lado, é importante entender as políticas de dominação enquanto uma série de elementos presentes numa sociedade específica que conduzem a procedimentos de exclusão, de reprodução das desigualdades sociais, estruturas que reproduzem a distribuição desigual de recursos, privilégios, como essas coisas mudam ao longo do tempo. Por outro lado, o que caracteriza a história social é incluir nesse universo a questão do que as pessoas fazem com o que fazem delas. Esse é o elemento que está presente em todas as pesquisas históricas que eu fiz até hoje, mesmo recentemente nos trabalhos utilizando literatura, como no *Machado de Assis, historiador*. Busco entender como a literatura de Machado representa, produz interpretações sobre como os dependentes, agregados, escravos lidavam com a política de dominação senhorial, paternalista, com as práticas ideologias de dominação características da sociedade escravista brasileira”.

ou seja, o tempo e o espaço da luta no processo histórico não se restringem aos movimentos reivindicatórios organizados dos dominados – como os diversos momentos do movimento operário, por exemplo. (ibidem, p.52)

Essa é uma das últimas passagens do capítulo introdutório e impõe à nossa discussão duas questões correlatas que são respondidas ao longo da leitura do livro, a saber. Primeira, qual o conjunto de *práticas historiográficas* utilizadas pelo autor para reconstituir a referida “experiência cotidiana”, que por si só já é uma noção estabelecida por um determinado modelo interpretativo? Segunda, sabemos que a afirmação de que as reivindicações não se restringem aos movimentos organizados, não é neutra; é uma crítica à produção historiográfica anterior. Desse modo, quais os aspectos que Chalhoub contesta? E qual a relação dessa contestação com o conjunto de *práticas historiográficas* empregado por ele?

Além do capítulo introdutório e uma curta conclusão, o estudo está dividido em três capítulos: O primeiro analisa a luta dos trabalhadores pela sobrevivência em relação às questões do trabalho e da habitação; o segundo, as relações familiares dos trabalhadores, principalmente as relações entre cônjuges; e o terceiro analisa as lutas em torno do lazer popular, que ocorria nas ruas e botequins sempre sobre a “pressão” policial.

A noção de *experiência* usada por Chalhoub é idêntica à de Thompson, trata-se da forma como os trabalhadores articularam sua cultura e suas condições materiais por meio de suas experiências de vida. Isso fica muito evidente na forma como o autor analisa as rivalidades no interior da classe trabalhadora, a luta pela sobrevivência é “organizada” dentro de uma mentalidade popular específica:

Neste sentido, é importante perceber os inúmeros conflitos individuais em situações de trabalho dentro do contexto mais amplo da competição entre populares pela viabilização de sua sobrevivência em condições extremamente desfavoráveis, sendo os conflitos nacionais e raciais a expressão mais comum dessas tensões provenientes da luta pela sobrevivência. (ibidem, p.62-3)

E também na conclusão do autor a respeito da relação homem-mulher, sempre pressionada pelas condições materiais e mediada pela cultura:

As suas condições materiais de vida, os seus modos de pensar e agir os levavam a praticar uma relação homem-mulher que tendia a uma bipolarização, com uma maior divisão do poder entre os amantes. Isso pressupõe uma mulher mais ativa e independente, o que significaria apenas admitir o tipo de postura que esta mulher tinha de assumir diante da vida em condições tão adversas. Significa também que, mais frequentemente, as crises amorosas talvez fossem resultado da não aceitação por parte do homem da conduta independente da mulher, conduta feminina esta mais de acordo com as motivações e limites imposto a ela pela situação de classe que experimentava. (ibidem, p.241)

Essa perspectiva de análise contesta diversas outras que podemos agrupar sob a alcunha de marxista-leninista-althusseriana, isto é, aquela que parte de modelos ideais/possíveis para analisar a classe trabalhadora e o desenvolvimento do sistema capitalista. Essa vertente sempre foi o alvo predileto de Chalhoub, como ele próprio afirmou em 2001:

Nunca me afastei, por um minuto sequer, do impulso original de combater produções acadêmicas que, intencionalmente ou não, contam a história do país a partir do mote da desqualificação política dos trabalhadores, escravos ou não. (ibidem, p.IX)

Nesse estudo, essa vertente aparece representada por diversos autores, em seus diferentes aspectos; por exemplo: considerando que Chalhoub procura entender as rivalidades entre os trabalhadores pela mediação da *experiência*, como Thompson procurou explicar os “motins de fome” pela economia moral, o autor critica a análise de Fausto como uma “tímida tentativa de generalização”, uma vez que essa explica a questão por meio da *lógica formal*: grande oferta de mão de obra equivale ao aumento da rivalidade entre trabalhadores. O mesmo é dito a respeito da explicação proposta pelo brasilianista Sheldon Leslie Maram, para esse a rivalidade que desarticula os trabalhadores

é de fundo étnico, mas a lógica da explicação é a mesma: a existência de diferentes etnias equivale a menos solidariedade entre os trabalhadores.

Apesar de todo o respeito que Chalhoub demonstra por Florestan Fernandes, sem dúvida, ele e seus discípulos são os alvos do autor – fato semelhante ao que ocorreu na sua já referida tese. Por exemplo, no que diz respeito às relações amorosas, Fernandes parte de um modelo que ele considera ideal de relação amorosa. Desse modo, os indivíduos que não seguem esse modelo estão acometidos por uma “patologia social”, é o caso do negro liberto que “apresenta ‘deformações introduzidas em sua pessoa pela escravidão’, ‘obsessão pelo sexo’” etc. Para Chalhoub, esse modelo ideal é aquele mesmo da burguesia, portanto partidário de uma perspectiva dominadora. Nesse sentido,

[...] não se trata mais de rotular de patológico ou anômico tudo aquilo que não se ajusta satisfatoriamente aos valores característicos da visão de mundo burguesa, e sim tentar compreender o sentido e a racionalidade intrínsecos ao comportamento amoroso dos membros da classe trabalhadora. Este sentido e esta racionalidade só podem ser apreendidos a partir da reconstituição artesanal de inúmeras histórias de amor entre estes indivíduos despossuídos, pois estas histórias – com seus incontáveis pequenos detalhes e pelo que revelam de numerosas experiências reais vivenciadas por estas pessoas – nos informarão dos condicionamentos sociais e materiais do ato de amar nos escalões inferiores da sociedade carioca dos primeiros anos do século XX. (ibidem, p.173-4)

Fica claro como a *experiência* dos trabalhadores é o elemento a ser estudado nessa perspectiva historiográfica que Thompson e Chalhoub – entre outros – compartilham. Ainda, o trecho anterior revela outra característica dessa perspectiva historiográfica, a forma de *escrita: narrativa sincrônica cerrada entre as fontes* e seu correlato, a recusa na “divisão artificial entre teoria e prática que parece ser um vício indomável da produção acadêmica em nossos dias” (ibidem, p.54). Nesse estudo, as narrativas dos fatos e das vidas dos trabalhadores são “superabundantes”, são os principais meios de fundamentação dos procedimentos exegéticos que procuram compreender os significados

das ações e formas de pensar dos trabalhadores no contexto social mais amplo; os poucos elementos analíticos – especificação/construção de categorias e suas relações lógicas – estão diluídas ao longo da narrativa.

Essa postura difere da produção anterior sobre o tema, em que a fundamentação recorre com maior frequência a dados estatísticos ou objetivos – relativos à economia, à demografia, à política etc. – e discursos de lideranças sindicais/partidárias para fundamentar as análises, que estão preocupadas em especificar categorias e as relações lógicas entre essas. Afinal, como vimos com Thompson, é por meio dessas narrativas que podemos acessar as “experiências passadas”, e compreendermos as regularidades que as atravessam:

O fundamental em cada história abordada não é descobrir “o que realmente se passou” – apesar de, como foi indicado, isto ser possível em alguma medida –, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar. Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas. (ibidem, p.40)

Essa passagem é inspirada, segundo o próprio autor, nas reflexões de Thompson em *A miséria da teoria*, e também nas formulações de Clifford Geertz sobre a “interpretação das culturas” (ibidem, p.55 (nota6, 56 (nota 7))), bem como nos remete a uma *prática* empregada pelos dois intelectuais para análise das fontes, a saber: o método hermenêutico. Conforme indica Chalhoub no prefácio de 2001, um grande número de historiadores nos anos 1980 se recusava a utilizar processos penais, uma vez que estas “fontes ‘mentem’, os depoimentos são manipulados, respondem a uma multiplicidade de interesses que os tornam praticamente inúteis para os historiadores” (ibidem, p.VII-VIII). Guiado pelo historiador inglês e pelo antropólogo estadunidense, aceita o desafio de romper as “mediações introduzidas” pelos agentes do poder nos processos penais que são as fontes privilegiadas

de seu estudo, para recolher os “ecos distantes” das vozes daqueles trabalhadores; os fatos dessas histórias não estão dados, precisam ser reconstituídos em meio “a neblina e a fumaça que escondem a trilha que precisamos seguir” (ibidem, p.36-40); os crimes descritos nos processos penais são signos que precisam ser interpretados em busca de seus significados. Essa operação fica muito clara na conclusão do autor a respeito das relações amorosas:

De qualquer forma, e além de qualquer possibilidade de construir modelos rígidos e únicos de comportamento amoroso, os sinais longínquos emitidos por estes homens e mulheres são ambíguos e contraditórios. Mas estes sinais chegam a nós, apesar de todo o esforço dos agentes jurídicos em enquadrá-los e, assim, silenciá-los. Aguçando os ouvidos, podemos escutar as vozes esgançadas se infiltrando pelas entrelinhas dos processos. Ao contrário do que postula o ditado jurídico, o que não está nos autos ainda assim está no mundo. Por mais que tentem, os autos não silenciam os atos. (ibidem, p.241)

Não é difícil especular que no enfrentamento – discutido no Capítulo 2 – entre a “hermenêutica” de Ginzburg (esse autor só se torna referência de Chalhoub em sua tese) e a arqueogenealogia de Foucault (esse é referência apenas na dissertação), é ao lado de Ginzburg que o autor se colocaria (e acabou por se colocar). De qualquer modo, a hermenêutica marxista de Thompson está sempre presente, já que os diversos significados dessas histórias reconstituídas são atravessados por um sentido profundo, o da *luta de classes*:

Como já ficou sugerido e exemplificado na reconstituição dos eventos associados à vida e à morte de Zé Galego, cada história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais é *uma encruzilhada de muitas lutas*: das lutas de classes na sociedade, lutas estas que se revelam na tentativa sistemática da imprensa em estigmatizar os padrões comportamentais dos populares – estes “brutos”!; nas estratégias de controle social dos agentes policiais e judiciários, e também na reação dos despossuídos a estes agentes – como, por exemplo, na atitude hostil dos populares em relação aos guardas-civis [...]. (ibidem, p.41)

Finalmente, no último capítulo do livro, encontramos a explicitação da *apropriação* desse elemento fundamental do pensamento de Thompson, ou seja, a explicação do processo histórico e da formação das classes pela *luta de classes*. A epígrafe do capítulo é constituída por duas citações, uma de *Manifesto of the Communist Party* – de Marx e Engels – e *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*; ao longo do capítulo encontramos a “hipótese geral do trabalho” elaborada, segundo o próprio autor, a partir da leitura dos já referidos textos de Thompson, bem como de textos de outros intelectuais ligados a Thompson, por exemplo, Douglas Hay, Peter Linebaugh e David Jones, e também uma breve discussão de como compreender o processo histórico e a formação das classes tal como Thompson demonstra em *The making of the English working class* (cf. *ibidem*, p.247, 301-2, 252-6, 336 (nota 1 e 2). 337 (nota 24), 341 (nota 73)). Esses três momentos indicam o que segue.

A partir de uma perspectiva de explicação histórica ou, nas palavras do autor, “parâmetros iniciais de reflexão”, que já residiam nos textos Marx e Engels e foram desenvolvidos sobremaneira por Thompson, Chalhoub analisa a implantação do sistema capitalista na Primeira República como um processo de *luta*, em que a burguesia carioca procurou impor um projeto de civilização-progresso que vem de fora – da Europa. Em contrapartida, os trabalhadores resistem a essa imposição de acordo com sua cultura e condições materiais. As implicações dessa *luta* são duas, a primeira diz respeito ao desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores:

Enquanto fato de história política, a classe trabalhadora carioca marca sua presença no período através de protestos popular, das inúmeras organizações e sociedades de assistência mútua e, principalmente, através das lutas crescentes do movimento operário. Enquanto fato de história cultural [...], muito do que se escreveu até aqui revela a classe trabalhadora carioca, já na primeira década do século XX, como possuidora de formas culturais próprias e independentes, mesmo que forjadas continuamente, na verdade, pela dialética entre os projetos ou modelos culturais feitos para ela e aquelas engendrados a partir de sua prática real de vida. (*ibidem*, p.302-3)

A segunda implicação diz respeito à conclusão ambiciosa de que as características do sistema capitalista brasileiro é resultado da *luta de classes*:

Deve-se meditar, aliás, se a existência na cidade desta cultura popular vigorosa e largamente insubmissa, no momento crucial da formação do mercado capitalista de trabalho assalariado, explica, em alguma medida, o fato óbvio de que vivemos, hoje em dia, numa sociedade capitalista que não deu certo. (ibidem, p.256)

Nos dois casos, Chalhoub se opõe à produção acadêmica anterior sobre o tema, uma vez que essa produção – de acordo com um modelo ideal/possível – classificava esses trabalhadores como apolíticos, inconscientes, violentos, portadores de doenças sociais etc.; explica o processo histórico de implantação do capitalismo no Brasil como uma simples “mudança tecnológica neutra e inevitável” e esquece que é feito também de “exploração e resistência à exploração”, enfim, de *luta de classes*.⁴⁵ Contudo, essas duas perspectivas rivais são duas possibilidade de um mesmo pensamento: por um lado, o desenvolvimento do capitalismo produz a luta de classes, e, por outro lado, a luta de classes produz o desenvolvimento do capitalismo.

Também por isso, como o próprio autor revelou e tentou corrigir posteriormente, esse estudo recorreu a algumas premissas da produção acadêmica anterior, que partem de um *modelo formal*.

O Brasil cumpriu seu papel na crescente divisão internacional do trabalho estabelecida ao longo da segunda metade do século XIX ao especializar-se na produção de um artigo supérfluo de sobremesa – o café – e ao se transformar também num dos alvos das batalhas de investimentos. Este processo de maior integração do Brasil à economia capitalista mundial sofreu um novo impulso com a Abolição e o advento da República, que parecem ter

45 Ao longo de todo o texto, o autor descreve suas oposições em relação a diferentes autores: Florestan Fernandes, Boris Fausto, Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco, entre outros. Para uma síntese dessas oposições elaborada pelo próprio autor, ver Chalhoub (2008); Chalhoub e Silva (2009).

criado o quadro institucional adequado para colocar o país numa posição de maior destaque na divisão internacional do trabalho, atraindo assim os fluxos de capital e de força de trabalho que se encaminhavam do Velho para o novo Mundo. (Chalhoub, 2001, p.248-9)

Após essa análise, segue um conjunto de dados econômicos que procuram confirmá-la. Isso significa que a explicação de parte do processo histórico de implantação do capitalismo no Brasil é feita pela definição de algumas categorias (concretas ou abstratas) e a relação lógica entre essas, não pela *luta de classes* – pelas formas concretas como uma classe procurou impor seu projeto de sociedade às outras, seus avanços e retrocessos.

Como já mencionamos, em sua tese Chalhoub procurou “pagar esse débito” que tinha com o “materialismo histórico e cultural” e, no nosso entender, conseguiu, ao explicar o *processo histórico* exclusivamente por meio da *luta de classes*. Na dissertação...

[...] não foi possível historicizar os sistemas de valores, as crenças e as alternativas de conduta tão minuciosamente descritas na documentação coligida. Sendo assim, naquele momento, só consegui tratar do problema das mudanças históricas recorrendo de forma pouco crítica ao “caldo” de cultura historiográfica disponível: aquele era um livro sobre a “implantação de uma ordem burguesa na cidade do Rio de Janeiro” na capital; ou ainda sobre “a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil”. Não pude ir muito além da simples repetição destas frases; elas entravam onde precisava estar a explicação histórica, no lugar onde precisava figurar uma teoria convincente a respeito da “lógica da mudança” naquela sociedade. [...]

A ênfase na chamada “transição” da escravidão (ou do escravismo, ou do modo de produção escravista) ao trabalho livre (ou à ordem burguesa) é problemática porque passa a noção de linearidade e de previsibilidade de sentido no movimento da história. Ou seja, postulando uma teoria do reflexo mais ou menos ornamentada pelo político e pelo ideológico, o que se diz é que a decadência e a extinção da escravidão se explicam em última análise a partir da lógica da produção e do mercado. Trata-se, portanto, por mais variadas que sejam as nuanças, da vigência da metáfora base/

superestrutura, da ideia, frequentemente geradora de reducionismos grotescos, de “determinação em última instância pelo econômico”. Em outras palavras, trata-se da postulação de uma espécie de exterioridade determinante dos rumos da história, demiurga de seu destino – como se houvesse um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais. (Chalhoub, 1989, p.11-12)

Trabalho, lar e botequim poderia, portanto, ser visto como um primeiro passo em direção ao “materialismo histórico e cultural”, em que o pensamento de Thompson está presente em pelo menos quatro aspectos, pois é um estudo da *experiência* dos trabalhadores, sua forma de escrita é de uma *narrativa sincrônica cerrada entre as fontes* com as análises e as discussões teórico-metodológicas diluídas no decorrer do texto, aplica um método hermenêutico de leitura dos processos judiciais (fontes) que são recusados por uma grande parcela da historiografia de sua época e, enfim, procura explicar o processo histórico e a constituição da consciência de classe por meio da *luta de classes*. A presença do pensamento de Foucault é muito mais tímida, o que interessa para Chalhoub nos textos do filósofo são os “exemplos” de práticas de dominação que eles desvendam ou, parafraseando o autor, os estudos de Foucault se preocupam constantemente em mostrar (e destacar) as formas de controle social presentes na sociedade capitalista (Chalhoub, 2001, p.47-50 (nota 57)), que em *Trabalho, lar e botequim* são explicadas pela *luta de classes*.

Talvez mais atordoante para a história da historiografia sobre os trabalhadores do que a existência de um estudo como o de Chalhoub vinculado a UFF seja encontrar alguns estudos do mesmo tipo vinculados à mais conservadora – segundo o imaginário vigente – das instituições. O primeiro exemplo é a tese de doutorado de Maria Inez Machado Borges Pinto, intitulada *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador na cidade de São Paulo, 1890-1914*, defendida no Departamento de História da USP em 1984, sob orientação de Maria Odila Leite da Silva Dias.

Nas referências bibliográficas dessa tese consta o livro *The making of English working class* e o artigo “Patrician society, plebeian culture” de

Thompson, e todos os textos publicados até aquele momento referentes ao eixo do poder de Foucault, a saber: *A verdade e as formas jurídicas*, *História da sexualidade I: a vontade de saber*, *Microfísica do poder* e *Vigiar e punir*. Logo nas primeiras linhas da introdução, Pinto assinala a perspectiva que utiliza para pensar a vida do trabalhador pobre:

E. P. Thompson mostra em seus estudos, com clareza, que a constituição da classe trabalhadora urbana, inclusive do operariado, dá-se por um processo amplo e diverso. É preciso reconstruir a singularidade dos processos de formação dos grupos assalariados e dos pequenos trabalhadores autônomos. (Pinto, 1985, p.1)

Isto é, a autora está preocupada em *resgatar* as múltiplas *condições históricas e atividades humanas* que constituíram a classe trabalhadora de São Paulo entre 1890 e 1914, do ponto de vistas dos mais pobres, que dadas as condições precárias utilizavam de inúmeros expedientes (legais e ilegais) para sobreviver. Para Pinto, da mesma forma que Rago, esse *resgate* faz sentido, ou melhor, ganha importância para a historiografia a partir do momento que a própria noção de *político* é redimensionada pelos historiadores sociais ingleses:

A historiografia social também vem se enriquecendo com um redimensionamento do “*político*” que se entranhou aos poucos no estudo das condições de vida e tomou um sentido novo nas obras de Eric J. Hobsbawm [*Bandidos, Os trabalhadores e Rebeldes primitivos*] e E. P. Thompson [os textos já referidos]. O dia a dia dos trabalhadores vem sendo estudado do ponto de vista de uma “*cultura de resistência*” que toma uma colocação política ao nível do cotidiano. a luta pela sobrevivência, a improvisação de ocupações e mesmo o roubo, tomam feições de atitudes políticas e de formas de conscientização que abrem perspectivas bem mais amplas e flexíveis para a análise das potencialidades de arregimentação para a luta social. São manifestações espontâneas, informais, de resistência política à dominação e à pauperização. (ibidem, p.III)

Alguns pontos que permeiam todo o livro devem ser destacados dessas passagens. Não interessa à autora marca a distinção entre o

modelo interpretativo de *classe* utilizado por Hobsbawm em *Rebeldes primitivos* daquele reivindicado por Thompson – conforme demonstramos no Capítulo 1 –; sua preocupação é compor com os instrumentos presentes nesses textos e em outros, como *Roll, Jordan Roll* de Eugene D. Genovese, e *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* de Dias (sua orientadora); um modelo interpretativo que permita pensar um *amplo leque de condições concretas*, desde determinações econômicas até regras culturais, e as *estratégias levadas a cabo* para dominar e resistir.

Além da introdução, a tese é constituída por cinco capítulos, nos quais a autora empreende, por um lado, uma análise das *condições estruturais*, informada pelo marxismo analítico presente, por exemplo, em Hobsbawm, e, por outro lado, das *estratégias* empregadas pelas classes em oposição, informada pelo marxismo hermenêutico de Thompson. Assim, nesse empreendimento, diferente dos anteriores, existe um esforço evidente para combinar *práticas historiográficas* distintas, vejamos...

Segundo a autora, “o fim da escravidão foi acompanhado por uma enorme demanda de trabalho” (ibidem, p.8) nas fazendas cafeeiras, essa demanda foi solucionada por uma política imigrantista financiada pela União, que já havia se iniciado em 1880. Porém, mais do que suprir a demanda, serviu para “promover um exército de reserva de mão de obra para os cafezais em expansão” (ibidem, p.10), o que permitiu aos patrões oferecer salários baixos e produziu uma grande massa de miseráveis. A cidade de São Paulo se tornou o “porto” dos recém-chegados e de muitos que retornavam do campo em busca de melhores condições (cf. ibidem, p.13-14). Diversos outros fatores (dados estatísticos e objetivos), como crises econômicas, ciclo da produção agrícola, os tipos e o volume da oferta de emprego, processo de industrialização, fluxo de capital etc. são considerados pela autora para explicar a sociedade paulistana e a existência de um grande número de trabalhadores pobres.

Para resolver essas “questões estruturais”, Pinto recorre aos estudos das gerações anteriores; por exemplo, aos livros de Azis Simão e Boris Fausto. Nesse sentido, a autora coloca seu estudo

como uma contribuição (enriquecimento), não ruptura, em relação à produção historiográfica anterior sobre os trabalhadores da Primeira República. Para explicar as *estratégias* de dominação e resistência recorre aos “relatos de sensíveis memorialistas, a pesquisa pioneira de Ecléa Bosi, analisando e transcrevendo o relato oral, recuperando a memória e os fatos rotineiros da existência dos trabalhadores paulistanos que nasceram no início do século, e as notícias esparsas nos jornais da época” (ibidem, p.103). Desse modo, no que diz respeito à concepção teórico-metodológica, na forma da escrita e nos recursos para comprovação, a autora opera um esforço “dialético” para agregar, por exemplo, Hobsbawm e Thompson ou Azis Simão e Ecléa Bosi.

Para além do capítulo analítico fundamentado em dados estatísticos, predomina no texto uma narrativa minuciosa, chegando a especificar os procedimentos adotados pelas mães de famílias pobres que trabalhavam fora, para conseguir alimentar seus filhos e maridos, por meio da organização do tempo, delegação de trabalho a outros membros da família, escolha e cultivo dos alimentos etc. (cf. ibidem, p. 84-5, 274-81). Ou seja, aparece aquele estilo de *escrita* historiográfica semelhante à de Thompson: longas passagens carregadas de citações diretas e uma narrativa que sincroniza uma diversidade de perspectivas e pequenas histórias.

Os procedimentos utilizados pelas empregadas domésticas, pelos vendedores e artistas ambulantes, fornecedores de pequenos serviços (sapateiros, pintores, barbeiro, alfaiates etc.), entre outros, aparentemente simples e de pouca repercussão sociopolítica, são entendidos pela autora como formidáveis atos de resistência, por exemplo:

As domésticas comportavam-se ao mesmo tempo com resignação e revolta. A fuga da casa dos patrões extremamente severos, a recusa em manter intimidades amorosas forçadas com seus superiores, a indolência no exercício das obrigações diárias, manter a cara emburrada gerando um clima desagradável, eram expressões de protestos, algumas sutis, veladas, outras descaradas, muito comuns entre as empregadas. Os efeitos de sua profunda insatisfação, quando maltratadas, faziam-se

sentir, apesar do medo da repressão feroz dos patrões e do profundo respeito a eles prestados. (ibidem, p.90)

Esse “redimensionamento do político” está associado às noções de *paternalismo* e *hegemonia* como jogo de forças (dominação/condescendência e resistência/aceitação) desenvolvidas por Thompson, como assinala a própria autora em nota:

Esta análise da convivência do paternalismo e da autonomia controlada dos trabalhadores ocasionais na cidade de São Paulo, sobretudo dos vendedores ambulantes, se fez graças às sugestões de Thompson [...], que observou o inverso na vida do trabalhador livre e temporário nos primórdios da sociedade industrial inglesa do século XVIII. (ibidem, p.295 (nota 34))

Segundo a autora, a burguesia paulista por meio de ajuda cotidiana aos trabalhadores (proteção, socorro médico, donativos etc.) estabelecia certa “familiaridade” com esses, em contrapartida o trabalhador percebia que para “ganhar a vida, devia conformar-se com os ditames da hierarquia tradicional, preservando as normas costumeiras que prescreviam as relações sociais entre dominantes e dominados” (ibidem, p.273).

No capítulo IV, que trata das formas ilegais e marginais de trabalho, a análise das “estratégias cotidianas” de dominação e resistência são amplamente informadas pelo pensamento de Foucault. Para a autora, o filósofo francês, Genovese, Hobsbawm, entre outros intelectuais, demonstraram que o crime – bem como as formas marginais de trabalho – integra a “cultura de resistência das classes pobres”, a atitude criminosa “manifestava a revolta do oprimido contra as condições em que se dava a sua expropriação pela classe proprietária”, era uma forma de aquele recuperar o que lhe era alienado por este (ibidem, p.204-5). E foi Foucault quem chamou a atenção da autora para isso, especificamente por meio do livro *Eu, Pierre Rivière...*: “As contribuições desse autor e sua equipe nos sensibilizaram para entender os atos ilegais como sendo o discurso de protesto do homem espoliado” (ibidem, p.253, nota 2).

Obviamente a autora insere Foucault em um empreendimento que – como vimos – não era o dele quando escreveu junto com seus colaboradores o referido livro, é exatamente esse deslocamento que especifica o *modo de usar* da autora. Na tese de Pinto, os argumentos e descrições de Foucault, presentes nos livros do *eixo do poder*, aparecem como estímulo a determinadas percepções e como hipóteses explicativas, vejamos outras passagens:

A polícia ao “vigiar e punir” constantemente o infrator, não pelo ato praticado, mas a partir da concepção do crime como uma virtuosidade do sujeito, passou a ser uma criadora de marginalidade. [...] A “carreira” de um bandido responsável por muitos “delitos simples e perigosos”, quase sempre começava por algum incidente, inúmeras vezes no próprio local de trabalho, que em si mesmo não era grave, mas que devido à exclusão social, à marginalidade em relação ao seu grupo de convívio anterior e à perseguição sistemática da polícia, o conduz à criminalidade. (ibidem, p.207)

[Para a “elite ilustrada” e os “médicos sanitaristas”] consideravam que a prostituição era um “mal necessário”. Devia ser permitida e tolerada, desde que obedecesse às normas da salubridade pública e que o espaço de manifestação desta atividade proscrita, “sexualidade errante”, fosse circunscrito; que ela fosse exercida veladamente e sob o controle da polícia para que o pudor, a decência da sociedade e as conveniências sociais fossem resguardadas. (ibidem, p.237)

As relações de poder e a luta pela sujeição e exploração do outro, não se trava apenas entre elementos de classes sociais diferentes e antagônicas, mas entre os indivíduos do mesmo grupo social, no caso os dominados, ou seja, no interior do círculo familiar. [...] A chamada das vítimas [membros da classe inferior], caberia ao poder policial a tarefa de intervir, impedindo e reprimindo os elementos que causavam danos a seus semelhantes e se voltavam contra o corpo social. É nesta medida que os próprios elementos das classes inferiores contribuía para reforçar a legitimidade social de mecanismos de controle, exercidos pela corporação policial que se exerciam de cima para baixo, apoiando a consolidação de uma “justiça estatizada”. (ibidem, p.227-8)

Em cada uma dessas passagens – e em muitas outras –, Pinto retoma argumentos de Foucault como hipótese explicativa para o que encontra em suas fontes. Na primeira citação, procura explicar a utilização da polícia pela burguesia, como um instrumento de controle do trabalhador por meio da construção de *delinquentes*. Na segunda, as ações da burguesia em relação à prostituição não são explicadas como repressão, mas como múltiplas formas de canalização da prostituição, para torná-la *política e economicamente útil*, no sentido da manutenção da dominação. Na terceira, a utilização das filhas pelas próprias mães como prostitutas para complementar a renda familiar, bem como o recurso das filhas à polícia para evitar a própria exploração permitiram a *reprodução/difusão das relações de poder “macrossociais” dentro da família do trabalhador pobre*. Para a autora, essas análises foram possíveis em razão da percepção de Foucault da *microfísica do poder* (cf. *ibidem*, p.227).

Não são todos, porém, os princípios da *microfísica* e as regras de método de Foucault que a autora leva em consideração, uma vez que as *práticas* de dominação/resistência são, em última análise, explicadas pela posição de classe (burguesia ou trabalhador) e por uma intenção:

Gradativamente, então, as elites proprietárias foram tecendo uma imensa teia de complicadas relações sociais que lhes possibilitariam exercer o controle social sobre a enorme massa de desempregados e de trabalhadores marginais. Forjava-se o domínio formal da burguesia sobre os trabalhadores itinerantes, através da progressiva reestruturação das instituições coercitivas. (*ibidem*, p.272)

Nesse sentido, predomina nesse estudo uma *apropriação* do pensamento de Foucault para *afinar* ou *agregar* a uma concepção teórico-metodológica que é do marxismo. Os textos do filósofo francês fornecem hipóteses explicativas e noções (*história como luta e poder como relação*) que se *aproximam* e, conseqüentemente, reforçam aquelas presentes no marxismo, por exemplo, de Thompson.

Ainda no Departamento de História da USP, em 1985, sob orientação de Anita Novinsky, Maria Igenes Mancini de Boni defen-

deu sua tese intitulada *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. O estudo tem como tema a criminalidade ou, mais especificamente, as “formas de disciplinarização ocorridas em Curitiba, no final do século XIX e início do século XX, recorrendo à análise dos discursos de autoridades policiais e judiciárias, da imprensa e de testemunhos contemporâneos – historiadores ou cronistas – como também de processos-penais” (Boni, 1985). Ou seja, não uma “história vista de baixo”, é um estudo sobre os mecanismos de exclusão e não sobre os excluídos – parafraseando Ginzburg. Assim, não é estranho encontrar na bibliografia um grande número de livros de Foucault: *Arqueologia do saber, A verdade e as formas jurídicas, Eu, Pierre Rivière...*, *Vigiar e punir, História da sexualidade: a vontade de saber e Microfísica do poder*. Além disso, sobretudo na introdução e conclusão, Boni deixa claro que sua perspectiva teórico-metodológica é fundada na do filósofo francês (cf. *ibidem*, p.4, 225 *passim*). No texto não existem referências aos livros de Thompson, mas a autora cita diversos estudos que utilizam do materialismo histórico, inclusive da perspectiva thompsoniana, como os trabalhos de Boris Fausto, Margareth Rago e Sidney Chalhoub.

Nas passagens em que a autora atrela explicitamente sua perspectiva a de Foucault, alguns termos produzem estranheza, como “interpretar” o processo histórico e “perceber relações de poder e práticas de punição que se achavam *sob a superfície* dos discursos veiculados” (grifo nosso). Porém, antes de avaliar a questão, vejamos as análises da autora. A tese é dividida em três capítulos: no primeiro, “Reconstituindo o cenário”, em um movimento característico dos “historiadores de ofício”, a autora contextualiza seu objeto de análise, ou melhor, procura “recriar a imagem de Curitiba que serve de cenário para a atuação da vigilância policial. Para tanto houve a necessidade de reconstituir a história em suas vertentes econômica, demográfica, sanitária e processo de urbanização” (*ibidem*, p.5).

Nesse capítulo, recorrendo a fontes diversas e em grande quantidade, Boni produz um texto – em suas palavras – “repleto de citações, algumas até bastante longas”. Isto é, aderiu a uma *escrita* “cerrada entre as fontes”, elemento da *escrita historiográfica* que foi gradativamente,

desde meados da década anterior, se tornando uma virtude da *operação*, inclusive como uma das formas de evitar o “ensaísmo”.

Segundo Boni, Curitiba no período estudado presenciou um grande crescimento demográfico, não produziu empregos na mesma proporção que crescia sua população, o que gerou muita carestia e desemprego. Sua economia cresceu, mas sofria com a instabilidade conjuntural, as condições de saúde eram péssimas, epidemias e endemias diversas vitimaram uma grande parcela da população, sobretudo a mais pobre. Apesar das evidentes dificuldades, existiu um discurso entre as elites intelectuais que afirmava o progresso e a civilização da cidade. Para a autora, esse discurso não era falso ou mentiroso, era “edulcorado” (ibidem, p.20), ou seja, eliminava as contradições sociais e buscava constituir a sociedade de acordo com a perspectiva de uma classe. Além disso, houve um grande esforço dos médicos, sanitaristas, higienistas etc. para cuidar da saúde do pobre, o que incluía normatizar seu comportamento: “Cabe cuidar da saúde, mas também da moral, para que o pobre se transforme num ser dócil, higiênico, inodoro” (ibidem, p.43). Em suma, como em outras cidades brasileiras, Curitiba sofreu uma “crise urbanística” e “foram procuradas soluções condizentes com o projeto de progresso da classe dominante, e aplicações dos remédios às crises enfrentadas, puseram em evidência as contradições e conflitos vividos pela sociedade” (ibidem, p.53).

No segundo capítulo – o mais longo da tese – intitulado “Vigilância em cena”, Boni analisa a polícia, isto é, o “órgão supervisor encarregado de controlar os comportamentos inadequados à ideia de Civilização” que faz parte do “projeto político da classe dominante – com base na ideologia liberal” – e funciona como “aparelho de Estado” (ibidem, p.64-5). A partir da análise de diversos “enunciados”, a autora consegue extrair, por um lado, o “relato do real”, e, por outro lado, “as formulações de modificação desse real”, por exemplo:

De modo geral, pela leitura desses Relatórios [policiais], percebe-se que a atividade policial está intimamente ligada à noção de “progresso”, de crescimento. A população cresce, as atividades econômicas crescem, os

crimes crescem [relato do real]: é preciso, então, que a “polícia cresça” [formulação para modificação do real]. (ibidem, p.78)

Existiram, porém, formulações específicas para esse crescimento, a saber. Era preciso modificar a polícia com racionalidade e eficiência, o que incluía “escolas de treinamento”, maior contingente e infraestrutura (gabinetes de identificação, laboratórios de análise etc.), recrutamento rígido (nem todos podiam ser polícias), estabelecimento de leis mais rígidas e que tornassem os processos menos morosos, entre outras “práticas racionais” que precisavam ser implantadas. Era preciso também punir de forma civilizada, ou seja, corrigir o criminoso para que este se tornasse um trabalhador disciplinado e moralizado (cf. ibidem, p.76-91).

Ainda, nesse capítulo, Boni analisa as ações – modificações e propostas de modificações – dos agentes públicos contra os diversos “tipos de criminosos”: vagabundo, prostituta, bêbados, menores infratores etc., concluindo que...

As reclamações, ou contradiscursos à ação policial, deixam claro a dificuldade que o aparelho policial tinha na prática em lidar com o legal/ilegal, lícito/ilícito, em diferenciar o trabalhador/vagabundo e principalmente de reconhecer no trabalhador pobre o cidadão que devia ser defendido.

No entanto, a defesa da ordem e moralidade pública, que informa a própria existência do aparelho repressor, no entender das classes hegemônicas, justificavam a violência. (ibidem, p.155)

No último capítulo, “O espetáculo visto do alto”, em uma longa *narrativa sincrônica* que “organiza” diversas perspectivas, a autora nos conta a história do “Crime da Rua Montevideo”, desde as versões do ato, passando por sua grande repercussão e embate na imprensa e encerrando com a sentença de Abel Hamvultando. Com isso, Boni procurou demonstrar como o Tribunal do Júri e o espetáculo produzido pela imprensa são fundamentais para a legitimação da forma de poder presente na sociedade moderna, ou melhor, nas palavras da autora:

O momento de crise pelo qual passa a Justiça, que precisa se mostrar operante, encontrar no crime da Rua Montevideó, um bom exemplo para reafirmar sua legitimidade e reforçar os sentimentos coletivos de confiança e inquestionamento do poder.

Por outro lado, o aparato espetacular que se monta em torno do crime e do criminoso através da imprensa, é o significante de alerta ao homem comum, de que existe um sistema que está atento, vigilante aos comportamentos, que fixa o lícito e o ilícito, o permitido e o proibido, enfim, que está agindo através de uma punição formal, com condenação máxima, impondo os limites de ação e obrigando-os à obediência desse limites. (ibidem, p.218)

Agora podemos retornar à nossa estranheza inicial. Pois, apesar de afirmar sua fundamentação na concepção teórico-metodológica de Foucault, Boni faz uma série de modificações e enxertos nessa concepção. Em primeiro lugar, se é verdade que a autora analisa as “práticas que procuram dar forma a sociedade”, tal como Foucault, ela explica essas práticas por meio dos sujeitos (classe burguesa, classe dirigente, classe dominante), ou seja, essas práticas são o projeto de uma classe que se vale dos “aparelhos de Estado” para realizá-lo. Vimos que a *microfísica do poder* recusa essa explicação das práticas por meio dos sujeitos, estas não são o resultado do projeto da burguesia, como sujeito histórico, impostas as classes dominadas; bem como, não encontram no Estado (com seus aparelhos) seu local de centralização, controle e organização.

Em relação à metodologia da autora, ao longo do texto existe sempre a preocupação em “interpretar as fontes” para encontrar um conteúdo latente que possibilita a reconstrução do real (o relato do real, a realidade vivente) (cf. ibidem, p,67) ou – como a autora explica no Anexo I, dedicado a fonte e metodologia – “a reconstituição do cotidiano da cidade”, o “retrato da época”:

Esses documentos [processos penais] fornecem informações a respeito do aparelho judicial, qualificação dos acusados, das vítimas e das testemunhas, o conjunto de “falas” dos personagens, a atuação dos “manipuladores técnicos”. Montados artesanalmente – no período estudado são na sua quase totalidade manuscritos, aparecendo excepcionalmente páginas

datilografadas – são portadores de significações que permitem apreender grande parte das normas sociais. (ibidem, p.234)

Como vimos, nem interpretação das significações (enunciados portadores de *referencial*, não de referência), nem reconstituição do cotidiano (do “real”, do “todo de um período” etc.) fazem parte do método arqueológico ou genealógico, conforme é expresso principalmente em *Arqueologia do saber* e *Vigiar e punir*, livros citados pela autora. Então, as referências a Foucault são simplesmente ficções ou equívocos?

De modo algum, em nossa perspectiva, Boni utiliza muito pouco da concepção teórico-metodológica de Foucault, apenas as noções de poder positivo (não somente repressivo) e “como rede de relações a nível molecular em todos os domínios da vida social” (ibidem, p.225). Maiormente, a autora recorre às características do processo histórico “desvendado” pelo filósofo e expostas, sobretudo, em *Vigiar e punir*; características também desvendadas por Robert Storch em *O policiamento do cotidiano na cidade Vitoriana* e por Louis Chevalier em *Classes laborieuses et classes dangereuses*, para daí tomá-las como *modelo explicativo*.

Dito de outra forma, a autora procurou identificar na Curitiba da Primeira República as características do processo histórico presentes na passagem para a modernidade na Europa e descritas por esses intelectuais; o pensamento de Foucault fornece, sobretudo, uma hipótese explicativa a ser testada por uma concepção teórico-metodológica diversa. Algumas passagens nos levam a essa conclusão; por exemplo: na síntese – não somente aí – de seu segundo capítulo – provavelmente o mais importante da tese –, a autora deixa claro que todos os mecanismos que procuram resolver os problemas da sociedade compõem um projeto que tem um sujeito diretor: “[...] procuramos pensar a vigilância como reflexo de posturas que norteavam a redefinição de ordem com base na preocupação das classes dirigentes em inserir a cidade no projeto maior de ‘Progresso e Civilização’” (ibidem, p.5).

O nexos explicativo do estudo é a *luta de classes*, princípio que, como vimos, não opera no pensamento de Foucault.

Ainda, no primeiro parágrafo desse capítulo, Boni afirma:

Reportando-nos a estudos [Chevalier, Foucault e Storch] sobre as classes perigosas, sobre disciplina e sobre policiamento das cidades no século XIX, constatamos que uma série de mudanças ocorreram nas sociedades que se industrializavam, visando estabelecer uma nova definição de ordem social. (ibidem, p.64)

No último parágrafo do mesmo capítulo, concluiu: “Aceitando e praticando a violência, o policial desta sociedade pode ser colocado em posição quase que diametralmente oposta à do policial missionário, encontrado por Storch na vitoriana Inglaterra” (ibidem, p.155). Ou seja, em Curitiba não ocorreu exatamente a mesma “série de mudanças” examinadas na Europa. Então, como foi possível suportar essa violência policial aqui praticada? Foucault ajuda a explicar...

O discurso e a ação policial foram muitas vezes secundados pela imprensa, que por sua vez estava cumprindo seu papel de enfatizar a notícia policial pela qual “torna aceitável o conjunto dos controles judiciários e policiais que vigiam a sociedade; conta dia uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto; nessa guerra constitui o boletim cotidiano de alarme ou de vitória” [citação de *Vigiar e punir*]. (ibidem, p.150)

Boni toma as conclusões desses autores, os processos “desvendados” por eles a respeito da industrialização e instituição da ordem burguesa na Europa, e verifica como Curitiba se encaixa ou não nessa “hipótese explicativa”. Assim, o *dispositivo disciplinar* “desvendado” por Foucault é entendido como algo utilizado pelas classes dirigentes para impor seu projeto na Europa, então, a questão seria: O mesmo ocorreu em Curitiba?

Entre a utópica sociedade ideal, concebida pela classe dominante, e a sociedade real, existia uma barreira que só poderia ser transposta através da redefinição dos elementos constituintes da sociedade.

Tal redefinição pode ser percebida nas práticas da reordenação do espaço urbano e da sociedade curitibana que permearam o projeto de construção de uma cidade moderna, ordeira, “civilizada”.

Os problemas advindos da crise urbanística, deixaram a descoberto o

avesso da imagem elaborada pelo projeto dominante. Nesse projeto, ressaltam-se estratégias de disciplinarização desenvolvidas, que visavam compor uma nova população representada por figuras higiênicas, moralizadas e trabalhadoras. (ibidem, p.226)

Em suma, os mecanismos disciplinares descritos por Foucault são “enxertados” em uma explicação característica do materialismo histórico, predominante na produção historiográfica brasileira desde a década de 1960.

No final da década de 1980, uma tese e uma dissertação operaram um modo mais contundente de *apropriação* do pensamento de Foucault; recorrendo de modo mais sistemático à concepção teórico-metodológica do filósofo, esses estudos estabelecem outra perspectiva para a análise das *estratégias* de repressão e *construção* do trabalhador, vejamos.

A verdade da repressão é o título da tese de Paulo Alves, defendida em 1990, pelo Departamento de História da Universidade de São Paulo, orientada por José Jobson de Andrade Arruda. Nas referências bibliográficas não constam textos de Thompson e constam os seguintes textos de Foucault: *Microfísica do poder*, *A verdade e as formas jurídicas* e *Vigiar e punir*. O estudo tem como fontes principais o Código Penal de 1890 e outras leis instituídas durante a Primeira República, “como objeto de análise os discursos referentes às práticas repressivas” (Alves, 1990, p.6), procurando demonstrar o outro lado dessas práticas, que corresponde a seus “efeitos mais positivos e criativos” (ibidem, p.9). É preciso destacar duas linhas de diálogo que o autor estabelece desde a introdução: a primeira, com a produção acadêmica anterior que pensou a repressão; a segunda, com o pensamento de Foucault para além da simples presença de termos como “regime de verdade”, “estratégia de repressão política”, “enunciado” ou “saber”.

Segundo Alves, muitos intelectuais como Boris Fausto (*Trabalho urbano e conflito social*), Edgard Carone (*O movimento operário no Brasil*), Azis Simão (*Sindicato e Estado*), Sheldon Leslie Maram (*Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*), Paulo Sergio Pinheiro (*Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930*), Leôncio

Martins Rodrigues (*Sindicalismo e conflito industrial no Brasil*), entre outros autores e textos, apesar de se diferenciarem em muitos pontos e algumas vezes defenderem teses antagônicas, no geral tratam a repressão ocorrida na Primeira República sobre os trabalhadores somente como um fato concreto, que deve ser medido em sua “quantidade” e em seu caráter manifesto de proibição.

De modo geral, os pesquisadores se preocupam em fundamentar e comprovar a tese de que a repressão policial era constante e sistemática para impedir que os trabalhadores levassem adiante suas reivindicações econômicas ou se opusessem à ordem capitalista. [...] Essas análises, embora sejam corretas do ponto de vista histórico, não dão conta de exprimir a historicidade do sentido político e ideológico que a repressão encerra. (ibidem, p.8-9)

Segundo o autor, é (quase) consenso entre os historiadores que estudaram o movimento operário da Primeira República que o Estado foi um instrumento da burguesia, que agia exclusivamente por meio da repressão física e violenta em defesa dos interesses dos patrões. E “a função repressiva do Estado não tem outra finalidade senão a de desorganizar a classe trabalhadora” (ibidem, p.226). Em suma, podemos dizer que na perspectiva do autor, a historiografia até então se preocupa com a “quantificação” da função “negativa” (proibição física) da ação repressiva do Estado (ibidem, p.7-9, 221-6).

Nesse sentido, quando Alves dialoga com a produção historiográfica anterior, estabelece uma crítica não em relação a uma possível incapacidade de esses estudos explicarem a “resistência, da cultura ou dos modos de vida dos operários”, mas uma crítica que foca exclusivamente na “incapacidade” de esses estudos analisarem o lado “positivo” e “subjetivo” da repressão. Isso significa que sua crítica não é exatamente a mesma daquela empreendida pelos autores anteriores, muitas vezes articulada e reforçada pela noção thompsoniana do “fazer-se da classe operária”. Sua crítica incide na análise dos mecanismos de dominação, especificamente da repressão. A tese geral da tese é a seguinte:

Ao longo dessa pesquisa, procuramos demonstrar que a polícia e a Justiça funcionavam como agências educativas e propagadoras de “mensagens” para formar o espírito de obediência e disciplina nos segmentos sociais subalternos da sociedade brasileira, nas primeiras décadas do século XX, particularmente em relação aos trabalhadores urbanos. É nesse sentido que se deve entender a face oculta da repressão que se estendeu sobre o movimento operário brasileiro na Primeira República. (ibidem, p.237)

Ou seja, o autor destaca o “ser outro” da repressão, “seu lado aparentemente irracional e subjetivo” ou, ainda, “positivo”. Para essa conceitualização, Alves recorre vigorosamente a Foucault:

A repressão tem como efeito não visível, não demarcado sobre o social, três aspectos: vigilância, controle e correção. Os efeitos da repressão recobrem outras instâncias que as instituições de poder não são capazes de realizar, isto é, de interiorizar no sujeito o medo, o temor, para proporcionar autocontrole e autodisciplina, necessários ao estabelecimento dos *corpos dóceis*, numa sociedade que se estruturava sob o capitalismo moderno. ((ibidem, p.10, grifo do autor)

Desse modo, o autor procura se colocar no mesmo horizonte metodológico de Foucault, ou seja, no estudo dos mecanismos de disciplinarização próprios das sociedades contemporâneas, denominados em sua forma geral por *panoptismo* em *Vigiar e punir* e em *A verdade e as formas jurídicas* (ibidem, p.20-1 (notas 6 e 7), 138 (nota 1)). Essa apropriação pode ser mais bem percebida a partir da análise das *estratégias* da lei, da repressão e da vigilância empreendida por Alves.

Segundo o autor, desde o discurso de implantação da República (proclamação de 1889), o enunciado da “ordem pública” se articulou por meio de uma *estratégia da lei*. O sistema penal republicano se justificou a partir de princípios modernos (para época) em que os indivíduos só podiam ser punidos de acordo com a Lei. Ao mesmo tempo, a Lei precisava garantir o regime republicano, por isso ações consideradas nocivas ao regime se tornaram crime com punições bastante severas. Por exemplos: o crime de conspiração, que incluía desde reuniões com mais de vinte pessoas com o intuito de subverter o governo até a

distribuição de panfletos que criticassem o regime; o “crime de ócio”, que proibia não ter profissão, ou seja, o trabalho era uma obrigação do cidadão. A imprensa foi controlada a partir de decretos, para evitar a circulação de opiniões e informações, isto é, a consciência crítica foi criminalizada (ibidem, p.65-88). Em suma:

O sistema penal abrangia de maneira efetiva a esfera das manifestações políticas e sociais, reprimindo as condutas consideradas anti-sociais que, não por acaso, eram o modo de ser de muitos grupos subalternos da sociedade, como os pobres, os desempregados, os vadios e os ativistas que atuavam junto ao movimento operário. [...] *A lei inventava o estereótipo do marginal e produz um discurso normativo e nomeador de verdades, como convinha ao poder republicano.*

[...]

O sistema penal estabelecido em 1890 estava indissoluvelmente associado às necessidades políticas do Estado, no sentido de efetivar o controle sobre a sociedade e enquadrar as condutas opostas aos valores consagrados pela ideologia republicana. Os dispositivos penais de conservação da ordem também serviram para disciplinar ideias e modo de vida, conforme pretendiam os ideólogos republicanos. ((ibidem, p.88, 89-90, grifo nosso)

Especificamente em relação ao movimento operário, leis e decretos reforçaram cada vez mais – acompanhando a necessidade advinda dos problemas oriundos das greves de 1903-1906, 1912 e 1917-1921 – o controle do governo sobre o operariado, a partir da deportação de estrangeiros ligados ao movimento, sobretudo os “militantes ideológicos” (ibidem, p.115-17, 127-9, 134): “A lei criminalizava diretamente os militantes e trabalhadores de origem estrangeira que promovessem ‘perturbações’ da ordem interna da República ou atentassem contra a ‘segurança nacional’. [...] Bastavam provas testemunhais contra o suspeito de tais práticas para se instaurar o processo de expulsão do território nacional” (ibidem, p.127).

Toda essa repressão se justificava pela “teoria da conspiração estrangeira”, “a imprensa conservadora construía um discurso fantasmagórico em torno dessa teoria”, “o que fazia supor as ações operárias como produto de ‘conspirações’” (ibidem, p.146), já que os operários

eram na maioria estrangeiros. Alves denominou esse procedimento de *estratégia da repressão* que, articulada com a *estratégia da lei*, possibilitava ordenação e controle da sociedade. Para o autor, o “perigo estrangeiro” era muito menos um “fenômeno empírico constatável” e muito mais uma “verdade” construída com um fim estratégico de inculcar o terror e o medo na sociedade como um todo, os tornando dóceis (ibidem, p.149, 174). Nesse sentido, podemos dizer que ocorre uma inversão da “lógica natural da repressão”, a “verdade” do discurso não emerge do fato empírico, mas é um dos efeitos subjetivos da ação policial. O discurso da conspiração estrangeira justificava a “ampliação dos dispositivos de repressão” policial e jurídico, esse aparato produz “fatos objetivos” (prisões, deportações etc.) que comprovam o discurso da conspiração, é um reforço mútuo ascendente entre saber-poder (ibidem, p.149-51). Dito em síntese pelo autor:

A prova empírica de que os anarquistas eram pessoas “perigosas” à sociedade estava dada pelo senso comum, segundo o qual se a lei, a polícia e a Justiça eram acionadas pelas autoridades e pelos patrões, para combater as ações e o pensamento dos militantes operários, é porque havia algum fundamento de verdade nesse enunciado. A imaginação do senso comum conclui que se a polícia persegue e a Justiça castiga alguém por seus atos e ideias, é por que existem razões verdadeiras ou motivos reais. É esse o efeito que a repressão engendra na consciência das pessoas. É esse discurso de valor moral que a repressão produz e que se estende aos poros da sociedade. (ibidem, p.246)

Articulada às duas primeiras está a *estratégia de vigilância*. De acordo com Alves, os agentes da vigilância, chamados em geral de “secretas”, eram policiais ou indivíduos “recrutados” dos meios “delinquentes” – o que é um exemplo, como o autor nota, eloquente da utilidade da “delinquência” na sociedade contemporânea, na perspectiva de Foucault – para se infiltrarem em todos os meios “subversivos”, o que incluí principalmente os ambientes frequentados pelos operários. Essa vigilância, por um lado, informa as *estratégias da lei e da repressão* ao movimento operário, e, por outro lado, mesmo que essa vigilância

não recaísse efetivamente sobre todo o operariado, apenas sobre os militantes dirigentes e mais ativos; atua profundamente na esfera da consciência dos vigiados, engendra o medo e os mantém disciplinados (cf. *ibidem*, p.187, 195-7).

Enfim, a articulação dessas três estratégias teve como efeito positivo inculcar a disciplina e a obediência nos indivíduos. “A repressão, pelos seus efeitos, introjeta na consciência outros valores e outras regras como procedimentos naturais no campo da relação trabalho/capital e trabalho/poder político” (*ibidem*, p.236). Sem dúvida, essa preocupação com o aspecto positivo e disciplinar da repressão, da lei, da vigilância etc. é uma perspectiva foucaultiana, como declara o próprio autor (cf. *ibidem*, p.243 *passim*). Contudo, talvez em razão do problema que tratou ou das outras referências teóricas presentes em suas pesquisas,⁴⁶ Alves parece perceber e transmitir a ideia de que o Estado é o ponto central e privilegiado das *relações de poder*, elemento que não faz parte do pensamento de Foucault que, mesmo assim, predomina em sua *prática historiográfica*.

A dissertação que faz “par” com essa tese, conforme estabelecemos algumas linhas atrás, procura evitar qualquer ruído, seu título é *O corpo de quem trabalha: estratégias para a construção do trabalhador*, de André Luiz Joanelho, sob orientação de Edgar Salvadori de Decca, e defendida no Departamento de História da Unicamp, em 1990. Apesar de constar na bibliografia os livros *La formación histórica de la clase obrera*, *Tradición, revuelta e conciencia de clase* e *A miséria da teoria* de Thompson, não existe qualquer uso direto de suas reflexões, bem como Joanelho explicita, logo nas primeiras linhas, sua intenção:

[...] de aplicar a genealogia foucaultiana às minhas análises, sem entendê-la como Verdade acabada. Apenas acredito que as suas proposições permitem uma leitura dos acontecimentos. *Evitei ao máximo impregná-la de outras proposições, buscando coerência sistêmica no trabalho.* ((*ibidem*, p.1, grifo nosso)

46 Aqui me refiro ao pensamento althusseriano de Nicos Poulantzas, que tem grande importância na dissertação de mestrado de Alves e alguma nesta tese. Sobre a dissertação ver Alves (1981, dissertação de mestrado).

Uma tentativa explícita de aplicação “pura” do método foucaultiano é raríssima entre os historiadores da época – inclusive fora do Brasil, como vimos no Capítulo 2. Essa tentativa refletiu também em um número considerável de textos do filósofo referenciado pelo autor, a saber: *A história da loucura*, *O nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas*, *Arqueologia do saber*, *Vigiar e punir*, *A história da sexualidade*, *Microfísica do poder*, *Isto não é um cachimbo*, *Nietzsche*, *Freud e Marx* e *Theatrum filosoficum*. Nessa relação de textos, destaca-se a presença de todos os livros do “eixo do saber”, o que também é muito raro, já que a maioria dos historiadores brasileiros que utilizam Foucault se atém aos textos do “eixo do poder”.

A partir dessa perspectiva, Joanilho entende que os indivíduos são constituídos historicamente por meio de *práticas discursivas* e *não discursivas*. Faz uso do que denominamos *suspensão da Verdade*, pois não procura “estudar a Verdade sobre os acontecimentos, e sim as verdades, ou seja, as regras de aparecimento dessa única Verdade” (ibidem, p.3). Procura operar pelos princípios de *exterioridade*, *raridade* e *acúmulo* dos enunciados, isto é, evita procedimentos “hermenêuticos”; ou, em suas palavras, recusa “técnicas de ‘resgate’, como se fosse possível trazer o passado na sua inteireza, de que nada estaria perdido, que tudo poderia ser encontrado pela História” (ibidem, p.5). Nesse sentido, recusa também uma concepção de processo histórico como progresso, como expressões diversas de um sentido profundo, como gradativa adequação à Verdade etc.; percebe a *história como luta*, como confronto entre *práticas* que procuram constituir objetos e sujeitos (cf. ibidem, p.5-6, 8-15 passim).

O tema da dissertação é a industrialização em São Paulo entre o final do século XIX e o início do XX, que o autor procura abordar a partir de dois ângulos: “O primeiro é o da construção da figura do trabalhador por vários setores da sociedade, isto é, através das falas sobre quem trabalha e sobre o seu ato” (ibidem, p.6). O segundo ângulo é decorrente do primeiro, é a “construção” da fábrica, “pois ela se constitui no campo onde as lutas se efetivam para determinar o que é o trabalho e quem é o trabalhador” (ibidem, p.7). Porém, a análise não trata exclusivamente dos discursos sobre a fábrica e o trabalhador, já

que “os enunciados sobre o trabalhador e o espaço onde deve ocorrer o seu adestramento, a fábrica, não partem de um único polo emissor. São vários locais de enunciação, e vários locais de luminosidade que estão em confronto, em complementaridade” (ibidem, p.7-8), ou, dito de outro modo, são locais e formas de *dizibilidade* e *visibilidade*.

Como outros historiadores que discutimos, Joanilho está preocupado com as “formas disciplinares”, com os processos de sujeição dos indivíduos ao trabalho nesse primeiro momento de industrialização do Brasil; nesse sentido, faz referência direta à dissertação de Margareth Rago (cf. ibidem, p.47, 106 (nota 101)). Todavia, alguns pontos distinguem esse estudo dos outros, por exemplo a preocupação de Joanilho em destacar a dispersão dos conjuntos saber-poder na sociedade: as diferentes táticas empreendidas nas “estufas” de construção dos indivíduos (hospitais, prisão, escolas, zonas de meretrício, bairros operários etc.) espalhadas pela cidade se articulam com uma estratégia geral de disciplinamento. É preciso insistir que, assim como Foucault deixou claro em *A vontade de saber*, Joanilho entende que as estratégias gerais e as táticas locais não são equivalentes, a segunda não é o reflexo miniaturizado da primeira; as táticas se correlacionam, possibilitam uma estratégia geral, se reforçando mutuamente. Nas palavras do autor:

De um local a outro, não existe uma causalidade direta, isto é, a produção disciplinar nas escolas não é causadora ou alimentadora da ordem disciplinar fabril, ou vice-versa. As relações de Poder e Saber que se estabelecem em determinado local lhe são inerentes, embora, exista circularidade, contaminação e também isolamento. Há agenciamentos entre locais de enunciação, e locais de práticas em vários níveis. Isso possibilita o surgimento de estratégias gerais, que podem compor a produção de um tipo específico de indivíduo. E estes locais podem ser os mais insólitos. Podem partir de locais inesperados. Podem compor práticas de sujeição nos mais variados discursos. (ibidem, p.40-1)

O autor também estava explicitamente interessado nos deslocamentos táticos e estratégicos resultantes das condições históricas e dos confrontos entre diferentes *práticas* empreendidas no período, para

construção do trabalhador brasileiro. Por exemplo: de acordo com Joanilho, a partir da segunda metade do século XIX surge o “discurso imigrantista”, esse parte do princípio de que os trabalhadores europeus, sobretudo os anglo-saxões e germânicos, são portadores “dos bons germes da operosidade e da moralidade” (ibidem, p.27); sendo assim, são ideais para substituir os escravos africanos e o assalariado latino que portam os gérmenes do ócio – discurso que encontra ressonância no discurso médico da época. Com o avanço da industrialização, com o crescimento do número de imigrantes nas cidades, surgem perturbações e, conseqüentemente, a necessidade de aumentar a produtividade econômica (mantendo o desenvolvimento industrial) e diminuir as capacidades políticas (controlar as perturbações) dos trabalhadores (ibidem, p.27-8, 103 (nota 57)).

O autor demonstra que mais ou menos ao mesmo tempo em que surgem essas necessidades ocorre um importante embate – introduzido no Brasil pela cadeira de Microbiologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – no saber médico sobre as doenças que *agencia* com a forma político-econômica de pensar o trabalhador. Por um lado, os bacteriologistas opuseram ao princípio da “interioridade” da doença o da exterioridade; ou seja, ganha terreno a noção de que é um germen externo que ao vencer as defesas do organismo provoca a condição patológica (ibidem, p.33-41). E, por outro lado, os higienistas, reformadores, jornalistas etc. passam a manifestar a noção de que o “operário é levado a se manifestar por motivos alheios a sua vontade”, como pela ação dos anarquistas subversivos, sendo preciso “inocular no corpo do operário os bons germes da ordem social” (ibidem, p.40). Por exemplo, a vila operária da fábrica da Votorantim, em Sorocaba, operava por esse princípio: “Evita-se o contato com agentes estranhos e alheios à ordem disciplinar da vila. Somente os germes da moralidade devem ser ‘inoculados’ nos corpos despossuídos de vontade” (ibidem, p.60). Se a estratégia imigrantista operava pela lógica da “natureza ruim” de alguns indivíduos, a “nova” estratégia opera pela lógica da inoculação (ruim ou boa).

Talvez o momento mais significativo de mudança tático-estratégica tenha ocorrido a partir das greves do final da década de 1910. Aban-

donam-se as práticas paternalistas, o modelo fábrica-lar-escola, e é assumido o modelo de nação,⁴⁷ de fábrica cientificamente organizada e despolitizada, práticas de identificação dos “maus elementos” entre os operários, unificação da ação patronal a partir do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP), conjugando a ação deste com a da polícia etc. Enfim, outro conjunto de táticas articulados por outra estratégia de construção do trabalhador ou, ainda, outro “regime disciplinar” (ibidem, p.69-90).

Na nossa perspectiva, a grande diferença entre o estudo de Joanilho e dos outros historiadores brasileiros discutidos anteriormente provém de seu modo “purificado” de usar Foucault e diz respeito à sua análise das *práticas anarquistas*, sem recorrer a um critério de Verdade ou a um fundamento. Pois não se trata mais de dizer negativamente que o anarquismo é uma ideologia política fada ao fracasso, expressão de uma sociedade pré-industrial ou de industrialização embrionária (reflexo da estrutura socioeconômica), como afirmou, por exemplo, Boris Fausto, a partir das reflexões de Eric Hobsbawm. Nem mesmo dizer positivamente que o anarquismo é a expressão político-libertária da classe operária, do seu *fazer-se*, resultante da mediação histórica estabelecida pela *experiência* entre o *ser social* e a *consciência social*, como alguns historiadores da década de 1980 afirmaram explícita ou implicitamente, recorrendo às reflexões de Thompson. Ao contrário, Joanilho entende o anarquismo da Primeira República, como um conjunto de *práticas históricas* engendrado a partir de diversas outras disponíveis.

Segundo o autor, considerando as condições históricas do Brasil no início do século XX, as táticas e estratégias anarcossindicalistas ganham terreno em relação àquelas de outras vertentes ácratas.⁴⁸ A militância anarcossindicalista, diferente do anarcoindividualismo, opera pelas “inoculações revolucionárias”, daí sua militância procurar, nas primeiras décadas do século XX, forjar a partir do trabalhador brasileiro

47 “A solução dos conflitos na indústria não visa mais a harmonização familiar, e sim a grandeza do Brasil” (ibidem, p.84).

48 É importante notar que, nesse ponto, o autor descreve o próprio anarco-sindicalismo como um deslocamento do anarquismo clássico, resultante de problemas colocados pelas sociedades industriais.

um revolucionário. Nesse sentido, de forjar, “Vemos correlativamente discursos ácratas e discursos de médicos, de higienistas, de reformadores sociais, tratando de forjar vontades, de forjar indivíduos. Enfim, corpo pronto a potencializar vontades externas” (Joanilho, 1996, p.64).

Em suma, todos funcionam, e por isso se reforçam, pela lógica da inoculação. Isso é para o autor um ponto fundamental, não significa que os anarquistas não deram conta de pensar uma sociedade moderna ou que suas táticas estavam fadas ao insucesso. As táticas comuns aos revolucionários e “conservadores” permitiram aquilo que Foucault denominou *polivalência tática*, “o discurso anarcossindicalista é atingido na linha d’água, pois outras falas irão ocupar o seu espaço” (ibidem, p.68), não apenas sobre a necessidade de forjar o trabalhador, mas também a respeito do tema da fábrica, que para os militantes também era essencial. De qualquer modo, para Joanilho, a derrota da estratégica do anarquismo na Primeira República só pode ser problematizada a partir de uma pesquisa-histórica dos enfrentamentos estratégicos que procuravam organizar da forma mais eficiente táticas diversas e, muitas vezes compartilhadas por diferentes sujeitos, o que é uma ressonância integral da noção de *microfísica do poder* (ibidem, p.82).

Nas greves de 1917, por exemplo, a liderança anarquista visou, tal como o patronato, o controle da fábrica, pois era considerado um dos espaços fundamentais (espaço de *visibilidade* e *dizibilidade*) da instituição da ordem social e da construção do trabalhador (ibidem, p.82). A reação do patronato foi, em um primeiro momento, aceitar algumas reivindicações e recorrer à repressão policial, à deportação e à prisão de lideranças, aos empastelamentos de jornais e associações operárias etc.; essa “vitória” momentânea só foi garantida posteriormente. Por uma mudança tático-estratégica, sobretudo pela afirmação de um discurso técnico-científico sobre a fábrica, o *discurso diferencial* anarquista foi desqualificado. Segundo Joanilho, os anarquistas não eram ingênuos, perceberam essas táticas e tentaram contratáticas como a discussão aberta por Gigi Damiani sobre a formação de partidos proletários, que unificassem as diversas vertentes revolucionárias em torno do objetivo primeiro de derrota do capitalismo (ibidem, p.92).

Assim, o descenso do anarquismo após as grandes jornadas operárias, não será fruto de uma fraqueza imanente, nem de um anacronismo, e sim de táticas que foram absorvidas por um poder, que circula, que se faz funcionar e é funcionado no cotidiano, inscrevendo-se nas lutas travadas nos espaços sociais – lacunas deixadas pelas linhas de força. A ascensão da neutralidade técnica significou muito mais que um avanço nas forças produtivas. Significou a sua absorção pela sociedade como irrecusável e irreversível, colocando em xeque os saberes diferenciais que de certa maneira, organizavam práticas em vários locais. Ao se tornar impensável a indústria sem os técnicos e sem os requisitos mínimos de confortabilidade. Individualização, ordens de classificação, se torna inviável qual quer proposta que se levante contra essa indústria. (ibidem, p.95-6)

No fim, é possível alegar que as conclusões de Joanilho sobre o descenso do movimento operário nos anos 1920 não diferem muito das conclusões, por exemplo, de Rago ou Campos. Porém, o modo de chegar a essa conclusão é diverso. Primeiro, pelo esforço de não ignorar as diferenças entre o “materialismo histórico e cultural” e o pensamento de Foucault. Segundo, pelo esforço de não tratar a *luta* que se constitui no processo histórico, como sendo entre *sujeitos* (explorados e exploradores) mais ou menos predeterminados, mas sim como uma *luta* entre *táticas e estratégias* que procuram constituir os indivíduos em diferentes “locais de luminosidade”, como a fábrica. Venceu a *estratégia* que melhor agenciou as *práticas*, essa *estratégia* não tem um dono concreto ou abstrato, não compõe um projeto desenvolvido e colocado em prática pela burguesia, classes dirigentes, classes dominantes etc.

Os trabalhadores, Thompson e Foucault na fala dos outros: sentidos da apropriação

A partir da discussão anterior e da análise de outras monografias levantadas em nossa pesquisa,⁴⁹ é possível estabelecer algumas ge-

49 Outros estudos levantados nesse eixo temático foram: Carlos Augusto Addor (1985, dissertação de mestrado); Zuleika Maria Forcione Alvim (1983, dissertação de mestrado); Silva Maria Belfort Vilela de Andrade (1984, dissertação

neralizações sobre as *apropriações* dos pensamentos de Thompson e de Foucault na produção historiográfica reunida sob a temática que denominamos de “conflito social e desenvolvimento capitalista na Primeira República”.

Em relação à influência institucional na *apropriação*, já é possível afirmar que não se trata de um processo *exclusivo* do departamento de História da Unicamp como se aponta desde os anos 1980, para o bem ou para o mal. Pois os estudos levantados nesse eixo temático e no anterior possuem vínculo com uma pluralidade de instituições: USP, Unicamp, UFF, UFRJ, UFPR e Unesp/Assis-SP. Nesse sentido, a ideia de “exclusividade na renovação” historiográfica ser da universidade campinense parece mesmo ser um mito conforme apontaram as pesquisas quantitativas de Fico e Polito – mencionadas no Capítulo 4. Evidentemente, para uma avaliação final sobre a questão, é preciso discutirmos os outros eixos temáticos e, também, considerarmos que mesmo que as *apropriações* de Thompson e de Foucault não tenham sido uma exclusividade da Unicamp, essa instituição foi um polo de concentração de historiadores “renovadores” em geral. Isso fica evidenciado pela já referida fala de Decca, que afirmou a fundação

de mestrado); Gilmar Arruda (1989, dissertação de mestrado); Heloisa Helena Pacheco Cardoso (1986, dissertação de mestrado); Marisa Varanda Teixeira Carpintero (1990 dissertação de mestrado); Maria Alice Rezende de Carvalho (1983, dissertação de mestrado); Anna Maria Martinez Correa (1988, tese livre-docência); Heloísa de Faria Cruz (1984, dissertação de mestrado); Leila Hallack Darcoso (1987, dissertação de mestrado); Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1987, dissertação de mestrado); Edgard Leite Ferreira Neto (1989, dissertação de mestrado); Carlos Fico (1989, dissertação de mestrado); Maria Lucia Cairá Gitahy (1983, dissertação de mestrado); Maria da Conceição Pinto de Góes (1984, dissertação de mestrado); Bernardo Kocher (1987, dissertação de mestrado); Tania Regina de Luca (1988, dissertação de mestrado); Oswaldo Machado Filho (1985, dissertação de mestrado); Marina Gusmão de Mendonça (1988, dissertação de mestrado); Mary Enice Ramalho de Mendonça (1981, dissertação de mestrado); Maria de Fátima Salum Moreira (1989, dissertação de mestrado); Gizlene Neder (1987, tese de doutorado); Sérgio Augusto Queiroz Norte (1986, dissertação de mestrado); Flávia Rodrigues Borges Pereira (1988, dissertação de mestrado); Antonio Paulo de Moraes Rezende (1981, dissertação de mestrado); Luiz Carlos Ribeiro (1985, dissertação de mestrado); Maria Angela Borges Salvadori (1990, dissertação de mestrado); Josué Pereira da Silva (1988, dissertação de mestrado)..

do Departamento de História dessa universidade como uma forma de escapar do círculo *uspiano*, bem como pela “migração” de diversos intelectuais para essa instituição ao longo dos anos 1980, por exemplo: Slenes e Chalhoub oriundos da UFF, Lara, Lenharo e Novais oriundos da USP.

Em relação à *apropriação* de Foucault nesse eixo temático, de acordo com o diagnóstico predominante na história da historiografia brasileira sobre o assunto, que discutimos no Capítulo 4, temos o seguinte panorama. Foram referenciados quase que exclusivamente os textos do “eixo do poder”, desse foi retomada a noção de *microfísica do poder* possibilitando um redimensionamento da noção de política (de espaços de gestão social), bem como o filósofo foi “transmutado em um historiador social” – parafraseando Rago.

Nossa pesquisa reforçou essas afirmações; porém, é preciso acrescentar. Primeiro, foi exatamente essa “transmutação” que favoreceu ou mesmo possibilitou a penetração de Foucault na historiografia brasileira “de ofício”, já que os problemas colocados pelo pensamento de Thompson e de muitos outros marxistas (no Brasil e lá fora) sobre a *luta de classes*, os diferentes meios de resistência e dominação, o redimensionamento do campo político de luta etc. agenciaram a recepção de certas noções e conteúdos do “eixo do poder”.

Segundo, foi exatamente onde descrevemos a existência de uma *aproximação* entre Thompson e Foucault que ocorreu a *apropriação* deste último. Ora, mas essa *aproximação* não abarca a concepção de *microfísica do poder* integralmente; diz respeito principalmente às noções de *poder como relação* e de *história como luta*, raríssimas vezes diz respeito às noções de *história das práticas* (sem sujeito) e de resistência tendo a mesma natureza do poder. Desse modo, o que ocorreu em geral é a utilização de alguns elementos da *microfísica do poder* para elaborar uma reflexão teórica sobre as múltiplas formas de dominação; em última instância essas são explicadas pela intenção de uma classe que empreende um projeto de dominação, do qual os outros procuram resistir para, em algum momento, atingir a verdadeira liberdade.

Enfim, mais do que *apropriações* da concepção teórico-metodológica do filósofo francês, ocorreu uma utilização do que podemos

denominar “conteúdo” de seus livros, isto é, de suas descrições e argumentações a respeito de uma prática, de processo histórico etc. Por exemplo, como vimos, em *Vigiar e punir* temos uma descrição minuciosa de vários mecanismos de controle que ocorrem na fábrica (organização do tempo e do espaço, vigilância, hierarquização etc.), temos também uma argumentação de que na época moderna o disciplinamento ocorreu em diversas instituições (escolas, exército, fábrica etc.). Tudo isso retomado individualmente não desconcerta o marxismo predominante na historiografia brasileira da época e empreendido nos estudos aqui discutidos, pelo contrário complementa e reforça. Porém, argumentar que esses mecanismos que operam na fábrica e o disciplinamento generalizado não são resultado do desenvolvimento lógico (natural) das relações de produção ou, principalmente, da *luta de classes* era (ou é) algo difícil de ser compreendido. Em suma, são descrições e argumentos específicos – presente notadamente na terceira parte de *Vigiar e punir* (sobre a “disciplina”) e em passagens de *A vontade de saber* – que são retomados como fonte secundária ou hipóteses explicativas absorvidas em outra concepção teórica e comprovadas por outros métodos.

A *apropriação* de Thompson, por sua vez, também favoreceu a análise dos múltiplos espaços em que ocorre a *luta de classes* e, conseqüentemente, do redirecionamento da luta política: das instituições formais (sindicato/partido) para o cotidiano (lar, ruas, fábrica etc.). Sua crítica ao “modelo de consciência de classe” informou e legitimou *práticas historiográficas* que evitam o julgamento das formas de pensar e agir dos trabalhadores. Ao lado da noção de “história vista de baixo”, fundamenta o deslocamento de uma historiografia filosófico-jurídica para uma historiografia político-histórica. Dito de outra forma, não se devem mais julgar as formas de resistência e de poder por meio de um critério universal; é preciso resgatar as diversas formas de resistência uma vez que ajudam a questionar mecanismos de dominação que vigoram até atualidade e ainda são considerados naturais.

Nesse sentido, é preciso resgatar as *experiências* dos trabalhadores, os modos como eles viveram e pensaram suas condições materiais e sua exploração, para compreendermos os significados e motivos de

suas ações. Assim, a *escrita* mais eficaz para essa *operação* são longas narrativas de diversas perspectivas (sincrônicas) que recorrem com frequência a diferentes formas de depoimentos (cerrada entre as fontes), permeada por interpretações (método hermenêutico) que buscam recuperar os significados e o sentido profundo que os permeia.

Até aqui essas conclusões são similares às feitas em relação à produção historiográfica sobre a escravidão. Inclusive em relação à corrosão do materialismo *analítico*, *lógico formal* e *vanguardista* predominante nos anos 1960/1970, por um materialismo *hermenêutico*, *narrativo* e *militante de base* que emerge a partir de meados dos anos 1970 e também ocorre nesse eixo temático. Entretanto, é preciso notar que nos dois eixos temáticos existem estudos (em número significativo) que utilizam Thompson e/ou Foucault para complementar, contribuir, enriquecer etc. o conhecimento histórico já estabelecido, não para desqualificar *práticas historiográficas* dos anos 1960/1970 e substituí-las por “novas” *práticas*. É notável, ainda, que o esforço de substituição é uma tendência (de modo alguma uma regra) dos estudos vinculados à Unicamp.

Nos estudos reunidos neste eixo temático, todavia, emerge uma tendência que não estava tão perceptível nas discussões do eixo anterior, a saber. Durante a década de 1980 ocorreu a utilização simultânea de Thompson e de Foucault sem que se faça referência às suas diferenças, mais que isso, em alguns momentos Foucault é lido como um marxista; ou, quando se assinala a diferença, essa é desconsiderada em prol das contribuições que o uso simultâneo pode trazer ao conhecimento histórico. Porém, a partir de meados da década, surgem estudos que reconhecem a diferença e fazem questão de não ignorá-la.

O leitor pode discordar de nossas análises anteriores e a partir de outra leitura afirmar, por exemplo, que *Do cabaré ao lar*, apesar das referências a Thompson, “diluiu” os sujeitos tal como vez Foucault – operação que a própria autora afirma não ter feito –; que Boni não lê Foucault como um marxista; que Alves e Joanilho acabam por recair em princípios do materialismo histórico etc. Tudo isso, talvez, possa ser afirmado em razão da complexidade desses estudos e as ambiguidades inerentes às múltiplas *apropriações* que muitos deles operam.

Entretanto, não elimina a tese – em parte já conhecida – que em geral na década de 1980 os historiadores ignoraram de modo involuntário ou intencional as diferenças entre o pensamento de Thompson e de Foucault; e que a partir de meados da década de 1980 essa diferença foi cada vez mais explicitada e, enfim, *requerida*: por meio da reconstrução dos embates franceses da década de 1960 (Gerard Lebrun), pela explicitação da diferença (Rago e Decca), pela crítica a Foucault e reafirmação do marxismo (Cardoso, Gorender e Costa), pela percepção da diferença acompanhada da tentativa de usá-los de modo *complementar* (Lara), pelo desuso de Foucault (Chalhoub) ou de Thompson (Rago em sua tese como veremos adiante), pela procura de uma “coerência sistêmica” (Joanilho), pelos embates institucionais (segundo Albuquerque Junior), pela autocrítica e necessidade de recomposição das bases epistemológicas (Rago já nos anos 1990) etc. Em suma, por uma multiplicidade de motivos e formas o diálogo de *Janus* é interdito e as “igrejinhas” da atualidade (conforme nomeou Chalhoub) começaram a ganhar forma.

Estado e sociedade: revolução e populismo

Os mesmos processos socioeconômicos e políticos que colocaram problemas para os estudos sobre a Primeira República – que discutimos no subitem anterior – influenciaram os estudos sobre o período de 1930 até a década de 1980. Esses estudos adotam como temas a “Revolução de 30”, o populismo ou os mecanismos de governo e as formas de resistência política ocorridas no período. Como veremos, a única concordância entre Boris Fausto e Edgard Salvadori de Decca – estudiosos do período – é que nos anos 1960, 1970 e 1980 ocorreram diversas demandas para repensar esses temas, a saber: inconsistências nas explicações da esquerda sobre o Estado e a sociedade brasileira, golpe civil-militar de 1964, recrudescimento dos conflitos em 1968, greves do ABC de 1978/1979, proliferação da “história vista de baixo”

etc.⁵⁰ Foi para compor esse repensar que ocorreram nos anos 1980 as *apropriações* dos pensamentos de Thompson e de Foucault.

Em busca da verdade da revolução e da sociedade brasileira: anos rebeldes

A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas [...] A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas [...] Em sua atual etapa, a revolução brasileira é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais: – A completa libertação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo, o que exige medidas radicais para eliminar a exploração dos monopólios estrangeiros que operam no País, principalmente os norte-americanos. – A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe. – o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País e a superação do atraso de nossa agricultura. – A elevação efetiva do nível de vida material e cultural dos operários, dos camponeses e de todo o povo. – A garantia real das liberdades democráticas e a conquista de novos direitos democráticos para as massas [...] A realização dessas tarefas implica em transformações revolucionárias na sociedade brasileira. Exige uma profunda mudança na correlação de forças políticas e a passagem do Poder estatal às mãos das

50 Cf. Boris Fausto, entrevista concedida à equipe do CPDOC/FGV, em 20 de agosto de 2010. Edgar Salvadori de Decca, Edgar de Decca leva a Lisboa o Brasil que descobriu Portugal, entrevista concedida à equipe do *Jornal da Unicamp*. Moraes e Rego (2002, p.106, 278).

forças antiimperialistas e antifeudais – a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais – entre as quais o proletariado, como a força revolucionária mais consequente, deverá ter o papel dirigente.⁵¹

Esse é um trecho da Resolução Política do V Congresso do PCB, datada de setembro de 1960. Nele temos explicitado um diagnóstico e um prognóstico do processo histórico brasileiro que encerra a seguinte concepção. O processo histórico segue uma lei/modelo de evolução, é dividido em etapas e momentos revolucionários. No caso do Brasil, estaríamos em um momento de transição entre a sociedade rural-arcaica (oligarquias pré-capitalistas) e a urbana-moderna (burguesia industrial capitalista), a função imediata do Partido e de seus membros é acelerar a revolução que instituirá o capitalismo pleno no país, ou seja, completar a *revolução burguesa*.

Essa interpretação elaborada pelas lideranças do PCB compõe as denominadas “teorias dualistas” compartilhadas por um grande número de intelectuais de esquerda nos anos 1950 e 1960, dos quais se destaca Nelson Werneck Sodré com os livros *Formação histórica do Brasil* de 1962 e *História da burguesia brasileira* de 1964. Todas defendem a necessidade do setor moderno da sociedade brasileira absorver/superar o setor arcaico e estabelecem a “Revolução de 1930” como passo inicial dessa superação. Nesse período, tanto os intelectuais que aceitam quanto os que rejeitam as “teorias dualistas” entendem que a “Revolução de 1930” foi o momento de tomada do poder – direta ou indiretamente – pelas classes médias ou pela burguesia industrial.

No decorrer da década de 1960, com o recrudescimento do regime civil-militar e a permanência do subdesenvolvimento, as “teorias da dualidade” perdem o valor explicativo entre os intelectuais e são em geral substituídas pela “teoria da dependência”. Para os adeptos desta, em linhas gerais, no momento da constituição do capitalismo internacional se estabelece uma estrutura econômica que coloca alguns países em uma posição de subdesenvolvimento. Nesse sentido, esses países

51 Resolução Política do V Congresso do PCB, set.1960 apud Segatto (1981, p.86-7).

não se encontram em uma “etapa” pré-capitalista a ser superada pela *revolução burguesa* ou pelo *desenvolvimentismo*, mas sim ocupam uma posição subordinada na estrutura capitalista mundial. Tal formulação foi divulgada entre os intelectuais brasileiros principalmente a partir do livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina* de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, publicado pela primeira vez em espanhol em 1969, e em português em 1970.⁵²

Ao mesmo tempo as interpretações da “Revolução de 1930” também foram questionadas, por exemplo, nos estudos *1930, historiografia e história*, de Boris Fausto (1969; 1970), *Agentes da industrialização na República*, de Ítalo Arnaldo Tronca (1976; 1982), *Dimensões históricas do insucesso político*, de Edgar Salvadori de Decca (1979; 1981), e *A teia do fato*, de Carlos Alberto Vesentini (1983; 1997).⁵³ Esses também apresentam interpretações distintas entre si, perceptíveis se compararmos os estudos de Fausto e Decca.

Em síntese, Fausto afirma em seu estudo que a “Revolução de 1930” foi um rearranjo da estrutura política do país, fundando um “Estado de compromisso” que mediava os interesses das diferentes classes sociais. Isso significa o surgimento de um Estado centralizador, intervencionista e nacionalista controlado por um grupo com grande autonomia. Isto é, os governantes não possuíam vínculos diretos de representação com nenhuma classe; contudo, atendiam razoavelmente (na medida do que era necessário para manter o poder) os interesses de todas, inclusive propiciando a expansão da

52 Existe pelo menos mais uma vertente do que costuma se denominar “teoria da dependência”, proveniente dos estudos de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos Júnior, Vania Bambirra, entre outros. Essa vertente foi muito popular em outros países da América Latina desde o final dos anos 1960, sobretudo no México, onde esses intelectuais se exilaram durante o regime civil-militar. Nos anos 1980, com o retorno desses intelectuais ao Brasil, essa vertente da teoria da dependência começa efetivamente a disputar espaço com a de Cardoso e Faletto; porém, em geral é com esta última que os historiadores dialogam (cf. Marini, 2000; Santos Jr. 2013).

53 Apesar de concluída algum tempo depois, a tese de Vesentini está profundamente associada à de Decca. Isso fica mais evidente se considerarmos o artigo escrito por ambos, “A revolução do vencedor (Decca; Vesentini, 1976) que estabelece o eixo das duas teses.

industrialização. Nesse sentido, a “Revolução de 1930” não foi da classe média ou da burguesia, nem mesmo conduziu estas classes ao poder (controle do aparelho de Estado).

O interessante é a forma como Fausto estabelece essas conclusões em três movimentos. Primeiro, explicita os modelos interpretativos vigentes com uma revisão bibliográfica. Segundo, por meio de interpretação de documentos oficiais das Câmaras, de jornais diversos e dados estatísticos sobre a economia, demografia, industrialização etc.; procura comprovar que a burguesia industrial (como o operariado) era frágil econômica e politicamente, a classe média era um setor restrito da sociedade brasileira e politicamente desorganizada, bem como o tenentismo não representava politicamente essa classe. E, terceiro, por “encadeamento lógico de raciocínio”, recusa os modelos interpretativos anteriores por não explicarem os dados e fontes pesquisadas por ele, afirmando a tese do “Estado de compromisso” como a mais adequada à realidade (Fausto, 1969; Gomes, 2008, p.13-48; Burmester, 1998, p.8-11, 23-37; Moraes; Rego, 2002, p.103-6).

O estudo de Decca (1981) questiona a temporalidade que emerge ao se aceitar a “Revolução de 1930” como fato e marco histórico. Já que essa temporalidade é a do “vencedor da revolução” e divide a história em um antes e um depois, reafirmado em diversos enfoques da historiografia brasileira até aquele momento: nação-objeto → nação-sujeito, agroexportação → industrialização, classes desarticuladas → classes constituídas pelo Estado, liberalismo → autoritarismo etc. Desse modo,

Como discurso do exercício de poder, revolução de trinta oculta o percurso das classes sociais em conflito não apenas anulando a existência de determinados agentes, mas, principalmente, definindo enfaticamente o lugar da história para todos os agentes sociais. Como já foi dito, o termo revolução realiza essa operação no nível do discurso do poder ao ocultar o processo da luta de classes e ao generalizar para o conjunto do social a própria origem desse poder, a partir de um marco válido para todos – a revolução de trinta. Assim como o fazer da política sob ótica do poder, a ideia de revolução de trinta refaz a história, memorizando-a, e para isso

periodiza efetivamente a história do Brasil como se tudo acabasse e se criasse a partir de um único marco. Nessa memória histórica sobrelevam-se apenas alguns agentes sociais ao passo que outros são de uma vez por todas suprimidos, não se tornando estranho, tanto para a ótica do poder constituído nos anos trinta como para a historiografia, a inexistência da ação política dos dominados durante esse período histórico. (Decca, 1981, p.75-6)

Para escapar da temporalidade dos vencedores e compreender a história em um movimento sempre aberto (imprevisível), Decca procurou recuperar – para além da oposição privilegiada entre tenentes e oligarquia – a “ótica de outros agentes” do período, principalmente do Bloco Operário e Camponês (BOC) e do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Pois destruir a organização temporal do vencedor “exige fundamentalmente um contra discurso que assume a ótica e a dimensão simbólica de uma outra classe social, excluída da *memória histórica* produzida pelo exercício de dominação nos anos trinta” (ibidem, p.72).

O autor procura demonstrar que o *tema da industrialização* (antioligárquico), que aparece na memória da revolução e na produção acadêmica como propriedade dos revolucionários de 1930, foi construído também pelo BOC e pelo Ciesp. Desse modo, o antes e o depois estabelecido pelo marco da “Revolução de 30” caduca, pois nem os industriais, nem os operários eram “débeis”, inarticulados etc.; possuíam projetos políticos amplos que foram subjugados/absorvidos pelos vencedores da revolução.

Enfim, a intenção de Decca não é estabelecer uma interpretação que explique adequadamente a “Revolução de 1930”, tal como Fausto, mas sim demonstrar que o próprio fato e marco histórico “Revolução de 1930”, reafirmado e debatido pelos intelectuais, foi o produto da vitória de um determinado grupo/discurso no decorrer da *luta de classes* (Decca, 1981, p.109-10 passim; 1991; Burmester, 1998, p.13-15; Rago, 1993a, p.123). Apesar das inúmeras interpretações de seu estudo e especulação sobre suas influências teórico-metodológicas, Decca foi categórico em entrevista de 2001. Em um sentido mais es-

pecífico, procurou demonstrar como a noção de revolução paralisa o tempo, “é totalitária e não admite a oposição”; por isso, respondendo a um problema do seu presente, “o quinto capítulo do livro é um recado para o PT que estava nascendo: ‘Olha, cuidado para não embarcar no jargão revolucionário’” (Decca, 2002, p.278). Foram os pensamentos de Maurice Merleau-Ponty e de Jean-Paul Sartre que motivaram essa reflexão.⁵⁴ E, em um sentido mais amplo, o estudo impulsionou a “história dos vencidos”, pois: “teve gente que carregou essa bandeira, que precisava ser carregada mesmo” (Decca, 2002, p.278).

Desse modo, o leitor já deve imaginar que o diálogo entre Fausto e Decca não foi conciliador. Vejamos:

[Fausto:] Sou uma pessoa que respeito e me impressiono, às vezes até demais, com argumentos diferentes, mas, nesse caso específico [o estudo de Decca], de saída, eu achei e continuo achando que se tratava apenas de uma fantasia. [...] Essas interpretações não estão calçadas na realidade, sob qualquer aspecto que ela seja encarada. Acho positivo e necessário pensar na história dos vencidos e escrever a respeito, mas fabricar conjunturas não dá. (Fausto, 2002, p.106)

[...] Aquilo vai contra os fatos, aquilo vai contra a realidade. Só pra dar um exemplo: Pensar que o Bloco Operário Camponês tinha possibilidades de tomar o poder, é pensar que o PSTU vai tomar o poder, não vai. E se tomar, é grave! (Fausto, 2013)

[Decca:] [...] a crítica do Boris Fausto eu acho pobre. Ele se restringe a uma oposição ao meu argumento historiográfico sobre a importância do Bloco Operário e Camponês. É uma crítica tipicamente positivista. Será que esse bloco operário camponês era forte mesmo? Será que ele tinha chance de chegar ao poder? Acho muito ingênua essa crítica do Boris porque o problema não é esse. O problema é se houve ou não capacidade de enunciado revolucionário desse programa, não era se ele tinha base social,

54 Na bibliografia de seu livro constam referências aos textos *Las aventuras de la dialectica* e *Em torno do marxismo* de Merleau-Ponty e *Problemas do marxismo – 1* de Sartre. Ainda, na referida entrevista de 2001, Decca destaca o livro *Humanismo e terror* de Merleau-Ponty (Decca 2002, p.276-7).

com os operários sindicalizados etc. Ele se instituiu como discurso, como prática discursiva de ideologias. A classe é uma episteme da política, quer dizer, não é possível na década de 1920 fazer política, agir politicamente, atuar politicamente sem o recurso ou o discurso de classe. Hoje, você não precisa mais falar em classe, ninguém fala, o discurso político não se sustenta mais sobre o discurso de classe. (Decca, 2002, p.278-9)

Como já notou Ana Maria de Oliveira Burmester (1998, p.31), esses estudos não estabeleceram uma evolução (ampliação, acumulação etc.) do conhecimento histórico, nem encerraram um registro mais ou menos adequado do “real”, mas sim mobilizaram conceitos, métodos de interpretação e provação, formas de escrita, enfim *operações historiográficas* distintas. Podemos dizer que a diferença entre os dois autores brasileiros é muito próxima daquela existente entre Perry Anderson – importante influência na formação de Fausto⁵⁵ – e Thompson. Por um lado, Fausto e Anderson procuram definir categorias por meio de verificação empírica objetiva (dados socioeconômicos e participação na política-formal), assim como a classe operária inglesa não pôde existir antes da constituição plena das relações capitalistas de produção, o BOC não pôde participar das disputas políticas da “Revolução de 1930” sem “massa crítica” (corpo social) e representatividade na “política formal”. Por outro lado, Decca e Thompson entendem que

55 “Uma pessoa que fortaleceu a minha posição foi o Perry Anderson da *New Left Review*, por um desses acidentes. Foi principalmente por uma palestra na Faculdade de Filosofia, na Maria Antônia, para um grupo de cerca de trinta pessoas, uma espécie de elite que andava com ele. Isso deve ter sido um pouco antes do Golpe de 64, por aí. Nessa época, ele vinha com frequência ao Brasil e, inclusive, estava escrevendo um texto sobre os anos 1920-1930, o tenentismo... o Perry Anderson apresentou um trabalho que, aliás, ao que eu saiba nunca publicou. Não sei o que aconteceu, mas me lembro que, na exposição, falava de eventos e de personagens históricos. Por exemplo, na análise que fazia da Revolução de 30, ao lado de uma análise socioeconômica, inseria os atores. Citava o Olegário Maciel, cauteloso governador de Minas, muito assustado com revoluções, traçava o perfil dos tenentes, do Juarez Távora, do Luís Carlos Prestes, ou seja, dava importância aos atores, o que é muito próprio do historiador. No início dos anos 1960, no Brasil, isso era uma lufada de ar fresco, pois só se dava importância às estruturas, ao desenvolvimento e seus obstáculos etc.” (Fausto, 2008, p.177).

as categorias (concreta e abstratamente) são constituídas historicamente, portanto necessitam explicar esse processo de constituição; por isso, do mesmo modo que foi preciso explicar a formação da classe operária inglesa, foi preciso explicar a “formação” da “Revolução de 30” e, nesse sentido, as práticas e os discursos do BOC, do Ciesp etc. participaram do processo.

Esse debate a respeito da “Revolução de 1930” compõe outros assuntos do eixo temático que discutimos neste capítulo. Pois, como assinala Burmester, a crítica de Decca conduz à substituição do conceito de “Estado de compromisso” pelo de...

“Consenso ativo dos dominados”... percebe-se uma visualização do Estado que ultrapassa a questão do “aparelho” e reintroduz a situação das classes e suas estratégias. A presença de Marilene Chauí é importante no texto de Decca. As considerações por ela desenvolvidas chamam a atenção para o modo como a historiografia brasileira tem reforçado a ideia do Estado demiurgo, criando e conduzindo as classes, fazendo a História. (Burmester, 1998, p.26-7)

Ora, essa ideia de Estado demiurgo – desdobramento do conceito de “Estado de compromisso” – é o que fundamenta o conceito “tradicional” de populismo, como assinala Burmester a partir de sua análise do já referido livro de Vesentini:

Vesentini, por sua vez, não coloca o Estado como ponto central de sua investigação. No entanto, o raciocínio por ele desenvolvido nos permite alguns pontos de referência. Em sua reflexão sobre a constituição da memória histórica, ao rever as posições de Weffort e Boris Fausto, aponta elementos construtores dessa memória. A concretização do “Estado de compromisso”, como sendo a própria natureza do Estado, surge enquanto marco periodizador. Associado à quebra da hegemonia cafeeira, o “novo” Estado corresponde a um novo arranjo político, onde a classe operária, manipulada, permanece dentro dos limites do populismo. (ibidem, p.26)

De acordo com o balanço de Alexandre Fortes, o conceito “tradicional” de populismo depende muito de um determinado modelo

de luta política e processo histórico. O *populismo* seria o processo de manipulação das massas, por meio da mistificação ideológica, operando um *desvio* dos seus *interesses reais*. A manipulação impediria a organização política (sindicato/partido) dos dominados e “sua capacidade de intervenção ativa no processo histórico” ou, para algumas vertentes do marxismo, seu destino histórico (Fortes, 2010). A noção de “consenso ativo dos dominados” formulada a partir de Gramsci e, posteriormente, de Thompson, em primeiro lugar, recusa a possibilidade de uma manipulação capaz de mistificar/controlar completamente as “massas” e, em segundo lugar, procura resgatar/demonstrar as diversas formas das “massas” imporem suas vontades.

Nesse sentido, o *populismo* é um mecanismo de dominação em que o Estado ou os governantes tentam estabelecer uma relação de consenso/apoio com os dominados, por meio do teatro político, atendendo demandas específicas e, até mesmo, individuais etc. Nessa relação os dominados conseguem impor algumas de suas vontades por fora das vias políticas formalizadas ou consagradas; por exemplo, formação de clubes de solidariedade, reorganização do processo de trabalho, com envio de cartas diretamente ao presidente etc. Até mesmo no regime civil-militar instituído em 1964, que operava principalmente pelo fechamento das vias formais de participação política e pela repressão policial, a sociedade teria conseguido estabelecer algumas dessas formas de “resistência alternativa” como pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Assim, surge entre os historiadores brasileiros uma problemática muito próxima daquela estabelecida por Thompson em relação ao *paternalismo* na Inglaterra do século XVIII.

Enfim, foram anos rebeldes! Pois a partir do final da década de 1960, com o estudo de Fausto, emerge um constante repensar das interpretações sobre as relações entre Estado e sociedade brasileira dos anos 1930 em diante. Nos anos 1960 e 1970, esses problemas foram pensados a partir das reflexões de Gramsci, de Sartre, dos althusserianos e de Marilene Chauí; na década de 1980, foram pensados também a partir de Thompson e de Foucault.

As estratégias da ordem e do caos: lutas que a revolução não enxerga

Em 1982 foi defendida uma dissertação de História do Tempo Presente no Departamento de História da Unicamp. Na época, essa noção não existia na reserva conceitual dos intelectuais brasileiros, mas o estudo intitulado *A estratégia da recusa*, de Amnéris Maroni (1982) – publicado com algumas modificações no mesmo ano e com o mesmo título –, merece a designação. Certamente a formação como cientista social na USP facilitou a escolha do objeto de estudo, que é no mínimo espinhoso para um historiador em razão de sua contemporaneidade, a saber: os movimentos grevistas ocorridos em maio de 1978 na “Grande São Paulo”.

Segundo sua orientadora, Maria Stella M. Bresciani, a importância desse movimento...

[...] está no fato de que consolidaram formas de organização, de mobilização e de demandas operárias que se desenvolveram de maneira molecular, longe das vistas do aparato repressivo do Estado e por entre os poros do poder disciplinar do capital. (in Maroni, 1982, p.9)

Na nossa perspectiva, a importância para a história-disciplina não está no exame do movimento grevista em si ou no desvendamento de suas características, mas sim nas ferramentas teórico-metodológicas utilizadas por Maroni para iluminar esse objeto de estudo. Foi isso que permitiu à autora engendrar um debate historiográfico e político por meio da análise das greves de 1978, reforçado pela fala – citada acima – de Bresciani. Vejamos como isso foi feito e como foram utilizados nessa empreitada os pensamentos de Foucault, a partir dos textos *Microfísica do poder* e *Vigiar e punir*; e de Thompson por meio do texto *Tradición, revuelta y conciencia de clase*, constantes na bibliografia do estudo.

Em linhas gerais, Maroni argumenta que a organização do processo de trabalho, longe de ser “neutra” e definida por “necessidades objetivas” (técnicas), é elemento estratégico de dominação do trabalhador pelo capital. Pois disciplina e individualiza o produtor e racionaliza o

tempo e o espaço da produção, por meio de mecanismos de dominação respaldados pelo Estado. Desse modo, existe uma relação complementar entre sistema político e organização do processo de trabalho, pois ambos são simultaneamente técnicos e políticos (Maroni, 1982, p.28, 39).

Para a autora, durante as greves de 1978, o trabalhador utilizou dos mecanismos de controle do capital (normas de segurança e de produção, racionalização do tempo e do espaço etc.) para questionar a própria organização capitalista do processo de trabalho, repolitizando a fábrica:

Em outras palavras, *a própria racionalidade que o capital imprimiu ao processo de produção foi a arma utilizada pelos trabalhadores*. O capital não contava que suas práticas organizativas (de expropriação) pudessem *propiciar um saber* para o desencadeamento da luta e para o questionamento da organização mesma do processo de trabalho. É este elemento novo da resistência operária que as greves de maio de 78 explicitam. (ibidem, p.50)

A constituição e o aprofundamento da comunicação entre os operários foram fundamentais à organização das greves. Como forma de burlar os mecanismos que impediam a interação entre os trabalhadores, a denominada “comunicação horizontal”, os operários recorreram a recortes de jornais (contendo notícias que incitavam a luta) passados de mão em mão, troca de sinais e olhares durante o expediente, breves comentários e, até mesmo, longas discussões nos banheiros das fábricas (ibidem, p.51-68).

Em consequência do aprofundamento dessa forma de comunicação, surgiram as “comissões de fábrica”, organização operária “de certo modo inédita”, organizadas e conduzidas por meio das assembleias de fábrica, que foi a voz dos operários junto ao capital: “importante no levantamento das reivindicações *e das formas (possíveis) de luta de cada setor da fábrica*, e, exercem, quanto às negociações, um papel de simples *intermediário*”. De acordo com a autora, esse foi o modo como os trabalhadores buscaram ampliar a solidariedade operária e o controle sobre o processo de trabalho, uma resposta direta as estratégias do capital (cf. ibidem, p.15, 72, 103-13 *passim*).

Como a própria autora assinala (ibidem, p.29 9nota 22)), ao longo da análise ocorreu um *uso* específico dos textos de Foucault, para fornecer hipóteses explicativas ou como uma grade de leitura das fontes. O que Foucault descreveu sobre a organização do tempo e do espaço das fábricas, do controle dos movimentos corporais, da vigilância, do exame e da normalização contínuas, presentes nos capítulos “Os corpos dóceis” e “Os recursos para o bom adestramento” de *Vigiar e punir*, era também visível nas fábricas do ABC. Ainda, o que Foucault descreveu como *saber das pessoas* no capítulo “Genealogia e poder” de *Microfísica do poder* chama a atenção para e explica as ações pontuais, táticas, cotidianas etc. dos operários do ABC durante as greves de 1978.

Assim, a autora utiliza Foucault para explicar os mecanismos de dominação empregados pelo “capital”, por exemplo. Após retomar em síntese as descrições dos referidos capítulos de *Vigiar e punir*, (ibidem, p.28-30)⁵⁶ Maroni analisa o regulamento sobre “política salarial” da fábrica Alcoa Alumínio S.A. e afirma que os:

Quadros hierárquicos esquadrinham, controlam, examinam cotidianamente a *performance* do operário no processo produtivo. Este exame contínuo dá aos “supervisores condições de estimular e gratificar o aperfeiçoamento do desempenho, beneficiando os funcionários que poderão contar com tal reconhecimento na base do seu desempenho pessoal, ao invés de usar o sistema de aumento salarial por tempo de casa ou assemelhado”. [...] A estratégia *individual* e o caráter *confidencial* se impõe para atender aos interesses do capital.

[...] Excluídos os operários e seus órgãos de classe dos mecanismos que informam a avaliação do “desempenho individual” e dos fins que nor-teiam essa estratégia, o capital e seus agentes podem dispor como bem entendem desse mecanismo, visando a dominação e a divisão da classe operária em diferentes níveis salariais, segundo uma ordem hierárquica rígida. (ibidem, p.30-1)

56 Na versão original da tese, essa síntese é mais detalhada e aparece logo na introdução, contudo seu conteúdo e as referências aos capítulos de *Vigiar e punir* são exatamente os mesmos.

Segundo a autora, foi por meio das “comissões de fábrica” e reivindicações como de salário mínimo profissional, acesso aos relatórios de desempenho etc. que os grevistas de 1978 reagiram às estratégias de exame, sanções normalizadoras, individualização, organização hierárquica etc. É importante notar que foi a partir da análise dos depoimentos dos trabalhadores – recolhidos pela autora em entrevistas – que Maroni pôde estabelecer esse “contradiscurso” dos trabalhadores em oposição aos discursos do “capital e seus agentes”.

Nem o recurso da exegese de depoimentos para (re)significar e restaurar o sentido profundo das ações dos trabalhadores,⁵⁷ nem a constituição de sujeitos em oposição faz parte das *práticas historiográficas* utilizadas por Foucault. Entretanto, são, por exemplo, as descrições sobre a vigilância constante e hierárquica do filósofo francês que auxiliam Maroni e estabelecer essas oposições:

As artimanhas foram muitas. Em todas elas, porém, percebe-se que a resistência à lógica e à racionalidade do capital só poderia ser buscada entre os próprios operários. Se estes introjetam o poder, permitindo a eficácia daquilo que Foucault chama de “encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas” através do *jogo do olhar* que instaura o controle, a apropriação desse mecanismo e a conseqüente inversão da lógica do controle através do olhar, tornou-se elo de solidariedade e força entre os grevistas. (ibidem, p.62)

Isto é, segundo Maroni a partir da análise dos depoimentos, a vigilância que “fazia trabalhar” se transformou em olhar de solidariedade que “fazia cruzar os braços”. O olhar do “chefe” que dava medo era “quebrado” pelo olhar do companheiro. Desse modo, a autora empreende uma *apropriação* específica dos textos de Foucault, são seus “conteúdos” que são utilizados em outra lógica, esses agregam capacidade explicativa ou trazem novos contornos para uma História Social de caráter predominantemente marxista.

57 A forma como Foucault trata, por exemplo, o depoimento de Rivière é divergente da forma como Maroni trata o depoimento dos operários.

No caso de Thompson a questão é mais complicada, uma vez que não existem referências diretas ao texto do historiador inglês que consta na bibliografia. Porém, são perceptíveis alguns temas correlatos, a saber. Ambos procuram resgatar as práticas e formas de pensar dos trabalhadores (história vista de baixo); consideram que o desenvolvimento técnico não é natural, neutro ou racional, mas sim resultante de uma imposição da luta de classes; valorizam e descrevem detalhadamente estratégias de luta que estão fora da organização sindical/partidária ou do campo da política formal e, enfim, criticam a historiografia *formalista*.

Este último é o que consideramos o ponto fundamental, pois é essa postura crítica em relação a certas *práticas historiográficas* que organiza o texto da introdução à conclusão. A concepção de história como luta, o resgate da história dos oprimidos e a descrição dos mecanismos de dominação/resistência são formas de iluminar o objeto que permitem uma crítica historiográfica (teórico-metodológica) e política. Para Maroni, em 1978, os operários combateram com espontaneidade e criatividade a organização capitalista do processo de trabalho. Durante esse combate, constituíram formas de organização e resistência específicas, baseadas nas fábricas, distintas dos sindicatos/partidos, uma...

[...] análise *nominalista* e *apriorística* que procura confinar a luta operária – em particular a de maio – à esfera contratual, perde-se exatamente o que se buscava compreender: a especificidade da luta e das comissões de fábrica, suas ambiguidades marcadas pelas oscilações entre fragilidade e força, indeterminação e determinação, indefinição e definição. [...] Em suma, a análise nominalista e apriorística perde e oculta a dimensão mesma da luta – cuja lógica é a *convergência* de uma *multiplicidade de lutas* –; perde e oculta a emergência da história, enquanto contínua reposição do novo. (ibidem, p.16-17)

Para a autora, essa perda ou ocultação da dimensão da luta, por um lado, se deve às limitações impostas aos operários no processo produtivo, inclusive na União Soviética (URSS), e, por outro lado, provém da orientação definida desde o II Congresso Internacional

Comunista, ocorrido 1920, de que todas as organizações operárias deveriam se submeter aos partidos comunistas.

Dessa submissão resulta a falência da originalidade e da peculiaridade das lutas operárias internas à fábrica, particularmente dos conselhos operários. O protagonista da luta deixa de ser a classe. O partido político doravante assume o seu lugar. (ibidem, p.128)

Em nossa perspectiva, esse estudo demonstra muito bem a utilização de uma série de métodos de análise documental, conceitos, formas de escrita, enfim *práticas historiográficas* organizadas por meio de uma postura ético-política, que é aquela que denominamos como própria do intelectual *militante de base*, referente à “atmosfera utópica” dos anos 1980, em oposição ao intelectual *vanguardista* das décadas anteriores.

Algum tempo depois, em 1985 e por volta de cem quilômetros de distância, na USP, foi defendida a tese de Alcir Lenharo (1985) intitulada *Corpo e alma: mutações sombrias do poder no Brasil dos anos 30 e 40*, com orientação de Adalberto Marson e com emprego do pensamento de Foucault a partir dos textos *Microfísica do poder*, *La verdad y las formas jurídicas* e *A vontade de saber*; e também com uso de Thompson a partir do texto *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*.

Esse estudo explicita sua condição de possibilidade de existência: Lenharo admite, como demonstramos anteriormente, que até meados de 1970 os intelectuais e vários setores da sociedade entendiam que até 1930 o país era pré-moderno, sem classes sociais etc., e que o advento do Estado Novo estabeleceria, enfim, a sociedade capitalista no país. Para o autor, um dos efeitos dessa concepção é a interdição de se pensar as características fascistas presentes no Estado Novo, já que essa tendência assolava apenas os países de capitalismo avançado. Os estudos como de Decca, de Maroni, de Chauí etc. ajudaram a romper esse quadro analítico e possibilitar o empreendimento de Lenharo (1989, p.19-20).

Trata-se de um estudo das estratégias ou dos dispositivos de caráter fascista que operaram durante o Estado Novo, a saber: militarização da

nação e a sacralização da política. Essas estratégias organizam séries de práticas e discursos provenientes de diversas instituições sociais, com o objetivo de construir um povo ordeiro e produtivo. As noções que conduzem o autor ao longo de seu texto se destacam na seguinte passagem:

O poder manuseia dispositivos diversos tanto para o controle dos desejos dos indivíduos quanto para os desejos manifestos no campo social mais amplo. Os dispositivos bifurcam dessa maneira: “seja uma micropolítica que vise tanto os problemas individuais quanto os problemas sociais, seja uma macropolítica que vise os mesmos campos (indivíduo, família, problema de partido, de Estado)”. [...] O cruzamento de dispositivos da macro e micropolíticas é que permitem explicar como uma “química totalitária” envolve as estruturas do Estado, as estruturas institucionais político-partidárias e sindicais, as familiares e até mesmo as estruturas individuais. Nessa perspectiva, o fascismo pode ser localizado em condições larvares, não necessariamente cristalizado em fórmulas político-institucionais-nacionais. (ibidem, p.43-4)

Assim, o que é em geral denominado *pensamento diferencial* predomina no texto. Isso se expressa principalmente a partir do uso de textos de Félix Guattari e de Foucault, e com a utilização frequente de termos como estratégia, dispositivo, macro e micropolítica etc. para organizar os elementos descritos. Por exemplo, para Lenharo o Estado Novo, tal como o estado nazista de Hitler, soube utilizar muito bem o rádio como veículo difusor de sua propaganda, pela “constância de sua presença, a voz do poder insinua afetivamente suas mensagens, tornando-as persuasivas, familiares, facilitando em larga escala, a tarefa preventiva e repressora da máquina policial”. Ainda, tal como no nazismo, essas propagandas são esteticamente simples – por exemplo, organizadas como conversas cotidianas “para compreensão dos mais ignorantes” – e seu conteúdo procura reafirma a presença dos “sentimentos da massa” tanto na figura de Getúlio, quanto no projeto político do Estado Novo para a nação brasileira. Ao “atuar dessa maneira, o poder dissemina-se pelo social para obter um controle de caráter muito mais persuasivo do que diretamente repressivo” (ibidem, p.41-3).

Podemos compreender melhor outras afirmações presentes nesse estudo, por meio dos usos que o autor fez de Foucault e de Thompson. Ao discutir o que podemos denominar estratégia de militarização do corpo, Lenharo parte da perspectiva e do conteúdo presentes nos textos de Foucault do “eixo do poder”: “Já sabíamos, com Foucault, do corpo como superfície de inscrição dos acontecimentos, espaço experimental de conflitos e da coexistência da repressão e de incitamentos” (ibidem, p.75).

Daí, a partir das teses dos teóricos da educação física produzidas no período do Estado Novo, o autor descreve os pontos de articulação desse discurso com o estabelecimento das relações de poder no período estudado, a saber: “a moralização do corpo pelo exercício físico; o aprimoramento eugênico incorporado à raça; a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho” (ibidem, p.77-8). Assim, o exercício físico constante e disciplinado não só constituía um corpo sã, mas também um espírito alegre, honesto, obediente a si mesmo, desperto, enfim moralizado. Articulada a práticas eugênicas – que em geral não foram implementadas pelo Estado – a educação física propiciaria uma homogeneização do corpo do brasileiro ou uma “normalização da raça” e, conseqüentemente dentro dessa racionalidade, a constituição definitiva da Nação brasileira. Mais que isso, o exercício físico é associado ao desenvolvimento e defesa da pátria, uma vez que o indivíduo moldado desde criança no esporte será um bom trabalhador e soldado ou – em ocasiões de guerra ou necessidade da pátria – “um soldado do trabalho que não pode dispor livremente de si mesmo”, tal como aparece em discursos de nazista (Hitler) e comunistas (Trotsky). Esses discursos legitimaram e em grande parte se concretizaram por meio da Escola Nacional de Educação Física e Desportos moldada a partir da escola de educação física do Exército.

Lenharo prossegue demonstrando como discursos e práticas diversos, surgidos de diferentes instituições (Igreja, Ministério do Trabalho, instituições de ensino e de produção científica etc.), procuraram constituir um trabalhador adequado aos objetivos mais gerais do Estado Novo. Nesse ponto surge uma *apropriação* de Thompson muito rara para a época e significativa para nosso estudo, vejamos:

O tempo no capitalismo, diz Thompson, é o tempo integralmente utilizado, consumido e comercializado. A febre do trabalho que o consome, assevera Foucault, incrementa no capitalismo a cobiça pelo domínio do tempo, não apenas o tempo comprado no mercado de trabalho, mas também *o tempo de vida, o tempo de existência dos homens*. A fobia pela extração máxima do tempo induz à criação de dispositivos de controle do tempo fora do ato de trabalho. A sanção moral de quem vale pelo que faz e pelo que poderá fazer, constitui um poderoso instrumento psicológico de coerção e controle. As vilas operárias, nas quais a estratégia do olhar vigilante atuava incessantemente, parecem ter sido centros exemplares de higienização física e moral para o trabalho. Educação física nos estabelecimentos fabris pode também ter sido um ensaio de ampliação do controle sobre o domínio do tempo do trabalhador. (ibidem, p.93-4)

Para agregar elementos à sua descrição das relações de poder que envolvem a constituição do trabalhador brasileiro, Lenharo recorre simultaneamente às discussões de Thompson e de Foucault em um ponto particular em que essas convergem, a saber: na descrição dos processos de disciplinamento do trabalhador pela normatização do tempo e do espaço da produção e do seu corpo. O que o autor não revela nesse uso simultâneo é o ponto de *divergência*: como vimos, o primeiro explica o disciplinamento como expressão da *luta de classes* e o segundo, por um conjunto de táticas difusas perpassadas por estratégias vitoriosas. O que permite esse “ocultamento” da *divergência* e a manutenção da coerência de seu argumento é um *uso específico* dos textos desses intelectuais, uma vez que Lenharo opera nesse trecho uma *apropriação* como fonte secundária. Isto é, recupera dos textos de Thompson e de Foucault apenas as descrições de um conjunto de práticas e de formas de pensar que ocorreram em uma determinada época, não existe ressonância teórico-metodológica.

A passagem citada antes, por um lado, encerra a presença de Thompson no texto, e, por outro lado, é apenas uma amostra da presença de Foucault no estudo. Lenharo desenvolve um capítulo inteiro – denominado “Preconceitos de sangue” – por meio de uma discussão com o último capítulo de *A vontade de saber* – denominado

“Direito de morte e poder sobre a vida” – que discorre sobre a temática da “biopolítica”, do “biopoder”. Entendemos que, sobretudo no capítulo “Preconceitos de sangue”, Lenharo, ao mesmo tempo, adota uma postura teórico-metodológica similar à de Foucault, retoma as descrições do filósofo francês como fonte secundária e hipótese explicativa para suas pesquisas empíricas e, enfim, procura avançar na descrição de outras facetas – ou jogos discursivos – que podemos reunir sobre o nome de “biopolítica” que não estão presentes em Foucault. Vejamos dois exemplos de como essas características da *apropriação* se expressam ao longo do referido capítulo.

Primeiro, Lenharo retoma a discussão da passagem entre “regime de sanguinidade”, em que o sexo é regido pela lei (pode ou não pode) externa a si mesmo, e “regime de sexualidade”, em que o sexo é regido pela norma (como fazer) supostamente intrínseca a si mesmo (ao próprio sexo). No ponto de transição entre esses regimes encontramos o racismo nazista, que normatizando o sexo para produzir um sangue puro. Entretanto, o que interessa ao autor nessa discussão de Foucault é um ponto muito peculiar (e talvez não ratificado pelo filósofo): a dimensão simbólica própria do regime de sanguinidade operando em um dispositivo da sexualidade:

De volta à afirmação de Foucault sobre a passagem do poder sobre a morte para o poder sobre a vida, insistimos sobre a dimensão simbólica que o sangue e o corpo (e, portanto, sexualidade) continuam a exercer enquanto mecanismo de poder. Foucault mesmo sublinha como a temática do sangue tem alimentado a conformação de certo tipo de poder político exercido através dos dispositivos de sexualidade. Própria questão do racismo que extravasa em muito o âmbito do nazismo, impregna a constituição do poder de modo a vincar profundamente o corpo social: “toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida quotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça [citação de Foucault]”. (ibidem, p.111-12)

Daí o autor argumenta, por exemplo, que Vargas reiteradamente utilizou o simbolismo da sexualidade e do sangue para reafirmar a relação intrínseca entre o cidadão e a pátria. Ou, ainda, descreve como o simbolismo do sangue puro reorganiza as práticas de imigração de europeus para o branqueamento do país, justificada por uma diversidade de discursos jornalísticos, políticos, médicos, antropológicos, econômicos etc. (ibidem, p.111-14).

Nessa linha argumentativa surge outro exemplo de *uso* de Foucault, Lenharo desenvolve o estudo, avançando a argumentação do filósofo sobre o racismo fascista: para Lenharo o racismo do Estado Novo difere do racismo do século XIX, considerando que aquele “nasce” em um jogo discursivo diverso do “nascimento” deste:

Convém sublinhar o fato de que é ausente nos textos oficiais a visão expressa do judeu como tipo racial degenerado e portador de degenerescência racial. Segundo comentário de Foucault, já no século XIX aparecia uma biologia de tipo racista centrada sobre a concepção de degenerescência e que tomava o judeu como seu exemplo vivo. [...]

Numa primeira aproximação, pode-se lembrar o fato de que os textos oficiais – como no caso de possíveis similaridades com o fascismo italiano – tratam de afastar qualquer parentesco de forma e conteúdo e zelam também por não manter qualquer vínculo racista com a ideologia nazista. Chamamos também a atenção para uma relação semelhante: devido ao pronunciamento anti-semítico dos integralistas, é provável que o discurso interno ao Estado Novo tencionasse marcar distância e diferença em relação a eles. Uma terceira aproximação remete, entretanto, para o revolvimento do mito das três raças no qual o “problema” judeu não é colocado centralmente. Como veremos a seguir, o negro, “problema” não resolvido, e o japonês, o “novo problema”, a checar o triângulo das três raças, tornam-se alvo das discussões e dos ataques racistas mais fortes. (ibidem, p.118)

É possível afirmar que Lenharo faz uma *apropriação* de “conteúdo” (usa como hipótese explicativa para testar suas fontes, utiliza como fonte secundária e faz uso da mesma terminologia) dos livros de Foucault e do texto de Thompson. É possível afirmar também que esse historiador formado no Departamento de História da USP se afastou

da matriz geral do pensamento intelectual brasileiro, aproximando-se daquela presente na arqui-genealogia de Foucault. Porém, não procurou afirmar a partir do filósofo francês, do historiador inglês ou de qualquer outra referência uma perspectiva teórico-metodológica. Sua ex-aluna, Regina Horta Duarte (2001, p.26), explica essa perspectiva referindo-se a um curso ministrado por Lenharo, cinco anos depois da defesa de sua tese:

Desejo expor aqui questões abordadas e horizontes abertos por Alcir Lenharo em um curso de Teoria da História, ministrado no programa de pós-graduação do Departamento de História da UNICAMP, em 1990. Corajosamente, o professor propôs a seus alunos o que tantos historiadores recusaram: investir em uma interrogação filosófica. Não se retornava, entretanto, à tradição construtora da cultura ocidental como cultura da razão. A direção percorrida conduzia a um encontro com outras matrizes do pensar filosófico, que rompiam com dois dos pilares básicos da teoria platônica. Em primeiro lugar, na resposta à interrogação filosófica fundante – *o que é* – à qual Platão respondeu com suas reflexões sobre o sentido de *ser*, uma outra vertente filosófica opôs o *vir a ser* ou o *devenir*. Em segundo lugar, lançou o desafio de apreender a multiplicidade como não remissível à unidade – diferentemente das ideias platônicas de pluralidade ordenada e de unidade participada.

Nesse sentido, podemos dizer que em um movimento único para sua época, Lenharo faz uso de Thompson – e de outros autores marxistas e freudo-marxistas – para agregar valor explicativo para seu estudo em que predomina uma perspectiva teórico-metodológica também presente em Foucault, Guattari, Deleuze etc. Talvez o leitor não concorde com esse estatuto singular que atribuímos a esse estudo, afinal é verdade que nossa leitura não é unânime. Como mencionou o próprio autor, na época seu estudo foi percebido como “um ensaio abrangente sobre o pensamento e a prática autoritários no Brasil contemporâneo”, o que remeteria ao universo marxista de análise dos mecanismos de dominação e de resistência como aparece, por exemplo, em Thompson. Ao contrário, ratificando nossa leitura, o próprio autor...

Queria ter deixado claro que o fascismo não é palavrão, não se atém ao domínio do institucional, como não se transfigura apenas em aspectos negativos. O(s) fascismo(s) é dinâmico e apresenta sempre caras novas: pode, evidentemente, mostrar-se de maneira clássica, quando assassina impunemente líderes camponeses, ou exige a pena de morte como medida de solução para problemas sociais; mas pode também travestir-se do “novo” do “moderno”, unir forças sociais díspares, apresentar-se como “salvador de todos”, com força de sedução a ponto de associar forças tradicionalmente conservadoras ao “sindicalismo de resultado”; ou então, viver do passado, e como na ditadura do Estado Novo, dizer aos trabalhadores que eles não têm força própria para se defender e, portanto, precisam de um caudilho condutor que o faça. *Mais ainda: é grave pois constatar que matrizes fascistas apoiadas no preconceito, na intolerância, na violência, na irracionalidade, não se confinam a pessoas, partidos ou instituições; podem estar presentes em qualquer lugar da sociedade, formulando ideias, desejos, iniciativas voltadas contra os interesses da liberdade e de democracia.* (Lenharo, 1989, p.208, grifo nosso)

Nossa discussão continua em outro *lugar*, agora a partir de uma tese que ajudou a consolidar a noção de *luta de classes* no “pré” e no “pós” 1930, bem como demonstrar a capacidade e as formas de resistência dos trabalhadores brasileiros durante todo o período. Isto é, ajudou a consolidar a condição de possibilidade da tese de Lenharo, contudo não compartilha a mesma perspectiva.

Apesar de não possuir vínculo com uma instituição de produção historiográfica, optamos por incluir como obra/fonte a tese *A invenção do trabalhismo* de Ângela de Castro Gomes, defendida em 1987 no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj). Além de Gomes (1987) possuir graduação em história pela UFF e ser amplamente reconhecida como historiadora, essa tese se tornou referência basilar para “historiadores de ofício”.

Nessa, a autora estudou diversas propostas de participação política, concretizadas ou não, expostas por diferentes atores, desde o início do século XX até 1945. As ações e os discursos dos anarquistas, dos comunistas, dos amarelos, dos diferentes Ministérios, do patronato etc. são detalhadamente descritas e analisadas ao longo das duas partes ou oito

capítulos do estudo; sempre procurando demonstrar os embates e os consequentes reajustes, derrotas ou vitórias dessas diferentes propostas.

Na nossa perspectiva, o capítulo 4 (“A lógica do “quem tem ofício, tem benefício”) contém o ponto fundamental do estudo. Neste, em síntese do que havia discutido, a autora afirmou:

Durante toda a Primeira República, e mesmo nos primeiros anos do pós-30, o que se pôde observar foi a presença constante e significativa de propostas de participação política e de organização associativa lideradas pelos trabalhadores. Embora crescentemente reprimidas, estas propostas encontravam espaços no movimento sindical e mesmo na sociedade em geral, funcionando como interlocutoras de fundo para certos setores das elites governamentais. (Gomes, 1987, p.288-9)

Até os primeiros anos do pós-30 existia a possibilidade do confronto entre diversas propostas de identidade e organização da classe trabalhadora, inclusive dentro do próprio Ministério do Trabalho. Em 1934/1935, com a questão da segurança nacional – que transformou o Partido Comunista em um inimigo objetivo – e a escolha de Agamenon Magalhães para o Ministério do Trabalho, foram fechados os canais para embate de propostas políticas concorrentes e o espaço das lutas sindicais. Daí emerge o que ainda vai ser explicado no texto, isto é, a formação e instituição da proposta “trabalhista” dentro dos “novos” limites temporais demarcados pela autora:

Foi justamente no bojo desta nova situação política, que anunciava a necessidade de reorientação nos rumos do Estado Novo, que o projeto “trabalhista” passou a ser efetivamente difundido e implementado. Este projeto não foi, portanto, uma decorrência imediata do momento repressivo de combate ao comunismo. Por outro lado, também não foi uma invenção simultânea à orientação política de sancionar e fiscalizar o cumprimento de leis que regulamentassem o mercado de trabalho [ocorrida imediatamente após a Revolução de 30]. O projeto “trabalhista” foi cronologicamente posterior a estes dois acontecimentos políticos, mas manteve com eles laços de inteligibilidade muito fortes. (ibidem p.292)

Nesse sentido, Gomes procura adequar – já que não admite ou afasta *in totum* – a afirmação de que o Estado pós-30 cooptou com benesses utilitaristas a classe trabalhadora, tornando-a amplamente dócil e massa de manobra para os seus interesses (ibidem p.292-3) – argumento basilar para a já referida noção “tradicional” de populismo. Para a autora, corrigindo essa afirmação, o pacto “trabalhista” tem tanto um aspecto material (referente à garantia dos direitos sociais) quanto um aspecto simbólico constituído também pela própria classe trabalhadora; além disso, é um pacto de “mão dupla”:

Esta lógica material [garantia dos direitos sociais], essencial para a construção de um pacto social, só começou a produzir os significativos resultados a ela imputados no pós-42. A partir daí ela combinou-se com a lógica simbólica do discurso trabalhista, que ressignificando a “palavra operária” construída ao longo da Primeira República, apresentava os benefícios sociais não como uma conquista ou uma reparação, mas como um ato de generosidade que envolvia reciprocidade. Nesta perspectiva, o Estado não era visto apenas como produtor de bens materiais, mas como produtor de um discurso que tomava elementos-chaves da autoimagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições desta classe, redimensionando-os em outro contexto. A classe trabalhadora, por conseguinte, só “obedecia” se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, nesse sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento gerador e integrador de todo o pacto. (ibidem, p.296-7)

De uma forma sintética pode-se dizer que o principal objetivo visado era o estreitamento dos laços entre Estado e movimento operário, via representação sindical. Esta ligação mais forte comportava, entretanto, dimensões contraditórias. De um lado, almejava-se um maior controle do Ministério sobre o movimento sindical, mas de outro, necessitava-se que este movimento fosse significativamente representativo no meio do operariado. Ou seja, não se buscava apenas o mero controle, mas adesão e a mobilização, o

que só é possível através de procedimentos mais participativos e capazes de gerar certa dose de representatividade real. (ibidem, p.309)

Para constituir essa outra perspectiva interpretativa do “trabalhismo” que opera um deslocamento temporal e a inclusão dos aspectos simbólicos e da relação recíproca, Gomes utiliza as reflexões de diversos intelectuais, principalmente de Marshal Sahlins, de William H. Sewell Jr. e de Thompson – a partir dos textos *The making of the English Working Class* e *The moral economy of the English crowd in the eighteenth century*. Deste último autor, o de nosso interesse neste estudo, três pressupostos correlatos são fundamentais para Gomes.

Primeiro, a crítica aos “modelos formais”, que conduz para a noção de classe como “coisa” e de consciência como falsa ou verdadeira (cf. ibidem, p.XV-XVI, 563-4). Isso impede a autora de assumir uma postura classificatória como caracterizar a política brasileira no pós-30 como “populista” e atribuir uma falsa (ou imatura) consciência à classe trabalhadora. Ao contrário, a autora assume uma postura de descrição e análise das diversas propostas políticas e de seus embates, da experiência e das relações estabelecidas entre os diferentes atores, pois, como em Thompson...

[...] só se pode entender uma classe como uma formação social e cultural que se constrói tanto a partir das experiências dos trabalhadores no processo de produção quanto a partir de suas tradições intelectuais, de seus modelos de relacionamento social e de seus padrões de organização política e profissional. (ibidem, p.XIV)

Por isso, também, Gomes pode perceber a “mão dupla” do pacto “trabalhista”.

A citação anterior nos remete ao segundo ponto *apropriado* do historiador inglês, o imbricamento entre aspectos econômicos, políticos e culturais (ibidem, p.XII-XIII, XVIII, 563-4). Nesse sentido, é necessária “a superação de uma lógica utilitarista” (ibidem, p.XIX) nas análises historiográficas, ou seja, o que movimenta os homens e mulheres não são apenas os interesses econômicos, mas também

os simbólicos. Por isso, também, a autora esteve atenta às questões simbólicas do pacto “trabalhista”.

Finalmente, o terceiro ponto se refere ao pressuposto da constituição histórica e geográfica das identidades sociais, ou seja, são as vivências ou as experiências comuns que ao longo de um processo são materializadas em valores, comportamentos e instituições estabelecendo, enfim uma identidade coletiva. Por isso, também, Gomes estabelece uma delimitação cronológica tão ampla, em que é possível visualizar *como* o corporativismo (como estrutura sindicalista) e o trabalhismo (como ideologia política) tornam-se importantes elementos da identidade da classe trabalhadora brasileira, permanentes em parte até os dias atuais (ibidem, p.XIII-XIV, 569).

Em 1989, Jorge Luiz Ferreira, com orientação de Rachel Soihet, defendeu no Departamento de História da UFF sua dissertação de mestrado intitulada *Trabalhadores do Brasil* (Ferreira, 1989). Esse estudo aprofunda algumas particularidades da análise de Gomes, uma vez que é um estudo da cultura política dos trabalhadores brasileiros entre 1930 e 1945 que recusa a noção “tradicional” de populismo.

O autor considera que no período estudado se estabeleceu uma relação entre Estado e trabalhadores que permitia certas formas de resistência política desconsideradas pelas análises mais formais como escrever cartas diretamente ao presidente; essas cartas, aliás, são a fonte principal do estudo. Nas palavras de Ferreira:

Os trabalhadores nos anos 30/40 podem ter aceitado o projeto político estatal, consentido na implementação de formas autoritárias de poder, e mesmo ter depositado sua confiança naquilo que os “de cima” diziam. Entretanto, a aceitação de determinadas formas de poder não impedia os trabalhadores de identificarem seus problemas de classe, de apontarem as soluções que convinham a seus interesses e de lutarem por elas. Dentro dos padrões políticos e culturais da época, as pessoas comuns davam novos e diferentes significados aos códigos, normas e valores autoritários e, de acordo com suas experiências, procuravam redirecioná-los em seu próprio benefício ao mesmo tempo que omitiam as regras excludentes e autoritárias. Ao fazerem a leitura do discurso hegemônico dessa forma, abriam

brechas no aparato político autoritário e procuravam saídas alternativas eram bastante escassas. (ibidem p.152-3)

Para fundamentar essa postura o autor recorre aos textos *A formação da classe operária inglesa* e *Tradición, revuelta y conciencia de clase* de Thompson, especificamente a noção de *hegemonia cultural* do historiador inglês – ao lado da noção de *circularidade* de Ginzburg. Primeiro, se posiciona contra uma historiografia “ainda muito em voga”, citando explicitamente os estudos de Francisco Weffort – e a referida tese de “Estado de compromisso” –, que classifica uma sociedade como paternalista ou populista e não explica seu funcionamento, suas relações reais. Segundo, considera essa uma postura de uma “história vista de cima”, portanto reducionista, parcial etc. (ibidem, p.15-17). Terceiro, conforme Ferreira, Thompson resolveria o problema ao analisar a ação, as ideias da população e seus significados a luz da noção – reformada de Gramsci – de “hegemonia”, uma vez que esta “não impede as pessoas de defenderem seus interesses, de buscarem saídas alternativas, de procurarem brechas nas regulamentações autoritárias e de perceberem os limites impostos”, (ibidem, p.37) apesar de incapazes de imporem um projeto político hegemônico próprio. E, quarto, são exatamente esses “projetos alternativos e recusas formuladas pelos trabalhadores [que] apontam para um espaço próprio e específico de cultura [política] popular” (ibidem, p.143).

Um bom exemplo da aplicação desses pressupostos é a análise que Ferreira faz da carta de “Henrique Marques e sua esposa Florita” para “Vargas e esposa”. Nessa carta, o primeiro casal enaltece o bom governo de Vargas, porém reclama da situação da sua situação de miséria apesar das habilidades profissionais (marinheiro de alfândega, motorista, inteligente, lutador etc.) e esforço do marido; enfim, pedem um “emprego em qualquer parte do Brasil”. Após a exposição da carta, Ferreira argumenta que em uma análise “tradicional” essa seria a confirmação do “populismo”, pois, apesar de sua “situação real”, o casal aceita e enaltece o sistema de governo. Ao contrário, Ferreira – recorrendo a Marx, Gramsci, Thompson e Gomes – entende que o casal, na verdade, exige seus direitos pelos meios cabíveis:

Quando escreve a Vargas, Henrique estabelece uma discussão com o poder, responde, refutando, confirmando, antecipando respostas, procurando apoio, tecendo, dessa forma, todo um argumento para conseguir o emprego. A carta de Henrique ilustra como a ideologia, enquanto fenômeno social, pode ser plurifuncional: a mesma linguagem que aceita uma realidade, possibilita um empreendimento. [...] Nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que Henrique demonstra aceitar um determinado estado de coisas, deixa escapar uma contradição no projeto político estatal: um homem com plena capacidade física e intelectual encontra-se com sua família na mais abjeta miséria, sem os mais elementares direitos sociais – sem falar nos políticos. No argumento que Henrique constrói, há toda uma lógica de aceitação articulada a uma cobrança daquilo que o projeto estatal procurava oferecer. Considerar os dizeres de Henrique “ilegítimos”, por pertencer à classe trabalhadora, ou simplesmente, considerá-lo “alienado”, é atitude pouco proveitosa. (ibidem, p.19)

Essa análise da carta de Henrique é também uma boa amostra do método e da forma de *escrita* de Ferreira, a saber. A exposição de um depoimento/fonte seguida de uma interpretação das ações da forma de pensar, dos significados etc. contidos naquele indício. Em suma, trata-se de um bom exemplo do método hermenêutico e de escrita “cerrada entre as fontes” também praticadas por Thompson – e podemos acrescentar Ginzburg.

Desse modo, fica evidente a importância das reflexões de Thompson no estudo de Ferreira. Porém, entre os estudos desse eixo temático, é no de Sidney José Munhoz que mais encontramos ressonâncias do pensamento do historiador inglês. Estamos nos referindo à dissertação de mestrado intitulada *A ordem do caos versus o acaso da ordem*, defendida em 1989, na Unicamp, sob orientação de Michael McDonald Hall (Munhoz, 1989).

Munhoz estudou os distúrbios (ações de saque e quebra-quebras) ocorridos na Grande São Paulo ao longo do ano 1983, particularmente os de abril, procurando responder, em suma, as seguintes questões: Por que esse tipo de movimento (não organizado ou espontâneo) é pouco estudado e frequentemente aviltado? Qual o seu significado? E como é legitimado moralmente pelos seus participantes? Para responder essas

questões Munhoz recorreu aos instrumentos teórico-metodológicos constituídos pela Nova Esquerda inglesa, especialmente os expostos nos textos *A formação da classe operária inglesa, Tradición, revuelta y conciencia de clase* e *Patrician society, plebeian culture*.

Todos os pressupostos teóricos de Thompson são retomados: De *simultaneidade das atividades humanas*, uma vez que “é impossível decodificar este processo [de constituição dos distúrbios] apenas a partir de análises de determinações econômicas”. De *história como luta de classes*, uma vez que acredita que os quebra-quebras fazem parte da *luta de classes*; evidentemente, com essa afirmação Munhoz não pretende, “em hipótese alguma, negar a existência da luta de classes, mas ao contrário, objetivamos resgatá-la em suas múltiplas formas possíveis de manifestação”. E, enfim, de *classe como categoria histórica* e constituída na *experiência*. Portanto, o “fazer-se das classes sociais deve ser concebido a partir das trajetórias de lutas reais e concretas levadas por homens e mulheres que, nas suas experiências, estabelecem identidades e antagonismos, percebendo-se enquanto sujeitos de um ou outro coletivo social, através da luta pela satisfação de suas necessidades” (ibidem, p.9-10).

Além disso, Munhoz utiliza o conceito de *economia moral da multidão*, específico de Thompson (cf. ibidem, p.16), e verifica se a análise sobre a sociedade inglesa feita pelo historiador se ajusta aos distúrbios de abril de 1984:

Enquanto um movimento caracterizado pela ação de multidões, os distúrbios dificultam a identificação de seus participantes. Isto coloca para o Estado a impossibilidade de punir todos os infratores. Neste caso ocorreu aquilo que Thompson denominou de contracenação entre dominados e dominantes. Os primeiros encenaram através de sua ação, muito além do que na realidade poderiam concretizar enquanto que, os segundos, através da repressão, demonstravam punir além de suas possibilidades. (ibidem, p.116)

Agora, conhecendo as *práticas historiográficas* utilizadas pelo autor, podemos compreender melhor suas respostas às referidas perguntas. Para o autor, as manifestações “não organizadas” são frequentemente

desconsideradas por causa das chaves de leitura autoritárias e preconceituosas predominantes sobre o tema:

Curiosamente a ação direta das classes populares, faz com que defensores, reformistas e arraigados oponentes do sistema capitalista sintam-se ameaçados. Os primeiros e segundos pela possibilidade de um acirramento dos conflitos sociais e os últimos por verem estas ações como desvios de suas análises teóricas rigidamente pré-estabelecidas, fugindo de seu controle. Sua questão fundamental é: O que fazer com um movimento levado à frente pelas classes que “historicamente” precisam da direção da vanguarda revolucionária (e aí, cada agrupamento de esquerda se julga o único revolucionário, enquanto os outros são ou traidores, ou péssimos interpretes de Marx), que insiste em agir a esmo, sem a sua competente direção (que em diversos momentos é retumbantemente recusada pela multidão) e, portanto, sem o encaminhamento adequado para a superação da sociedade capitalista? (ibidem, p.101-2)

A crítica de Munhoz se dirige a todos os atores sociais: pessoas comuns, líderes políticos e especialmente aos intelectuais. O problema para o autor é o “marxismo ortodoxo”, “oficial”, “científico” ou, como preferimos denominar, *formalista*, que questiona a efetividade desse tipo de manifestação, exatamente em razão da sua desorganização e ausência de projeto político formalizado. Para o autor, esse tipo de análise, que também é a de muitos historiadores, codifica e direciona exacerbadamente os conflitos sociais. Ao contrário, Munhoz, bem como Thompson procuram fazer transparecer esses conflitos em suas múltiplas formas, ainda que o sentido profundo que conduz essas múltiplas formas seja o da *luta de classes* (ibidem, p.4-5, 16-17, 100-2, 106, 109-14, 140 (nota 8) *passim*.⁵⁸

A postura do autor e as ferramentas de análise que utiliza possibilitam ao mesmo tempo evitar a codificação “exacerbada” e restabelecer aquele sentido profundo que ultrapassa os significados estabelecidos pelos próprios autores do distúrbio.

58 Temos aqui muito claramente o já referido conflito entre uma história de tipo dialética e outra da luta de raças.

A “não codificação” impõe a necessidade de resgatar a perspectiva dos atores envolvidos. Daí, Munhoz procurou entender as ações e principalmente o que as legitimava, temos então a utilização do conceito de “economia moral da multidão”. Pois a “privação dos gêneros básicos” não garante por si só os distúrbios e muito menos sua “forma”; foi preciso “uma economia moral, fundamentada inclusive em pressupostos religiosos, [que] possibilitou a justificativa e o reconhecimento do saque como uma prática lícita, no universo moral de seus atores” (ibidem, p.98-9, 115).

Em relação ao sentido profundo que parece ultrapassar a percepção imediata dos *atores*, Munhoz afirmou:

Os distúrbios urbanos de abril trazem em si a recusa na aceitação da continuidade da miséria na qual vivem as camadas superexploradas da população. Mais do que isto, podemos perceber no ataque a prédios públicos e nas escaramuçadas com o aparato policial, um questionamento ao próprio poder de estado. Entendemos, também, na medida em que num primeiro momento buscou-se o diálogo com o Governador do Estado, que o que se estava questionando era o Governo Federal e a ordem por este imposta. (ibidem, p.108)

A “forma” do movimento (saques e quebra-quebras) se explica, por um lado, pela falta crônica de vias democráticas de comunicação entre população e governo brasileiro, e, por outro lado, são práticas respaldadas pela cultura popular (ibidem, p.8-99). Ainda, os distúrbios – para além das conquistas utilitárias mais imediatas – teriam funcionado como um indicador de possibilidades, inclusive das “diretas já”. Assim, os distúrbios de abril de 1983 são explicados como uma das formas de manifestação da *luta de classes*.

Ainda em 1989, foi defendida no Departamento de História da UFPR a dissertação de mestrado intitulada *No jogo eleitoral, as artimanhas da política*, de Francisco Moraes Paz, com orientação de Ana Maria de Oliveira Burmester (Paz, 1989). Nesse estudo temos a utilização simultânea de Foucault, com os textos *El orden del discurso*, *Microfísica do poder* e *As palavras e as coisas*; e de Thompson, com o

texto *A miséria da teoria*. Trata-se de uma pesquisa sobre as eleições municipais de Curitiba, no ano de 1988, privilegiando a análise das organizações partidárias “como as expressões mais aparentes de uma essência mais ampla” que é a cultura política de uma sociedade. Nesse ponto, o autor encontra o pensamento de Foucault:

Relembrando Foucault, temos que a parte emersa de um iceberg tão somente reproduz aquilo que está submerso... Se duvidamos dessa parte é porque não conhecemos aquela. Ou, o que nos parece pior, porque negamo-nos às evidências da própria história... (ibidem, p.9)

A noção de que algo que está evidente reproduz algo que está ausente deriva de uma concepção teórico-metodológica hermenêutica. Ora, essa concepção foi alvo de crítica do filósofo francês durante toda a sua carreira; entretanto, Paz parece utilizar Foucault para reafirmá-la. Vejamos como...

Mais adiante, Paz recorre novamente ao filósofo francês, especificamente às suas descrições sobre os mecanismos de dominação, o “disciplinamento industrial”; juntamente com as análises de Thompson sobre a “resistência e a cultura operária”; seu intuito é pensar o movimento da história em termos menos mecânicos do que as contradições entre forças produtivas, relações sociais de produção, superestrutura etc. Pois...

De Foucault temos, entre outros, os estudos sobre as manifestações capilares do poder, isto é, das relações de poder que sustentam o edifício social. Thompson, por sua vez, não poupa críticas aos reducionismos causados pela vulgata althusseriana sobre luta de classes, sobre o “motor da história”. Tornando-os, no conjunto, vemos emergir uma nova compreensão das práticas cotidianas, das formas de resistência e das utopias sociais. (ibidem, p.20)

No estudo de Paz temos a utilização daquilo que conceituamos como pontos de *aproximação* entre Thompson e Foucault, ou seja, a noção de *história como luta* e de *poder como relação*. Essa bricolagem

de reflexões de Thompson e de Foucault – também de Roland Barthes e de Paul Veyne – serve para Paz estabelecer a dinâmica do discurso político no Brasil, afirmando que ao longo do tempo esse discurso instituiu “marcos históricos” e representações das épocas que devem, dependendo do sujeito que fala, ser recuperadas ou esquecidas:

A periodização encerra, assim, a armadilha da história, a artimanha da política. É pela argumentação que o discurso instituiu uma determinada representação da política, capaz de anular outras alternativas. É na economia de discursos que se produzem os efeitos de verdade que se asseguram as marcas do instituído. A estratégia dos recortes anula os elementos de contradição e a possibilidade de outras alternativas políticas. Nesse sentido a República e as Revoluções de 30 e 64 são exemplares. Ao reconstituírem a imagem do período anterior fundamentam a legitimidade do presente pela representação do passado...

A república se autorrepresenta numa ideia de Império; a Revolução de 30, na de República Velha; a Revolução de 64, na de República Nova. Ao mesmo tempo, apostam na ideia do tempo novo que, enquanto tal, é singular. O Estado Novo expressa a noção que o antigo era ruim, insuficiente, incapaz; portanto, diz-se novo. A Nova República, *idem*. Vê-se aqui, por exemplo, que o novo zera a história ao mesmo tempo que anistia o passado. Aprender, historicamente, a política implica superar a dicotomia essência/aparência, a ideia de que há um lugar do real que se oculta nas representações. O real é a própria representação. O real se constrói. A história só existe na produção dos discursos de verdade e, tanto a parte oculta do discurso quanto a da prática – na metáfora do iceberg – são inseparáveis da sua parte emersa. (*ibidem*, p.114-15)

Paz entende, portanto, que os discursos portam representações que constroem o real, que são o real, não existindo, assim, naturezas distintas entre um e outro. Isso lhe permite empreender um estudo da *luta de representações* políticas. Em um momento em que as *práticas* da Nova História Cultural e a presença de Chartier no Brasil ainda eram muito tênues, curiosamente por meio da crítica de Foucault à hermenêutica e a noção de *história como luta*, Paz produz uma história do “mundo como representação”.

Enfim, nesse empreendimento surge uma história do discurso político brasileiro desde o Império até as eleições de 1988 em Curitiba:

As eleições municipais de 1988 exemplificam esses comentários. Os partidos chegaram a ser tomados como se não existissem e, junto aos candidatos, foram submetidos às práticas totalitárias de uma propaganda (de consumo). Elas desligaram do presente para lembrar ao eleitor das ameaças do futuro, pela volta dos homens do passado; ou para dizer que somente fará (futuro) aquele que já o fez (passado).

Os discursos apostaram, invariavelmente, na ideia de construção de um tempo novo, mesmo que para isso fosse preciso romper (com o governo do PMDB) para garantir a permanência (a de Curitiba como uma cidade feliz). O jogo eleitoral encerra, pois, as artimanhas da política. Ao mesmo tempo, no jogo da política, não estão as artimanhas da história? (ibidem, p.120-1)

Seu objeto é mais um exemplo de uma longa história, de uma história que é a nossa! Parafraseando Certeau, a atualidade do autor é urdida na sua *escrita* historiográfica; entretanto, antes foi seu *lugar* que permitiu essa *escrita* específica.

A postura ético-política: a produção histórica de si mesmo

Considerando o que discutimos até agora e alguns outros temas desse eixo temático,⁵⁹ podemos afirmar que desde meados da década de 1970 os historiadores brasileiros utilizam outro arsenal de *práticas historiográficas* para analisar a história de escravos, trabalhadores livres,

59 Cf. Margaret Marchiori Bakos (1986, tese de doutorado); José Luis Bendicho Beired (1989, dissertação de mestrado); Maria Luiza Tucci Carneiro (1987, tese de doutorado); Eliane Regina de Freitas Dutra (1990, tese de doutorado); Zilda Marcia Gricoli Iokoi (1990, tese de doutorado); Alvaro Tenca (1987, dissertação de mestrado); Maria José Trevisan (1982, dissertação de mestrado); Monclar Eduardo Góes de Lima Valverde (1986, dissertação de mestrado); Marly de Almeida Gomes Vianna (1990, tese de doutorado); Evantina Pereira Vieira (1985, tese de doutorado).

anarquistas, comunistas, operários, agricultores, enfim, do grande número de explorados do Brasil. Thompson ou, de forma mais geral, o “materialismo histórico e cultural” foi o grande fornecedor de métodos de análise documental, formas de escrita, conceitos, concepção de história etc. para essa outra forma de olhar.

O pensamento de Foucault serviu para reforçar teoricamente dois princípios, a saber: *história como luta e poder como relação*. Além disso, seus textos foram utilizados como “fontes secundárias”, suas descrições sobre certas práticas e processos ocorridos na Europa – apresentados principalmente na terceira parte de *Vigiar e punir*⁶⁰ – foram retomadas como uma espécie de “hipótese explicativa” para a história do Brasil. É importante notar que em nossa perspectiva essa operação é legítima, uma vez que nos fez pensar outras questões; entretanto, não podemos deixar de assinalar que foi uma colocação dessas descrições em outra lógica ou filosofia, a saber: do sujeito ou da analítica da finitude.

O que queremos destacar agora é que essas *práticas historiográficas* foram imbricadas com outra coisa, importante para organizá-las e produzir um *sentido* para os textos e, conseqüentemente, para a história. Essa outra coisa é o que denominamos postura ético-política. Como já nos referimos anteriormente, Certeau em sua análise da *operação historiográfica* afirmou que a *escrita* reorganiza as *práticas* historiográficas, “ocultando” que essas principiam no presente e que estabelecem um sentido – do passado para o presente – para a história.

Propomos, então, uma tese complementar a essa de Certeau: sem dúvida é *na* escrita que se produz o sentido, entretanto a *escrita* é uma ferramenta. Procuramos demonstrar que nela pode predominar mais a narrativa (sincrônica ou sintética), a descrição ou a lógica, pode ser permeada por citações ou dados quantitativos etc.; com essas técnicas o historiador produz um sentido que está profundamente vinculado à sua postura ético-política.

Procuramos demonstrar que por volta de 1980 emergiu uma “atmosfera utópica” que afirmou a necessidade e a possibilidade da

60 Nessa parte Foucault descreve o dispositivo disciplinar em três capítulos: “Os corpos dóceis”, “Os recursos para o bom adestramento” e “O panoptismo”.

constituição de uma sociedade brasileira mais democrática, e a transformação na sociedade se vinculou a uma necessidade de “renovação” historiográfica. Isso favoreceu o surgimento da postura do intelectual *militante de base*, aquele que denuncia as formas (mecanismos, estratégias etc.) de dominação e resgata as formas de resistência, em oposição ao intelectual *vanguardista* que predominava no período anterior, ou seja, aquele que se considerava acima das “ideologias”, portanto capaz de explicar e, em alguns casos, conduzir a sociedade.

Na nossa perspectiva, o surgimento dessa outra postura favoreceu o direcionamento dos textos historiográficos aqui estudados. Por exemplo: influenciou no resgate das práticas e das formas de pensar dos escravos, bem como na sua valorização no conjunto das relações socioculturais do Brasil Colônia e Império e no próprio ato da abolição. Da mesma forma, na valorização das lutas dos libertários (anarquista) no momento da constituição do “capitalismo brasileiro” ou, ainda, no interesse pelas diversas formas (cartas moralizantes, quebra-quebras, saques, sindicatos trabalhistas, CEB etc.) de o trabalhador brasileiro conquistar direitos em momentos que nossa organização política (quase) não possuía vias formais de participação democrática.

Talvez por tratar de temas temporalmente muito próximos, o eixo temático que agora discutimos foi pródigo em demonstrar as relações entre a produção historiográfica, o seu *lugar* e a preocupação de intervenção no presente. Como vimos, o texto de Maroni resgata a ação das comissões de fábrica das greves de 1978 para pensar problemas da sua atualidade. É importante notar que, em uma autoavaliação publicada em 2006, a autora destaca o “peso” de suas preocupações na referida pesquisa:

Nas entrevistas feitas, as palavras eram dos outros, dos meus entrevistados, na época, os operários, mas as perguntas-guias, que traziam à tona as suas (deles) narrativas, foram tecidas a partir dos meus afetos primários, das minhas inquietações inconscientes, dos meus traumas não reconhecidos e não nomeados. Minha surpresa foi imensa quando me dei conta de que as alianças políticas que via lá fora eram na verdade parte da minha subjetividade; o que defendia que florescesse lá fora não era senão o que

estava esmagado e não encontrava caminhos na minha alma. (Maroni, 2006, p.231-2)

Nesse artigo, Maroni entende que a subjetividade que influencia a pesquisa é a expressão do *eu* mais profundo do pesquisador. No nosso entender a subjetividade é o que fazemos conosco mesmos de acordo com as condições históricas, é o elemento ético, é nossa postura perante nós mesmos e os outros. Nesse sentido, Maroni e muitos outros historiadores dos anos 1980 se posicionaram como *militantes de base*, ao lado dos dominados para resgatar, valorizar e (re)significar suas lutas; “as alianças políticas vistas por ela lá fora” não foram uma experiência individual, uma expressão do seu *eu*; foram vistas por muitos outros intelectuais no período – como Paoli e seus colegas de pesquisa há muito destacaram (Paoli et al., 1984, 130).

O estudo de Munhoz sobre os distúrbios de abril de 1983 encerra a mesma problemática, deixando transparecer como problemas presentes se transmutam em questões historiográficas e como a *escrita* erige o presente e projeta o futuro:

Parece-nos que o importante a ser resgatado deste episódio [saques e quebra-quebras] é a compreensão de seu significado político no interior de um período caracterizado pela transferência de poder, a nível regional, de um governo autoritário, representante dos setores conservadores da ditadura militar, para um governo escolhido depois de muito tempo através de eleições diretas, que simbolizava uma oposição ao regime vigente. (Munhoz, 1989, p.112)

Entendemos que enquanto persistir a manutenção de uma sociedade autoritária, rigidamente hierarquizada, sem canais à participação das classes populares, em momentos de aprofundamento de crises econômicas, novamente poderão ocorrer grandes distúrbios como os de 1983 ou, muito mais graves ainda. Para onde eles podem levar?

Esta é uma entre tantas outras indagações que permanecem intrigando-nos. Como conviver com as possibilidades transformadoras que esses movimentos não organizados apontam, na medida em que, também, podem significar o perigo da destruição sem criar absolutamente nada

de novo. Vamos acovardar-nos perante a dúvida ou cabe-nos aceitar os desafios contidos no inusitado? Conhecemos pouco sobre as multidões, talvez o primeiro desafio seja desvendá-las. (ibidem, p.119)

As questões colocadas ao final do texto como conclusão, como resultado, como desdobramento final da história que acabava de ser contada somente são relevantes porque são atuais – assim como no passado, a nossa sociedade é autoritária e os movimentos “não organizados” existem: o passado encontra o presente. Ao mesmo tempo, são essas questões que, no início da pesquisa (na atualidade do autor), atribuíram importância ao “resgate histórico” empreendido, exigindo um trabalho historiográfico particular e utilizando *práticas historiográficas* adequadas a essas questões: o presente produz o passado. Finalmente, o estudo de Munhoz estabelece um horizonte de expectativa, a saber: enfrentar ou não os importantes “desafios” e “perigos” colocados por esse tipo de manifestação? Em grande parte essa pergunta foi respondida pelo próprio estudo: é preciso enfrentar, começando por conhecê-lo! Assim, o presente produz o passado que (re)produz o presente e projeta o futuro.

O mesmo ocorre no estudo de Gomes que, logo na apresentação de sua tese, afirmou que se ocupou...

[...] de uma questão que sempre foi essencial para mim quanto ensinava ou estudava História do Brasil e refletia sobre o que é (e o que gostaria que fosse) a política deste país. Tal questão pode ser traduzida em uma certa inquietação: por que afinal, no Brasil, convivemos com uma vivência política que “desconfia” dos políticos e ao mesmo tempo está sempre pronta a “seguir-los carismaticamente?” Que tipo de cidadania existe no Brasil? Ou melhor, *como* este país produziu/definiu seu conceito de cidadania e sua experiência de democracia? (Gomes, 1987, p.11)

E, no último parágrafo, explica como aquelas questões, que orientam toda a sua tese, se relacionam com o momento vivido pela autora:

[...] o processo histórico que neste momento tem início institucional com a Constituinte é mais do que a redefinição das regras e rotinas políticas de nosso país: a reorganização do movimento sindical e do sistema par-

tidário tem sem dúvida uma face instrumental, mas seu outro lado é o da recomposição das identidades políticas duramente atingidas ao longo dos últimos vinte anos. Vivemos assim um novo momento de grande densidade política, cujo o paralelo talvez pudesse ser o dos anos da virada do século. É mais do que hora, portanto, de interromper estas reflexões finais para ficar atento. (ibidem, p.569-70)

É preciso ficar atento para que a “força de mudança” não resulte “novamente” em um “pacto cooperativo” que, apesar de ser de “mão dupla”, não instituiu vias formais de participação democrática.

Ferreira, ao analisar as formas de resistência dos trabalhadores durante o governo Vargas, procurou estabelecer um dos elementos que constituem a identidade dos trabalhadores brasileiros e que ainda participam das lutas políticas do presente:

Hoje, após passar pela dura experiência do regime autoritário-repressivo pós-64, que conjugou a repressão política, a exploração empresarial e o distanciamento do Estado, parte dessa classe trabalhadora deixou de reconhecer no trabalhismo o projeto de sua identidade. Outras experiências políticas e culturais. Contudo, a força do trabalhismo continua presente entre a classe trabalhadora brasileira que ainda procura reconhecer nele o perfil de sua identidade. (Ferreira, 1989, p.154)

Na apresentação do livro *Sacralização da política* – versão da já referida tese *Corpo e alma* –, Alcir Lenharo foi categórico, procurou denunciar as formas de dominação do passado, pois ainda nos assombravam:

Um segundo registro, dentre outros, refere-se ao sistema indireto de eleição, lançado pelo Estado Novo e que ele próprio não chegou a utilizar, mas retomado e praticado pelo regime dos generais presidentes tão contraditoriamente utilizado também na “última eleição indireta” recente, a primeira de um presidente civil não escolhido por voto popular. Pertence ao domínio da tragédia ou da farsa o fazer da democracia por vias não democráticas? A decepção para o historiador tensamente ligado à relação passado/presente origina-se do receio de não se investir, de

fato, na aventura democrática; sob a capa dos contornos formais restam o continuísmo e as alianças obstaculizadoras da gestação do novo. Não estaríamos conformados à solução do “mal menor”, em detrimento das possibilidades do dever democrático?

É constrangedor, em plena época do exercício democrático da “nova república”, deparar e conviver com aspectos moleculares tipicamente fascista, uma demonstração de que eles permanecem, transmutam-se, remontam-se no interior da máquina em se engendrando. Que dizer dos ímpetus incendiários de autoridades civis e religiosas, preocupadas em resolver os problemas da “família brasileira” através da queima de determinados livros didáticos? E a nova campanha discriminatória contra os homossexuais, responsabilizados mais uma vez, por sua conduta moral, de alastrarem a contaminação da saúde no interior da sociedade?

[...]

O nosso acompanhamento das voltas a mais do parafuso da fascitização no país teve princípio na pesquisa da realidade rural, a face talvez mais desconhecida desse período. (Lenharo, 1989, p.12-14)⁶¹

Neste e nos outros capítulos deste estudo procuramos destacar diversos exemplos e existem ainda muitos outros que deixam muito evidente a relação entre: condições presentes, postura ético-política e construção do texto historiográfico ocorridas na década de 1980. Afinal, como vimos com Certeau, a *operação historiográfica* estabelece duas relações com o “real”: Por um lado, o “real passado” que emerge na documentação produzida no passado. Essa fornece “pequenas verdades” aos historiadores, pois, independentemente da perspectiva, é difícil negar que essa documentação nos permite afirmar que ocorreu em determinada época o grande internamente, as práticas de suplício e de *rough music*, as sociedades de correspondência, a reorganização das formas de produção etc., ou, pelo menos, a existência de um discurso sobre as classes, um discurso sobre os suplícios etc. E, por outro lado, o “real presente” que corresponde às *práticas historiográficas* (técnicas de escrita, conceitos, métodos de análise documental etc.) e à postura ético-política disponíveis aos historiadores e capazes de estabelecer

61 Ver também “posfácio à segunda edição” (Lenharo, 1989, p.207-8).

relações entre aquelas “pequenas verdades”, corrigir algumas, fazer ver outras etc.; produzindo daí um texto historiográfico normatizado (científico) e portador de um sentido capaz de produzir efeitos na atualidade.

Com isso, não estamos afirmando que a postura ético-política é o que define em “última instância” a *operação historiográfica*, é apenas mais um elemento que está imbricado na operação. Sem, por exemplo, a noção de *poder como relação* ou de uma *hermenêutica dos processos judiciais* a postura do intelectual *militante de base* talvez não se materializasse em textos historiográficos como ocorreu na década de 1980.

Os ausentes da história: instituições de saber-poder, cultura e gênero

No início do século XXI, ainda era possível ouvir nos corredores e mesmo nas salas de aula das faculdades de História alguns professores fazendo “diagnósticos acerbos” sobre os estudos de seus pares: “Esqueça isso, ele pesquisa perfumarias!”. O termo “perfumarias” era (ou é) usado para denominar objetos de estudo como feitiçaria, sexualidade, loucura, gênero, prostituição, morte, casamento, música, imaginário, enfim aquilo que se costuma denominar aspectos culturais da sociedade.

O quadro não era muito diferente lá fora. Antes de Gramsci, Thompson, entre outros “materialistas culturais”, esses objetos mal faziam parte da *superestrutura* para os marxistas. No caso dos *Annales*, apesar da preocupação dos “pais fundadores” com alguns desses elementos, na segunda geração (de Braudel) o socioeconômico se tornou “mais fundamental”; somente na terceira geração (da Nova História), por volta de 1970, esses temas foram problematizados. É nesse momento também que surge a micro-história de Ginzburg, articulando aspectos culturais na dinâmica social. Os estudos sobre os saberes e instituições científicas foram “relegados” pelos “historiadores oficiais” aos epistemólogos ou historiadores da ciência, pois não se tratava de história “real”, “corporificada” etc. E, enfim, os estudos de gênero

no âmbito da história-disciplina deve sua procedência ao impulso dado pelos estudos sobre as mulheres de, por exemplo, Joan Scott e Michelle Perrot.

Não seria, contudo, correto afirmar que ocorreu um interesse crescente em relação a essas “ausentes” da história, devemos tratar como momentos de irreflexão e reflexão. Pois, em razão da popularidade da história socioeconômica – marxista ou não – e quantitativa, os temas culturais foram relegados ao segundo plano no exterior, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, e no Brasil entre 1960 e 1970. Afinal não podemos descartar as histórias da cultura produzidas anteriormente por Jacob Burckhardt, Johan Huizinga, Heinrich Wölfflin, Capistrano de Abreu, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Antônio Candido, Anita Novinsky, entre outros no mundo e no Brasil (cf. Burke, 2000; 1992; Chartier, 2002b; Souza, 1998; Vainfas, 2009).

Laura de Mello e Souza, no final dos anos 1970, foi dos primeiros historiadores a se “reaventurar” pelas searas da cultura. Ao prefaciá-la a versão publicada da tese de seu companheiro de aventura, Ronaldo Vainfas, assinalou que nos anos 1980 a historiografia brasileira retomou os estudos da “camada espessa e meio venenosa” do caldeirão cultural delineado por Gilberto Freyre. Para a historiadora, essa retomada foi incentivada pela “revolução comportamental dos anos anteriores” e por desbravadores como Luiz Roberto de Barros Mott – “meio antropólogo, meio historiador e saudavelmente iconoclasta”. Uma vez que, até então, “eram temas menos dignos quando postos ao lado dos da história econômica e da social. Temas perigosamente irracionais, diziam alguns, enquanto outros os consideravam apenas fúteis, frívolos ou irrelevantes” (Souza, 2010, p.14-15).

No Brasil, na década de 1960/1970, o curso de história era “duro” ou, como descreveu Boris Fausto, o...

[...] curso era anual e não tinha essa coisa de matéria optativa. Tudo era obrigatório, tudo era tradicional. Você não estudava feitiçaria, essas coisas. Não tinha isso não. [...] Os dois [Fernando Antônio Novais e Carlos Guilherme Mota] estavam na História Contemporânea. Eles eram os “merdinhas” da História Contemporânea, segundo um certo professor

da História Medieval. Por aí se vê que o clima era dos mais amistosos, com muita colaboração e intercâmbio intelectual entre os professores... (Fausto, 2008, p.186)

Nos anos 1980, o clima já era, senão amistoso, pelo menos mais aberto. Como vimos pelo balanço de Fico e Polito, 5% dos estudos produzidos foram sobre os ditos “novos temas”, bem como já eram possíveis diálogos entre orientador e orientando como o ocorrido entre Fernando Antônio Novais e Laura de Mello e Souza (2002, p.373):

Um dia estava na casa do Fernando quando ele falou: “Eu gostaria muito que uma aluna minha trabalhasse com feitiçaria, acho que vou propor este tema para a Silvia Lara”. Como a Silvia já estava trabalhando com temas relacionados à escravidão, eu retruquei: “Acho que quero pagar esse tema”.

O que não significa a inexistência de resistências aos “novos temas”. Essas “estranhezas da história menos real” eram vistas como uma espécie de “confeito” para alegrar um “dever de casa” bem feito, como explica João José Reis (2002 p.331):

É possível que no Brasil se tenha abraçado mui sofregamente o que vinha de fora, sobretudo da França; que se tenha preocupado com temas estranhos, como a morte, antes de fazer o dever de casa da História Econômica, demográfica e política, ou, como gosta de dizer Ciro Cardoso, “estudar as bruxas da aldeia antes de estudar seus camponeses”. Mas não se pode estabelecer uma agenda rígida de pesquisa para uma área de conhecimento.

Independentemente das resistências e das disputas pessoais e institucionais, o certo é que nos anos 1980 começaram a emergir estudos sobre os “ausentes da história”. E para isso foi preciso construir e recorrer a outro conjunto de *práticas historiográficas* e à *apropriação* do pensamento de diversos intelectuais, como Thompson, Foucault, Ginzburg, Jacques Le Goff, Jean Delumeau, Roger Chartier, entre outros, articulados em misturas diversas. Nesse sentido, é também a partir da *apropriação* desses intelectuais que podemos compreender a

genealogia da “historiografia perfumada brasileira” – ou deveríamos denominá-la “historiografia social da cultura”?

Para a análise dos estudos sobre os “ausentes da história”, organizamos as obras/fontes em “eixos temáticos”. No primeiro discutiremos aquelas que evocam com maior ênfase a formação dos saberes e das instituições de caráter científico e/ou gestão social ou, simplesmente, instituições de saber-poder. No segundo, aquelas que estudam elementos considerados da cultura – comportamentos e costumes, religiosidade e sexualidade, imaginário, produção literária, musical ou artística em geral etc. É essencial notar que essa circunscrição é puramente temática e não teórico-metodológica. Pois, como demonstramos na primeira parte deste estudo, por exemplo, a “história das mentalidades” de Le Goff, a “micro-história” de Ginzburg, o “materialismo histórico e cultural” de Thompson, a “arquigenealogia” de Foucault e a “História Cultural” de Chartier operacionalizam *práticas historiográficas* diversas e muitas vezes antagônicas; entretanto, foram (e são) utilizadas para estudar temas considerados culturais. Como o que nos interessa neste estudo são as diferentes *práticas historiográficas* e seus usos, optamos por fixar o tema e, então, destacar as flutuações nas *práticas*.

No terceiro item, discutimos as obras/fontes que no nosso entender estabelecem condições de possibilidade para o desenvolvimento dos estudos de gênero no Brasil. Finalmente, no quarto, destacamos algumas obras/fontes que pelo tema, objetivo e/ou pela forma de *apropriação* dos pensamentos de Thompson e de Foucault destoam das outras e instituem peculiaridades na produção historiográfica brasileira.

Tal como assinalamos anteriormente, a disposição das obras/fontes foi arbitrária. Isto é, inserimos de forma despótica na lógica de “eixos temáticos” pesquisas que algumas vezes circulam por variados temas e que, por isso mesmo, podem ser organizadas de outra forma. Porém, foi necessário correr o risco de gerar insatisfações para expor nossa análise das *apropriações* e tentar demonstrar certas relações entre as próprias obras/fontes e entre essas e a produção historiográfica anterior e posterior.

Os doutores e os outros: as instituições e saberes de normatização populacional

O estudo da assistência social tem, inexplicavelmente, merecido, pouco interesse dos pesquisadores, mesmo nos centros em que a investigação histórica encontra-se mais desenvolvida, como por exemplo na Europa. A maioria dos trabalhos existentes a respeito foi realizado por leigos bem intencionados, com objetivo de louvar certas instituições, a que por vezes pertencem, ou a certos indivíduos, e, por isso mesmo carecem de método e de uma visão mais objetiva dos fatos. (Mesgravis, 1972, p.1)

Essa passagem é o primeiro parágrafo da tese de Laima Mesgravis, sobre a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, defendida em 1972. Dois enunciados aí se destacam: o primeiro afirma o desinteresse de intelectuais em estudar o que podemos denominar de instituições de saber-poder, o que resultou em escassa ou, no caso do Brasil, nenhuma produção acadêmica sobre o assunto; o segundo enunciado é correlato ao primeiro e afirma a necessidade de “estudos metódicos” e com “visão objetiva dos fatos”, mas o que significa isso?

Considerando que o estudo de Mesgravis foi orientado por essa perspectiva “científica”, podemos considerar que suas características seriam uma narrativa sintética da história das instituições associada a uma análise das relações políticas e socioeconômicas entre essas instituições e a sociedade da qual faz parte, por isso:

O principal objetivo deste trabalho é o estudo da evolução da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo desde, a sua provável fundação nos fins do quinhentismo até as últimas décadas do século XIX, procurando estabelecer as conexões entre a vida da Irmandade e as transformações sofridas pela sociedade paulista através dos tempos. (ibidem, p.4)

Apesar de a tese de Mesgravis ter sido pouco referenciada/utilizada nos estudos discutidos a seguir, foi a primeira pesquisa no Brasil elaborada por um “historiador de ofício” sobre o tema, bem como a primeira produção historiográfica brasileira a referenciar Foucault.

Isso ocorreu quase uma década antes do tema e o filósofo francês serem popularizados entre os historiadores brasileiros por meio dos trabalhos do filósofo Roberto Machado (*Danação da norma*, 1978) e do psiquiatra Jurandir Freire Costa (*Ordem médica e norma familiar*, 1979).

Segundo Mesgravis, *História da loucura* de Foucault é uma inspiração para o estudo desse tipo de instituição, isto é, incentiva um campo temático para análise, estabelece questões a serem pensadas. Ainda, a autora utiliza os textos do filósofo francês como fonte secundária para sua pesquisa. Porém, não aceita que os argumentos e as explicações dos processos históricos europeus, feitos por Foucault, possam ser utilizados como “modelo explicativo” para os processos desenrolados na sociedade brasileira, por exemplo:

Foucault em obra, já mencionada nesse trabalho, sobre o problema da loucura revela o íntimo e delicado entrelaçamento dessas questões [trabalho, pobreza e caridade] à luz da mentalidade da “época clássica”. Mas suas teses, embora fascinantes no que se refere à mentalidade europeia até o século XVIII, devem ser aceitas com precaução no que se refere ao Brasil escravocrata e herdeiro das tendências “aristocratizantes” de Portugal onde o trabalho não era uma “virtude” obrigatória, mas uma contingência degradante que excluía o homem de honras e dignidades. Daí o ideal de uma vida de lazer, ou pelo menos, sem trabalho manual e a consequente aceitação social da mendicância. (ibidem, p.261)

Por fim, não existe nesse estudo uma *apropriação* de elementos teórico-metodológicos do pensamento de Foucault, uma vez que a própria autora afirma fazer uma História Social das instituições não empregando, desse modo, elementos da arqueogenealogia.

Independentemente do grau de penetração do pensamento de Foucault nesse estudo, Mesgravis foi pioneira no *uso* do filósofo, tal fato se associou à iniciação de um campo de estudos na historiografia brasileira, a saber: das instituições de saber-poder. Como referido no início deste subitem, sob essa denominação incluímos as pesquisas sobre instituições principalmente médicas, como hospitais, manicômios, faculdades de medicina etc., mas também de outros tipos,

como exército, registro civil, previdência social, escolas, institutos de pesquisa; enfim, instituições que articulam a produção/reprodução de um saber com a produção/reprodução de *práticas de poder* (ou *governo dos outros*). A despeito da pesquisa de Mesgravis, esse campo historiográfico só se consolidou no Brasil na década de 1980, sempre com algum *uso* de Foucault – o filósofo francês foi aqui “referência obrigatória”, porém raramente exclusiva.

O primeiro exemplo desse tipo de estudo nos anos 1980 foi disponibilizado ao público em 1984, quando Regina Cele de Andrade Bodstein apresentou ao Departamento de História da UFF sua tese de doutorado intitulada *Condições de saúde e práticas sanitárias no Rio de Janeiro: 1890-1934*, produzida sob orientação de Ismênia de Lima Martins.

O estudo emprega desde sua primeira página o pensamento de Foucault a partir dos textos reunidos em *Microfísica do poder* (Bodstein, 1984, p.X-XIII). A autora utiliza esses textos principalmente como fontes secundárias, mas também recupera *práticas* metodológicas ali descritas, a saber: seu objeto são os *problemas* e as *estratégias* empregadas para solucioná-los; e sua forma de *escrita* é predominantemente *descritiva*, destacando as rupturas, as descontinuidades da história.

Bodstein, por exemplo, procurou demonstrar que a política de “saúde pública” empreendida por Oswaldo Cruz (1903-1908) surgiu para responder a um problema que emergiu com a imigração e aumento demográfico da capital: os surtos epidêmicos. Segundo a autora, teve a função de acabar com a má fama da cidade no exterior oriunda da ameaça constante de epidemias (ibidem, p.31-46). A estratégia de Cruz se fortaleceu uma vez que vinha ao encontro da reforma urbana...

[...] grande parte do sucesso do programa sanitário de Oswaldo Cruz deveu-se, além dos recursos financeiros conseguidos, aos amplos poderes administrativos que permitiram às autoridades de saúde controlar, fiscalizar, remover, enfim, esquadrihar o espaço urbano descobrindo os focos de infecção.

Se, por um lado, o programa sanitário estava na dependência do projeto de ordenação e higienização da cidade, por outro lado, dava os elementos

justificadores do projeto. Portanto, era um elemento-chave para o programa de reforma urbana de Pereira Passos. A imposição de uma nova ordem urbana e todas as medidas repressivas a ela inerente era feita em nome da higienização e, mais do que isso, do controle das doenças epidêmicas na cidade. (ibidem, p.166-7)

Na conjuntura posterior, entre 1908 e 1920, o problema das epidemias já está resolvido e a “saúde pública” volta para seu estado de carência de pessoal, financiamento e autoridade. Ao mesmo tempo, passa a denunciar outro problema: a grande quantidade de indivíduos infectados por tuberculose. Entretanto, esse problema não é respondido prontamente, pois o governo e muitos intelectuais acreditavam que – diferente dos surtos epidêmicos – a tuberculose era um resultado de uma sociedade em progresso: assim como a febre é decorrente do processo de cura de uma infecção, a tuberculose é decorrente do desenvolvimento do capitalismo (ibidem, p.51-82).

Por fim, a autora descreve a conjuntura de 1920-1934 em que surgiu uma nova estrutura administrativa da “saúde pública”, sob orientação de Carlos Chagas, interessada entre outras coisas em resolver o problema da tuberculose e, nesse sentido, foi eficiente no que diz respeito à zona urbana – não à suburbana:

Essa tentativa de se colocar em prática uma política de combate à tuberculose no Rio de Janeiro representou um dos aspectos de uma mudança mais ampla no seio da saúde pública inspirado na prática sanitária americana. Pensava-se em organizar os serviços de saúde pública de forma que pudessem estar mais próximas dos problemas sanitários da comunidade. Além disso, o trabalho sanitário passava a ser enfocado tendo em vista sua possibilidade de modificar hábitos e costumes da vida diária. Daí a importância em se desenvolver práticas sanitárias educativas. Percebe-se, agora, uma preocupação maior da saúde pública com o homem enquanto força de produção. Nesta condição sua saúde passa a ser vista como um elemento definidor de sua eficiência no trabalho e do seu tempo produtivo. (ibidem, p.169-70)

Além dessas reflexões com características do método e da escrita de Foucault, Bodstein se preocupa em definir as condições concretas

de vida, bem como remete as estratégias e os problemas a uma análise da estrutura socioeconômica e do interesse dos sujeitos envolvidos. Por exemplo, toda a preocupação com a “saúde pública” estava atrelado ao momento de desenvolvimento do capitalismo no Brasil: o primeiro momento do desenvolvimento remete a uma “saúde pública” pouco interessada na força de trabalho e autoritária; no segundo momento temos uma “saúde pública” preocupada com a força de trabalho e tutelar. Essas posturas remetem também aos sujeitos operadores: o Estado é sempre o centro coordenador das ações e responde de acordo com o interesse das classes dominantes, a despreocupação com a tuberculose – que atingia majoritariamente as classes populares – só se torna preocupação da saúde pública quando associada aos problemas da classe dominante com a força de trabalho (ibidem, p.X-XVII, 1-26, passim).

Em suma, Bodstein emprega também *práticas historiográficas* oriundas principalmente do marxismo, operando uma espécie de *complementação* dos métodos de Foucault com procedimentos analíticos e hermenêuticos, tais como interpretação dos documentos desvendando os significados, descrevendo a “vida como ela era”, totalizando pelo socioeconômico etc.

Algo semelhante ocorre em outros estudos desse eixo temático como na dissertação de mestrado de Magali Gouveia Engel, denominada *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, defendida em 1985 na UFF e elaborada sob orientação de Margarida de Souza Neves. A autora faz constar na bibliografia um grande número de textos de Foucault, a saber: *O nascimento da clínica*, *Vigiar e punir*, *Microfísica do poder*, *História da sexualidade I: a vontade de saber*, *História da sexualidade II: o uso dos prazeres e*, o livro raramente citado no período estudado, *História da sexualidade III: o cuidado de si*. A *apropriação* desses textos se manifesta de formas diferentes ao longo do estudo como inspiração, método de análise documental, hipótese explicativa ou simplesmente como fonte secundária para pensar o sexo, a sexualidade, a medicina e as instituições de saber-poder.

Na apresentação da versão publicada da dissertação, Engel explica que seu objeto inicial de estudo era a “prostituição”. Contudo, logo

percebeu “que o que se pensava e o que se dizia sobre a prostituição traziam implícita a perspectiva de normatizar, de acordo com padrões burgueses, os comportamentos sexuais, afetivos, sociais etc. dos indivíduos que habitavam a cidade”. Daí a mudança do objeto inicial para os discursos médicos sobre a prostituição (Engel, 1988, p.11-12) e, conseqüentemente, uma aproximação com o “olhar foucaultiano” em relação ao documento.

A partir dessa perspectiva, Engels estruturou seu texto em quatro capítulos. O primeiro capítulo utiliza uma *prática* comum na produção historiográfica desde meados dos anos 1960, é um capítulo de contextualização do discurso sobre a prostituição. Isso significa “estabelecer o vínculo entre os textos médicos sobre a prostituição e as condições históricas que tornaram possíveis a sua produção” (ibidem, p.15), a saber: as condições socioeconômicas e demográficas da cidade do Rio de Janeiro, sua estrutura urbana e o processo de constituição da Academia de Medicina. Nesse sentido, o discurso médico tem vínculo direto com a *luta de classes*, surge da situação socioeconômica caótica da cidade – do ponto de vista das elites – e foi uma forma de disciplinar os “hábitos e posturas assumidos pelos setores populares que representavam uma alternativa aos valores e padrões impostos pelos setores dominantes” (ibidem, p.38-9).

Nos capítulos dois e três, a autora discute a constituição interna do discurso médico, ou seja, descreve como a prostituição se torna objeto do saber médico e como se tornou a partir desse saber uma doença do corpo, especialmente do feminino, uma vez que esse tende fisiologicamente ao exagero sexual, uma doença moral, uma anomalia da mente que gera depravação dos costumes e uma doença social que produz ócio e vaidade, características opostas às da mulher ideal: trabalhador e mãe-esposa.

No último capítulo a autora discute as soluções propostas pelos médicos para o problema da prostituição, eram basicamente duas vertentes: por um lado, os abolicionistas que consideram a prostituição um mal passível de erradicação e, portanto, deveria ser proibida e severamente reprimida; por outro lado, os regulamentaristas que consideravam a prostituição um mal necessário e impossível de ser

erradicado, por isso propunham uma série de práticas para normatizar e fazer o bom uso da prostituição (catalogação das prostitutas, delimitação dos espaços urbanos, vistorias sanitárias periódicas nos estabelecimentos, exames médicos frequentes nas mulheres etc.).

Para Engel, as duas vertentes são inspiradas no pensamento liberal e possuem a mesma base social, a burguesia. A diferença ocorre no nível da consciência, liberalismo individualista contra liberalismo coletivista. No projeto liberal/burguês de “modernização” da cidade, os individualistas defendiam uma ação mínima do poder público, já os coletivistas eram a favor da constituição de uma sofisticada rede de controle social do poder público (ibidem, p.96-7, 132-4).

Desse modo, apesar da forte presença nesse estudo de um “olhar” sobre o documento muito próximo ao de Foucault e de constantes citações de seus livros, existe, em oposição, uma significativa *apropriação* da concepção teórico-metodológica do materialismo histórico, oriundo de textos de Gramsci, Hobsbawm e também de historiadores brasileiros como Ilmar R. Mattos e Ciro F. S. Cardoso. É predominantemente uma *apropriação* de “conteúdo” dos textos do filósofo francês; por exemplo, Engel usa a explicação da *vontade de saber* sobre o sexo como “hipótese explicativa”:

Aqui, como em outras partes do mundo ocidental, intensificava-se o processo no qual a *vontade de saber do cientista*, transformando o *corpo*, o *desejo* e o *prazer* em objetos do conhecimento, formulava um discurso sobre o sexo que não era “unicamente o da moral, mas da racionalidade”. (ibidem, p.13)

Engel transfere a mesma explicação para a *vontade de saber* sobre a prostituição no Brasil:

“O essencial não são todos esses escrúpulos, o ‘moralismo’ que revelam, ou a hipocrisia que neles podemos vislumbrar, mas sim a necessidade reconhecida de que é preciso superá-los. Deve-se falar do sexo...” [citação de Foucault feita pela autora]

Falar da prostituição é falar do corpo e do sexo. É admitir a necessidade

de vencer os embaraços, cedendo, ainda que de modo vacilante, à vontade de saber. Assim, em fins de 1869, o tema voltaria a ocupar a atenção dos membros da Academia Imperial de Medicina [...].(ibidem, p.57-8)

Afirmar que a “necessidade de conhecer manifestava-se, assim, no próprio ato de *falar sobre* a prostituição que, como vimos, iria, aos poucos, se generalizando no meio acadêmico” (ibidem, p.69) evidencia o uso de um argumento de Foucault como hipótese explicativa. Essa *apropriação* não implica uma profunda adesão teórico-metodológica ao pensamento do filósofo, pois a autora não suspende a explicação pelo sujeito ou pela *luta de classes*, a fundamentação pelo socioeconômico (ibidem, p.12, 17-51, 53, 96-7, 132-4), bem como não recusa a função do Estado como dirigente/centralizador político (ibidem, p.44, 61-4).

As diversas outras referências da autora ao pensamento de Foucault seguem o mesmo padrão (ibidem, p.13, 14, 39, 43, 50-1, 57-8, 66, 77, 86-7), ou seja, são *apropriações* de “conteúdo”. É certo que, como mencionamos acima, Engel apresenta um “olhar sobre o documento” semelhante ao do filósofo – destaque para os capítulos dois e três –, bem como opera pela concepção de *poder como relação*. Porém, ao longo do texto não existe uma discussão teórico-metodológica que especifique a adesão da autora a uma determinada perspectiva; o que percebemos é uma *bricolagem* de noções, concepções e argumentos que foram capazes de explicar o “discurso médico sobre a prostituição” e sua relação com a sociedade carioca no século XIX.

Em 1986, Maria Clementina Pereira da Cunha defende sua tese de doutorado no Departamento de História da USP, sob orientação de José Sebastião Witter, intitulada *O espelho do mundo*: Juquery, a história de um asilo. Essa instituição psiquiátrica foi inaugurada em 1898 na Região Metropolitana de São Paulo (atual Franco da Rocha), em uma área de 150 hectares contendo jardins e 34 prédios; desde 2005 entrou em processo de efetiva desativação e foi tombada como patrimônio histórico em 2010. Ao longo de sua história, o Juquery passou por inúmeras transformações nas formas como operava internamente e nas relações que mantinha com a sociedade. Cunha estudou especificamente o período entre a fundação e 1930. Nesse empreendimento,

a autora recorreu a diversos intelectuais, entre os quais encontramos Thompson, por meio de *Tradición, revuelta y conciencia de clase*, e Foucault, a partir de *Doença mental e psicologia, História da loucura, Vigiar e punir, Verdad y formas jurídicas, História da sexualidade I: vontade de saber, Microfísica do poder, Eu, Pierre Rivière...*

O filósofo francês foi uma referência constante, suas pesquisas fundamentam diversas passagens do texto de Cunha e sua “habitual lucidez” incutiu na autora a necessidade de analisar as *relações de poder* presentes nas instituições psiquiátricas, assinalando a “importância de voltar-se agora para o interior das práticas asilares ‘fazer emergir o seu arquivo’”. Entretanto, Cunha não deixou também de ouvir as críticas feitas ao método de Foucault por um aluno de Thompson, Peter Linebaugh (brasileirista professor visitante da Unicamp); por isso, para a autora: “‘Fazer emergir o arquivo’ de uma instituição psiquiátrica equivale também a recuperar a dimensão de contraposição ao poder absoluto da razão médica que [...] constitui uma ausência temática da abordagem foucaultiana e caracteriza o seu ‘negro pessimismo’” (Cunha, 1986, p.16).

Assim, mais uma vez Thompson *complementa* Foucault e fornece o instrumental teórico-metodológico para lidar com as fontes que falam diretamente das “vidas concretas dos dominados”; fundamental para uma historiografia que, ainda que “disposta a empunhar a bandeira dos explorados”, até então só tratava deles como abstrações, “entidades teóricas”. Enfim, com o historiador inglês foi possível “substituir categorias ocas por abordagens da experiência de sujeitos que ‘fazem’ sua própria história” (ibidem p.16-17).

Para efetivar o empreendimento, Cunha escreve quatro capítulos. O primeiro é de contextualização, descreve as relações entre a sociedade paulistana e a psiquiatria no final do século XIX como “uma das estratégias gestadas para o enfrentamento do rápido crescimento de São Paulo” (ibidem p.18). A autora recorreu a diversos autores, incluindo Thompson e Foucault, utilizou a noção de *poder como relação* e “conteúdos” (informações e argumentações) dos textos para comparar o processo que ocorreu na Europa com o ocorrido na cidade de São Paulo. Afirma que existiram certas peculiaridades no Brasil, como o

uso da psiquiatria para “filtrar” a entrada de imigrantes, bem como o “ecletismo teórico” e de ações:

Fruto de um pensamento psiquiátrico que se voltava, na Europa, para a “profilaxia preservadora” de Morel, o alienismo brasileiro contentava-se com as velhas tecnologias da “profilaxia defensiva” de Pinel e Tuke. Condenado na Europa, de forma cada vez mais explícita, a ser um “espaço de incurabilidade”, o hospício é indicado aqui pela psiquiatria da degenerescência como a melhor e principal alternativa. O hospício proposto não será, no entanto, exatamente igual ao de Pinel: a proposta mais completa desta eclética psiquiatria brasileira, e que lhe serviu de modelo por longo tempo – o Hospício do Juquery –, tentará traduzir e compatibilizar o marco teórico, as necessidades políticas e a defasagem institucional que caracterizam o nascimento do alienismo no Brasil. (ibidem p.54)

No Brasil e na Europa, contudo, os asilos e a psiquiatria atendiam a mesma demanda do *capital*, disciplinar a população ociosa e degenerada, torná-la produtiva e dócil, e afetava a sociedade como um todo:

Este universo, no entanto, não se restringe às “classes pobres”, mas engloba fatias consideradas rebeldes ou não moralizadas da sociedade em seu conjunto – e os amplos contingentes de filhos da burguesia e das classes médias internados no Juquery em seus primeiros anos apenas reforçam esta constatação. (ibidem p.52)

Nos capítulos dois e três, Cunha empreende uma genealogia *complementada* por uma hermenêutica, pois a “análise deve ir além das questões estritamente relacionadas às instituições, para descer à abordagem dos casos que o hospício encerra; olhar o rosto e ouvir suas histórias de vida e as razões de seu internamento” (ibidem p.114). Assim, a autora, por um lado, discute os mecanismos de controle e funcionamento do hospício, como a “laborterapia” (produção de artigos para subsistência) que não só “favorecia na cura” como reintegrava o interno no circuito produtivo e reduzia – com os lucros oriundos da venda dos produtos excedentes – o ônus financeiro sobre os familiares e o governo. O sistema de hierarquização pautado pela classe social, na

raça etc. E o sistema de esquadramento dos sinais para diagnóstico da loucura.

E, por outro lado, em menor intensidade, Cunha procura recuperar as resistências a esses mecanismos, como “‘O louco não veio aqui pra ser explorado!’”, frase repetida seguidamente por um interno rebelde às práticas da laborterapia” (ibidem p.70). Nesse sentido, a autora recupera também, pelos indícios presentes nos prontuários, os motivos que levaram as famílias a internar seus parentes, os significados dessa prática; por exemplo, para ocultar ou punir as “ovelhas negras” nas famílias de elite ou para preservar o patrimônio contra parentes libertinos. E, nas novas condições de vida urbana, o hospício se tornou a única alternativa para “guardar” os membros “não produtivos” para as famílias pobres (ibidem p.116 passim).

No quarto capítulo, em um procedimento de *escrita e de método* muito semelhante aos empregados por Foucault, Cunha assinala a ruptura ocorrida nas práticas de controle na década de 1920, descreve o antes e o depois: “Nas estratégias de passagem do indivíduo para a sociedade como objeto central da medicina mental, da prática asilar para a prevenção e da degeneração para eugenia, a questão institucional assume um peso fundamental” (ibidem p.170), todo um novo aparato administrativo (ambulatorios, clínicas, instituições religiosas, profissionais específicos etc.) surge para auxiliar o empreendimento do hospício central de São Paulo.

Em síntese, Cunha concluiu que o hospício do Juquery serviu para referendar “cientificamente a desigualdade racial e social, os papéis sexuais, os preconceitos, a moral-e-bons-costumes, o sexo normalizado, a lei e a ordem” (ibidem p.161). É um aparelho do Estado burguês de controle social, por mais que se modifique volta sempre ao início e perdura até a atualidade da autora:

Um século depois, o mesmo argumento reaparece [nas falas de políticos, médicos e outros intelectuais da década de 1980] – talvez por ingenuidade, desconhecimento ou ausência de alternativas – justificando uma reforma que se pretende capaz de alterar a condição de “depósito” que o poder público identifica no Juquery. O trabalho dos internos volta a

ser prescrito como panaceia para a instituição, condição de sua viabilidade, caminho de dignificação e recuperação dos loucos. Andar em círculos: não haveria de fato outro percurso? Difícil concluir um texto que, chegando ao final, é novamente remetido à questão que estava em seu começo. (ibidem p.208-9)

Nessa conclusão não é apenas a história-vivida e o texto de Cunha que regressam ao seu “início”, é a própria pesquisa que retorna à sua origem, ao seu motivo: como nos estudos sobre a escravidão, o trabalho assalariado, o populismo/ditadura etc. Cunha explicita claramente o *real implicado*, o *lugar* de sua produção, o caráter ético-político que estabelece o sentido de sua pesquisa. Nesse processo, os pensamentos de Thompson, de Foucault e de outros intelectuais se imbricam, se deslocam, se complementam, os sujeitos se constituem nas práticas e as constituem, a narrativa sincrônica e a descrição tecem o texto, enfim *práticas historiográficas* diversas (e muitas vezes consideradas antagônicas) são usadas para dar conta do empreendimento de denúncia do sistema asilar brasileiro, aparelho de produção de desigualdades ainda nos anos 1980.

Em 1989, Marco Aurélio Monteiro Pereira apresentou ao Departamento de História da UFPR sua dissertação intitulada *Casar em Curitiba: nupcialidade e normatização populacional (1890-1921)*, desenvolvida sob orientação de Ana Maria de Oliveira Burmester, constando referências aos seguintes textos de Foucault: *Arqueologia do saber*, *Vigiar e punir* e *Microfísica do poder*. Para estudar o “casamento civil enquanto tática disciplinarizante e normatizadora da população curitibana entre 1890, data de sua implantação, e 1921” (Pereira, 1989, p.1), Pereira recorreu aos métodos quantitativos da História Demográfica predominantes na UFPR – como vimos no Capítulo 4 –; e a alguns elementos do pensamento de Foucault.

Explicitamente a “noção basilar” – palavras do autor – do estudo é a de *governamentalidade* tomada do filósofo francês, exposta inicialmente no curso do Collège de France de 1978.⁶² Essa noção se refere à forma

62 Pereira faz referência ao “resumo da aula” – textos que o próprio Foucault (1979)

específica de poder que se desenvolveu a partir do século XVIII, ao conjunto de suas instituições, procedimentos e discursos que têm por alvo a população, por *saber* principal a economia política (inclusive a estatística econômica e populacional), e por instrumento o *dispositivo de segurança* (polícia e medicina social⁶³). Nesse sentido, Pereira (1989) retoma diversas noções da arquiogenealogia: a população é entendida como o resultado de um conjunto saber-poder, “é construída, passa a existir apenas e em função da aplicação da norma” organizada por *formações discursivas* e técnicas de poder. Desse modo, o poder “não possui uma conotação negativa, mas sim criadora”, “se exerce muito mais através de táticas e procedimentos do que de leis, violência e tradição”; e, enfim, “o Estado não possui caráter individual ou funcional, mas sim é função da governamentalidade, cujas táticas e procedimentos é ‘que permitem a cada instante definir e redefinir o que compete ou não ao governo executar’” (ibidem, p.4-5, 58-9).

Assim, na primeira parte do estudo, Pereira (1989, p.28) procurou explicar a implantação da *governamentalidade* em Curitiba. Isto é, as articulações estabelecidas entre uma estratégia ufanista de afirmação do “progresso, em seus diversos aspectos, ‘à europeia’” exposta por políticos, intelectuais, literatos etc.; e um trabalho técnico expresso nos *discursos* e pelas *práticas* das secretarias de governo, dos procuradores de justiça, dos chefes de polícia, dos sanitaristas etc. Essas práticas *discursivas* e *não discursivas* “se complementam e referenciam mutuamente, de tal maneira que tornam estereotipada uma elaboração sem o complemento e o referencial da outra” (ibidem, p.61) e, assim, a “população” curitibana surgiu, na virada do século XIX para o XX, como elemento a ser governado. A polícia e os sanitaristas foram instrumentos fundamentais nesse governo, “na manutenção da ordem pública”, na normatização dos comportamentos desviantes ou perigosos etc. Enfim, Pereira demonstra que a *governamentalidade*

escreveu para todas as suas aulas – presente na coletânea *Microfísica do poder* e denominado “A governamentalidade”.

63 É importante notar que, segundo Foucault, o que chamamos de medicina social (aparelhos responsáveis pelo bem-estar físico, pela saúde e longevidade da população em geral), estava incluso no nome genérico de “polícia”.

se desenvolveu em Curitiba, tal como Foucault descreveu na Europa (ibidem, p.57-8, 63, 68, 84, 86-8 passim).

Na segunda parte do estudo, Pereira estuda a nupcialidade como um dos elementos da *governamentalização*. Dessa forma, usa a noção como hipótese explicativa aplicável ao estudo da cidade de Curitiba e, nesse processo, desenvolve e amplia a noção, uma vez que Foucault não faz referência em seus estudos a esse importante elemento de governo, o casamento civil. Para isso, Pereira recorre a métodos de análise documental do filósofo francês e outros que não estão presentes em seus estudos, a saber: a serialização e quantificação de dados por meio computacional (estatística) (ibidem, p.89-91, 107) e a hermenêutica. Vejamos os resultados...

Segundo o autor, no primeiro capítulo da segunda parte, desde a época do Império havia um discurso que apontava a necessidade de normatizar todos os casamentos, justificado como um elemento de “civilização e progresso”, já que a instituição do casamento era regida e estabelecida de acordo com a religião dos noivos. A normatização maciça ocorre a partir de 1890, com o “casamento civil” organizado por meio de leis, decretos, normas e instituição específica, a saber: os Registros Cíveis que, segundo o autor, são locais de saber-poder, uma vez lá se exerce um *poder* e se desenvolve um *saber* que está articulado nas normas, decretos etc. que regem o próprio Registro e são transformadas de acordo com as necessidades observadas nesse local (ibidem, p.92-101).

No segundo capítulo da segunda parte, Pereira analisa a relação da população com a forma de nupcialidade que vinha se estabelecendo como oficial na cidade de Curitiba. Porém, a análise não é das formas de resistência ou da população resistente, é da população que legitima essa tática de governo. Pois é essa população que emerge na “documentação oficial” que é fonte. Desse modo, Pereira procura manter os princípios da *exterioridade* e da *raridade* dos enunciados. Em suas palavras:

A população a ser analisada a seguir em seus comportamentos referentes à nupcialidade tem sua importância não na sua luta contra o caráter de dominação da norma, característica inerente a qualquer forma de controle

da pessoa humana, mas sim na sua aceitação da disciplinarização. Através de sua análise é possível desvendar as bases de apoio que possibilitaram a implantação e efetivação do casamento civil. Far-se-á aqui uma demografia da aceitação, da cumplicidade, e não da resistência, da negação.

Esta população está contida no registro civil. [...]

O estudo da trajetória rumo à hegemonia do casamento civil passa necessariamente pelo estudo desta população. A normatização e disciplinarização são estudadas a partir de sua concentração e legitimação, onde se desnudam os elementos de apoio e construção da dominação. Isto porque o estudo da resistência parte para uma postura legitimadora da norma, mesmo que atravessada, quando a toma como algo dado, para estudar a resistência. Além disso, a resistência é difusa e praticamente impossível de se aferir documentalmente, a não ser fragmentando a análise a níveis tais que caracterizam as atitudes e procedimentos de resistência. (ibidem, p.104-5)

Apesar de essa passagem não possuir referências diretas aos livros de Foucault citados por Pereira, o essencial é que está de acordo com o método arquiagnológico, recusando uma hermenêutica que reconstitui as formas de resistência através dos “documentos do poder”, bem como adota os pressupostos da *microfísica do poder*.

A partir dessa perspectiva e da serialização dos dados do registro civil, o autor caracteriza a população presente nessa documentação e descreve seus comportamentos. Por exemplo, Pereira demonstra que a “instituição do casamento civil” apenas reforçou o comportamento secular dos homens se casarem com em média cinco anos a mais que as mulheres; que o casamento civil é aceito principalmente por imigrantes, pelas classes abastardas e pelos funcionários públicos; que as classes desfavorecidas casam no “horário de almoço” no cartório, enquanto as classes favorecidas casam aos sábados fora do cartório, comportamento associado tanto ao custo do casamento quanto ao processo de disciplinarização do trabalhador que ocorria no mesmo período; que ao longo do tempo ocorre um aumento relativo da população que adere ao “casamento civil” etc. (ibidem, p.108-12, 130-1, 134, 143). Nesses e em outros casos, Pereira opera uma “analítica interpretativa” das fontes (descrição de séries e das relações entre essas) mantendo-se – com exceção da quantificação – no horizonte foucaultiano.

Em outros momentos, entretanto, opera uma hermenêutica, pois procura recuperar o significado de alguns desses comportamentos. Por exemplo, os imigrantes aderem ao casamento civil como uma estratégia para legitimar sua posição social, afirmar sua cidadania; o menor número de casamentos no mês de agosto e nas sextas-feiras significa a manutenção das tradições populares e religiosas seculares etc. (ibidem, p.131, 136 passim).

Além da análise dos significados, por meio de uma hermenêutica, Pereira também se afasta do horizonte de Foucault, quando funda os discursos e as práticas em um projeto burguês, ou seja, opera uma totalização/explicação pelo social. Por exemplo, quando explica os discursos técnicos: “Aqui, a cidade é o campo privilegiado de demonstração da racionalidade e coerência das proposições políticas e práticas da classe dominante, estabelecidas em forma de leis e tendo nela a sua origem e sua finalidade” (ibidem, p.57).

Quando trata da motivação da instituição do “casamento civil”:

Não é à toa que o aparelho de estado burguês afirmado na ordem republicana tenha optado por realizar este controle via burocracia estatal, no Registro Civil, retirando-o da alçada eclesiástica, reduto tradicional e plurissecular destas ações. (ibidem, p.89)

Quando trata da aceitação do “casamento civil”

Fica evidente o papel das classes dominantes e dos funcionários públicos civis e militares para o referendo e aceitação da norma. [...] demonstrando um forte apoio e incentivo das classes dominantes e da burocracia à normatização por elas gerada, constituída e aplicada. (ibidem, p.130)

Enfim, Pereira concluiu seu estudo: “Os registros civis de casamento são a confirmação cadente da afirmação do discurso elaborado pelas classes dominantes sobre a cidade e a sua população” (ibidem, p.151).

A própria expressão *formação discursiva*, muito recorrente ao longo do estudo, aparece com um lastro social que não existe em Foucault, por exemplo: “O primeiro capítulo trabalha o discurso ufanista sobre

a cidade e seus habitantes, e o segundo analisa as *formações discursivas* sobre população e cidade *oriundas da burocracia governamental*” ((*ibidem*, p. 8, grifo nosso).

Em suma, o estudo de Pereira, em geral, tem um grande débito com o pensamento de Foucault, pois procurou utilizar um método de análise documental arquiogenealógico complementado por métodos da história quantitativa; fundamentou-se nas concepções teóricas da *microfísica do poder* e, especificamente, na noção de *governamentalidade*. Porém, não deixa de utilizar uma hermenêutica, tanto para encontrar o significado de algumas práticas quanto para desvendar o sentido profundo que permeia todas essas práticas e discursos, ou seja, a estrutura socioeconômica que permite uma retomada da história total; características da História Social predominante na historiografia brasileira do período e que diverge das *operações* desenvolvidas por Foucault.

Essa “mistura” pode ser explicada uma vez que a *apropriação* de Foucault por Pereira é toda mediada por um estudo coletivo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipar-des),⁶⁴ publicado sob o título de *O Paraná reinventado: política e governo*. Esse estudo teve como coordenadora, coordenador adjunto e colaboradora, respectivamente, os seguintes professores do Departamento de História da UFPR: Marionilde Dias Brephol de Magalhães, Francisco Moraes Paz e Ana Maria de Oliveira Burmester (orientadora de Pereira). Teve ainda oficialmente como consultor, ou “efetivo coautor” nas palavras informais da equipe, “o professor Edgar Salvadori de Decca, cuja contribuição crítica e arguta mediação nos debates possibilitaram o aprofundamento das análises, quer pelas sugestões de leitura, quer pelas propostas de encaminhamento metodológico formuladas” (Ipar-

64 O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social desde sua criação em 1973 – a despeito de algumas reorganizações estruturais – é uma instituição de pesquisa com a função de produzir conhecimento para ser utilizado por órgãos de planejamento e desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná. Em 1987 adquiriu também a função de formação de pessoal em nível de pós-graduação *lato sensu*. Informações retiradas do site oficial do instituto, disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=32>. Acesso em: 15 abr. 2013.

des, 1989, p.XII). Em suma, toda a concepção teórico-metodológica desse estudo do Ipardes está fundada nas reflexões de um “marxismo renovado”, constituído principalmente a partir dos estudos de Dea Felon e de Foucault (ibidem, p.1-22). Conseqüentemente, a *apropriação* do filósofo francês feita por Pereira foi mediada por esse “marxismo renovado”, tal como defendia Decca, tal como em parte *operou* Pereira.

Um ano após a defesa da dissertação de Pereira, na mesma instituição foi defendida a dissertação de Diva da Conceição Ribas Mezzomo (1990), intitulada *Médicos e educadores: a disciplinarização da família curitibana (1890-1930)*, sob orientação de Oksana Olga Boruszenko. Nas referências bibliográficas dessa dissertação não constam textos de Thompson e constam os seguintes textos de Foucault: *Vigiar e punir*, *Microfísica do poder*, *A vontade de saber*, *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*.

Para compreender a dinâmica dos discursos proferidos por pedagogos, educadores, políticos, literatos, médicos etc. e suas relações com instituições e práticas que estabeleceram relações de poder em Curitiba, entre 1890 e 1930, Mezzomo recorre vigorosa e (quase) exclusivamente ao pensamento do filósofo francês. É uma retomada de muitos “conteúdos” dos livros de Foucault para explicar processos “desvendados” pelo autor que também ocorrem na cidade paranaense. Além disso, a autora mantém a concepção teórico-metodológica e desenvolve (amplia) noções e argumentos do filósofo a partir do estudo de Curitiba.

O texto possui uma introdução e um longo anexo nos quais a autora define seu objeto, seu método de análise documental e sua concepção teórica. Possui três capítulos, em cada um Mezzomo discute uma estratégia de normatização da sociedade curitibana: primeiro, por meio da normalização da mulher; segundo, por meio dos cuidados na primeira infância; e, terceiro, o disciplinamento das jovens. E encerra com uma breve conclusão que sintetiza cada capítulo e afirma: “Assim, a medicina e a pedagogia no período histórico em estudo (1890-1930) trabalharam com ardor pela formação, por intermédio das famílias e do processo de escolarização, do indivíduo útil, sadio e disciplinado” (ibidem, p.89).

Se essa é uma conclusão análoga às descrições de Foucault sobre os referidos *saberes* (medicina e pedagogia), instituições (família e escola) e objetivos (dócil e útil) na época moderna, o método para atingi-la também foi: as fontes utilizadas pela autora foram periódicos científicos, teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Paraná, relatórios de órgãos públicos e textos literários; após a leitura, os discursos ali presentes foram separados por assunto:

Dessa maneira, fixou-se o método: Comparar os discursos do saber a respeito das mulheres e dos adolescentes. [...] Dessa maneira, completaram-se as três fases da pesquisa, as quais possibilitaram uma análise dos discursos do saber-poder a respeito das mulheres, das crianças e dos adolescentes. (ibidem, p.113)

Em suma, poderíamos dizer que a autora analisa as fontes e estabelece séries que perpassam os diversos discursos da época, de acordo com sua formação de objetos e de estratégias de poder, tal como fez Foucault nos livros referenciados pela autora.

Nas passagens aqui citadas já fica indicado que Mezzomo retoma um dos elementos da noção de *microfísica do poder*, que é a relação de reforço entre saber-poder. A autora esclarece, ainda:

Segundo Foucault, o poder produz e nessa produção tornou-se indissociável do saber. O poder não é analisado em Foucault como algo permanente ou estável que possuísse um lugar determinado para se alojar, como por exemplo o Estado. O autor em questão vai muito além e ultrapassa os aparelhos centrais pausado em lugares e em relações as mais longínquas e infinitas espalhadas pela sociedade. O poder igualmente não é analisado em Foucault somente por seu lado negativo (repressão, proibição, condenação), mas também é interpretado em sua forma positiva como aquele que produz algo necessário em circunstâncias históricas determinadas. (ibidem, p.12)

Assim, a autora adota as noções de mútuo reforço entre poder e saber, de poder como relação, descentralizado e produtor. Porém, a *apropriação* mais significativa, isto é, a aproximação definitiva desse

estudo com o pensamento foucaultiano é a recusa em explicar as *práticas* (discursivas ou não) por um fundamento socioeconômico, não existe o sentido profundo da *luta de classes* nesse estudo.

Algumas passagens demonstram o importante efeito na análise, da recusa do “fundamento socioeconômico” que Mezzomo retoma diretamente de Foucault e, também, indiretamente a partir do estudo de Jurandir Freire Costa.⁶⁵ Por exemplo: para resolver o problema dos filhos indesejáveis (concebidos fora do casamento) surgiu em 1738, no Rio de Janeiro, uma instituição denominada *Casa dos Enjeitados*, em que essas crianças poderiam ser depositadas anonimamente. Os médicos higienistas do século XIX, em razão da alta mortalidade infantil que ocorria em casas dessa natureza, as condenaram efusivamente. Isso afetou o comportamento de toda a sociedade, incluindo as classes dominantes, mais preocupadas em manter sua “imagem” (Mezzomo, 1990, p.18-19).

Outro alvo dos intelectuais e técnicos dos séculos XIX e XX foram as “amas de leite”, que não só causavam epidemias físicas e morais, mas também impediam a verdadeira função das mães, a saber, zelar pelo bom desenvolvimento de seus filhos, independentemente da classe social. Pois...

[...] os autores mencionados verificam que os pequenos burgueses, como o “chapeleiro de Ruão” ou, enfim, os comerciantes, desejavam ver-se livres dos filhos para melhor administrarem seus negócios, e com isso entregavam-nos às amas de leite; incluindo também nesse caso as mulheres abastadas que desejavam brilhar na sociedade. (ibidem, p.38)

Ora, essas e outras passagens do estudo de Mezzomo pervertem (ou invertem) muitas conclusões de estudos discutidos por nós, que atribuem o surgimento dessas *práticas* (discursivas ou não) ao interesse (vontade) das classes dominantes (da burguesia), elaboradas por essas,

65 Como mencionado anteriormente, as pesquisas históricas de Freire e Machado influenciaram a *apropriação* de Foucault pelos historiadores brasileiros. Nesse caso específico, *Ordem médica e norma familiar* de Freire favoreceu uma *apropriação* mais “pura”, “coerente” etc. do pensamento foucaultiano.

para essas, com a função de controlar as classes subalternas e, enfim, constituir a sociedade capitalista (burguesa) atual. Nesse estudo, em momento algum a autora explica as *práticas* que analisa por meio do interesse das classes dominantes; ao contrário, a própria burguesia é efeito dessas *práticas* difusas (da pedagogia, da literatura, da medicina, da política etc.):

Jurandir Freire Costa em “Ordem Médica e Norma Familiar”, faz uma análise da ação da higiene sob as famílias brasileiras de elite, onde a medicina procurava incorporá-las a um novo tipo de vida – mais saudável e disciplinado – abolindo dessa forma os costumes patriarcais arraigados e possibilitando o nascimento de uma nova classe: A Burguesia. (ibidem, p.34)

A questão da amamentação se destaca por ser o ponto em que Mezzomo avança em relação aos estudos de Foucault ou, melhor dizendo, se mantém no horizonte teórico-metodológico foucaultiano e desenvolve novas problemáticas.⁶⁶ A autora demonstra que em Curitiba o discurso dos médicos, com o objetivo de reduzir a mortalidade infantil revelado pelas análises demográficas da época, estabelece a necessidade da amamentação pela mãe. Esse discurso encontrou ressonâncias em outros discursos (de pedagogos, literatos, políticos etc.) sobre o papel da mulher para o bem-estar da família e da pátria:

Numa época em que médicos e educadores preconizavam a normatização da família como espaço sadio, afetivo e moral, no qual a criança e o “adolescente estivessem protegidos de doenças e vícios”, a conduta feminina tornou-se fundamental. Dessa madeira, o corpo das mulheres (moças, esposas, mães) passa a ser objeto de estudo, de vigilância e de exame. Assim, a esposa e mãe, que um dia fora uma moça que possuía como norma a disciplina e o cultivo do corpo para o futuro casamento e para a reprodução, tinha uma função determinada no interior do lar:

66 As poucas análises de Foucault sobre o tema da amamentação – que nós encontramos e que a autora teve acesso – foram expostas em *Microfísica do poder* (ver Foucault, 1979, p.275-6).

proporcionar a felicidade e a prosperidade à Pátria e à sociedade através da preservação dos corpos de seus filhos, conservando-lhes a saúde e suprimindo-lhes o a maus hábitos, como também solidificar a instituição familiar por intermédio de sua reserva, de sua quietude, de sua submissão e bondade perante o esposo.

[...] Os médicos prescreveram hábitos higiênicos às famílias, e os cuidados para com a infância e adolescência foram um dos pontos essenciais. Em relação à primeira infância os higienistas ordenaram a amamentação materna devido ao elevado índice de mortalidade infantil apresentado nesse período histórico, tendo por agente causador a Gastroenterite. (Mezzomo, 1990, p.87-8)

E, ainda, se operacionalizou em instituições como a *Gota de Leite*, fundada em Curitiba em 1913, que tinha as seguintes funções: primeiro, distribuição (gratuita ou paga) de leite esterilizado aos necessitados (pobres ou ricos), desse modo reduzindo a mortalidade infantil; segundo, atendimento médico aos bebês com gastroenterite, desnutrição, entre outras doenças; terceiro, aconselhar e ensinar as mães a melhor maneira de cuidar de seus filhos; quarto, examinar as nutrizes de aluguel verificando “minuciosamente (corpo, idade, estado civil, número de filhos, procedência, humor, hábitos e costumes) para evitar a possibilidade de transmissão de doenças físicas e morais às crianças”; quinto, vistoriar a produção do leite bovino; e sexto, um espaço de “mais saber” sobre os comportamentos das mães em relação às crianças (ibidem, p.46-50).

Em suma, a autora procurou descrever algumas das relações entre saber-poder na cidade de Curitiba, no período da Primeira República. Nesse sentido, se admitirmos a possibilidade de uma *apropriação* tão contundente do pensamento de Foucault, que produz a sensação de duplicação/desenvolvimento e, conseqüentemente, o epíteto de estudo foucaultiano. Sem dúvida, o estudo de Mezzomo seria o mais merecedor dessa classificação.

Dentro do universo de arquivos pesquisados e de acordo com as análises das obras/fontes acima e de outras que levantamos,⁶⁷ podemos afirmar que os textos de Foucault, seus argumentos, as novas informações e as formas de pesquisa foram uma importante fonte de inspiração para a consolidação desse campo temático no Brasil. Contudo, foram raras as adesões à sua concepção teórico-metodológica, uma vez que a estrutura socioeconômica e a *luta de classes* é o interesse último das pesquisas, é o elemento fundamental a ser compreendido, é o nexos explicativo da história. Essa forma de pensar era oriunda dos textos de Thompson, Gramsci, Benjamin, Hobsbawm, Marx, entre outros materialistas citados direta ou indiretamente nas obras/fontes desse eixo temático.

Poderíamos dizer – como disse Beatriz Miranda – que para muitos historiadores brasileiros dos anos 1980, os estudos de Foucault, Roberto Machado, Jurandir Freire Costa, entre outros de perspectiva semelhante, “representam uma fase do discurso crítico sobre saúde-doença, a partir dos quais outras perspectivas se desenvolveram” (Miranda, 1985, p.XI). Essas “outras perspectivas” eram fundadas no marxismo e, portanto, consideradas mais “sólidas e completas”, podendo ser exemplificadas pela seguinte passagem da dissertação de Glícia Aragão:

O que se depreende de tudo isso é que os serviços prestados à classe mais desfavorecida respondem muito mais às necessidades da classe dominante. O asilo, aparentemente fundado para assistir ao doente mental, cumpre uma função de controle. O indivíduo que perturbou a ordem, porque

67 As outras monografias estudadas são: Maria Antonieta Martines Antonacci (1987, tese de doutorado); Glícia de Carvalho Aragão (1989, dissertação de mestrado); Laurinda de Miranda Barbosa (1988, dissertação de mestrado); Cláudio Bertolli Filho (1986, dissertação de mestrado); Alzira Lobo de Arruda Campos (1986, tese de doutorado); Leila Maria Corrêa Capella (1986, dissertação de mestrado); Maraliz de Castro Vieira Christo (1988, dissertação de mestrado); Wilson Roberto Gambeta (1988, dissertação de mestrado); José Ricardo Barbosa Gonçalves (1990, tese de doutorado); Myriam Bahia Lopes (1988, dissertação de mestrado); Maria Clara Tomaz Machado (1990, dissertação de mestrado); Beatriz Teixeira de Melo Miranda (1985, tese de doutorado); Pedro Tórtima (1989, dissertação de mestrado); Augusto Zanetti (1990, dissertação de mestrado).

a sociedade não lhe enxergou como um ser em si mesmo, recebe como castigo uma pena indefinida. *Em últimas palavras, o sistema provoca a “disfunção” que leva o doente à internação, ele mesmo cria o asilo não para solucionar o problema do doente mas para impedir os bloqueios que este pode causar ao ritmo social.* (Aragão, 1989, p.6, grifo nosso)

Em suma, nesse momento, as instituições de saber-poder são entendidas como aparelhos de dominação utilizados pela burguesia contra o proletariado e/ou *lumpemproletariado*. Nesse marxismo “renovado”, o pensamento de Foucault serve para agregar valor explicativo ao lado de outras *práticas historiográficas* de acordo com os interesses ou vínculos dos autores. Por exemplo, a “História Demográfica foucaultiana” de Marco Pereira se relaciona com as injunções institucionais da UFPR, *lugar* em que o método serial-quantitativo era privilegiado; a preocupação de Maria Cunha (1986, p.9) em resgatar as falas dos “loucos” – recuperando o “outro lado do espelho” – se deve à “convivência sempre estimulante” com os colegas do Departamento de História da Unicamp, interessados na “história vista de baixo”; e, ao contrário, o maior interesse pelos aparelhos e mecanismos de dominação se encontra nas pesquisas da UFF e da USP, *lugares* em que existia uma grande preocupação com a análise e crítica dos grandes sistemas organização e dominação da sociedade.

A história cultural brasileira dos anos 1980: no caldeirão da bruxa também se produz história social?

Este subitem talvez cause vertigem ao leitor, pois atravessaremos rapidamente todos os períodos da história do Brasil discutidos anteriormente. Porém, agora com um enfoque diverso. Os embates entre escravos e senhores serão substituídos por embates em torno do comportamento sexual e o Diabo entrará em cena. Ao invés de descobirmos como se constituiu o movimento operário, veremos a constituição (ou invenção) de regiões inteiras. O lazer e a música se tornarão mais essencial que o trabalho, entre outros assuntos considerados culturais – ou, para alguns, perfumarias.

Em 1980, Laura de Mello e Souza defendeu sua dissertação de mestrado intitulada *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, no Departamento de História da USP, com orientação de Fernando Antonio Novais. Nesse estudo, a autora recorre aos textos *Whigs and hunters* de Thompson, e *Histoire de la folie à l'âge classique*, *A verdade e as formas jurídicas*, *Surveiller et punir* e *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*. O estudo foi considerado pelos críticos e pela própria autora como muito apegado a esquemas explicativos. Apesar de Souza não se considerar marxista, admite a existência de uma grande influência de Caio Prado Jr. nesse estudo (Souza, 2002, p.373). Desse modo, mais do que esquemático – termo carregado de caráter pejorativo e desqualificador –, encontramos uma *formalização*, uma vez que Souza procurou demonstrar como o discurso da “humanidade inviável” – uma espécie de superestrutura –, forjado pela elite a respeito dos trabalhadores livres de Minas Gerais, fortaleceu a reprodução da estrutura socioeconômica – infraestrutura. Daí uma analítica documental e uma escrita que procuram estabelecer categorias (oligarcas/elite, desclassificados e escravos) e as relações entre essas (dominação e dependência). Considerando esse objetivo mais geral, os referidos textos de Thompson e de Foucault aparecem como fontes secundárias e para reforçar certas argumentações; por exemplo, sobre os efeitos repressivos do discurso que caracteriza uma determinada classe social como essencialmente “vadios” (Souza, 1980, p.68, 97, 122, 124 passim).

Essa dissertação não é um estudo da cultura, por isso foi arrolada entre as obras/fontes sobre o trabalho no Brasil Colônia. É citada neste momento apenas para destacar a existência de uma continuidade na forma como Souza utiliza o pensamento de Foucault em seus estudos de mestrado e de doutorado, este último sim portador de um tema cultural, vejamos.

Em 1986, na sua tese de doutorado defendida na mesma instituição, sob a mesma orientação, Denominada *Sabbats e calundus: feitiçaria, práticas mágicas e religiosidade popular no Brasil Colonial*, Souza estudou a constituição da religiosidade popular entre os séculos XVI e XVIII. Conforme a autora demonstra, essa religiosidade foi resultado

da “convivência e interpenetração de populações de procedências várias e credos diversos”, especificamente da mistura entre um “substrato comum” – de folclore, feitiçaria, religiosidade etc. – europeu com elementos religiosos africanos e ameríndios, todos sob a pressão exercida pela Igreja tridentina para purificação dos elementos não católicos. Ainda, a autora procura mostrar como esse sincretismo se articulou “com as necessidades da vida cotidiana: a sobrevivência, a faina, as brigas, os conflitos, os ódios, os amores, os anseios de comunicação com o outro mundo e a espera de revelações vindas do além” (Souza, 1986, p.15-18).

Ao longo do estudo encontramos algumas referências aos livros *Histoire de la folie à l'Age Classique* e *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*. Porém, como destacou a própria autora (Souza, 2002, p.376-7), as principais referências teórico-metodológicas de Souza foram Bronisław Geremek, Le Goff, Mandrou, Le Roy Ladurie e Roger Bastide, ou seja, uma bricolagem entre “história dos marginalizados” – a partir dos estudos de Geremek –, “história das mentalidades” e “micro-história”. Nesse sentido, a autora recorre fundamentalmente a procedimentos hermenêuticos. Pois acompanha os estudos dos referidos intelectuais e interpreta os documentos – dos quais se destacam os relativos às Visitações, às Devassas Eclesiásticas e aos Processos de réus brasileiros existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – para retomar um elemento profundo que compõe a mentalidade de uma dada sociedade; por exemplo, o fundamento cultural da expansão marítima europeia do século XV:

A aventura marítima desenrolou-se pois sob forte influência do imaginário europeu tanto na vertente positiva quanto na negativa. A idade de ouro das utopias europeias vinculou-se estreitamente às grandes descobertas, os relatos de viagem, “embelezados pela imaginação” [...]. (Souza, 1986, p.29)

Os habitantes das terras longínquas que os europeus acreditavam serem fantásticas constituíam uma outra humanidade, fantástica também, e monstruosa. [...] No mundo precário do homem medieval, surgia a necessidade de nomear e encarnar o desconhecido a fim de manter o medo nos limites do suportável: monstros descritos pela religião (Satã), monstros

descritos pelo bestiário (unicórnio, dragão, formiga-leão, sereias, etc.), monstros humanos individuais (aleijados, tarados) e monstros que habitavam os confins da Terra, parecendo-se com homens normais (ou seja, europeus do oeste) mas trazendo traços monstruosos hereditários. (ibidem p.49)

Se Deus era cultuado d'aquém e d'além-mar, Satanás também o era, reinado ainda nas vagas e turbilhões oceânicos. Numa época em que o Sistema Colonial articulava boa parte das terras do globo, é natural que sonhos, anseios, desejos, projeções imaginárias refletissem sua importância. (ibidem p.190)

A partir de pesquisa própria e, sobretudo, recorrendo aos estudos da terceira geração dos *Annales*, Souza descreve esse imaginário comum da época. Porém, Souza parece levar a sério a advertência de Ginzburg – “uma análise de classes é sempre melhor que uma interclassista” –, já que procura resgatar também a *circularidade*: o processo de constituição simultânea e conflituosa da cultura popular e da cultura erudita. Essa circularidade é muito evidente no caso do sabbat (reunião de feiticeiros):

Captando e reconstruindo o imaginário das elites europeias do fim da Idade Média, os demonólogos e teólogos sedimentaram uma das vertentes sobre que se edificou o sabbat – na sua essência, um mito estranho à mentalidade popular. Mas a vertente erudita não foi a única: engastou-se num complexo cultural constituído ainda por elementos dispersos de cultura popular que, sob a ação inquisitorial, adquiriram temperatura de fusão. O sabbat foi, portanto, uma das principais construções mentais encetadas pela confluência e interpenetração de concepções elitistas e populares, ocorridas, muitas vezes de forma traumática, no início da época Moderna. Pacto [com o demônio] e sabbat andavam juntos, quase sempre indissociáveis: quando um inquisidor arrancava uma confissão de pacto, começava a rastrear a de comparecimento ao sabbat. (ibidem p.311)

E esse também é o caso da distinção entre religiosidade da metrópole e da colônia, afinal:

Mais importante do que saber se determinado colono açoitava o crucifixo por ser judeu ou se um outro duvidava do Purgatório por ser calvinista, há pois que compreender as atitudes e reações de um e outro à luz de uma religiosidade específica, multifacetada, sincrética, e que era a religiosidade da colônia. (ibidem p.374)

Nessa hermenêutica – também operada por Ginzburg – é fundamental o resgate, a partir da interpretação dos documentos de poder, das formas de pensar e agir das classes subalternas e seus significados que são ao mesmo tempo individuais e coletivos, por exemplo:

Adrião, de certa forma, corporifica tudo o que se disse no decorrer deste trabalho: vivia dilacerado entre a ideia de Bem e de Mal, de Céu e de Inferno, às voltas com concepções próprias a cerca da religião, procurando-a tornar mais próxima e acessível; buscava práticas mágicas e se entregava por pacto ao demo a fim de resolver questões cotidianas: pendências, e problemas amorosos; por fim, sob o impacto do interrogatório e das torturas, reformulou concepções anteriores e acabou incorporando a demonização que lhe era imposta. Seu retorno à pátria [ao Brasil após a punição], mesmo que atípico, tem significado simbólico: perseguidos, macerados, aviltados, reduzidos a condições subumanas, os colonos muitas vezes persistiam em suas crenças próprias e sonhavam em voltar àquela terra da América que os vira nascer. Suas dimensões começavam a ganhar contornos e se mostrar irredutíveis à fôrma metropolitana. (ibidem, p.369)

Por fim e correlato ao que foi evidenciado até agora, temos o pressuposto do social como referência da cultura. Isto é, diferente de uma História Cultural como definida por Roger Chartier, em que – como vimos – a cultura é elemento construtor do social, temos uma História Social da Cultura, em que a cultura é fundamental para a manutenção do social; contudo, este é referência – estrutura, fundamento etc. – para aquela. Por exemplo, sobre o imaginário das grandes navegações, Souza afirmou a partir de Le Goff: “A expansão comercial seria, assim, o substrato infraestrutural destas projeções oníricas, ou pelo menos de parte delas” (ibidem p.25).

Em relação ainda à temática central de seus estudos, Souza afirma que os discursos eruditos sobre a “humanidade inviável” (mestrado) e sobre a feitiçaria (doutorado) – após a abertura da Época Moderna é uma reorganização do saber erudito – são oriundos da necessidade de justificação cultural do Sistema Colonial de dominação:

A feitiçaria no Brasil colonial se superpôs à humanidade inviável, demonizando-a ainda mais. A relação entre uma e outra foi característica da dimensão colonial do fenômeno, conferindo-lhe especificidade. Na Europa, costumava-se desde a Idade Média animalizar as classes subalternas. Os “masterless men” eram frequentemente vistos como bichos, a aproximação entre homens e animais se reduzindo a uma camada social e dela ficando isentas as camadas dominantes da sociedade. No Brasil, inicialmente disse respeito aos índios, mas logo passou a qualificar os negros, estendendo-se, por fim, também aos demais colonos. [...]

O escravismo contribuíra decisivamente para conferir ao Novo Mundo o seu caráter negativo, danado, infernal [...].

A inquisição portuguesa e o esforço catequético de enquadramento de populações europeias e coloniais se inseriram neste contexto [da abertura da Época Moderna], representando respostas possíveis das camadas superiores ante as convulsões, das quais também eram protagonistas as classes subalternas. [...] Talvez daí a definição de feitiçaria a partir do pacto demoníaco. (ibidem, p.371, 373, 377)

Enfim, ousaríamos dizer que se trata de um estudo dos aspectos culturais que envolviam a dinâmica socioeconômica Colônia, esta já analisada por Novais (orientador da autora). Diferente da sua já referida dissertação de mestrado, nesse estudo Souza se dedica mais à interpretação (hermenêutica) documental e uma *escrita* narrativa sincrônica e a descrição “cerradas entre as fontes”, e menos a uma analítica. Resta a pergunta fundamental para nosso estudo: Como pôde o pensamento de Foucault participar de uma *operação historiográfica* tão distante de seu empreendimento? Em nossa perspectiva, por dois modos que não implicam uma filiação geral ao seu pensamento.

Primeiro, uso de seus textos como fonte secundária: ao discutir o imaginário (mentalidade) que recobriu a expansão ultramarina, Souza

retoma a descrição de Foucault sobre a “nau dos insensatos” como um dos exemplos desse imaginário (cf. *ibidem*, p.72-85), concluindo que:

O mar, inconstante, levava para longe marinheiros temerosos, que se tornavam “prisioneiros da passagem”, ou passageiros por excelência, como viu Foucault. Levava também os filhos de Portugal, aqueles que, em menor ou maior grau, haviam atentado contra a lei do Reino ou contra a lei de Deus: purgava, pois, a metrópole de suas mazelas; era o “ergástulo de seus delinquentes”. (*ibidem*, p.74-5)

Segundo, como fonte secundária, mas também recuperando um elemento da *microfísica*: ao discutir a ação da Inquisição na construção do estereótipo mau da feitiçaria, Souza retoma a noção de que foi preciso uma série de mecanismos disseminados na sociedade que procuravam produzir e reproduzir esse estereótipo. Assim, por um lado, retoma a noção de poder *descentralizado* e *como relação* de Foucault e, por outro lado, retoma a descrição do filósofo francês sobre o procedimento da “confissão” como um das formas de exercício de poder (*ibidem*, p.295-33 (especialmente p.302-4, 317)). Contudo, Souza, diferente de Foucault, procura explicar essas *práticas* a partir de seu “sustentáculo”, a saber: o sujeito social. E, correlatamente a esse procedimento, recupera a partir da documentação do poder, os efeitos concretos dessas *práticas* nos sujeitos (a realidade vivente como diria Foucault):

Sob impacto dos interrogatórios, *deflagrava-se nos réus como que uma crise de identidade, dissociando traumáticamente os níveis erudito e popular que se imbricavam nas práticas exercidas no dia a dia*. Em prejuízo de si próprio, o réu via-se tomado de uma “ânsia de confessar e de expiar”, desejo de estabelecer uma aliança com o inquisidor. O grau máximo era a adesão a tudo quanto o inquisidor dizia [ou seja, adesão exclusiva ao nível erudito de sua identidade] e a crença de que o confessado ocorrera de fato. (*ibidem*, p.304, grifo nosso)

Nesse sentido, podemos dizer que Souza concebe o documento como *monumento* tal como Le Goff ou Ginzburg, não como Foucault, para nele identificar os mecanismos de dominação, resistência e seus efeitos con-

cretos na identidade dos indivíduos, na concretude do social. Ou seja, tal como fez em seu mestrado com Thompson e Foucault, a autora opera em seu doutorado apenas com o filósofo francês, sobretudo uma *apropriação de conteúdo*. Vejamos em seguida outro estudo resultante de uma trajetória intelectual similar a de Souza: seriam as mesmas características?

Após defender sua dissertação de mestrado na UFF, fundamentado principalmente no pensamento de Lucien Goldmann, mas também com pitadas de Foucault sempre muito bem medidas pelo dosímetro de seu orientador Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas desenvolve sua tese em outra instituição “tradicional”, a USP – em parte para poder concretizar em um estudo histórico, as “diferenças teóricas” (Vainfas, 2010, p.11) que possuía em relação ao seu antigo mestre. A tese intitulada *Trópico dos pecados* (Vainfas, 1988) foi defendida em 1988, com orientação de Eduardo d’Oliveira França, e é um estudo dos valores e métodos implementados pela Contrarreforma e postos em prática por diferentes agentes (ordens religiosas, Santo Ofício da Inquisição etc.) entre os séculos XVI e XVIII, para “curar” fiéis imperfeitos e pagãos do Novo Mundo de seu apego à luxúria, bem como do confronto desses valores com os códigos morais populares.

Como afirmou o próprio autor e diagnosticou, no prefácio, Laura de Mello e Souza (2010, p.13-17), o estudo é um caldeirão teórico-metodológico. O autor utiliza elementos do “vasto campo da história das mentalidades” de intelectuais como Michael Vovelle, Robert Mandrou, Philippe Ariès, Jean Delumeau etc.; da “micro-história” de Carlo Ginzburg e de Emmanuel Le Roy Ladurie; do marxismo de Mikhail Bakhtin e do pensamento de Foucault a partir dos livros *Vigiar e punir*, *História da sexualidade I: a vontade de saber*, *História da sexualidade II: o uso dos prazeres* e *Historia da sexualidade III: o cuidado de si*. Disso, temos cinco observações iniciais:

Primeira, Vainfas participa de um seletto grupo de historiadores brasileiros dos anos 1980 – apenas sete pela nossa pesquisa – que referenciam *O uso dos prazeres* e/ou *O cuidado de si* e, tal como os outros pesquisadores, se *apropria* de elementos muito específicos da problemática colocada pelo filósofo francês nesses livros:

Embora não lhe siga nas ideias ou na concepção da história meu trabalho esposa o roteiro sugerido por Foucault em “O uso dos prazeres” para uma história da moral – o qual comporta três possibilidades: 1) os sistemas de regras, leis e valores que vigoram socialmente, bem como as instâncias de poder que lhes dão vigência (história dos códigos); 2) a conduta das pessoas, mais ou menos ajustadas às regras vigentes (história das moralidades); e 3) os modelos propostos para instauração e o desenvolvimento da relação de cada consigo mesmo (história da ética e da ascética). Neste *Trópico dos pecados* procurei colocar-me, com efeito, a partir desses três pontos de observação: regras éticas da Igreja e as agências de poder empenhadas em difundir-las, mormente a Inquisição; as condutas morais e sexuais do “viver em colônias”; os modelos ideais de comportamento que, entre normas oficiais e as regras do cotidiano, buscavam aproximar os indivíduos e as verdades absolutas da Contrarreforma. (Vainfas, 2010, p.21)

Como vimos na primeira parte desse estudo, entre essas três formas de fazer uma história da moral, Foucault opera apenas pela terceira enquanto Vainfas opera pelas três. Além disso, considerando a terceira forma de história da moral, existe uma diferença entre estudar a *substância ética*, o *modo de sujeição*, o *trabalho ético*, a *teleologia do sujeito* e suas variações na história e estudar os modelos de comportamento que aproximam os indivíduos das verdades absolutas, uma vez que “se adequar a uma verdade absoluta” já é em si um modo específico e histórico de governo de si.

Desse modo, o roteiro de Foucault sobre as formas da história da moral é em Vainfas um esquema bastante aberto – como veremos adiante, isso condiz com a postura do autor em relação à flexibilidade dos conceitos – e excessivamente vago para aproximar seus procedimentos daqueles presentes nos estudos de Foucault. Porém, adiante procuraremos demonstrar que foram os elementos presentes no eixo do poder e não da ética que repercutiram ao longo do estudo de Vainfas.

Segunda observação, ao utilizar elementos do marxismo – a partir de Bakhtin e de Vovelle, não mais de Goldman –, Vainfas procurou aproximar a noção de mentalidade a de ideologia. Desse modo, ficou

longe “de uma história que preconiza a ‘absoluta autonomia do mental’, a diluição dos sujeitos históricos coletivos”...

Quer-me parecer – e isso será o leitor a comprová-lo – que não teci meu estudo “sobre camadas de ar”, recusando-me a correlacionar atitudes individuais, ou modos coletivos de pensar e sentir, com a totalidade histórica em questão: as transformações da época moderna, o colonialismo, o escravismo. (ibidem, p.21)

Fica evidente que Vainfas não abdicou da principal lição de seu orientador anterior, a saber: “a cognoscibilidade do todo social”.

Terceira observação, a “hermenêutica” da micro-história – sobretudo de Ginzburg que, como afirmado em outro momento por Vainfas (2012, p.2) na entrevista à *Revista Cantareira*, foi a “grande referência teórica” deste estudo – favorece a constituição da totalidade sócio histórica e fornece procedimentos e conceitos necessários para uma leitura que “atravessa” os documentos, que encontra em seus “ruidos” as práticas populares e seus significados:

Li-as, pois, no sentido tradicional, enquanto fontes judiciárias empenhadas na decifração de heresias, mas li-as também na contramão, nas entrelinhas, em busca de sentimentos e moralidades que outra coisa podiam significar além dos erros que *a priori*, lhes imputavam os inquisidores. (Vainfas, 2010, p.22)

Quarta observação, entre a “coerência sistêmica” e o “palimpsesto” na produção historiográfica, Vainfas toma o partido daqueles que defendem a segunda postura no final da década de 1980 – postura que já não é a mesma no final da década de 1990.⁶⁸ Isto é, na contracorrente da normatização das *práticas historiográficas*, o autor opta abertamente

68 É importante notar que o tom de Vainfas não é exatamente o mesmo no final dos anos 1990, pois em seu capítulo intitulado “História das Mentalidades e História Cultural” em “Domínios da História” (Vainfas, 1997), procura marcar com veemência as diferenças teórico-metodológicas entre Thompson, Ginzburg e Chartier.

pela bricolagem de procedimentos teórico-metodológicos para compor sua *operação*, por essa ser a postura menos arriscada para a história-disciplina ou, em suas palavras:

Arrisco-me, portanto, a deslizar eventualmente para o terreno movediço da ambiguidade teórica, minorada, em parte, pelo tom descritivo que conduz a narrativa. Seja como for, preferi seguir esse caminho a correr os também perigosos riscos do dogmatismo e do anacronismo, a que pode levar a insistência obstinada no uso de conceitos inflexíveis. (Vainfas, 2010, p.21)

Enfim, a passagem acima remete à quinta observação: não há dúvidas que, em sua *escrita*, pouco utiliza da *lógica formal* (constituição/utilização de categorias e a definição das relações lógicas entre estas) própria de um método analítico. Nela, predomina a narração sincrônica e a descrição, procedimentos que Vainfas, Foucault, Ginzburg, Thompson etc. compartilham.

O texto é dividido em três partes. Na primeira parte, o autor procura demonstrar as estratégias católicas para o controle dos hábitos sexuais no Novo Mundo. No que se refere às estratégias mais gerais, Vainfas destaca, por exemplo, a afirmação do casamento como sacramento e instituição “basilar da chancela eclesiástica sobre a vida dos fiéis”, permitindo avançar a doutrina sobre o povo e refutar dessacralização do ato afirmada pelos protestantes; a criação de seminários para a profissionalização do corpo eclesiástico; a implantação do “moderno confessionário, separando confessor e penitente por meio de telas ou grades, e posto à vista do público no interior das igrejas”, isso evitaria a aproximação íntima e em locais privados entre sacerdotes e pecadores e, consequentemente, pecados da carne (ibidem, p.35, 37).

É nessa discussão sobre a confissão auricular que o autor faz sua primeira referência direta a Foucault, para explicar a importância dessa prática para a produção de conhecimento e controle sobre o sexo dos súditos. Ou seja, é basicamente uma *apropriação* de conteúdo. Vainfas utiliza uma linha argumentativa de *A vontade de saber* como “fonte secundária” para agregar valor explicativo a sua análise:

[...] nos países católicos, o mecanismo elementar de controle das consciências e dos comportamentos residiria no sacramento da penitência, na confissão auricular. Generalizada pelo IV Concílio de Latrão (1215), estendida obrigatoriamente a todos os fiéis da Quaresma, a confissão sacramental tornar-se-ia, diz-nos Foucault, matriz da produção discursiva sobre o sexo no Ocidente. (ibidem, p.36-7)

No que diz respeito às estratégicas mais específicas, isto é, focadas no Novo Mundo, Vainfas descreve, por exemplo, a animalização e demonização dos índios elaborada no discurso dos jesuítas, assentado nas práticas de canibalismo, nudismo e moradia conjunta daqueles que aturdiavam os europeus (ibidem, p.46-8). Porém, para nossa discussão, o ponto fundamental dessa primeira parte está na seguinte passagem:

A sólida organização de paróquias atreladas aos poderes episcopais, meta essencial da reforma preconizada em Trento, esbarraria aqui na lenta criação de dioceses, na frequente e prolongada vacância dos bispados, na escassez e na desqualificação do clero secular.

Mas foi sobretudo por meio das missões que o espírito da Contrarreforma penetrou nas colônias ibéricas antes que Trento encerrasse suas atividades. Ao Brasil chegou pela voz dos jesuítas liderados por Nóbrega, ansioso para iniciar a conversão das gentes do trópico. Boxer concebeu a missão como instituição de fronteira, típica da colonização ibérica no ultramar, mas não convém esquecermos ter sido, antes, uma tática essencial da Contrarreforma como um todo, utilizada na Polônia, Tchecoslováquia, Suíça, Países Baixos, França, em quase toda a Europa, enfim, desde que Roma julgasse viável a reconversão de certas regiões ao catolicismo, ou tencionasse consolidá-lo em áreas fiéis, compensando as deficiências do clero paroquial. A missão integrava já uma estratégia ofensiva da Igreja, reunindo o que de mais caro havia no projeto tridentino: a culturação massiva, popular e rural, e não mais a pregação limitada aos centros urbanos, como faziam os franciscanos nos séculos XIV e XV. “Deculturação” e catequese das massas, demonização e aculturação dos campos, nisso residiu, em grande medida, o essencial da reforma Católica em sua ambição mundial. (ibidem, p.41)

Para além da já referida *apropriação* de conteúdo que agrega valor explicativo ao texto, é preciso acompanhar as afirmações de Laura de Mello e Souza e assinalar que a primeira parte do estudo teve uma repercussão mais geral e profunda do pensamento de Foucault. Pois, pensar de acordo com uma das noções da *microfísica do poder*, aquela que assinala a disseminação das relações de poder na sociedade para além dos aparelhos institucionais e práticas formalizadas, permitiu a Vainfas questionar até mesmo a produção historiográfica mais recente. Souza (2010, p.16) explica que para Vainfas...

Trento começou a se implantar no Brasil quando o concílio ainda não se encerrara na Europa. Mesmo que seja possível discordar do autor neste tocante, o capítulo no qual aborda o assunto – o primeiro do livro –, é um esforço brilhante no sentido de mostrar como os processos históricos se encontram indissociavelmente ligados nas duas vertentes do Atlântico, e até além: no âmbito largo dos impérios coloniais. A análise da implantação precoce de Trento desafia corajosamente as perspectivas – como a minha própria [Souza] – mais presas a um viés institucional, atenta sobretudo à arrastada implantação eclesiástica, já que mais de um século mediou entre a criação do primeiro bispado – Salvador da Bahia, 1551 – e o segundo – Olinda em Pernambuco, 1676. Ronaldo investe na ideia de que os jesuítas foram tridentinos *avant-la-lettre*, sugere que a *microfísica do poder* preconizada por Foucault se dissemina na sociedade independentemente dos aparatos mais formais.

Na segunda parte do estudo, Vainfas procura reconstituir a vida cotidiana na colônia e as regras morais populares. Na terceira parte, discute o embate entre essas regras morais e as normas oficiais implantadas pelos eclesiásticos, bem como o resultado devastador desse embate para os laços comunitários. Inclusive, contra os intelectuais que desconsideram o valor político das diversas perspectivas da história cultural; nesta última linha argumentativa reside a “lição” desse estudo para nossa atualidade, sintetizada no último parágrafo da tese:

Trópico dos pecados, assim seria o destino de nossa Colônia, malgrado o empenho dos inquisidores em transformar nossos moradores, escravos

e mulheres em hereges de ocasião, gente suspeita de má-fé. Ficou-nos, porém, o sentimento de culpa – e nisso a célebre “pastoral do medo” triunfaria amplamente, ainda que no além-mar. Sua pretensão era decerto mais ambiciosa, e por isso fracassou, contrariada pelo sentido da colonização. Mas, deteriorando identidades, acirrando preconceitos e culpabilizando consciências, seu esforço não foi de todo vão. É o que nos sugere essa face, também ela trágica, de nossa história colonial. (Vainfas, 2010, p.421)

Ou seja, essas *práticas* eclesiásticas foram capazes de romper solidariedades e inculcar preconceitos e conflitos em nossa sociedade. A questão que fica para o leitor é o quanto dessas *práticas* e de seus efeitos nocivos ainda opera no Brasil atual?

Ao longo de todo o texto verificamos diversas referências diretas a passagens de *A vontade de saber* e *Vigiar e punir*, geralmente enredada a outras referências – inclusive contestando as afirmações de Foucault –, sempre como uma *apropriação* de conteúdo – fonte secundária para adicionar uma informação e compor uma linha argumentativa – e não para estabelecer uma perspectiva teórico-metodológica.⁶⁹

Se, porém, acompanharmos o que sugere Laura de Mello e Souza em seu já referido prefácio da versão publicado desse estudo de Vainfas, o pensamento de Foucault pode ter tido uma repercussão maior em sua *operação* do que nos informa o autor. Pois ocorre uma articulação bastante minuciosa entre, por um lado, uma descrição das *práticas* discursivas e não discursivas implementadas por diversificados agentes do catolicismo que, independentemente de suas intenções, tem objetivos comuns ou que convergem, procedimento similar àquele presente – não exclusivamente – na arquiogenealogia de Foucault. E, por outro lado, uma narrativa/descrição dos efeitos sociais, da aplicação concreta dessas *práticas* no Novo Mundo, ou seja, aquilo que no debate entre os historiadores e Foucault foi denominado a “vida em um período”; procedimento presente nos estudos de Ginzburg, referência basilar

69 Sobre isso, ver as seguintes passagens em Vainfas (2010, p.21, 36-37, 82, 194-5, 249-51, 309-10, 376-7, 401, 419-20). E as seguintes referências (ibidem, p.68 (nota 11), 97 (nota 8), 236 (nota 2), 270 (nota 11), 271 (notas 13, 14 e 16), 352 (notas 1 e 2), 415 (notas 33 e 36), 417 (nota 85)).

reivindicada pelo próprio Vainfas. A seguir opomos dois trechos sobre o mesmo assunto, as práticas inquisitoriais, que deixam esse duplo procedimento muito evidente:

Como produzir por meio da tortura a verdade e não um depoimento falso para o alívio imediato?

A preocupação em utilizar a tortura como prova judiciária era tal que se recomendava naquelas ordenações não aplicar seguidas sessões de tormento ao réu, de modo a evitar-se a ratificação de uma falsa confissão unicamente movida por “medo da dor”.

Iníqua aos olhos de hoje, e já no século XVIII percebida como injusta, desumana e ineficaz, a tortura nada mais era no Antigo Regime do que uma característica burocrática das Justiças e uma técnica especial de interrogatório. E este último, lembra-nos Foucault, não era uma forma de “arrancar a verdade a qualquer preço” nem a “louca tortura” aplicada pelos modernos regimes totalitários. Concebido e regulamentado como prova judiciária, o tormento fazia de muitos interrogatórios um “suplício da verdade”, sendo por vezes o único meio que o réu tinha para se provar inocente, conforme nos indicam Antônio Saraiva e Bartolomé Bennassar a respeito da própria Inquisição. E, a esse título, observa muito bem o autor de *Vigiar e punir*, “mais longe do que às técnicas da Inquisição”, o tormento se ligava às antigas provas judiciárias medievais, as célebres ordálias e duelos, ao que se poderia acrescentar o antigo uso romano da *questio*. (Vainfas, 2010, p.250)

Qual era, porém, a experiência concreta dos colonos do Novo Mundo em relação às *práticas* inquisitoriais, ao “suplício da verdade”?

É-nos possível reconstituir um pouco dessa massa de sentimentos contraditórios que a todos assolava, examinando certas motivações do confessar e do acusar na visitação dos quinhentos. Os que atendiam à convocação do visitador, apressando-se a delatar erros alheios ou confessar os próprios, eram movidos por algumas espécies de medo. Antes de tudo pelo medo de ser acusado, o que levava muitos a se anteciparem às denúncias, apresentando-se ao visitado, ou a delatarem os outros para “mostrar serviço” à Inquisição. Um dos raros escravos a fazer denúncias

a Furtado de Mendonça foi o angola Duarte, rapaz de 20 anos que mal falava o português e teve de acusar por meio de um intérprete. Morador na Bahia, onde servia aos jesuítas, contou que era perseguido por Joane, escravo guiné, para com ele cometer o nefando, usando Duarte o “papel de macho”, o que de modo algum consentia, segundo disse, ciente de que o nefando “era caso para os queimarem”. E aproveitou o ensejo para também acusar de sodomia a Francisco Manicongo [seu desafeto], jimbanda que vimos infamado por se travestir nas ruas de Salvador. Duarte mentia ao se eximir de culpa? [...] Mas deixemos de lado as conjecturas: temeroso de ser denunciado – o que viria a ocorrer no dia seguinte –, Duarte resolveu acusar os possíveis amantes e parceiros de infortúnio, escravos da África como ele, para escapar à fogueira do Santo Ofício. (ibidem, p.291)

Tudo isso apenas confirma o que Vainfas havia observado na introdução do texto, a saber: que nesse momento é adepto das *complementações* teórico-metodológicas e que procura constituir uma história do “todo social” que, apesar de referências marxistas, não é organizada pelo nexó explicativo da *luta de classes*. É, sem dúvida, um bom exemplo de História Social da Cultura tal como o estudo já discutido de Souza.

Esses dois estudos “irmãos” podem ser considerados boas amostras do tom geral das poucas pesquisas publicadas no Brasil, na década de 1980 e início dos anos 1990, que têm como enfoque principal elementos culturais da sociedade brasileira. Circunscritas muitas vezes pelo título de (Nova) História Cultural, essa produção historiográfica brasileira estabelece uma bricolagem de diversas perspectivas teórico-metodológicas (Souza, 1998; Vainfas, 209; Burmester, 1998, p.111-16). Todavia, diferente da História Cultural definida por Chartier, em que as práticas e representações culturais constroem as relações sociais, e da arqueogenealogia de Foucault, em que não existe referencial, nessas pesquisas os elementos culturais (imaginário, discursos, costumes, sexualidade etc.) são entendidos como elementos que possuem sua referência no social ao mesmo tempo que favorecem a manutenção desse. Apesar da adesão a essa *prática historiográfica* de distinção de

“níveis”,⁷⁰ o uso de procedimentos como a descrição densa própria do método antiquário (Ginzburg) ou da arquiogenealogia (Foucault) e da narrativa sincrônica “cerrada entre as fontes” (de Thompson)⁷¹ favoreceu a produção (por parte do escritor) e a percepção (por parte do leitor) de um profundo imbricamento entre esses “níveis” e, em alguns momentos, sua aparente diluição.

Nesses empreendimentos, quando ocorre a *apropriação* do pensamento de Foucault, é principalmente dos *conteúdos* dos seus textos (uso como fonte secundária, modelo hipotético ou para legitimação de uma determinada postura teórica-política) e a adoção da noção de *poder como relação* (um dos elementos da *microfísica do poder*). Não obstante, existiram nuances e exceções. As nuances surgem quando predomina a perspectiva marxista – principalmente de Thompson – sobre as demais perspectivas, o que organiza a análise nitidamente pelo sentido profundo da *luta de classes*. As exceções, por sua vez, emergem quando predomina o pensamento foucaultiano. Vejamos alguns outros estudos culturais, agora sobre períodos mais recentes de nossa história, para demonstramos essas características.

Em 1986, Christina da Silva Roquette Lopreato defendeu no Departamento de História da Unicamp sua dissertação de mestrado intitulada *A eleição dos excluídos: a resistência do místico Galdino*, sob orientação de Peter Louis Eisenberg. A autora estuda os aspectos socioculturais de um movimento messiânico – denominado Força Divina – que eclodiu no município de Rubineia (SP), em 1970, a partir da trajetória de vida de Aparecido Galdino Jacinto, líder do movimento. As fontes principais do estudo são a entrevista feita pela própria autora com Galdino⁷² e os autos do processo-crime que culminou na sua

70 Próprio do método analítico do marxismo formalista, mas também presente na “história da mentalidade” e no marxismo thompsoniano – distinção entre *ser social* e *consciência social*.

71 Procedimento que organiza diversas perspectivas (da cultura popular e da erudita, de Adrião, de Maria Barbosa, de Mendonça, de Joana etc.) em oposição/composição por meio de um nexu explicativo.

72 Mais adiante discutiremos especificamente a questão da história oral e sua utilização de Thompson e de Foucault.

internação no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha por nove anos, a partir de 1972.

Curiosamente, apesar do enfoque a partir do “micro” e as fontes utilizadas, nesse estudo não existe referências a Ginzburg. O pensamento de Thompson, a partir do texto *Tradición, revuelta y conciencia de clase*, contribuiu decisivamente – sem dúvida ao lado da orientação de Eisenberg – para a perspectiva teórico-metodológica da autora. Já que o texto é organizado para resgatar a história dos vencidos, bem como os elementos culturais (crenças, costumes, religião etc.) que perpassam a vida de Galdino e seus seguidores, são lidos como espaço de expressão dos conflitos sociais, nas palavras da autora:

Para essa crise [desenvolvimento do capitalismo e desarticulação das relações sociais rurais, das quais participava Galdino] que introduz uma descontinuidade na continuidade da vida, a religião se afigura como instrumento capaz de ressituá-los na nova conjuntura pois atua, no palco da existência rural, como recurso de explicação e constitui suporte importante do modo de viver do homem do campo, que tem uma crença profundamente arraigada na onipresença e onipotência divinas. A religião e o social no meio rural se entrelaçam, isto é, a ordem divina interpenetra a ordem social e, quando esta sofre transformações, a religião responde às adversidades suscitadas pelas mudanças sociais.

Sob a respectiva de contestação social de natureza religiosa, os movimentos messiânicos expressam a recusa aos valores que norteiam a sociedade, ao mesmo tempo que propõem a construção de uma nova sociedade, mais justa e igualitária. Estribada na religiosidade popular, a doutrina messiânica alimenta a esperança da salvação que é dirigida a toda a humanidade, mas, somente aqueles que se qualificarem moral e religiosamente, serão salvos, isto é, “eleitos” a viverem uma nova era de felicidade suprema. Salvar-se significa participar do processo de construção de uma nova sociedade onde a injustiça e a opressão não têm lugar. (Lopreato, 1986, p.90-1)

Apesar de compartilharem uma mesma perspectiva teórico-metodológica, só existe uma referência direta a Thompson ao longo de todo o texto. Para a autora, Galdino e seus seguidores, por serem homens do campo, pensam e agem a partir do “tempo da natureza”

e por isso se contrapõem ao “tempo do relógio” que se impunha com o desenvolvimento do capitalismo. Aqui, o texto de Thompson é fonte secundária para confirmar o argumento de Lopreato (ibidem, p.48-9).

Na bibliografia constam três textos de Foucault: *O poder psiquiátrico*, *História da loucura* e *Microfísica do poder*. Porém, ao longo do texto, encontramos apenas uma referência direta ao filósofo francês, imbricada a intelectuais diversos e com o intuito de justificar o objetivo político principal do estudo, a saber: denunciar a repressão operada pela psiquiatria em associação com o regime civil-militar brasileiro.

A trajetória de Galdino, durante o período em que permaneceu nosocomiado, foi acompanhada e divulgada pela imprensa principalmente através da publicação dos pareceres psiquiátricos, que anualmente confirmavam o seu confinamento. Ao manter aceso o “Caso Galdino”, a imprensa contribuiu para o debate em curso na década de 70, sobre o papel das instituições psiquiátricas como agentes de controle e repressão de indivíduos que ousam infringir as normas impostas pela sociedade, trazido à tona pela propagação das ideias de Foucault e representantes da anti-psiquiatria como Goffman, Basaglia, Szasz entre outros.

O “Caso Galdino” aparece em alguns estudos que investigam o autoritarismo dos anos 70 como exemplo da atuação da psiquiatria no processo de criminalização da contestação social, sendo que, na maioria deles, são comuns referências genéricas sobre as razões que o levaram a ser internado em asilo psiquiátrico. Deste modo, ao desvelar os motivos do enclausuramento de Galdino através da análise do seu próprio discurso, nosso estudo intenta fornecer subsídios para futuras pesquisas sobre o caso em tela ao mesmo tempo que procura suscitar novos prismas de análise sobre o mesmo. (ibidem, p.3-4)

Em suma, Lopreato opera uma História Social da Cultura muito próxima daquela de Thompson e os textos de Foucault são *apropriados* apenas em parte de seus conteúdos e fora de sua perspectiva teórico-metodológica apenas para comprovar uma das linhas argumentativas da autora.

Similar à pesquisa de Lopreato, encontramos *A imagem rebelde*: a trajetória de Avelino Fóscolo de Regina Horta Duarte, defendida na Unicamp, em 1988, sob orientação de Michael McDonald Hall. Fundado nos pressupostos de Ginzburg, é um estudo da trajetória e dos diversos aspectos (produção teatral e literária, as flutuações de seu discurso e imaginário, militância anarquista etc.) da vida de Avelino Fóscolo. O objetivo foi reconstruir essa trajetória libertária e seu contexto (Minas Gerais, nas duas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século XX) sem explicá-la ou remetê-la a uma teoria geral do anarquismo, mas sim àquele contexto.

Duarte faz apenas uma breve referência a um texto de Foucault, denominado *La proto-fabula*,⁷³ por conter “uma reflexão sobre as relações discursivas na obra de Jules Verne”. Nessa passagem do estudo, Duarte tem o intuito de argumentar – tal como Ginzburg argumenta sobre a *circularidade* cultural a partir de Menocchio, apesar de não haver referências a esse texto nessa passagem – que a leitura de Verne, feita por Fóscolo, permitiu seu contato desde a infância com a cultura anarquista (Duarte, 1988, p.80-1). Nesse caso, o uso dos textos do filósofo francês é puramente informativo, uma indicação de leitura, não gera ressonâncias teórico-metodológica na pesquisa de Duarte.⁷⁴

A partir do texto *Vigiar e punir*, o pensamento de Foucault produz maior ressonância no estudo intitulado *A torre Kubitschek*: trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil, dissertação de mestrado defendida em 1989 também na Unicamp e sob orientação de Alcir Lenharo. Nessa pesquisa, Thaís Velloso Cougo Pimentel estuda o conjunto habitacional Juscelino Kubitschek – edifício localizado em Belo Horizonte (MG), projetado em 1952 por Oscar Niemeyer e concluído totalmente apenas em 1968 – como objeto inserido no

73 O original é *L'arrière-fable*. In *L'Arc*, p.5-12, n.29, maio de 1965; disponível também em *Dits et écrits I*, texto n.36. Foucault usa a produção de Verne como um exemplo para diferenciar a estrutura da fábula e da ficção.

74 Desse modo, além de indicar essa forma de utilização muito superficial dos textos de Foucault, esse exemplo demonstra os limites de uma análise quantitativa das *apropriações* que simplesmente contabiliza as referências e não considera a repercussão na pesquisa, retomaremos esta discussão nas considerações finais.

processo histórico “que transformou o ‘tempo das ilusões’ no tempo da desconfiança”, e, conseqüentemente, como objeto que ajuda a compreender esse processo.

Pimentel discute “os sentimentos que se movem em torno desse prédio”, como as aspirações da classe burguesa e suas novas formas de exercer a dominação impulsionaram a construção do edifício; enfim, como o imaginário social e o debate político-ideológico da época investiram sobre o “CJK”, simbólica e materialmente.

O pensamento de Foucault é utilizado para explicar um dos fatores que transformaram o “CJK” de símbolo do progresso em “lugar maldito”.⁷⁵ A autora retoma a discussão de Foucault sobre o panóptico, mais especificamente a noção de que um espaço de visibilidade repercute em proliferação de discurso e sofre efeitos de normatização. Segundo Pimentel, por causa da propalada grandeza do projeto, desde o início da construção o CJK atraiu a atenção da população da cidade, que passou a vigiá-lo constantemente com curiosidade e suspeição. Dessa forma, os mesmos fatos (crimes, prostituição, pobreza, atraso de obras etc.) que ocorriam em outros locais da cidade, quando ocorriam no CJK tinham alta visibilidade e geravam muitas falas e especulações. Ainda, acrescenta a autora:

Desde o início, portanto, o “CJK” sobressai não para vigiar e sim para ser vigiado. Impondo-se como lugar maldito no imaginário dos moradores da cidade, a visibilidade do “CJK” é a sua própria armadilha. Seus apartamentos voltados para o exterior podem ser pensados enquanto celas que, dada à transparência das suas paredes de vidro, expõem aqueles que estão no seu interior. Como as celas do Panóptico, os apartamentos do “CJK”, com seus cômodos expostos, lhe impõem uma visibilidade axial “mas as divisões do anel, essa celas bem separadas, implicam uma invisibilidade lateral” [citação de Foucault].

75 Os outros três fatores seriam: primeiro, a dimensão minúscula dos apartamentos que, portanto, foram ocupados por pessoas de baixo nível aquisitivo, dando ao conjunto a “aparência de favela”; segundo, o grande atraso da obra que, para o “imaginário social”, deixava de representar o progresso para representar o atraso, a incompetência, enfim, “uma monstruosidade frustrante”; e, terceiro e finalmente, pela confusa e obscura associação de investimento público e privado (cf. Pimentel, 1989, p.161-75).

[...] Observados continuamente do exterior, os que moram no “CJK”, enquanto habitantes da torre, são vigiados, muito mais do que vigiam. São os olhares atentos dos demais moradores da cidade que estão o tempo todo a constringer cada morador do conjunto, impondo-lhe uma disciplina que é o inverso da imagem de baderna, que em geral se espera de um lugar como aquele. (Pimentel, 1989, p. 167-8)

Em suma, Pimentel retoma a discussão de Foucault sobre o panóptico como uma hipótese explicativa, e durante essa discussão se mantém no horizonte teórico-metodológico foucaultiano. Contudo, na maior parte da discussão a autora utiliza procedimentos hermenêuticos, pois está preocupada em retomar os significados, o imaginário social da época em torno do edifício.

Ainda na Unicamp, e em 1988, surge uma *apropriação* mais complexa do pensamento de Foucault simultaneamente ao de Thompson. Trata-se da dissertação de mestrado de Durval Muniz de Albuquerque Junior, intitulada *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – do problema à solução 1877-1922*, com orientação de Robert W. A. Slenes. Esse estudo faz referência aos textos *Arqueologia do saber*, *História da sexualidade I: a vontade de saber*, *Microfísica do poder*, *As palavras e as coisas* e *Réponse au cercle d'épistémologie* de Foucault; e aos textos *A miséria da teoria e Tradición, revuelta y conciencia de clase* de Thompson.

Antes de tudo, essa pesquisa participa explicitamente de uma problemática que emergiu na historiografia brasileira em meados da década de 1970, a saber: o questionamento do “fato histórico” tal como fez Edgar S. de Decca em relação à “Revolução de 1930”. Segundo Durval, a “seca do norte” (nordeste, em termos atuais) foi tratada pelos historiadores sempre como um fenômeno climático que gerou ou agravou os problemas socioeconômicos da região; nunca foi questionado se a “seca do norte” foi sempre um “problema” ou se o estatuto do “problema” se alterou historicamente. Nesse sentido, seria possível e necessária uma pesquisa histórica da constituição da seca como um problema.

Para essa pesquisa, segundo o autor, foi preciso analisar os discursos proferidos pelos diversos “agentes sociais” que participaram

da constituição da seca como “problema nacional”. Cada um desses discursos particulares formaram o que o autor denominou “discurso da seca”, uma espécie de reserva discursiva que os diferentes agentes sociais constituíram e a que recorriam de acordo com seus interesses, sendo a oligarquia regional a maior beneficiada.

Toda a estrutura da dissertação foi elaborada pensando nessa questão: a constituição do “discurso da seca” e sua articulação com os agentes sociais. Além da introdução e da conclusão, encontramos o primeiro capítulo em que Albuquerque Jr. estabelece a historicidade da “seca como problema”, uma vez que isso teria ocorrido somente em 1877. Nessa data, segundo o discurso oficial e a memória que se cristalizou, ocorreu uma seca devastadora, daí a necessidade urgente de resolver o “problema”. Ao contrário dessa memória oficial, segundo o autor, a seca assolava secularmente a região com a mesma intensidade e causando os mesmos problemas. A questão é que em 1877 existia, além do fenômeno natural da seca, uma conjuntura que necessitou e pôde agenciar o fenômeno natural da seca como um “problema nacional”, a saber: crise econômica, declínio do preço dos produtos de exportação (açúcar e algodão) e a dificuldade em obter mão de obra (livre ou escrava), o que levou à miséria até mesmo membros da classe dominante. Crise política e ideológica, nesse momento o norte é uma “fogueira onde ardem as chamas da mudança”, revoltas messiânicas, banditismo, conflitos eleitorais, motins urbanos, entre outras formas de conflito. Crise cultural, as dificuldades materiais fizeram romper definitivamente o pacto paternalista, se dissolve a identidade coronel-pai-patrão. Desse modo...

Ao mesmo tempo, a seca de 1877 fornece à classe dominante do Norte um tema que sensibiliza nacionalmente e ela adquire, por seu turno, consciência da arma que tinha em suas mãos. Politizar, pois, a seca colocando-a no centro das atenções, sobrepô-la a qualquer outro problema da região, tornando-a a saída e a fórmula para carrear recursos para a região, recursos baratos, doações, com que pudessem recuperar-se da crise econômica que enfrentavam. Falar da seca fazia com que suas vozes fossem ouvidas no plano nacional, embora elas tivessem aí cada vez menor ressonância. (Albuquerque Jr., 1988, p.81)

No segundo capítulo, o autor descreve o discurso tradicional/popular sobre a seca que preexistia a 1877 e serviu de base para o “Discurso da Seca”. No terceiro, outro discurso preexistente que sofre inflexões, o da Igreja. No quarto capítulo, Albuquerque Jr. analisa o discurso que emerge a partir de 1877 para dar solução ao “problema da seca”, é o discurso técnico e, portanto, detentor de “legitimidade” em uma sociedade que já começa a enxergar a “ciência” como discurso verdadeiro e único. No quinto capítulo, discute a imagem da seca produzida pela literatura regionalista, fundamental para a sensibilização nacional do “problema” a partir do final do século XIX. No sexto capítulo, o autor analisa o discurso proferido pelos membros da oligarquia regional. Enfim, no sétimo capítulo temos a análise da articulação/reorganização do “discurso da seca” com as práticas concretas, por exemplo, o processo de modernização e transformação econômica, reorganização das instituições políticas que reforçou o poder regional, o disciplinamento dos trabalhadores etc.

O essencial para o nosso estudo é o arcabouço teórico-metodológico constituído e aplicado por Albuquerque Jr. nessas análises. Como discutimos anteriormente, esse estudo não escapa das injunções da época, era difícil pensar a cultura, os discursos ou as práticas sem ter como referência/fundamento o plano social, o *ser social*. Daí a “decisão” do autor em articular Thompson e Foucault – como já referido no Capítulo 4, “decisão” reavaliada/transformada constantemente já a partir de seu doutorado. Neste ponto, é preciso assinalar que para nossa perspectiva pouco importa se essa “decisão” foi imposta ou escolhida, até porque entendemos que é sempre a duas coisas; o que importa é que foi feita a “decisão” e se relacionada com outras demonstra certo campo de possibilidades, um conjunto de *práticas historiográficas* predominantes em uma época, bem como suas transformações no tempo. Dito isso, voltemos ao texto.

Albuquerque Jr. afirma a diferença entre os pensamentos de Foucault e de Thompson, porém considera que ambos possuem deficiências que podem ser corrigidas a partir do outro, por meio de *aproximações* e *complementações*, constituindo assim um pensamento capaz de escapar das deficiências da produção historiográfica brasileira anterior. Essas deficiências são imputadas ao “marxismo ortodoxo”

que, por uma “leitura muito apressada que se faz da *Ideologia Alemã*”, percebe os discursos, a produção de ideários, o imaginário etc. apenas como “mero reflexo das estruturas econômicas e sociais” e/ou como misticismos para que “os homens de carne e osso dominem e explorem os outros homens de carne e osso” (ibidem, p.4-6).

Segundo o autor, por um lado, o pensamento de Foucault permite “uma análise interna dos próprios discursos”, sua lógica própria; a partir disso percebe “as alterações que se davam ao nível dos enunciados e dos conceitos” e que esses “constituem um mundo discursivo, onde as lutas, as trocas e os conflitos também estão presentes”. Entretanto, considerando que “nas suas últimas obras Foucault já apontava para uma análise de discursos que não ficava apenas ao nível dos próprios discursos e que não buscava apenas desvendar a sua arqueologia” era, então, preciso complementar esse “método insuficiente”. Por outro lado, ainda segundo Albuquerque Jr., apesar de não desenvolver um método tão rigoroso quanto o de Foucault em relação à análise do discurso, Thompson já criticava a visão mecanicistas do marxismo de seu tempo em relação à “história das ideias”. Desse modo, a “noção de ‘experiência humana’ desenvolvida por Thompson permite perceber a história concreta dos homens, como produzida cotidianamente e carregando em si ao mesmo tempo componentes materiais e não materiais” (ibidem, p.7 (nota 10)); ou, ainda, permite estabelecer a “ligação entre o imaginário que analisamos e as condições econômicas, sociais e políticas concretas” (ibidem, p.4-10).

Nesse sentido, Albuquerque Jr. *complementa* o método arqueológico de Foucault com a hermenêutica marxista de Thompson. Isto é, por um lado, procura demonstra certas regularidades que perpassam todos os discursos de uma época e forma um objeto que é a “seca do norte” e, por outro lado, procurou demonstrar como os diferentes agentes sociais utilizaram essa reserva discursiva (o termo é nosso) de acordo com seus interesses. Por isso, o autor não considera o discurso oligárquico como o discurso hegemônico, no sentido de dizer tudo sobre a “seca”; mas sim como mais um discurso que fornece elementos e articula estrategicamente, de acordo com os interesses da oligarquia, a reserva discursiva da seca.

O “discurso da seca” existe não como uma concretude, não como um bloco monolítico e acabado, mas como uma dispersão de diferentes elementos, que se combinam diferentemente, dependendo do agente social que fala e os objetivos que quer alcançar. Ele existe enquanto um certo conjunto de enunciados aceitos como válidos por todos os elementos desta sociedade, num determinado momento histórico. Estes vários enunciados é que compõem um núcleo, ao qual se agregam novos elementos, dependendo do “locus” social de quem os utiliza e do momento político que cerca o discurso, o que leva a mudanças estratégicas ou de astúcias. (ibidem, p.12)

Como discutimos anteriormente, acreditamos que podemos afirmar que Foucault em *As palavras e as coisas* deixou de se preocupar com as *práticas* e procurou empreender apenas uma “arqueologia das ciências humanas”. Porém, em outros livros “resolveru essa insuficiência” recorrendo à genealogia e não retomando o *ser social* como referente das estratégias discursivas. Dessa forma, apesar das contestantes citações dos textos de Foucault e da utilização precisa de algumas de suas noções, acreditamos poder afirma que predomina nesse estudo de Albuquerque Jr. o “materialismo histórico e cultural”, uma vez que é o sentido profundo da *luta de classes* que organiza a explicação.

Além de usar o pensamento de Thompson e de Foucault para compor seu método de análise, o autor recorre também ao que denominamos pontos de *aproximação* entre os dois intelectuais, ou seja, a concepção de *poder como relação* e de *história como luta*. Tal como Luzia Margareth Rago em sua dissertação discutida anteriormente, Albuquerque entende que se

os discursos foucauldianos são manifestações de saber em ligação direta com o poder, as diferentes culturas de Thompson, permitem pensar em diferentes saberes, que portanto, originam diferentes discursos, sempre como estratégias do poder, ou como tática, como astúcia, contra este. (ibidem, p.7 (nota 11), cf. p.7-8)

Assim, o poder não é algo que se conquista, é uma relação de luta constante e empreendida a partir de diferentes meios.

Nesse sentido, a própria história são essas lutas, as vitórias e as derrotas; não é o desenvolvimento de um *gérmen* ou as múltiplas expressões de uma mesma essência. Daí a impossibilidade de o historiador julgar determinadas *lutas* como mais ou menos evoluídas, mais ou menos adequadas tal como faz o marxismo *formalista* – o autor cita Hobsbawm. Por exemplo, o camponês empobrecido do sertão que rouba, mata, faz quebra-quebra etc., reivindicando um tempo passado em que predominavam as relações paternalistas, é tão rebelde quanto um operário grevista e eleitor do Partido Comunista. Os homens pobres do sertão...

Rebelam-se de acordo com o que as próprias condições sociais permitem, exigir deles outra forma de reação é fazer cobranças incabíveis e cair, na nossa opinião, em puro anacronismo. Naquele momento histórico foram possíveis estas formas de rebelião. Se reformistas ou revolucionários, não importa, são simples rótulos. O que importa é que o homem pobre se rebelou e sua rebelião foi um elemento decisivo na redefinição das próprias relações de dominação. Embora tenha se rebelado para voltar ao passado, a sua rebelião agiu como elemento propulsor de novas mudanças, da criação de algo novo, que pode até ser realmente pior que a anterior, mas da qual ele foi um dos construtores. (ibidem, p.150, cf. p.148-52)

É preciso destacar por fim que Albuquerque Jr. usa a noção de discurso de Foucault dentro de outra lógica para legitimar seu próprio uso de fontes literárias, recusadas pela “história tradicional” por supostamente acarretarem uma “história fictícia”:

Inicialmente devemos dizer que não fazemos neste trabalho nenhuma espécie de hierarquia entre os discursos abordados, pois esta hierarquia tinha que partir da concepção de que uns expressariam mais verdade ou menos verdade que outros. Ora, percebemos que cada discurso veicula uma “potência de verdade” que depende muito das condições históricas que o cercam, cada discurso visa produzir uma verdade. O próprio discurso técnico ou científico, como vimos, possui “verdades” muito transitórias e historicamente localizadas. Consideramos, portanto, lícito o uso do

discurso literário tanto quanto o de qualquer outro discurso, pois todos estes participaram da construção da “verdade” sobre a seca, enquanto “problema do Norte”. (ibidem, p.219 (cf. nota 3), p.157, 159, 172, 182)

Em suma, acreditamos que, nessa pesquisa, Albuquerque Jr. propôs um estudo dos discursos (do imaginário, da ideologia, da hegemonia cultural ou como se quiser denominar) que estabeleceram o “problema da seca do norte” fundamentado sobretudo no arcabouço teórico-metodológico do “materialismo histórico cultural”, tal como operou Thompson. Também procurou *complementar* essa *prática historiográfica* com a arqueologia foucaultiana, o que tornou a pesquisa mais atenta à lógica dos discursos particulares e suas regularidades mais gerais. Finalmente, *aproximou* Foucault de Thompson por meio da concepção de *história como luta* e de *poder como relação*. Essa composição teórico-metodológica e algumas *apropriações* de conteúdo permitiram ao autor contestar as leituras ortodoxas, mecanicistas ou, como preferimos denominar, *formalistas* da historiografia anterior e, evidentemente, contar a história da invenção da “seca do norte” a partir da *luta de classes* expressa nas múltiplas atividades humanas:

Quando o homem pobre falava, mesmo utilizando temas e enunciados comuns, mesmo lançando mão da mesma “verdade” sobre a seca, do discurso do oligarca, seu discurso tinha objetivos políticos distintos. Procuramos mostrar como este discurso serviu para que o homem pobre da região se opusesse ao processo de modernização das relações de trabalho e de produção na região, se colocasse contrário a sua subordinação a determinadas relações de trabalho e buscasse “restaurar” o mundo tradicional, ou seja, preservar as antigas relações sociais dominantes entre homens livres pobres e homens ricos na sociedade escravista.

Este mesmo discurso, no entanto, vai servir, como vimos, para que as oligarquias consigam modernizar a infraestrutura econômica da região, carreando grande soma de recursos para seu espaço; consiga, ainda, manter uma certa força política a nível nacional, principalmente através de controle de organismos dirigidos para a solução do “problema” regional e, através destes, manter as mesmas relações de dominação em relação aos dominados da região. (ibidem, p.412-13)

Ainda em 1988, Denise Bernuzzi de Sant’Anna antecipa a “conversão” teórico-metodológica que Albuquerque Jr. empreende em sua tese de doutorado, isto é, adere profundamente à perspectiva presente no pensamento de Foucault. *O prazer justificado: o lazer em São Paulo*, dissertação de mestrado defendida no Departamento de História da PUC-SP, sob orientação de Déa Ribeiro Fenelon. É um estudo dos discursos e das práticas que incidiram no “tempo livre” da população de São Paulo, entre 1969 e 1979, constituindo o que a autora denominou “dispositivo de lazer”. Consideramos essa uma pesquisa rara na época, pois utilizou da mesma perspectiva teórico-metodológica de Foucault e, conseqüentemente, empregou de modo rigoroso noções definidas pelo filósofo francês, como dispositivo, estratégia, relação poder-saber, discurso etc. Essa *apropriação* foi efetivada a partir dos seguintes textos: *O poder e a norma*, *Microfísica do poder*, *História da sexualidade I: a vontade de saber*, *A verdade e as formas jurídicas* e *Vigiar e punir* (cf. Sant’Anna, 1992).

Na introdução e no primeiro capítulo do estudo, em primeiro lugar, a autora discorreu brevemente sobre quais discursos e práticas incidiram sobre o uso do tempo pelas pessoas desde o momento de instituição do capitalismo. Daí – tal como fez Lenharo – utilizou Thompson para agregar valor explicativo a uma *operação* que predomina *práticas historiográficas* também presentes nos estudos de Foucault: a autora argumenta que na instituição do capitalismo foi preciso a substituição (inculcação) do *tempo da natureza* para o *tempo do relógio* por meio de diferentes mecanismos mais ou menos como descreveu Thompson em *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial* – única referência ao historiador inglês ao longo do texto.⁷⁶ Prossegue descrevendo que o “tempo livre” – resultante da organização do tempo a partir do relógio e focado para o momento do trabalho – era acionado por dois discursos, mas que possuíam a mesma estrutura, a saber: era preciso diminuí-

76 Para essa discussão a autora também recorre a passagens de *O capital* de Marx e ao texto *O poder e a norma* de Foucault (in Katz, 1975) em que este autor discute o tema com uma linguagem muito próxima a de *O capital* (cf. Sant’Anna, 1992, p.18, também as notas).

-lo (organizações patronais) ou aumentá-lo (organizações operárias). Nenhum desses discursos em princípio procurou normatizá-lo, isto é, o conteúdo do “tempo livre” pouco importava, servia para trafegar livremente das procissões às festas, do bar à briga, do cafuné ao sexo, do ócio ao jogo.

Em segundo lugar, ainda no primeiro capítulo, Sant’Anna procurou argumentar que gradativamente – inclusive no interior do próprio espaço de trabalho que é local de saber-poder – se constituiu um discurso de normatização do tempo livre, bem como ocorreu sua utilização econômica:

A necessidade de descanso, inerente ao corpo humano, começa a ser reconhecida por algumas empresas, na medida em que o corpo descansado demonstra ser mais produtivo durante o trabalho. Além disso, outros fatores estão em jogo, como o desenvolvimento da indústria do lazer o crescimento da produção e do consumo em massa de brinquedos, equipamentos esportivos, atividades e eventos lúdicos mais modernos, implantados no decorrer deste século e que demandam a existência de um tempo livre e disponibilidade financeira de grande parte da população. (Sant’Anna, 1992, p.19)

O “tempo livre” se transformou em “tempo de lazer” e o “ócio” antes percebido como “nobilitante e positivo” passou a agrupar as práticas sociais que não se identificam com o lazer e eram entendidas “como um problema carente por soluções a serem produzidas pela administração pública e empresas particulares” (ibidem, p.20).

Ao longo do restante do estudo a autora procurou demonstrar, em primeiro lugar, que por volta de 1970 em São Paulo o discurso presente em diversos jornais, em textos de instituições patronais e operárias, em documentos da administração pública, em afirmações de instituições religiosas e científicas etc. transformou a argumentação do aumento ou diminuição do “tempo livre” em “uma incitação sem trégua, um estímulo cada vez mais amplo para falar de lazer, produzir programas de lazer, pesquisas e teorias dos usos do tempo livre” (ibidem, p.27).

Depois, Sant'Anna descreve toda uma imbricada teia de estratégias discursivas e práticas que procuram ordenar o tempo livre dos paulistanos ao longo da década de 1970, como: os debates de médicos e de educadores sobre as melhores atividades para a constituição de um corpo belo, sadio e produtivo, bem como o surgimento de instituições de pesquisa e programas governamentais para conhecer a “verdade científica do lazer”. A articulação desses discursos com os discursos políticos do trabalhador dócil e produtivo e “da nação unida pelo progresso do país” – fundamental para o regime civil-militar. A autora descreve as transformações arquitetônicas da cidade, com a construção de espaços de lazer (praças de exercícios, pistas de passeio etc.), e os eventos públicos esportivos organizados pelo governo. O surgimento de colônias de férias particulares (de empresas e organizações sindicais) em que todo o tempo é programado e as atividades são normatizadas. Demonstra a utilização econômica do “novo” interesse pelo lazer, com a venda de produtos esportivos, eventos, academias etc. Sant'Anna argumenta, ainda, que todas essas instituições e espaços de lazer serviram não apenas como local de funcionamento das relações de poder, mas também como local de constituição de saber ou espaços de produção de outras estratégias discursivas mais eficientes em tornar os corpos saudáveis, dóceis, produtivos, enfim, disciplinados (ibidem, p.42-105). Em suma:

A verdade fora inserida no terreno das diversões e do descanso e por isso indagou-se exaustivamente sobre a natureza do lazer, suas qualidades, funções e significados; criticou-se não somente aqueles que porventura não adotassem práticas de lazer, suas qualidades, funções e significados; mas, essencialmente, o lazer que não possuísse as características firmadas como sendo verdadeiras à época: o tripé diversão, descanso e desenvolvimento formava o melhor lazer, o modelo de felicidade almejada. (ibidem, p.104)

Em *Vigiar e punir*, Foucault descreveu a constituição do dispositivo disciplinar a partir da fábrica, do hospital, da caserna e da prisão. Em *O prazer justificado*, Sant'Anna contribuiu para o estudo desse dispositivo a partir de outro espaço de saber-poder que é o do lazer,

especificamente como esse se constituiu na cidade de São Paulo nos anos 1970. Além das frequentes referências diretas aos textos de Foucault, a autora organiza toda a sua discussão por meio de todos os pressupostos da *microfísica do poder*. Vejamos.

A autora admite que as relações de poder agem sobre toda a sociedade, por exemplo as “forças que compelem os homens a produzir excedentes pelo trabalho atingem diversamente todas as classes sociais”; são positivas (ou produtivas) já que não ocorreu “redução ou minimização dos conteúdos lúdicos e culturais”. Pelo contrário, na verdade “foi por uma espécie de aumento compulsivo de programas, espaços, equipamentos e estudos sobre o lúdico e o tempo livre que determinadas formas de lazer foram produzidas”, estão dispersas na sociedade, não se localizam no aparelho de Estado e não são explicáveis pelos sujeitos operadores. Sant’Anna também não pretende resgatar a história de um período, nem gostaria de...

[...] incorrer no erro de agrupar todos os estudos e programas de lazer num mesmo terreno e sujeitá-los a uma única identidade, como se fossem frutos de uma suposta harmonia de interesses existente entre as instituições envolvidas em seu patrocínio, já que de maneiras diferentes falou-se de lazer entre uma e outra instituição ou mesmo dentro de uma instituição, tomada isoladamente.

Para a autora, saber e poder se reforçam, uma vez que pensar o lazer como disciplina implica focalizar sua...

[...] construção enquanto campo de saber e de poder, a partir de três etapas que ocorrem simultaneamente: a realização de críticas em torno de alguns usos do tempo livre em benefício de certos programas e concepções de lazer; a acumulação de um saber que forneceu regras, pressupostos teóricos, métodos para produção e realização desses programas; e o reajuste desse saber e do lazer programado a partir de sua realização prática, da catalogação e análise de suas falhas e êxitos.

Desse modo, o dispositivo de lazer se transforma de acordo com as urgências, problemas e objetivos de construção dos corpos. E por

mais eficiente que seja um dispositivo, sua existência e transformação pressupõem a resistência constante, nunca ocorre uma conformação plena dos corpos e nunca se deixa de tentar conformá-los; por exemplo: nem sempre os “colonianos” da colônia de férias do Sesc se adequavam às atividades programadas, pois tinham outras expectativas, porém existia um constante esforço “para acompanhar, compreender e administrar tais expectativas e transformá-las num tipo de lazer em que a diversão e o descanso estejam associados aos valores e objetivos propugnados de antemão pela instituição”. Finalmente, é significativo notar que predomina na *escrita* da autora a descrição, o estabelecimento de momentos e rupturas, tal como em Foucault (ibidem, p.16, 20, 26, 29, 33, 38-41, 55, 56-7, 63, 65-6, 73, 77-8, 83, 103).

Podemos, portanto, afirmar a partir desses e alguns outros estudos⁷⁷ que a produção historiográfica brasileira da década de 1980, que se dedicou a temas culturais e recorreu ao pensamento de Thompson e de Foucault, foi em geral uma História Social da Cultura. Isso significa que não deixou de operar pela referência ao social, é o social que estrutura (adjetiva) a cultura (cultura dominante, cultura erudita, cultura burguesa, cultura popular, cultura da plebe etc.). Na década de 1980, os elementos culturais (discursos, imaginários, arte, literatura, costumes, comportamentos etc.) foram pensados como expressões/significadores do social, mesmo quando pensados em sua especificidade, quando escolhidos como objeto privilegiado de estudo, os elementos culturais aparecem no domínio de uma “história do todo social”; ou seja, é preciso estudá-los para compreender todos os aspectos da história do

77 Cf. Jaime de Almeida (1987, tese de doutorado); Maria Amélia Bulhões Garcia (1990, tese de doutorado); Regina Beatriz Guimarães Neto (1986, dissertação de mestrado); Euclides Marchi (1989, tese de doutorado); Carlos Roberto Figueiredo Nogueira (1980, tese de doutorado); Fátima Amaral Dias de Oliveira (1990, dissertação de mestrado); Nicolau Sevcenko (1981, tese de doutorado); Marcos Antônio da Silva (1987, tese de doutorado); Marli Geralda Teixeira (1983, tese de doutorado).

Brasil, em que o social é fundamental. Nesse momento ainda existe uma forte interdição para pensar a cultura como capaz de produzir o social – tal como aparece na História Cultural de Chartier – ou para pensar as *práticas* (discursivas ou não) sem referência ao social que as fundamenta/explica – tal como na arqueogenealogia de Foucault. Por isso, por exemplo, foi preciso um enorme esforço intelectual de Albuquerque Junior para retomar a lógica interna e autônoma do discurso, a partir do pensamento de Foucault, e simultaneamente remeter seus limites e seus condicionamentos ao *ser social*, a partir do pensamento de Thompson.

Esses estudos operaram, em geral, por meio de um amálgama de perspectivas teórico-metodológicas diversas, em que se destacam a “história das mentalidades” da terceira geração dos *Annales*, bem como a antiquária e indiciária de Ginzburg. E, em geral, o pensamento de Foucault aparece como um coadjuvante, um complemento para fornecer explicações de determinados aspectos estudados ou informações adicionais. A novidade é que o pensamento de Thompson também é *apropriado* dessa forma nesse eixo temático, além de sua presença ser até menos frequente que a de Foucault.⁷⁸

Por fim, porém essencial, esses estudos culturais possuem um forte apelo político: algumas vezes de forma implícita e outras de forma direta, como nos textos discutidos no subitem anterior, denunciaram relações de poder que desde a Colônia até a década de 1970 marcaram profundamente o corpo e a mente dos brasileiros e que, por isso mesmo, repercutem na sociedade atual.

78 Nesse sentido, é importante notar que os textos de Thompson em que predomina uma discussão mais profunda de elementos culturais, como *A venda de esposas* (original de 1991, denominado *The sale of wives*), *Rough music* (primeira versão de 1972, denominada *Rough music: le charivari anglais*) e *Folclore, antropologia e história social* (primeira versão de 1977, denominada *Folklore, anthropology and social history*); só circularam efetivamente entre os historiadores brasileiros a partir do final da década de 1990, com a publicação das coletâneas *Costumes em comum* (1998) e *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (2001). Isso talvez tenha favorecido a menor presença de Thompson em estudos em que o enfoque principal é a cultura e seu predomínio em estudos sobre o conflito social.

Os primeiros passos da história de gênero no Brasil: a luta de raças em nova veste

Neste subitem, discutiremos alguns estudos de gênero da década de 1980, de historiadores brasileiros que utilizaram os pensamentos de Thompson e/ou de Foucault para empreenderem suas análises. Desde já, fica estabelecido que a maioria dos estudos discutidos mais adiante não utilizou ou formalizou o termo “gênero”. Usamos a definição de “estudos de gênero” para qualquer pesquisa que empregue como grade de análise alguma forma de diferença de gênero – de origem psicanalítica, sociocultural ou anatômica – dos quais fazem parte, por exemplo, a História da Mulher e a História de Gênero.

A partir dos balanços e reflexões de Joan Scott (1992; 1995), Michelle Perrot (1992; 1994), Judith Butler (2003) e Luzia Margareth Rago (2006; 1998; 1999, 2010), é possível retomarmos brevemente a história dos estudos de gênero, que tem início no final da década de 1960, na França, na Inglaterra e, sobretudo, nos Estados Unidos, chegando ao Brasil em meados da década de 1980. Nessa história é possível detectar pelo menos três séries de embates que se cruzam: político, institucional/disciplinar e teórico-metodológico.

É muito popular a narrativa que afirma que a História das Mulheres é resultado das reivindicações feministas dos anos 1960 e, portanto, teria essencialmente motivação/função política, a saber: resgatar o pensamento e a ação das mulheres na história (até então esquecidas pela história masculina e heteronormativa), explicar a opressão e, enfim, inspirar/instrumentalizar a luta feminista. Essa mesma perspectiva, afirma que ocorreu algum grau de “despolitização” nesses estudos, resultante da maior institucionalização (recoo para academia ou “profissionalização”), redução dos movimentos feministas e/ou de um excesso de teorização (principalmente a partir da incorporação das reflexões de gênero).

Outra narrativa dessa história indica que existiu uma relação muito mais matizada entre movimento feminista e História das Mulheres, um teria servido ao outro colocando problemas e fornecendo argumentações, mas sem estabelecer uma relação causal, bem como não

teria ocorrido uma “despolitização” gradativa. Pelo contrário, com o “desvio para o gênero”, teria ocorrido um aprofundamento, um maior rigor em sua crítica política.

Ambas as narrativas implicam sempre uma relação entre História das Mulheres e/ou de Gênero e a ação política – entendida aqui como campo de problematização e gestão da sociedade e de suas instituições. Mais que isso, para seus defensores, esses estudos não podem ser apenas exercícios de erudição, pesquisa acadêmica para ampliação do conhecimento histórico. Suas implicações políticas – a construção de uma sociedade mais livre, justa e igualitária – são fundamentais em sua existência, independente da matriz teórico-metodológica ou grau de “profissionalização”, como assinalou Scott:

Muitos daqueles que usam o termo gênero, na verdade se denominam historiadores feministas. Isso não é somente uma submissão política, mas também uma perspectiva teórica que os leva a encarar o sexo como um modo melhor de conceituar a política. Muitos daqueles que escrevem a história das mulheres consideram-se envolvidos em um reforço altamente político, para desafiar a autoridade dominante na profissão e na universidade e para mudar o modo como a história é escrita. E grande parte da atual história das mulheres, mesmo quando opera com conceitos de gênero, está voltada para as preocupações contemporâneas da política feminista (entre eles, nos Estados Unidos atualmente, o bem-estar, o cuidado dos filhos e o direito ao aborto).

[...] Os historiadores das mulheres constantemente se deparam protestando contra as tentativas de relegá-los a posições que são meramente estranhas; também resistem aos argumentos que põem de lado o que eles fazem como sendo tão diferente que não pode ser qualificado de história. Suas vidas profissionais e seu trabalho são, por isso, necessariamente políticos. No final, não há jeito de se evitar a política – as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – do conhecimento e dos processos que o produzem; por essa razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político. (Scott, 1992, p.66, 95)

O caráter político desses estudos, por um lado, favoreceu embates na organização institucional/disciplinar da história e, por outro lado, se

manifestou de diferentes formas de acordo com a perspectiva teórico-metodológica com a qual se associou.

O número significativo de centros e grupos de pesquisa sobre a mulher/gênero existentes desde a década de 1990, principalmente nos Estados Unidos, foi resultado de um longo processo que esteve associado à inclusão da mulher na acadêmica, ocorrido a partir da década de 1960, e aos deslocamentos que essa inclusão causou na disciplina:

No espaço aberto pelo recrutamento de mulheres, o feminismo logo apareceu para reivindicar mais recursos para as mulheres e para denunciar a persistência da desigualdade. [...] Nas associações das disciplinas acadêmicas, as mulheres formavam facções para pressionar suas exigências. [...] A nova identidade coletiva das mulheres na academia anunciava uma experiência compartilhada de discriminação baseada na diferenciação sexual e também admitia que as historiadoras, como um grupo, tinham necessidades e interesses particulares que não poderiam ser subordinados à categoria geral dos historiadores. (ibidem, p.63)

Nesse embate relativo à organização da história como disciplina e instituição, gradativamente a História da Mulher e/ou de Gênero se estabeleceu como assunto legítimo de estudo entre grande parte do público acadêmico e leigo. Evidentemente, o processo ocorreu de modo diversificado em cada sociedade:

Para as historiadoras, esta aprovação era sobretudo tranquilizadora. Com ou sem razão, isso legitimava a estratégia que, mais ou menos conscientemente (com algumas racionalizações posteriores), haviam escolhido: confrontação, mais que afronta, penetração e integração nas estruturas existentes, mais que separação e secessão. Esse tipo de “estratégia” vem, como já disse, de circunstâncias e pressões do sistema estabelecido. Mas é possível que obedeça a opções mais profundas. Por razões que são o próprio objeto da história das mulheres, a cultura das mulheres, sua consciência de gênero, a sociabilidade, os laços que elas têm entre si, parecem-me menos fortes na França que nos Estados Unidos. As relações entre os sexos não são idênticas. Na França as mulheres procuram mais evitar o enfrentamento com o outro sexo. (Perrot, 1994, p.26)

Ou seja, de acordo com as análises/depoimentos de Scott e Perrot, a institucionalização da História das Mulheres ou, em termos mais gerais, dos estudos de gênero foi um processo gradual com avanços e retrocessos. Em razão das características socioculturais de cada país, nos Estados Unidos esse processo foi de conflito direto ou de caráter revolucionário; na França foi de acomodação estratégica ou de caráter reformista.

No caso do Brasil, o estabelecimento dos primeiros grupos de pesquisa e a institucionalização desse campo de estudo ocorreu em um momento em que “lá fora” já se sucedia a “substituição” da História das Mulheres pela História de Gênero. E, até por já existir esse respaldo internacional, ocorreu de forma comparativamente rápida e consistente. Nas palavras de Rago (1998, p.89):

Em julho de 1990, logo após defender o doutorado com um trabalho sobre a história da prostituição no Brasil, participei de um encontro feminista em Nova York, onde ouvi, pela primeira vez, as discussões em torno das relações de gênero. Os *gender studies* já estavam a todo vapor naquele país e a controvérsia em torno da “história das mulheres”, ou do “estudo das relações de gênero”, parecia superada em favor do último.

No Brasil, iniciamos em seguida – Adriana Piscitelli, Elisabeth Lobo, Mariza Corrêa e eu – um grupo de estudos do gênero, com o firme propósito de constituirmos futuramente um núcleo de pesquisa. A ideia foi reforçada pela participação no seminário “Uma Questão de Gênero”, realizado num hotel-fazenda próximo a Itu, em São Paulo. Aí reuniram-se intelectuais feministas de todo o país, algumas vindas do exterior, debatendo em altíssimo nível as novas propostas epistemológicas do feminismo. Heleieth Saffioti, Celi Pinto, Eva Blay, Maria Luiza Heilborn, Eleonora Menicucci de Oliveira, Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini, Elisabeth Lobo, Lia Zanotta, Lena Lavinas eram algumas das brilhantes acadêmicas presentes.

Não tardamos a criar na Unicamp o Núcleo de Estudos do Gênero Pagu, nome, aliás, sugerido por Elisabeth Lobo. A partir do ano seguinte, organizamos seminários, palestras, discussões, fizemos planos e mais planos, criamos, enfim, um espaço destinado a pesquisar assuntos ligados inicialmente à feminilidade e posteriormente à masculinidade, para o qual

se integraram várias outras intelectuais prestigiadas, como a antropóloga Suely Koffes e a socióloga Ana Maria Goldani. Iniciamos a publicação de uma revista e, desde então, os Cadernos Pagu não tem cessado de se difundir.

[...] Esse respaldo foi extremamente importante para referendar uma posição absolutamente nova e desafiadora em nossas instituições tão cristalizadas. Aos poucos, o sucesso da categoria por todo o país repercutiu vigorosamente em nossas próprias práticas, facilitando a valorização do trabalho das intelectuais feministas, nem sempre bem vistas, como sabemos. A risadinha deu espaço à curiosidade e, aos poucos, os antropólogos, historiadores e sociólogos, e não apenas algumas intelectuais, passaram a pensar na importância da sexualização do discurso historiográfico. O feminismo saía do gueto e irradiava seus fluidos mornos e positivos pela academia.

Em suma, a partir dessas análise/depoimentos é possível afirmar que o recrutamento universitário das mulheres permitiu a maior penetração do feminismo na produção acadêmica, bem como uma reorganização institucional/disciplinar da história. A produção advinda daí, por sua vez, ofereceu novos elementos para o movimento feminista. Ao mesmo tempo, o caráter e a situação da mulher em cada sociedade e período se relacionaram com a forma da reorganização institucional/disciplinar da história: revolucionário nos Estados Unidos, reformista na França e “respaldada” no Brasil.

É importante notar que os resultados dessa “reorganização” nem sempre agradaram a todos ou significaram uma incorporação consistente da História das Mulheres e/ou de Gênero na “História Geral”:

No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos(as) historiadores(as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado (“as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente” ou “a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica”). (Scott, 1995, p.74)

Os debates teórico-metodológicos existentes sobre o assunto introduzem ainda mais complexidade a essa história. Desde os primeiros estudos desse tipo se procurou descrever e narrar a participação das mulheres na história, operar um resgate dessas histórias esquecidas, da cultura feminina, do trabalho das mulheres, sua participação política etc. Enfim, narrar, por exemplo, o surgimento do movimento feminista e de uma espécie de “consciência de gênero” no século XIX (Perrot, 1994, p.19). Gradativamente emergiu uma necessidade/preocupação de se constituir uma concepção teórico-metodológica para tratar o assunto, por dois motivos:

Em primeiro lugar, porque a proliferação de estudos de caso, na história das mulheres, parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das persistentes desigualdades, assim como de experiências sociais radicalmente diferentes. Em segundo lugar, porque a discrepância entre a alta qualidade dos trabalhos recentes [década de 1980] de história das mulheres e seu status marginal em relação ao conjunto da disciplina (que pode ser avaliado pelos manuais, programas universitários e monografias) mostram os limites de abordagens descritivas que não questionam os conceitos disciplinares dominantes ou, ao menos, que não problematizam esses conceitos de modo a abalar seu poder e, talvez, a transformá-los. (Scott, 1995, p.74)

O primeiro movimento para maior *formalização* do assunto se baseou no estabelecimento da categoria de *gênero* como equivalente ou complemento às de *raça* e de *classe*. Isso implicava reconhecer formalmente (ou teoricamente) que “as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos” (ibidem, p.73). Porém, não resolvia o problema, a questão continuava muito obscura:

Alguns/mas historiadores/as estavam, certamente, conscientes deste problema; daí os esforços para empregar teorias que pudessem explicar o conceito de gênero e dar conta da mudança histórica. De fato, o desafio consistia em reconciliar a teoria, que estava concebida em termos universais e gerais, com a história que estava comprometida com o estudo da especificidade contextual e da mudança fundamental. O resultado foi

muito eclético: empréstimos parciais que enfraquecem o poder analítico de uma teoria particular ou, pior, que empregam seus preceitos sem ter consciência de suas implicações; ou tentativas para dar conta da mudança que, por terem como inspiração teorias universais, apenas ilustram temas invariantes; ou, ainda, estudos extremamente imaginativos, nos quais a teoria está, entretanto, tão escondida que esses estudos não podem servir de modelos para outras pesquisas. (ibidem, p.76)

Assim, diversas estratégias foram empreendidas para fazer os estudos da mulher e/ou de gênero. A partir do existencialismo sartreano, da fenomenologia hegeliana, do marxismo, da linguística, da psicanálise lacaniana etc. se estabeleciam distinções/oposições pela diferença sexual masculino/feminino, pelas diferenças “essências” de nível psicanalítico, antropológico etc., ou, ainda, pelas relações socioeconômicas que hierarquizavam os diferentes gêneros. A partir de meados da década de 1980, com o uso do pensamento “diferencial” ou “pós-estruturalista” de autores como Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze e Felix Guattari, *gênero* passa a receber uma definição teórico-metodológica que para muitos intelectuais atuais pôde finalmente “dar conta da mudança histórica”:

Claramente, esse projeto não propõe desenhar uma ontologia do gênero em termos filosóficos tradicionais, pela qual o significado de ser mulher ou homem seja elucidado em termos fenomenológicos. A presunção aqui é que o “ser” de um gênero é um efeito, objeto de uma investigação genealógica que mapeia os parâmetros políticos de sua construção no modo da ontologia. Declarar que o gênero é construído não é afirmar sua ilusão ou artificialidade, em que se compreende que esses termos residam no interior de um binário que contrapõe como opostos o “real” e o “autêntico”. Como genealogia da ontologia do gênero, a presente investigação busca compreender a produção discursiva da plausibilidade dessa relação binária, e sugerir que certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do “real” e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida. (Butler, 2003, p.58)

Nessa perspectiva, os diferentes gêneros são “essencialmente” efeitos de *práticas* históricas. Assim, a função de uma História de Gênero seria descrever as *práticas* e suas relações que formaram os diferentes gêneros ao longo do tempo. Além disso, nesse projeto, até mesmo as diferentes concepções teórico-metodológicas utilizadas anteriormente para estudar a mulher ou os gêneros tornaram-se objeto de estudo, uma vez que também participaram da constituição dos gêneros em nossa sociedade.

Esses *deslocamentos* teórico-metodológicos repercutiram na organização institucional/disciplinar da história e na ação política. Por exemplo: o deslocamento de uma História das Mulheres para uma História de Gênero, em um primeiro momento, serviu estrategicamente para estabelecer uma maior legitimidade acadêmica aos estudos sobre a mulher, “pois ‘gênero’ tem uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’” (Scott, 1995, p.75), ainda que não existissem mudanças significativas na *operação historiográfica*. No debate político permitiu certa “radicalização” ou aprofundamento da crítica: já não se tratava mais de denunciar a dominação masculina/heterossexual, mas a “fixidade” artificial das identidades de gênero e seus efeitos de poder.

Finalmente, é importante notar que para muitos intelectuais a História de Gênero não pode substituir a História das Mulheres, tanto por suas possibilidades acadêmicas quanto pelas políticas, como esclarece Gianna Pomata:

Eu acho que a história de gênero é uma área perfeitamente legítima e extremamente útil da investigação histórica. Mas isso não deve ser confundido com a história das mulheres e não pode antecipar a necessidade de uma história social das mulheres. Eu vejo como tarefa mais importante da história das mulheres não a “destruição” do discurso masculino sobre as mulheres, mas no esforço para superar essa “escassez de fatos” sobre suas vidas. (apud Perrot, 1994, p.22)

Na década de 1980, quando os debates a respeito dos estudos de gênero já estavam bastante desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa, alguns historiadores brasileiros embarcaram nesse empreendimento em grande parte por meio do uso de Thompson e de Foucault.

Agora, vejamos como isso ocorreu a partir da discussão de algumas monografias do período, seguindo a ordem cronológica de defesa.

A tese de livre-docência intitulada *Anna Gertrudes de Jesus, mulher da terra*, de Maria Odila Leite da Silva Dias (1982), defendida em 1982, inaugurou os estudos de História das Mulheres no Brasil, com aquela função ético-política indicada por Pomata:

Este é o começo de um trabalho de pesquisa, por sua própria natureza cumulativa que, espero, produzirá frutos com o passar do tempo; a documentação é especialmente difícil pela natureza dispersa das fontes e também por estarem, em geral, como toda a fonte escrita, comprometidas com valores outros, de dominação e poder e reticentes com relação ao cotidiano de mulheres pobres, analfabetas. É uma história do implícito resgatada das entrelinhas dos documentos beirando o impossível, de uma história sem fontes... (Dias, 1982, p.VII)

Em suma, o estudo tem a função principal de resgatar fatos, fazer conhecer os modos de vida das mulheres de classe pobre da cidade de São Paulo, entre os fins do século XVIII e as vésperas da abolição, com o intuito de “lutar contra o plano dos mitos, normas e estereótipos” acerca da idealidade feminina. Para isso, dois procedimentos: a concepção de que a história pode ser compreendida por, pelo menos, dois eixos de dominação, de classe e de gênero, e uma hermenêutica capaz de desvendar por traz dos discursos do poder a história “implícita” das mulheres.

Como já afirmamos antes, Dias teve participação significativa na divulgação dos pensamentos de Thompson e de Foucault entre os historiadores brasileiros, tanto por suas declarações e orientações favoráveis a esses autores quanto pelo seu uso efetivo. Nesse estudo, a autora referenciou o livro *The making of the English working class* e o artigo *Patrician society, plebeian culture* de Thompson, e os livros *Les mots et les choses* e *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*.

Para Dias, os estudos de Thompson – os tipos de documentos usados e os modos como foram tratados – foram fundamentais para os historiadores perceberem que é possível fazer a história de grupos marginalizados, apagados da história e dos documentos pelos poderes que os oprimia. Além disso, segundo a autora, os pontos de *aproximação* do instrumental teórico-metodológico (poder como relação, história como luta, a descrição densa, a volta da narrativa etc.) desenvolvido por Thompson, Foucault e outros intelectuais a partir da década de 1960 possibilitaram uma “hermenêutica do cotidiano”. Dito de outra forma, permitiram a análise das lutas socioeconômicas, políticas e culturais concretas, diárias, microscópicas etc., fundamentais para compreensão global de uma dada sociedade (ibidem p.I- VII passim).⁷⁹

Como desejou a autora, esse estudo gerou frutos; mais que isso, tornou-se referência obrigatória para a primeira geração de estudos de gênero no Brasil, que acabou por utilizar das mesmas *práticas historiográficas* empregadas por Dias. Vejamos.

Vivências e formas de violência: mulher de classe subalterna no Rio de Janeiro (1890-1920) é a tese de doutorado de Rachel Soihet, defendida em 1986, na USP, sob orientação de Laima Mesgravis. Logo nas primeiras páginas a autora expõe a posição teórico-metodológica de sua pesquisa, a saber: está alinhada à “nova tendência historiográfica” da história social “vista de baixo” (“história dos elementos até então marginalizados”); seu objeto é a mulher das classes subalternas (sexual e socialmente subalterna e, geralmente, “desprovida de qualquer significação nas abordagens historiográficas”) e o tema é a “criminalidade feminina no Rio de Janeiro de 1890 a 1920” (Soihet, 1986, p.1-2).

A autora recorre a grande variedade de fontes: obras literárias, relatórios policiais, escritos de médicos e de higienistas, jornais, revistas e, principalmente, processos judiciais, operando dois níveis de análise, na medida em que se propõe “a fazer um contraponto entre a imagem atribuída à mulher na época e a realidade das mulheres dos segmentos populares” (ibidem, p.20). “Importa pois, recuperar a história das mu-

79 E, especialmente, “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea” (Dias, 1998).

lheres dessas camadas, desmitificando estereótipos e revelando novas dimensões no comportamento das mesmas” (ibidem, p.8).

O empreendimento da autora implica também uma postura ético-política, uma vez que essa história dos marginalizados – das condições de vida, das formas de normatização e controle, estratégias de (sobre) vivência e formas de comportamento dos indivíduos subordinados no nível de *classe* e de *gênero* – funciona como meio de denunciar as relações de dominação e violência que ainda operam em nossa sociedade. Ou, em suas palavras, “a problemática feminina por nós focalizada, em grande parte, tem como ponto de partida as contradições vivenciadas pelas mulheres de classe subalterna em nossos dias” (ibidem, p.30).

O texto está dividido em quatro capítulos. No primeiro encontramos o panorama geral das condições materiais e as lutas entre setores dominantes e segmentos populares, na cidade do Rio de Janeiro, no momento definido como transição para as relações capitalistas. No segundo, a partir de textos científicos e literários (de Lambroso e Ferrero, Machado de Assis, Tito Livio de Castro etc.), Soihet discute os discursos dominantes na época sobre as mulheres que procuraram estabelecer suas características naturais, tais como mãe, frágil, emocional, dependente, paciente etc., e também alguns discursos de contraposição, que recusavam a existência de características imanentes ao sexo do indivíduo.

Nos terceiro e quarto capítulos, a autora narra diversas experiências de vida – recuperadas principalmente de processos judiciais – e procura entender os diversos aspectos do cotidiano da mulher de classe subalterna e como os modelos ideais de mulher operam nessa realidade. Por exemplo: ao discutir a questão do infanticídio, Soihet procura demonstrar que o discurso dominante – que é médico, jurídico, higienista etc. – parte de um modelo natural de mulher (a mãe higiênica, ligada à família e à maternidade) para afirmar que a mulher que pratica o infanticídio é uma anomalia da natureza (mantém relações ilícitas, se entrega ao gozo do sexo, sem escrúpulos médicos, incapaz de ter amor etc.) e, por isso, a severidade de sua punição pelo crime deve ser maior. Entretanto, ao interpretar diversos processos que versam sobre esse tipo de crime, Soihet concluiu que a realidade vivida é outra:

[...] verificamos que as hipóteses médicas apresentadas sobre razões do infanticídio não correspondem à realidade. A grande maioria das mulheres que recorriam a este expediente eram mulheres pobres, empregadas domésticas, muitas recém-vindas da área rural, analfabetas, sem maiores esclarecimentos, o que deve, de certa forma, explicar tal decisão, pois suas condições de vida lhes vedavam maiores informações até mesmo quanto às práticas abortivas. Tal constatação fortalece a nossa hipótese acerca da violência que incidia sobre estas mulheres em termos de suas próprias condições de vida e do desconhecimento, estimulado pelo sistema, sobre o seu corpo, sua sexualidade, além dos fortes preconceitos que recaíam sobre elas. (ibidem, p.201)

Desse modo, a perspectiva teórico-metodológica e ético-política, bem como a disposição do texto e a *escrita* de Soihet contém procedimentos e concepções (“história vista de baixo”, luta de classes, hermenêutica documental, *poder como relação*, *história como luta*, escrita narrativa/descritiva etc.) também presentes nas pesquisas de Foucault e, principalmente, de Thompson – conforme exposto nos textos *História da sexualidade I: a vontade de saber*; *Microfísica do poder*; *Vigiar e punir*; *The making of the English working class*; e *La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases* citados na bibliografia. Contudo, para não especular, é preciso verificar o *uso* específico do filósofo francês e do historiador inglês pela autora.

Do primeiro, Soihet retomou um dos elementos da *microfísica do poder*, a saber: a noção de que o poder circula na sociedade, que todos os indivíduos podem exercer poder (ibidem, p.13). Essa noção permite verificar “que as mulheres não são apenas objetos de ação do poder, mas o exercem igualmente” (ibidem, p.324):

Ao contrário da visão tradicional, vimos mulheres que valorizavam o trabalho, que amam, que lutam, que odeiam, que xingam, seres humanos, enfim! Objeto da ação do poder, a ele não são refratárias, exercendo-o igualmente, não apenas diretamente como através de formas sutis. (ibidem, p.356)

Assim, quando Soihet *utiliza* aquela noção de Foucault, tem como preocupação principal demonstrar que a mulher também é um agente histórico, destacando sua importância histórica, resistência, capacidade de luta, enfim “humanidade”, enquanto Foucault tinha como objetivo descrever o mecanismo de reprodução das *relações de poder* sem recorrer à intenção/ação de um sujeito (concreto ou abstrato) fundador.

A autora ainda recorre aos textos de Foucault como modelo para explicar os casos que narra, por exemplo: ao discutir as constantes prisões das mulheres “mal vistas” pela sociedade, apesar de muitas vezes existirem provas de sua inocência, afirma:

Aqui, mais uma vez, lembramo-nos de Foucault, quando este afirma que, ao contrário do que se propaga de que a prisão pretenda reduzir os crimes, esta, na verdade, se destina a produzir a delinquência de tipo especificado, forma política ou laconicamente menos perigosa e até utilizável de ilegalidade.

[...] Através dos processos que analisamos, podemos verificar a veracidade dessa argumentação de Foucault observando a reincidência como um elemento saliente no contexto policial-prisional no Rio de Janeiro. (ibidem, p.316-17)

Em relação ao pensamento de Thompson, Soihet utiliza seu conceito de classe ou, especificamente, seu conceito heurístico de classe “que organiza a evidência histórica com uma correspondência muito menos direta” em relação à luta de classes, isto é, entre explorados e explorador. A partir dessas reflexões, a autora pôde extrapolar a noção leninista de classe:

No nosso caso, em que buscamos o estudo das mulheres de classe subalterna, numa formação social determinada – o Rio de Janeiro de 1890 a 1920 – não nos limitamos às mulheres operárias, estendendo-o àquelas que exercem outras atividades como o pequeno comércio e serviços em geral (lavadeiras, doceiras, costureiras, engomadeiras, domésticas, etc.) que, segundo as estatísticas, constituem a maior parte do contingente de mulheres que trabalham no Rio de Janeiro, no momento estudado. Também aquelas que exercem a prostituição são por nós focalizadas. Para

todas, com base nas colocações acima, generalizamos a expressão classe subalterna e ainda classe trabalhadora. (ibidem, p.24)

Soihet, entretanto, não utiliza a noção de *história como luta* apenas em relação à classe, acreditamos que utiliza também em relação a outro eixo de dominação. Ao longo do texto percebemos que a autora organiza e explica o cotidiano do Rio de Janeiro a partir das lutas de classe (explorado *versus* explorador), e, apesar de a autora não utilizar o termo, lutas de gênero, entendido como embate entre homens e mulheres, retomado principalmente as reflexões de Simone de Beauvoir. Como exemplo, voltemos à questão do infanticídio.

Vimos que a autora refuta as hipóteses médicas da época (fundada no estereótipo de mulher) como capaz de explicar o referido crime, substituindo pela sua hipótese das condições de vida da mulher de classe subalterna. Nesse sentido, a dominação de classe se expressa pela exploração e por suas condições materiais de vida, enquanto a dominação de gênero se expressa pelos discursos e práticas médicas:

Na verdade, constata-se que as teses sobre infanticídio servem de pano de fundo para a apresentação de características indesejáveis e intoleráveis para a mulher por parte da Medicina. [...]

Para os higienistas a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e ideias que reforçassem a imagem da mulher mãe. A mulher intelectual, emancipada, constituía-se num mau exemplo para outras mulheres, levava-as a acreditar que poderiam subsistir sozinhas sem o concurso do marido, o que comprometia, segundo Jurandir Freire Costa, o pacto “machista” firmado entre a higiene e o homem. Para que o “machista” pudesse exercer com segurança a função repressivo – normalizadora que lhe foi delegada, a “inferioridade” da mulher tinha que continuar existindo. Nesse âmbito, o “gosto infrene de pintar, escrever, viajar, etc. etc.” não é característico da mulher normal e, sim, da original, mulher nefasta à sociedade, capaz de em nome desses gostos estranhos, sacrificar o seu próprio filho. (ibidem, p.500-1)

Apesar, porém, de independente, o que podemos denominar gênero aparece como menos fundamental que classe. Por isso, no capítulo

intitulado “Os fracos também exorbitam!”, em que a autora se dedica especificamente à demonstra o exercício de poder pela mulher, o que organiza a explicação é a *luta de classes*. Isso significa que a mulher praticamente não exerce poder no eixo de gênero, mas sim no eixo de classe, uma vez que é exercido principalmente contra indivíduos socioeconomicamente subalternos. Os processos crimes analisados pela autora são, em geral, de mulheres dominando seus criados, como o caso de Maria Carmen: “O relacionamento com um criado ainda criança possibilita a ela extravasar todo o montante de agressão, impedido de aparecer de uma outra forma e em outras circunstâncias” (ibidem, p.330).

É verdade que essas análises são eficazes em desconstruir os estereótipos de mulher santa, mãe, passiva, meiga etc., que são os principais alvos ético-políticos da autora:

Além de denunciar as diferentes formas de violência que incidem sobre a mulher, no momento estudado (1890-1920), e aquelas formas por ela igualmente exercidas, pois não vemos a mulher como mero elemento paciente, mas, também, como agente desta violência, acreditamos que o nosso trabalho tenha contribuído de alguma forma para desmitificar estereótipos com relação ao comportamento feminino, na verdade para nós a forma maior e mais específica de violência contra este sexo. Estes resultam da inculcação de normas visando cristalizar a diferenciação de papéis sexuais, buscando legitimação em nome da natureza. (ibidem, p.598)

Simultaneamente, ao fundar a maior parte de suas explicações no *ser social* ou, em menor grau, no *ser de gênero*, Soihet se afasta do pensamento de Foucault e se aproxima do “materialismo histórico” a partir dos textos de Thompson e também de Gramsci, Engels, entre outros.

Das obras/fontes que selecionamos para compor esse eixo temático, a maioria dos autores opera de forma similar a Soihet. Isto é, em relação à perspectiva teórico-metodológica, estudam os mecanismos (ideológicos ou físicos) de dominação e de resistência no eixo da *classe*, em geral considerado mais fundamental, do gênero e/ou da etnia; podemos dizer que é uma esgarçamento da noção de *luta de classes* para abarcar outros eixos de dominação, tal como já tinha ocorrido

nos estudos da História da Mulher no exterior: são, em suma, as várias vestes da já referida concepção de história como *luta de raça*. Em relação à perspectiva ético-política, a questão é denunciar e desqualificar ao longo da história os mecanismos de dominação que uns (burguesia, homem, branco) utilizam contra outros (pobres, mulheres, negros) e ainda funcionam em nossa sociedade. Evidentemente, a presença do marxismo thompsoniano ajuda a alimentar essa perspectiva, como podemos verificar em alguns estudos produzidos na UFF.

Sob orientação de Soihet, Maria Paula Nascimento Araújo defendeu, em 1989, a dissertação de mestrado intitulada *Um mundo ao avesso*: um ensaio sobre a cultura popular e a condição feminina no Rio de Janeiro da virada do século XIX. A estrutura do texto já informa sobre a postura da autora: de quatro capítulos (desconsiderando introdução e conclusão), em três se discutem as condições de formação da classe popular e de sua cultura na cidade do Rio de Janeiro, e em apenas um se discutem as condições de vida e de luta das mulheres.

Essa postura não é resultante da opção temática, possuiu uma justificativa teórico-metodológica:

Este trabalho não se coloca, exatamente, dentro da perspectiva de reconstrução de uma “história das mulheres” no Rio de Janeiro. Entendemos que qualquer estudo de história é perpassado pelo estudo de classes sociais. Dessa forma, não existe uma “história das mulheres” em geral, como um objeto próprio não afenso às interferências da luta de classes. Mas entendemos que há, naturalmente, uma especificidade da situação da mulher na sociedade – especificidade essa que apenas nos últimos anos tem sido notada e estudada pelos historiadores. Pretendemos, nesse sentido, dar alguma contribuição a esta especificidade através do estudo comparativo realizado no capítulo V – um estudo comparativo entre as respostas à exclusão política dadas pelas mulheres da classe trabalhadora, tendo como paradigma as mulheres negras e as mulheres brancas das classes dominantes. (Araújo, 1989, p.7)

Nesse sentido, de forma mais incisiva que Soihet, Araújo insere o que denominamos eixo da dominação de *gênero* – a autora não uti-

liza o termo – no interior do eixo de dominação de *classe*, como um elemento a mais que ajuda a compreender o processo histórico que é essencialmente regulado pela *luta de classes*.

O marxismo, especificamente o pensamento de Thompson por meio dos textos *A formação da classe operária inglesa* e *Tradicón, revuelta y conciencia de clase*, fundamenta a análise empreendida pela autora. Tal como sua orientadora utilizou o historiador inglês, Araújo aplica o conceito de *luta de classes* para explicar a formação da classe trabalhadora carioca – que é, por isso mesmo, constituída de um conjunto de indivíduos pobres, não apenas de operários – e, particularmente, a importância da cultura popular nesse processo formação (ibidem, p.10-12).

[...] a importância da cultura popular como elemento organizador de uma identidade própria para a classe trabalhadora carioca em formação na virada do século. É através da cultura popular que se cria uma linguagem e uma presença dessa classe trabalhadora em formação que, no início do século reúne uma série de elementos díspares: negros descendentes de escravos, brancos pobres, imigrantes distribuídos em diversas atividades – trabalhadores, estivadores, autônomos, sub-empregados, pequenos serviços urbanos, etc. (ibidem, p.84)

Segundo a autora, não apenas para o processo de formação da classe trabalhadora a cultura popular foi responsável pela integração dessa na sociedade como um todo: “Uma integração ‘pelo avesso’, sem dúvida, mas que, efetivamente, rompe com um projeto que no seu início esboçava-se como totalmente segregacionista (inclusive espacialmente)” (ibidem, p.85).

Nesse sentido e em relação à questão da mulher, Araújo demonstra, primeiro, que essa cultura popular foi constituída no espaço privado, afinal o espaço público era vetado ao pobre. Por ser produto das relações privadas, espaço “privilegiado” da mulher, essa foi agente essencial de sua constituição. “Elas são elementos fundamentais na criação de um mundo ‘outro’; paralelo ao mundo oficial e que terminará por cruzar a este.” (ibidem).

E, segundo, apesar de resgatar a importância da mulher na constituição da cultura popular, a autora demonstra também a dominação de *gênero* para além da dominação de *classe*:

Num contraponto com esta posição das mulheres negras das classes populares temos as mulheres das classes médias e da elite dominante do Rio de Janeiro. Vimos que estas mulheres vivem igualmente uma exclusão mas de tipo distinto – uma exclusão interna à sua própria classe. Por outro lado condicionam-se também a uma multiplicação de papéis e ideais femininos que ocorre, nesse momento, na sociedade. A reivindicação feminina de acesso à educação e à instrução superior é marcada por estes dois fatores. É o caminho possível para a emancipação social e política. (ibidem)

Essas constatações não estão circunscritas àquele momento histórico, permanecem até a atualidade da autora. Assim, a *operação historiográfica* de Araújo é iminentemente política, isto é, intenciona efeitos em sua sociedade: “Muitos passos já foram dados nesse sentido. Mas muito chão ainda há que ser percorrido para que cheguemos nesse estágio – o estágio de uma cidadania efetiva embasando uma democracia participativa” (ibidem, p.86).

Por fim, é importante notar que o livro *História da sexualidade I: vontade de saber*, de Foucault, também consta na bibliografia da autora, mas não é citado diretamente nem parece ter qualquer relevância na perspectiva da autora. Tal fato se repete em outra obra/fonte produzida na UFF.

Em 1988, Sylvia Maria da Costa defendeu sua dissertação de mestrado intitulada *Ego e outro – uma apreensão do corpo: o masculino e o feminino no discurso médico produzido nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro 1838-1887*. Pelo tema do estudo – conforme informa o subtítulo –, a presença de *História da sexualidade I: a vontade de saber* no item denominado “Fontes secundárias e obras teórico-metodológicas” da bibliografia da dissertação e pela terminologia empregada (prática discursiva, enunciado, formação discursiva, dispositivo, disciplina etc.) é possível supor um *uso* significativo do pensamento foucaultiano.

Para Costa, porém, os estudos do filósofo francês são apenas um ponto de partida, algo que inaugura um campo temático:

Michel Foucault situou a medicina como um dos campos do saber que, a partir do século XVIII, na Europa, investindo sobre o corpo e a saúde, utilizaria técnicas para sujeição dos corpos e o controle das populações – o que chamou de “biopoder”.

Partindo das concepções teóricas de Foucault, surgiram uma série de estudos ligados à História Social e das Mentalidades [...]. (Costa, 1988, p.14)

As ferramentas de análise para desvendar o “campo temático” do discurso médico como espaço de controle social são retomadas de intelectuais bastante distintos ou, até mesmo, diametralmente opostos a Foucault, e próximos da História Social da Cultura. Três elementos da perspectiva teórico-metodológica da autora nos autorizam essa conclusão. Primeiro, a busca de uma história total via conjunção das mentalidades com o social:

As diretrizes teóricas que nortearam o trabalho ligam-no ao campo da História Social e o inserem especificamente nos objetos da história das mentalidades.

Concordamos com a definição de mentalidade como “visão de mundo”, feita por R. Mandrou, pois assim concebida a noção de mentalidade se adapta a uma concepção de história total, integrando o que não é formulado, o que permanece aparentemente insignificante ao nível das motivações inconscientes. (ibidem, p.1-2)

Segundo elemento, por se tratar de um estudo focado em grande parte na análise do discurso, Costa recorre aos intelectuais da área, particularmente àqueles vinculados ao estruturalismo francês, para estabelecer o que é o “discurso” e o modo como ele se relaciona como os outros aspectos da sociedade humana, ou seja, a relação entre “mentalidades” e a estrutura socioeconômica:

A produção dessas operações discursivas, no entanto, se dá, como assinala M. Pêcheux, no interior de uma formação ideológica que constitui um complexo conjunto de atitudes e representações. O discurso, assim, é

um fato ideológico e, enquanto parte de uma formação ideológica que se reporta mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito, serve para situar os membros de uma sociedade ao nível do imaginário de uma forma tal que a verdadeira situação lhes seja ocultada. Uma das maneiras de se realizar este mecanismo é a eliminação do sujeito suporte de relações sociais através de uma linguagem que aparece como universal [como seria o caso da linguagem médica analisada pela autora]. (ibidem, p.25)

Na Primeira Parte deste estudo, vimos que Foucault considera o conceito de ideologia “difícilmente utilizável” por manter sempre uma oposição a alguma coisa que seria a verdade, por se referir de alguma forma ao sujeito e por sempre estar determinado por algo como a infraestrutura, bem como refuta a ideia de que o discurso reporta de alguma maneira a posição de classe. Desse modo, com Michel Pêcheux, Costa se distancia profundamente dos métodos foucaultianos de análise do discurso⁸⁰ e se aproxima do marxismo.

Finalmente, é preciso verificar o conceito que organiza toda a análise de Costa, a saber: “alteridade absoluta”. A partir do pensamento de Simone de Beauvoir, Costa afirma que a mulher sempre foi colocada como o “OUTRO” de um “EGO”, o homem. Nessa relação não existe reciprocidade, o EGO é o sujeito e todo o resto é objeto, surge imediatamente uma hierarquia, uma dominação do homem sobre a mulher:

[...] é através deste domínio que o EGO realiza-se enquanto Sujeito, pois realizar sua soberania lhe permite afirmar sua singularidade e identidade; daí colocar o Outro como objeto. Simone de Beauvoir afirma que existe na consciência humana a pretensão original ao domínio sobre o Outro, que por isso procura realizar objetivamente sua soberania. (Costa, 1988, p.21-2)

Segundo a autora, perceber essa “alteridade absoluta” no discurso médico implicou analisar a ““integração do sujeito de enunciação [homem da classe dominante] no enunciado”” e “detectar, enquanto

80 Para uma análise detalhada das diferenças teórico-metodológicas entre Pêcheux e Foucault, ver “Percursos e percalços da AD Francesa no Brasil” (Araújo, 2000).

narrador, sua presença visível ou invisível, implícita ou explícita” (ibidem, p.22, 23).

Em suma, teórico-metodologicamente esse estudo é um conjunção – que alguns também denominariam “mixórdia” – entre história das mentalidades, o “essencialismo” de Beauvoir e a linguística estruturalista; a intenção é denunciar os métodos como o EGO (homem), de acordo com as diretrizes e atendendo a necessidade de sua “essência”, produzia a dominação do OUTRO (mulher), nos discursos médicos. O pensamento de Foucault pouco contribuiu para as formulações da autora, o filósofo francês aparece mais uma vez como um pensador que abriu um campo temático, iluminou novos os objetos, forneceu argumentos e hipóteses de análise.

Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque destoa um pouco das obras/fontes anteriores. Nesse estudo, Martha de Abreu Esteves procura analisar os mecanismos de dominação das classes populares e, especialmente, da na mulher, a partir do discurso jurídico e sua normatização dos valores e comportamentos sexuais. Além disso, procura analisar o discurso popular para, a partir dele, verificar outros comportamentos sexuais e as estratégias de resistência empregadas pelas mulheres contra aquela normatização.

Esse estudo é a dissertação de mestrado de Esteves, defendida em 1987 na UFF, com orientação de Robert Wayne Andrew Slenes. Além de compartilharem o orientador, Chalhoub acompanhou “de perto a elaboração desta pesquisa, sempre com inteligentes comentários, [e] foi quem abriu caminho para o tema escolhido” (Esteves, 1989, p.11), o que se concretiza nas constantes referências ao livro *Trabalho, lar e botequim* e a enorme ressonância entre as concepções teórico-metodológicas de ambos, começando pelo uso dos processos judiciais como fonte.

Constam na bibliografia de Esteves os textos *A formação da classe operária inglesa e Tradición, revuelta y conciencia de clase*, de Thompson, e *Eu, Pierre Rivière...*, *Vigiar e punir* e *História da sexualidade I: a vontade de saber*, de Foucault. É também Chalhoub – em seu prefácio à primeira publicação do estudo – quem primeiro nos fornece indicações

sobre o *uso* desses autores feito por Esteves – ou, pelo menos, a forma como esse *uso* foi compreendido pelos pares:

Na primeira parte, de certa forma inspirada em Foucault, temos uma análise minuciosa dos discursos jurídicos sobre a sexualidade no Brasil da virada do século. Assistimos então a todo o esforço de juizes, promotores e advogados no sentido de disciplinar e reprimir os padrões de comportamento das classes. (in Esteves, 1989, p.16)

A primeira parte do estudo, sem dúvida, é onde existe maior repercussão do pensamento de Foucault. As referências diretas são poucas e não servem para estabelecer procedimentos teórico-metodológicos, servem como “fonte secundária”, isto é, adicionam uma informação, fortalecem um argumento, explicam um momento ou um conjunto de fatos etc. (cf. Esteves, 1989, p.27, 37, 41). Apesar disso, a “inspiração” é mais profunda, Esteves diluiu os sujeitos: em geral, a autora não recorre à posição de gênero ou de classe para explicar o discurso jurídico, procura mostrar como esse discurso estabeleceu verdades, padrões adequados de comportamento, posições sociais.

Essa inspiração não implica uma adesão total à concepção teórico-metodológica ou a *escrita* do filósofo francês. Pois Esteves produz uma narrativa densa e “cerrada entre as fontes”, que seria capaz de reconstituir a eficiência “real” desses mecanismos. A partir da interpretação dos processos judiciais, a autora procura reconstituir a “vida como ela era”, em suas contradições de classe e de gênero,⁸¹ empreendimento presente, sobretudo, na segunda parte do estudo. Nesse, Esteves se afasta definitivamente do pensamento de Foucault e se aproxima de *práticas historiográficas* presentes do pensamento de Thompson e também de Ginzburg, Robert Darnton e outros autores que inspiram Esteves nessa questão.

81 A autora não usa o termo *gênero*, como dito no primeiro paragrafo deste subitem, utilizamos o termo para designar uma historiografia que opera a explicação histórica por um embate entre masculino, feminino e/ou outras classificações de gênero, independentemente se essas classificações são determinadas pelo sexo ou fatores socioculturais.

No já referido prefácio, Chalhoub (in Esteves, 1989, p.16) afirmou também que a autora “não mistifica o alcance das disciplinas burguesas”. Isso significa que na esteira da “história vista de baixo”, a autora procura entender como os populares absorveram e reconstruíram os valores recebidos da elite:

Não estou querendo dizer que os valores da ‘honra’ [vinculado à virgindade e ao casamento regular] não fizessem sentido para muitas jovens. Todos certamente os conheciam. Duvido é que os significados coincidissem com os dos nossos ilustres juristas ou com os de jovens de outros segmentos sociais. (Esteves, 1989, p.118)

Para fundamentar e estabelecer métodos que pudessem provar essa hipótese, Esteves recorreu às reflexões teórico-metodológicas de Ginzburg: “Mesmo que a virgindade e o casamento regular fossem atitudes e valores presentes entre populares, possuíam um tom original, e não deveriam ser vividos como influências externas passivamente recebidas” (ibidem, p.120).

Porém, as...

[...] verdades [sobre este tom original] que nos chegaram foram intermediadas pelos escrivães e, muitas vezes, “oportunisticamente”, o que não significa que sejam inutilizáveis. Como afirma Ginzburg, criticando muitos historiadores [e, também, Foucault] que negam a possibilidade de se estudar a cultura popular no passado, pois esta só teria chegado até nós indiretamente [...].(ibidem, p.130)

Na perspectiva do historiador italiano retomada por Esteves, nos processos judiciais (produto da cultura erudita) permanecem rastros que remetem a outra coisa, à cultura popular da época. Esses rastros são, então, fragmentos da cultura popular, emitidos nas falas “controladas” (já que estão inseridas em um produto da cultura erudita) dos indivíduos participantes dessa cultura. Por isso, “foi possível detectar aspectos de uma cultura popular pelo resgate de traços comuns (comportamentos, significados e valores) em relação às histórias de amor” (ibidem, p.121).

Enfim, muito similar aos *usos* que ocorrem, por exemplo, em *Campos de violência* de Silvia Hunold Lara, a tendência de Esteves é *complementar* às insuficiências de uma genealogia inspirada em Foucault, com procedimentos hermenêuticos. Nesse sentido, ao contrário de Foucault e próxima de Thompson e outros historiadores, a autora explica os diferentes valores e comportamentos por meio da posição de classe e – agregando uma “nova” preocupação para historiografia brasileira da época – pela posição de gênero.

O último estudo que vamos discutir nesse eixo temático é bastante significativo, já que poderia marcar uma ruptura tanto na trajetória de sua autora, como nas *práticas historiográficas* aplicadas aos estudos da mulher/gênero no Brasil. Como já vimos, na versão publicada de sua dissertação de mestrado (*Do cabaré ao lar*, 1986), Margareth Rago defendeu a possibilidade de complementação entre o pensamento de Foucault e de Thompson, apesar de suas diferenças. Alguns anos depois (1994), a historiadora elaborou uma autocrítica apontando a incoerências epistemológicas oriundas daquela associação. Entre esses dois momentos, em 1990, Rago defendeu sua tese de doutorado intitulada *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, novamente na Unicamp e com orientação de Edgar Salvadori de Decca.

Segundo Sergio Adorno, em seu prefácio de 1991 para a versão publicada da tese, o estudo de Rago tem muitos méritos: problematiza as imagens, representações ou estereótipos das prostitutas difundidos em diferentes discursos (dos médicos, dos juristas, dos populares, dos homens, das mulheres etc.), bem como analisa os códigos e as formas de sociabilidade que regem esse microcosmo da prostituição paulista no início do século XX. O texto de estilo literário prende o leitor, “é preciso conhecer o desfecho dos conflitos passionais antes de poder ir para cama”. Porém, é um “discurso científico”, tanto pela quantidade e diversidade das fontes analisadas quanto pela perspectiva teórico-metodológica que informa a análise, o que não leva a uma postura ético-política neutra, uma vez que “a autora assume deliberadamente o ponto de vista das mulheres”. Enfim, as análises de Rago nesse estudo “evidenciam a desigualdade entre gêneros, a

opressão feminina e a violência que lhe é intrínseca e subjacente” (Adorno, 1991, p.15-16).

Em seus comentários, Adorno afirma também que das três formas possíveis de uma história da moral definidas por Foucault: história das moralidades, história dos códigos e história da constituição dos sujeitos morais, a “tese sustentada no livro poderia se colocar sob essa terceira perspectiva, a da subjetivação moral; a do modo pelo qual são vividas, por homens e mulheres, as prescrições morais; a dos jogos de poder que lhe são subjacentes; a dos personagens que fazem esses jogos acontecerem” (ibidem, p.17).

Considerando os comentários de Adorno – que certamente foi ratificado por diversos intelectuais – e a bibliografia do estudo, em que não constam textos de Thompson, mas constam os textos *Microfísica do poder*, *História da sexualidade I: a vontade de saber* e *História da sexualidade II: o uso dos prazeres* de Foucault e *Mille Plateaux* de Gilles Deleuze e Felix Guattari, poderíamos dizer que na tese de doutorado Rago já havia se “decidido” por fundamentar epistemologicamente seus estudos nas “filosofias da diferença” – marcando uma ruptura em sua carreira –, bem como abrindo os estudos sobre as mulheres para uma História de Gênero propriamente dita – marcando uma ruptura nas *práticas historiográficas* aplicadas aos estudos da mulher/gênero no Brasil? Vejamos o que nos diz o estudo e o *uso* de Foucault presente nele.

Logo nas primeiras páginas de seu estudo, Rago (1991, p.21-2) procurou marcar sua posição em relação à historiografia sobre a prostituição; de forma cortês – para usar uma expressão de Adorno – recusa as representações tanto de “mulher vitimizada” quanto de “mulher rebelde”, produzidas por essa historiografia. Para escapar dessas representações procura abordagens teórico-metodológicas capazes de dar conta da complexidade do fenômeno prostituição, evidenciando sua *singularidade* e sua *positividade*.

A autora estabelece a noção de *singularidade* a partir das reflexões de diferentes autores: Paul Veyne, François Furet e Foucault. Afirmando a noção de “história descontínua” em oposição à de “história dos historiadores”, que reconhece “narcisisticamente a própria identidade em todos os espelhos do tempo”. Nesse sentido, a prostituição objeto do

estudo de Rago é um fenômeno muito particular, exclusivo daquele momento e daquele lugar...

[...] não pode ser projetado retroativamente para nomear práticas de comercialização sexual do corpo feminino em outras formações sociais, sem realizar um aplainamento violento da singularidade dos acontecimentos. Fenômeno essencialmente urbano, inscreve-se numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca, e em que todo um sistema de codificações morais, que valoriza a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina, destina um lugar específico às sexualidades insubmissas. (ibidem, p.23)

Para estabelecer sua noção de *positividade*, Rago elabora diversas questões que podem ser sintetizadas na seguinte: Por que a prostituição, apesar das práticas visando sua exclusão, não parou de se ampliar e se especificar? Responder a essa pergunta é encontrar a *positividade*, a capacidade de produção, utilização, agenciamento etc. da prostituição. Para buscar essa resposta, a autora recorre às reflexões sociológicas de Michel Maffesoli...

[...] embora não tenha incorporado suas conceitualizações, já que parecem recuperar oposições tradicionais questionáveis como comunidade *versus* sociedade, natural *versus* artificial [...]. Atento para os agenciamentos sociais subterrâneos, as “sociabilidades de base”, o autor explica que uma sociedade não pode impedir a manifestação das forças dionisíacas, do prazer e do lúdico que operam em seu interior, sem correr o risco de ver explodir em formas violentas e perversas essa dimensão recalcada da vida humana. (ibidem, p.24)

Assim, a partir das reflexões de Maffesoli, é possível verificar o valor agregativo: capacidade de estabelecer sociabilidades e deixar circular os “fluxos desejantes”, “as forças dionisíacas”, “as pulsões irreprimíveis” etc.

Assim, num momento em que “nós, os vitorianos”, como quer Foucault, valorizamos mais intensamente a privatização do sexo, consubstanciada no

casamento monogâmico e encerrada no quarto do casal, a prostituição instaura formas coletivas e diferenciadas de circulação dos fluxos desejantes. Prostituir-se é ser de todos e de ninguém exclusivamente. Desse modo, o espaço da prostituição possibilita uma nova “respiração” das coisas e das pessoas diz Maffesoli, necessária para o equilíbrio da sociedade. (ibidem)

O estabelecimento desse marco teórico-metodológico nos permite afirmar duas coisas: por um lado, apesar de não usar Thompson, Rago ainda opera por meio de palimpsestos epistemológicos a partir de intelectuais de vertentes antagônicas; e, por outro lado, diferente do que diagnostica Adorno, não se trata de uma história dos modos de subjetivação, tal como estabeleceu Foucault. Isso se comprova no decorrer da tese, bem como fica expressa a profunda presença de conceitos oriundos do pensamento de Deleuze e Guattari.

No primeiro capítulo, a autora procurou demonstrar como as transformações socioculturais afetaram as condições de vida e o imaginário sobre a mulher e a prostituição na virada para o século XX, procurando destacar a *singularidade* daquele momento histórico. Rago evoca, por exemplo, duas cenas de épocas diferentes – recurso que lembra muito a abertura de *Vigiar e punir*: A primeira demonstra que “grande parte das mulheres brasileiras, mesmo de elite, ainda não havia construído uma autoimagem positiva na década de 1860 [...] por mais ativas e participantes na organização da vida doméstica e produtiva da fazenda, essas mulheres não se percebiam positivamente, situadas no mesmo nível que o senhor”. Na segunda cena, já na cidade moderna, “a mulher foi elevada à condição de ‘rainha do lar’, destituída, portanto, de uma função produtiva de relevo” (ibidem, p.48). Dessa forma, como descreve a autora, gradativamente o estatuto e, conseqüentemente, as condições de vida da mulher se alteram na virada para o século XX; com o desenvolvimento urbano, começa inclusive a participar dos “espaços públicos de sociabilidade” (ibidem, p.54). A imagem da prostituta foi elemento relacional fundamental nessa transformação: “Nesse complexo campo de redefinição de papéis e de valores, a prostituta foi construída como um contraideal necessário para atura como limite à liberdade feminina” (ibidem, p.40).

No segundo capítulo, Rago analisa o discurso político, jurídico e médico sobre a prostituição, os conflitos sobre as estratégias divergentes de atuação (regulamentarismo *versus* abolicionismo), enfim demonstrando a forma como procuraram constituir a prostituta como criminosa/doente. Certamente esse capítulo é o que apresenta mais ressonâncias com o pensamento de Foucault, uma vez que os estudos do filósofo inspiraram o surgimento de um olhar específico em relação àqueles discursos, que ultrapassaram “em muito o âmbito das políticas públicas, pois construíram o conceito da prostituição como doença, associada ao perigo da morte e, como falas científicas, apresentaram a própria definição da verdade sobre o sexo” (ibidem, p.128).

No terceiro capítulo, Rago se preocupa em analisar a sociabilidade e as *positividades* constituídas pelo mundo da prostituição, por exemplo: “as meretrizes eram absolvidas por exercerem a tarefa de iniciação dos rapazes no campo sexual, garantindo-se ao mesmo tempo a castidade das futuras esposas e o futuro desempenho masculino” (ibidem, p.173). O bordel, além dos altos lucros, “funcionava como polo aglutinador de determinados grupos sociais, que aí densificavam suas relações de vários modos” (ibidem, p.187); nele se estabelecem diferentes formas de relação (sexual, política, comercial, de amizade etc.) entre indivíduos de diferentes classes sociais, etnias, sexo, faixa etária etc. Enfim, uma...

Pluralidade de novas nomenclaturas que escapavam à codificação sensorial imposta pela lei: relações homossexuais, entre homens ou entre mulheres, voyeurismo por buracos de fechadura ou por espelhos sobrepostos, vivências sádicas e masoquistas.

Ao mesmo tempo, o bordel era instituído como lugar da canalização dos impulsos libidinais explosivos. Contudo, se há uma dimensão de neutralização do novo, recorrendo-se a espaços predeterminados, onde os hábitos dificilmente podem ser alterados (lembrando Foucault: o sexo do casal confina-se no quarto e as “perversões” que existam nos bordéis!), o movimento de desterritorialização dos corpos é incessante nos jogos microscópicos que configuram inúmeros outros territórios. (ibidem, p.189)

No quarto e último capítulo, o estudo revela mais uma vez seu caráter político, confere “visibilidade a um fenômeno maldito” (Adorno, 1991, p.16), o lado mais dramático das sociabilidades estabelecidas em torno do bordel: o tráfico de escravas brancas. Rago demonstra as formas de ação das gangues de caftens, bem como a participação de policiais e políticos na manutenção de mulheres jovens nos bordéis da América do Sul. Ao mesmo tempo, desfaz os mitos construídos por certos setores sociais da época a respeito dos perigos e do volume do tráfico de escravas brancas, de sua vinculação com os judeus, de seu “recrutamento” obrigatório ou por livre iniciativa etc.

Desse modo, o *uso* de Foucault ao longo do estudo é bastante pontual, a maioria das citações diretas serve para reforçar um argumento, por exemplo de que a prostituição é uma “delinquência útil”, que produz uma economia da qual participam diversos setores sociais (Rago, 1991, p.307-8). Ou seja, os textos do filósofo francês aparecem como “fontes secundárias”, inclusive são classificados nesses termos na bibliografia final. Além disso, Rago adere à noção de “história descontinua” para afirmar a *singularidade* do objeto estudado; e se inspira nas análises feitas pelo filósofo sobre os discursos médicos e jurídicos. Porém, elabora uma análise muito mais *densa* do que permite uma arquiogenealogia, recorre também a procedimentos hermenêuticos para uma reconstrução da “vida como ela era”.

Conforme notou Adorno, Rago assume claramente ao longo de todo o texto a defesa das mulheres, isso produz em alguns momentos do estudo um efeito de sujeito, de essencialidade, de identidade, por exemplo:

Através dessa imprensa, portanto, a mulher se pensava, tentando definir e produzir sua subjetividade: especificar suas preocupações, desejos e interesses, marcando sua diferença em relação ao homem: “uma autoconstituição em espaço de pensamento”, na expressão de José Lorite Mena. Desejo arqueológico de conhecer sua realidade como mulher e poder confrontar-se com outra “vontade de saber” que determinou a ordem da realidade em que a mulher era essencialmente frágil a mãe. À medida que avançava no sentido de definir um campo da subjetividade feminina,

a mulher podia fazer-se enquanto tal, recusando a irrealidade em que era transformada pelo saber masculino, “científico” e “objetivo”. Tratava-se, então, da possibilidade de constituir-se como *sujeito*, provocando uma reversão/subversão dos olhares que a constituíam enquanto “simulacro”, pois inexistente. (ibidem, p.73)

Essa e outras passagens dão a entender que existiria uma sexualidade ou subjetividade propriamente feminina, que emerge à medida que a mulher se desvencilha dos simulacros, das irrealidades etc. produzidas pelas *práticas* masculinas. Poderíamos dizer, então, que a partir do momento em que as mulheres puderem se constituir livremente como sujeitos, encontrariam a sua verdadeira identidade? Após a leitura da tese de Rago, a sensação é de que sua resposta é positiva.

Nesse sentido e diferente do já referido diagnóstico de Adorno, não conseguimos perceber *Os prazeres da noite* como sendo o terceiro tipo de história da moral preconizado por Foucault. Em nossa perspectiva, como já discutimos antes, nos estudos referentes ao “eixo da ética”, Foucault não procurou demonstrar os meios de constituição de uma subjetividade verdadeira ou livre, não se trata das formas como um sujeito (mulher, homem, homossexual, louco, doente, criança etc.) é capaz de constituir sua identidade livre de simulacros ou constituir uma *forma* mais adequada à sua condição. É simplesmente a descrição dos modos como ao longo da história os indivíduos se constituíram como sujeitos, das relações de força que um indivíduo empreende sobre ele mesmo. Esses modos de subjetivação não respondem a uma instância fundadora seja de gênero, de classe, seja de etnia, e eles próprios sofrem resistência. Enfim, não existe assimetria entre o governo de si e o governo dos outros. Por exemplo, no artigo “A escrita de si” – elaborado durante as pesquisas do eixo da ética –, Foucault descreve os três procedimentos relativos à escrita/domínio de si presentes na cultura greco-romana, nos dois primeiros séculos do império, concluindo:

Nesse caso – o dos *hupomnêmata* –, tratava-se de constituir a si mesmo como objeto de ação racional pela apropriação, unificação e subjetivação de um já dito fragmentário e escolhido; no caso da anotação monástica

das experiências espirituais, tratar-se-á de desalojar do interior da alma os movimentos mais escondidos de forma a poder deles se libertar. No caso do relato epistolar de si mesmo, trata-se de fazer coincidir o olhar do outro e aquele que se lança sobre si mesmo ao comparar suas ações cotidianas com as regras de uma técnica de vida.⁸²

Assim, sua intenção era exclusivamente demonstrar os diferentes procedimentos que um indivíduo podia utilizar, em certa época, para constituir a si mesmo como sujeito (governo de si). Não existe aí uma análise qualitativa ou “estético-moral”:⁸³ melhor ou pior, fértil ou estéril, bom ou mau, livre ou dominado, verdadeiro ou irreal. Caso contrário, Foucault correria o risco de recair em outra cristalização, em outro universal antropológico ou na afirmação de determinadas *práticas* como libertárias. Na arqueogenealogia o trabalho de problematização é contínuo, o método insiste permanentemente em contornar os universais antropológicos que se impõem em cada época, para se desprender dos mecanismos que fazem aparecer o verdadeiro e o falso. Por isso, desde 1977, o filósofo expôs desconforto com certo *uso* de seu trabalho que, em nosso entender, está presente na grande maioria das *apropriações* aqui estudadas, inclusive nos estudos de gênero:

A partir do momento em que se repete indefinidamente o mesmo refrão da cançoneta anti-repressiva, as coisas permanecem onde estão e qualquer um pode cantar a mesma música, que ninguém prestará atenção. Esta inversão dos valores e das verdades, de que eu falava antes, foi importante por não se limitar a simples vivas (viva a loucura, viva a delinquência, viva o sexo), mas por permitir novas estratégias. O que frequentemente me incomoda hoje – em última análise, o que me dói – é que todo este trabalho feito durante quinze anos, muitas vezes com dificuldades e às vezes na solidão, só funciona para alguns como sinal de pertencimento: estar do “lado correto”, do lado da loucura, das crianças, da delinquência, do sexo. [...] É preciso passar para o outro lado – o “lado correto” – mas para procurar se desprender destes mecanismos que fazem aparecer dois lados,

82 Cf. “A escrita de si” (Foucault, 2006b, p.162).

83 Cf. “Não ao sexo rei” (Foucault, 1979, p.238).

para dissolver esta falsa unidade, a “natureza” ilusória deste outro lado de que tomamos o partido. E aí que começa o verdadeiro trabalho, o do historiador do presente. (Foucault, 1979, p.238-9)

Desse modo, no caso de *Os prazeres da noite*, podemos dizer que não ocorreu uma adesão total ao pensamento de Foucault, mas sim um uso que agrega valor explicativo a uma análise predominantemente sociocultural, bastante orientada pela *luta de gênero*.

O mais curioso é que ao longo dos últimos vinte anos, Rago tem afirmado cada vez mais sua “adesão/decisão” pelas “filosofias diferenciais” (Foucault, Deleuze etc.) e recusado as “filosofias do sujeito” (Thompson, Ginzburg etc.), ao mesmo tempo emerge com significativa frequência em seus estudos concepções de sujeito (mulher e homem), de essência (feminina e masculina) e de *luta de gênero* (a mulher se libertando da dominação masculina).⁸⁴ Uma entrevista recente (Rago, 2010, s.p., grifos nossos) é sintomática a respeito dessa tendência, vejamos alguns trechos:

IHU On-Line – O universo masculino e a sociedade patriarcal estão em crise? Por quê?

Margareth Rago – Estamos vivendo profundas transformações nas relações de gênero. A entrada das mulheres no mercado de trabalho e na esfera pública, nos últimos 40 anos, foi massiva, e certamente elas chegam com seus valores, modos, interpretações e maneira de pensar que são diferentes dos masculinos. Isso produz grandes transformações. Assim, os homens se deram conta de que as mulheres não são o que eles pensavam que elas eram. *Eles começam a se dar conta que a sexualidade feminina é diferente*

84 Alguns exemplos em ordem cronológica são: Rago (“Doença e estigma: a prostituta na literatura dos anos 20”, 1992; “As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea”, 1993a; “Prazer e sociabilidade no mundo da prostituição em São Paulo”, 1993c; “A subjetividade feminina entre o prazer e a norma” 1995a; “O efeito Foucault na historiografia brasileira”, 1995b; “A liberdade entre a utopia e a história: Luce Fabbri e o anarquismo na América do Sul”, 1997; “A ‘nova’ historiografia brasileira”, 1999; “Feminizar é preciso: por uma cultura filógina”, 2001; “Sexualidade e identidade na historiografia brasileira”, 2006; “Memórias insubmissas: mulheres nas ditaduras latino-americanas”, 2009a; “Foucault, criações libertárias e práticas parresiasistas”, 2009b).

do que eles imaginavam, porque eles têm noções construídas por médicos, intelectuais e cientistas homens que definiram uma identidade da mulher que não confere com a forma como elas se entendem.

Essa afirmativa pressupõe a existência de uma sexualidade feminina que só pode ser alcançada pela própria mulher, que foi historicamente obscurecida pela dominação masculina.

IHU On-Line - Qual é o papel das mulheres na escrita de uma sexualidade mais plural, fora da estigmatização e da normatização?

Margareth Rago – O papel das mulheres seria ajudar a formar e conscientizar as gerações futuras. É esclarecer sobre a sexualidade, mudando elas mesmas a noção de que ter prazer é pecado. Que coisa mais absurda achar que estamos no mundo para sofrer, para carregar peso. Isso é uma concepção de morte, e não de vida. *As mulheres, nesse sentido, têm um papel muito importante a cumprir, porque os homens não pensam muito sobre a sexualidade e a subjetividade. Isso é visível. São as mulheres que se incumbem muito mais de pensar essas questões.* Por isso é que a educação sexual é tão necessária. (ibidem, s. p., grifos nossos)

Essa pressupõe uma subjetividade específica da mulher e outra do homem, com uma sensibilidade específica para determinadas questões. Contudo, o mais significativo para nós é a forma como a autora define a utilização de Foucault:

IHU On-Line - As mulheres e os homossexuais estão hoje mais empoderados na escrita de si mesmos? Por quê?

Margareth Rago – Precisamos definir o que entendemos por “escrita de si”. *Quando Foucault está falando em “escrita de si”, trata-se de uma prática da liberdade em que o sujeito se constitui ativamente, mas também de uma chave analítica que ele nos oferece para pensarmos certos tipos de produção subjetiva, como pode ocorrer as correspondências que uma pessoa troca com outra. Isso vale para diários e autobiografias, mas não necessariamente. Ele diz que, nas cartas, as pessoas se revelam muito mais do que elas pensam. Se pensarmos na escrita de si nesses termos, ela não tem a ver com empoderamento.*

[...]

IHU On-Line - Nesse sentido, qual é a colaboração de Michel Foucault na escrita que as mulheres fazem de si próprias?

Margareth Rago – Foucault pode ser apropriado pelo feminismo para dar-lhes mais clareza sobre seus movimentos, processos sociais e dimensões subjetivas. Por exemplo, quando o movimento feminista utiliza a noção de poder de Foucault, - do poder como relacional, do poder como rede de relações que nos constituem – se torna muito mais fácil entendermos a dominação de gênero. O poder visto como relacional, microscópico, molecular, cria condições para entendermos melhor como vivemos. Quando Foucault mostra que a confissão é uma forma de dominação, essa é outra colaboração que ele traz. *Existe um mito de que a verdade sobre nós mesmos reside em nosso âmago, e que precisamos do olhar de um outro superior para acessar a nossa própria verdade. Esse outro pode ser um padre ou o psiquiatra, psicanalista. É como se nós, sozinhos conosco, não conseguíssemos nos acessar. Precisamos da mediação do olhar do outro.*

Foucault mostra que isso é uma construção, uma imaginação nociva, porque nesse processo está acontecendo uma forma de sujeição. Você está se olhando pelo olhar do outro, e não por seu próprio olhar, e submetendo-se ao que o outro compreende como certo e errado. Para Foucault, isso é uma forma de dominação. Esclarecendo esses pontos, esse pensador nos mostra como podemos nos libertar. Antes de Foucault, eu não tinha ouvido ninguém teorizar sobre as relações de poder que existem na relação confessional, nem atentar tão fortemente para a maneira pela qual esse tipo de relação se espalhou para fora da confissão religiosa. Costumamos nos “confessar” o tempo todo: fazemos provas, exames, temos que dar satisfação sobre o que fizemos, e com quem, onde estávamos. Isso acontece no trabalho, na escola, na família. Na sociedade em que vivemos, que é de controle e vigilância contínuos, estamos nos confessando 24 horas por dia. O que é esse confessar? É se penalizar, se culpabilizar, porque iremos nos olhar com o olhar do outro, que nos enxerga negativamente e tem um padrão de moralidade que pode ser o nosso, ou não. (ibidem, s. p., grifos nossos)

Assim, a postura epistemológica de Rago decorre de um uso específico do pensamento de Foucault que se diferencia do nosso. Para a autora existe no pensamento do filósofo francês uma assimetria entre o *governo de si* – representado aí pela *escrita de si* – e o *governo dos outros*, o primeiro

remete a um movimento de liberdade, enquanto o segundo, a um movimento de dominação. Esse movimento de liberdade permite a cada indivíduo ou gênero realizar plenamente sua subjetividade, sexualidade etc.

Ao contrastarmos nossa *apropriação* de Foucault com a de Rago, não temos a intenção de desqualificar as fundamentais contribuições ao conhecimento histórico e à redução das desigualdades de gênero provenientes de sua produção e crítica. A intenção é sugerir que, apesar das afirmações da autora e de outros intelectuais que analisaram sua produção, não ocorreu uma transformação radical de sua postura epistemológica desde sua dissertação de mestrado. O que ocorreu foi um deslocamento no interior da concepção de história como *luta entre sujeitos*: da *luta de classes* para a *luta de gênero*. Inclusive, em *Sem fé, sem lei e sem rei* (publicado como *Do cabaré ao lar*) já existia uma análise em termos de *luta de gênero*. Porém, como ocorreu nos estudos de Dias, Soihet, Araújo, entre outros, essa análise estava subordinada a de *luta de classes*. É essa subordinação que desaparece nas análises da autora a partir de *Os prazeres da noite*.

Em síntese, não existe nada mais tradicional que os estudos de gênero produzidos pelos historiadores brasileiros dos anos 1980!

Sem dúvida essa afirmação comporta certo exagero, tem o intuito de confrontar a explicação bastante popular de que esse tipo de estudo é resultado da repercussão do pensamento pós-moderno. Sem exageros, podemos dizer, em primeiro lugar, o que se fazia no Brasil já não era moderno em comparação ao que se fazia lá fora, onde a História das Mulheres perdia espaço para a História de Gênero fundamentada nas “filosofias diferenciais”. E, em segundo lugar, a concepção de história que opera nos estudos discutidos anteriormente é a mesma que operava nos estudos sobre os escravos e trabalhadores, isto é, a *luta de raças* – segundo a “tipologia” que retomamos de Foucault – oriunda do final da Idade Média.

Codificada pela dialética no final do século XVIII e descodificada a partir de meados do século XX, como vimos antes, essa concepção

entende a sociedade como cindida por grupos em luta. Dessa forma, é preciso resgatar os diversos tipos (simbólicas e materiais) das lutas “miúdas” e diárias que estão presentes nessa sociedade; enfim, nessa tarefa é preciso tomar um partido. Para os estudos de gênero a concepção teórica da *luta de classes* de Thompson foi muito útil para formalizar e legitimar suas análises, pois flexibiliza os sujeitos, já que muitos tipos de indivíduos podem se enquadrar na dicotomia, explorados e exploradores; na forma da luta, seja contra estereótipos, seja contra as relações de produção; e na forma da consciência, por ser histórica e depender da experiência vivida/percebida, pode tomar a forma de uma consciência de gênero, de classe, de raça etc. Daí ser referência quase obrigatória na História das Mulheres, no momento em que o campo emergia no Brasil.

O pensamento de Foucault, por sua vez, foi utilizado principalmente nos pontos em que se *aproxima* do pensamento de Thompson ou, melhor dizendo, que favorece as explicações pela *luta de gênero*. Isto é, na problematização das *relações de poder* e na concepção de *história como luta* (dois elementos da *microfísica do poder*) e, também, por meio de uma *apropriação* de “conteúdo”. Além disso, diferentemente do que ocorreu com Thompson, seu *uso* foi questionado por especialistas do campo. Vejamos.

Em 1990, Mary Lucy Murray Del Priore defendeu no Departamento de História da USP, com orientação de Maria Luiza Marcílio, sua tese denominada *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia*. Nesse estudo não existe qualquer referência aos textos de Thompson ou de Foucault, por isso não o discutimos anteriormente. Porém, essa ausência de referência não passou despercebida e causou estranheza a historiadores da época, como Lígia Bellini, Margareth Rago e Ronaldo Vainfas, que questionaram Del Priori sobre o assunto. Del Priori respondeu argumentando, em síntese, que buscou sua filiação na historiografia francesa tradicional, Philippe Ariès, Emmanuel Le Roy Ladurie, Jacques Le Goff, Michel de Certeau e Roger Chartier; portanto, em primeiro lugar, não considerava Foucault um historiador, e sim um filósofo da história e da historiografia. E, em segundo lugar, o método do filósofo francês

consistia no estabelecimento de séries e descrição das regularidades que as governam e, portanto, não atenta para os sentidos (significados) e para a integralidade do processo, que eram suas preocupações fundamentais (Del Priore, 1995). Entendemos que a argumentação de Del Priore reforça e opera por meio da diferença entre a história-disciplina e *ontologia histórica de nós mesmo* que já discutimos antes, e a autora optou pelos procedimentos da história-disciplina.

Simultaneamente à defesa de tese de Del Priore ocorreu a de Rago, considerando as referências a Foucault e, sobretudo, o uso de conceitos de Deleuze, esta última parecia avançar na direção do que poderia ser denominado de História de Gênero – fundamentada nas “filosofias diferenciadas” – e, portanto, se aproximando das *práticas historiográficas* presentes na *ontologia histórica de nós mesmo*. Entretanto, como vimos, não rompe com a concepção de *luta de gênero*.

O riso borgiano: textos que perturbam as familiaridades da apropriação

Foucault afirmou que *As palavras e as coisas* nasceu de um texto de Borges que cita uma classificação dos animais oriunda de uma enciclopédia chinesa; essa citação lhe causou risos, pois perturbava profundamente nossa forma de pensar. Nesse breve subitem destacamos algumas formas de *usar* Thompson e Foucault que certamente não foram tão perturbadoras, mas que destoaram das outras.

Como já vimos antes, nos anos 1980 se estabeleceu como virtude da *operação historiográfica* ou como regra de método o uso intensivo de fontes. Isso, imbricado ao desbloqueio teórico-metodológico e à postura do *militante de base*, conduziu a busca de novas fontes, entre as quais encontramos as “fontes orais” (entrevistas ou depoimentos dados aos historiadores por pessoas que viveram o momento histórico pesquisado). Os pensamentos de Thompson e de Foucault serviram para legitimar e orientar o uso dessas fontes e, como uma derivação desse uso, o retorno da biografia.⁸⁵

85 Cf. Maria Helena Cabral de Almeida Cardoso (1989, dissertação de mestrado);

Por exemplo, a dissertação de mestrado de Maria Helena Cabral de Almeida Cardoso (1989) objetivou “provar a validade das fontes orais para a historiografia” por meio do estabelecimento de uma concepção teórico-metodológica e de sua aplicação em um estudo de caso. Cardoso argumentou que os muitos “anos de história oficial, marcados pela louvação das grandes figuras” e a obsessão de objetividade necessária a uma história científica, empurraram os historiadores a uma “repugnância a tudo que se relaciona ao individual”. Isso incluiu a rejeição do uso de depoimentos “diretos” (relatos orais) ou “indiretos” (oriundo de arquivos), conseqüentemente a possibilidade da História Oral, e a recusa do gênero biográfico. Entretanto, segundo a autora, Thompson foi um dos principais historiadores não somente a valorizar o individual, mas também a estabelecer princípios, conceitos, métodos etc. para o historiador trabalhar com as individualidades sem perder de vista as regularidades. Por um lado, procurou comprovar o princípio que os indivíduos constituem e são constituídos pelo social, por isso não existe diferença no grau de objetividade ao permutarmos os enfoques (social para individual). Ao contrário, a variedade de enfoques enriquece o conhecimento histórico: “Unir acontecimentos e narrativa, partindo de indivíduos históricos definidos, cuja história e discurso entrelaçam-se ao movimento social, é a maior qualidade que a fonte oral oferece” (Cardoso, 1989, p.52).

Por outro lado, Thompson demonstrou que as individualidades permitem recuperar a concretude da história, preencher as *categorias* para que não sejam apenas abstrações:

Entendendo-se que as relações sociais devam sempre estar corporificadas em pessoas concretas e no contexto real, não podemos aceitar a existência das classes como instituições transcendentais aos homens e depois colocá-las em articulações umas com as outras. Elas não são, como diz Thompson, “estruturas” ou “categorias” em articulações umas com as outras. Elas não são, como diz Thompson, “estruturas” ou “categorias”, mas algo que de fato existe nas relações humanas. (ibidem)

Rita de Cássia Germano (1983, dissertação de mestrado); Palmira Petratti Teixeira (1989, tese de doutorado); Diana Gonçalves Vidal (1990, dissertação de mestrado); Regina Weber (1989, dissertação de mestrado).

Em suma, apesar de Thompson jamais ter discutido o gênero biográfico ou a História Oral, seu pensamento se tornou útil nesse empreendimento entre historiadores brasileiros.

Um uso de Foucault que nos surpreendeu e realmente causou risos positivos foi o de Marcos Pereira Magalhães (1989) em sua dissertação que articula as disciplinas de antropologia, arqueologia e história. Defendida na UFRJ em 1989, *Oito mil anos antes do presente*, por meio do estudo da cultura tropical presente na região da Amazônia a milhares de anos, tenta “mostrar que mesmo uma cultura aparentemente ‘primitiva’, ‘arcaica’ e ‘subdesenvolvida’ pode encontrar-se em plena evolução”.

Nesse empreendimento, em primeiro lugar, Magalhães parece considerar *Arqueologia do saber* como um livro de método para a arqueologia-disciplina. Em segundo lugar, recupera a crítica de Foucault à *história continua* – presente no texto “Nietzsche, a genealogia e a história” – para estabelecer o princípio teórico de que uma cultura não está já estabelecida em sua origem (ibidem, p.45-50, 57 passim):

A concepção de que o sentido de todas as coisas está no início de tudo é perigosa, porque reproduz uma origem monolítica que conduz qualquer investigador a coisas alguma, como aqueles que procuram civilizações esquecidas para explicar as posteriores; assim como aqueles que procuram o mais antigo de todos os sapiens-sapiens. [...] o sentido só pode ser encontrado nas misturas, na composição das intensidades sobre a “cultura material”, pois todo acontecimento é original e tem um sentido único e intransferível. O sentido do predicativo da origem significativa, na verdade, é aquele que despossuído de ideias primeiras e organizadoras, brota diretamente do caos, da pura possibilidade.

O sentido do tempo arqueológico nunca pode ser encontrado na sua forma primeira... no passado. (ibidem, p.49)

A partir desse princípio, o autor pôde demonstrar que mesmo as culturas mais antigas estão sempre em modificação, não estão estabelecidas já como primitivas por sua origem ancestral; não são menos adaptáveis que as culturas modernas ou incapazes de desenvolvimento.

Curiosamente, por meio da noção foucaultiana de *descontinuidade*, Magalhães pôde afirmar a possibilidade de transformação, adaptação ou “modernização” das culturas primitivas.

Outras peculiaridades que surgiram em nossa pesquisa não dizem respeito ao *modo de usar*, mas sim ao campo temático em que foram utilizados; sendo raros os estudos sobre a Europa e o período pré-moderno entre historiadores brasileiros dos anos 1980, é significativa a presença de Thompson e Foucault em dois deles,⁸⁶ bem como em dois estudos de análise historiográfica⁸⁷ raríssimos em nosso meio nessa época. De qualquer forma, a presença do historiador inglês e do filósofo francês nesses estudos é pontual e como fonte secundária.

Enfim, ao longo das últimas páginas, a partir de um olhar detalhado, verificamos uma miríade de *usos* de Thompson e de Foucault e, a partir de um olhar de conjunto, procuramos destacar algumas regularidades. É preciso agora recolher os muitos fios soltos da meada e estabelecer algumas conclusões.

86 Cf. José Jobson de Andrade Arruda (1982, tese livre-docência); Neyde Theml (1982, dissertação de mestrado).

87 Cf. Inês da Conceição Inácio (1990, dissertação de mestrado); Jayro Gonçalves Melo (1987, tese de doutorado).